Galeria dos

Brasileiros Ilustres

(Os Contemporâneos)

BIBLIOTECA HISTÓRICA BRASILEIRA
Direção de Rubens Borba de Moraes

XVIII

S. A. SISSON

Galeria dos Brasileiros Ilustres

(Os Contemporâneos)

LIVRARIA MARTINS EDITÔRA S. A.
RUA SÃO FRANCISCO, 77-81 SÃO PAULO

Desta edição foram tirados 120 exemplares em papel Westerledger sendo 100 numerados de 1 a 100, e os restantes fora de comercio.

165

Nota do Editor em 1948

Ao estabelecermos, em 1940, o programa das obras que seriam incluídas na "Biblioteca Histórica Brasileira", que projetávamos editar, concluimos pela necessidade da publicação das quatro obras, senão as mais importantes pelo menos as fundamentais, da iconografia brasileira do século passado: "Viagem Pitoresca através do Brasil", de Rugendas; "Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil", de Debret; "Brasil Pitoresco", de Ribeyrolles e "Galeria dos Brasileiros Ilustres", de Sisson. As três primeiras já foram lançadas e sucessivas edições comprovam o seu êxito; quanto à última, entregamo-la agora ao favor público, lembrando, para justificar a sua demora, as dificuldades materiais de tôda sorte que tivemos de enfrentar com a falta de material adequado, custo de impressão, etc.

A "Galeria dos Brasileiros Ilustres", publicada no Rio de Janeiro em 1859/1861 sob os auspícios de S. A. Sisson e impressa na Tipografia de Querino & Irmão, é uma obra que difere essencialmente das de Debret, Rugendas e Ribeyrolles; ao passo que estas cuidam dos usos, costumes e paisagens do Brasil, aquela se limita a estudar sòmente os homens, fornecendo-nos através de suas biografias e retratos, um espelho fiel de suas personalidades e da época em que viveram. E' pois uma obra caracterìsticamente documental e de história. Seu editor, o francês Sebastião Augusto Sisson, foi um artista notável e profissional radicado por longos anos no Rio de Janeiro onde, em 1860, conforme se lê no Almanaque Laemmert desse mesmo ano, se achava instalado como "desenhista e retratista" à rua do Cano n. 45, atual Sete de Setembro.

Os retratos foram magnífica e artìsticamente copiados do natural e o processo empregado para reproduzi-los — a litografia — estava em voga na época e a êle se devem muitas das obras primas das edições românticas.

Quanto ao texto, vasado quase todo êle no tom encomiástico, louvaminheiro, por vêzes precioso, tão ao sabor do tempo, não traz assinatura, pois, em sua edição original, a "Galeria dos Brasileiros Ilustres" não revela os nomes dos biógrafos. Assevera, no entanto, Tancredo de Barros Paiva, em seu "Dicionário de Pseudônimos" (J. Leite & Cia., Rio, 1929), que as biografias foram escritas por várias pessoas e relaciona os nomes da maioria delas.

Apesar de não ser citada inexplicàvelmente pelas principais bibliografias nacionais, várias circunstâncias ocorreram que tornaram muito escassa e de alto valor mercantil a obra de Sisson. O seu tamanho alentado — 2 volumes in-folio — a tiragem reduzida, o desmazêlo dos possuidores inconscientes, sua mutilação pelos encadernadores ou pelos antiquários gananciosos, que desmanchavam os volumes para emoldurarem os retratos e vendê-los separadamente, fizeram com que se torne muito difícil encontrar-se hoje em dia um exemplar perfeito e em boas condições. Para os livreiros atentos, para os bibliófilos apaixonados e para os colecionadores zelosos, que acompanham de perto os catálogos dos livreiros e os leilões de livros da Europa e dos Estados Unidos, não é novidade contar-se que só muito raramente aparece um exemplar à venda. E, entre nós, os poucos exemplares negociados nestes últimos dez anos atingiram preços que regulam cinqüenta vêzes mais o da edição que presentemente oferecemos aos estudiosos de nossa história.

GALERIA
DOS
BRASILEIROS ILUSTRES
(OS CONTEMPORANEOS)

RETRATOS

DOS HOMENS MAIS ILUSTRES DO BRASIL, NA POLÍTICA, CIÊNCIAS E LETRAS

DESDE A GUERRA DA INDEPENDÊNCIA ATÉ OS NOSSOS DIAS

COPIADOS DO NATURAL E LITOGRAFADOS

POR S. A. SISSON

ACOMPANHADOS DAS SUAS RESPECTIVAS BIOGRAFIAS

PUBLICADA SOB A PROTEÇÃO

DE SUA MAJESTADE O IMPERADOR

VOLUME I

RIO DE JANEIRO

S. A. SISSON, EDITOR, RUA DOS OURIVES, 53

1859

Advertência do Editor

Voltamos hoje à primeira idéia que tínhamos de publicar uma GALERIA *dos homens ilustres do Brasil,* acompanhados de notícias biográficas. Deu lugar a isto uma razão mui séria: a impossibilidade em que se acha e fazer as três biografias para cada mês e pessoa encarregada de escrever a obra. Poderiam é verdade ser feitas por pessoas diferentes; mas neste caso, tornar-se-á impossível a unidade de pensamento e de vistas que deve haver em uma obra semelhante; o que seria um grandíssimo inconveniente.

Não renunciamos todavia à publicação da obra, com o título: OS CONTEMPORANEOS DO BRASIL, pelo Sr. Dr. J. M. d'Alencar: pelo contrário, esperamos dar brevemente à luz, em formato de oitavo e em mais de um volume, a história dos brasileiros que têm ilustrado a sua terra. Estas biografias, severamente escritas, farão conhecer o seu autor por uma nova face: a de historiador, título que eclipsará aquêles que já têm como jornalista e romancista.

Ao mesmo tempo prometemos ao público um grande e sucessivo melhoramento na impressão dos retratos. Os obstáculos que temos encontrado da parte daqueles que deviam ajudar-nos; os preços exorbitantes exigidos por aquêles que cuidam ter o monopólio da litografia, nos levarão a formar um impressor que, se ainda não atingiu a perfeição de trabalho dos da Europa, tem contudo tanta inteligência como êstes, e, com a prática que pouco a pouco irá adquirindo, nada mais nos deixará que invejar aos bons operários europeus do mesmo gênero.

A. SISSON

Introdução

As biografias dos homens notáveis e eminentes de um pais são páginas soltas do grande livro da história dêle.

Nas relações dos feitos e dos trabalhos dos estadistas, dos diplomatas, dos generais, dos administradores, dos sábios, dos poetas e dos artistas de uma nação está encerrado o segrêdo dos grandes acontecimentos políticos, do progresso moral e material, das provações, dos triunfos, da glória, e também às vezes da decadência dela.

Além da importância imensa que debaixo dêste ponto de vista apresentam as biografias, acresce que todos os povos naturalmente se ufanam de ver perpetuada a memória de seus heróis e varões beneméritos, ou nos cantos dos poetas, ou nos monumentos que à gratidão nacional lhes consagra, ou enfim, e, principalmente, nos escritos de biógrafos conscienciosos, que são ao mesmo tempo uma justa satisfação para os contemporâneos, e um tesouro precioso reservado para a posteridade; um tributo de gratidão devido aos beneméritos, e, o que não importa menos, um incentivo poderoso, que convida os filhos a seguir os exemplos dos pais, e que faz suceder por novos os antigos beneméritos.

Mas a simples relação dos feitos dos grandes homens ainda não é tudo: a nação, como a familia, se apraz de conservar indelével a imagem e a figura de seus membros mais distintos.

A pátria, como a mais extremosa das mães, se extasia ante os retratos de seus filhos: os contemporâneos, que nem todos conhecem de perto os seus concidãos mais assinalados, e a posteridade, que é apenas herdeira de sua fama, folgam de procurar na fronte do sábio os cálculos profundos de sua vasta inteligência, nos olhos do guerreiro o fogo marcial que brilhara nos campos de batalha. Encontra-se finalmente um encanto indizível em ter junto da história do herói, ou do homem eminente, a imagem de seu rosto: então parece que se renova o passado, ou que se testemunha cenas brilhantes, de que se esteve longe: então como que se vê o estadista meditando no seu gabinete, como que se admira o orador na tribuna, e o poeta exaltando-se em suas horas da mais feliz e ardente inspiração.

Foi levado por estas considerações, e pelo suave empenho de demonstrar de algum modo o nosso reconhecimento à hospitalidade amiga e generosa que viemos encontrar no seio do Imperio do Brasil, que empreendemos e tomamos sôbre os ombros a difícil e trabalhosa tarefa da obra a que damos o título de *Galeria dos Brasileiros Ilustres.*

O título da nossa obra indica bem claramente que tomamos por ponto de partida a época gloriosa da Independência do Brasil; mas por certo que não desconhecemos quanto se enriqueceria a nossa galeria com um grande número de varões ilustres, que se assinalaram nos séculos anteriores, e ainda nos primeiros anos do atual.

Desde o padre José de Anchieta, que embora nascido no velho mundo, foi o apóstolo do novo, e tornou-se brasileiro por uma vida inteira consagrada ao Brasil, desde o padre José de Anchieta, dizemos, até o padre Caldas, o ilustre poeta e famoso orador fluminense, poderíamos contar uma insigne falange de beneméritos, que se libertaram da lei da morte pelos serviços mais relevantes.

Mas assim compreendida e dilatando-se pelo espaço imenso de mais de três séculos, a nossa tarefa tornava-se pesada demais para nossas mesquinhas fôrças, e não poderia ser completamente desempenhada conforme o programa que nos impusemos, principalmente porque pediríamos debalde ao passado os retratos de muitos dos seus homens célebres.

Começando porém da época da Independência do Brasil, nós partimos do berço do Império, começamos a nossa marcha ao grito do Ipiranga, e contemplamos ainda vivos muitos dos ilustres cidadãos, que devem enriquecer a nossa galeria, ou sentimos ainda frescas e recentes as recordações daqueles que já desceram ao túmulo.

Assim, pois, fica bem determinado, bem explícito o pensamento da obra, que tomamos a peito realizar.

Foi e é nossa idéia bosquejar sòmente, sob o ponto de vista histórico, a vida e o caráter dos homens que se têm ilustrado no belo Império americano; desenhar as principais figuras, que têm deixado vestígios de sua passagem neste pais e em sua cena política desde a Independência até os nossos dias; em uma palavra, apresentar os quadros e a história do Bràsil neste período, expondo, a par dos retratos, os feitos dos seus varões que mais se têm distinguido.

Podemos ufanar-nos de que o nosso empenho fôsse bem recebido e acoroçoado pelos brasileiros, e muito nos honra a distinção com que S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro II se dignou de tomar debaixo de sua imediata proteção especial a *Galeria dos Brasileiros Ilustres.*

É uma glória imensa para o Brasil, e que a posteridade aquilatará devidamente, o fato de se sentir sempre a influência benéfica e protetora do Imperador, onde quer que se trate de dar impulso às ciências, às letras, às artes, e à indústria no seio do país cujos destinos lhe foram confiados pela Providência.

Animados por êste majestoso incentivo, e certos da continuação do favor do público, a nossa obra progredirá esperançosa e constantemente dirigida pelo mesmo pensamento.

Em nossos trabalhos biográficos, esmerilhando cuidadosamente a vida pública do homem, suspenderemos nossos passos diante do lar doméstico; e cerraremos os olhos ao proceder particular: não pertence ao escritor a vida íntima do cidadão: sòmente à tradição cabe revelar êsses detalhes para completar o caráter dos homens célebres.

Nossa missão, pois, se resume exclusivamente em transmitir à posteridade os traços dos principais personagens do heróico drama da Independência do Brasil, e daqueles outros que, herdeiros dêsse legado glorioso, dirigem o país em sua marcha regular. Dos primeiros a maior parte já pagou o tributo à morte, e não são mais que sombras ilustres do panteon histórico do Brasil; alguns porem restam ainda, como venerandos monumentos do passado, e com seu exemplo, seus conselhos, e sua experiência, animam aquêles que, jovens ainda, e cheios de vigor e de esperanças, continuam a obra grandiosa de seus pais.

Para êstes últimos, representantes das novas idéias, nossas biografias serão apenas a primeira parte de suas vidas, parte sem dúvida a mais difícil, porém ao mesmo tempo a mais gloriosa; porque é ela o laço, o anel, a cadeia que prende duas épocas da história do Brasil, o passado, época de lutas tremendas, e de organização depois da vitória; e a atualidade, período de progresso e de civilização.

Tal é o fim a que se propõe a *Galeria dos Brasileiros Ilustres:* praza ao céu que ela corresponda aos nossos desejos, às nossas esperanças, e aos trabalhos a que não nos poupamos, e que possa concorrer no presente e no futuro para a glória dêste portentoso país que Deus acumulou de favores e de riquezas, e a quem deu filhos tão dignos, e cidadãos tão

S. A. SISSON.

Senhor

DESDE remotas eras é costume entre os que muito lidavam, entre os que muito empreenderam, festejar, no fim da luta, quando termina a emprêsa, a alegria ou o repouso de um dia, em compensação de meses ou anos de cuidados e fadigas.

Nesse dia saudoso, rápido como são as horas mais ditosas da vida, o desafôgo do coração é um bem estar delicioso, o sossêgo do espírito com um devaneio doce, cheio de encantos.

Deve sentir assim o peregrino que, após longa viagem, trepa ao píncaro de um monte e de lá, assentado à fresca sombra do arvoredo, mede sorrindo o caminho que já aquém lhe fica.

Ao voltar à pátria amada deve sentir assim o nauta que, longe dela, tantas vezes viu acordar e adormecer o dia sôbre o buliçoso leito das ondas do oceano.

Nas próprias horas de lida. Senhor, ha entretanto, quer para o que percorre a terra, quer para o que atravessa os mares, momentos de consoladora esperança: no rigor das estações a linfa clara que corta o deserto renova as forças do primeiro, no meio das tempestades a estrêla trêmula que incendeia o azul do céu promete ao segundo serena bonança, propícia aragem.

Senhor, também o artista que alguma idéia levanta à sombra protetora do Vosso trono tem dessas horas, tem dessas consolações que lhe dão nova fé, nova coragem na ocasião dos trabalhos; o amor de Vossa Majestade às artes, às emprêsas úteis, é para o artista o que é a gota cristalina do regato para o lábio sêco do peregrino: a fôrça; e Vós. Senhor, sois para êle o que é para o navegante o astro brilhante engastado nos plúmbeos folhos do horizontes: a esperança.

Por isso, Senhor, o artista que tanto amparo deve à Vossa mão augusta, entrega o seu coração às efusões mais gostosas, ao prazer mais fundo, à gratidão mais sincera, vendo realizada a sua idéia, terminada a sua obra depois de quatro anos de dedicação e perseverança.

Tão puro como o incenso queimado em aras sagradas, possa o seu cântico de reconhecimento subir os degraus do trono imperial e aos pés de Vóssa Majestade desatar-se em perenes harmonias, em consonâncias que exprimam os respeitosos e estremecidos votos do artista pela ventura do alto protetor das artes, do sábio monarca brasileiro.

Mas se é dado, Senhor, àquele que tanto recebeu, desejar mais, pedir ainda; digne-se Vossa Majestade conceder que o augusto nome do protetor seja nesta coleção de retratos e biografias de seus leais servidores o símbolo do seu valor, e ao mesmo tempo como a prova evidente do quanto, Senhor, amais os vossos, e animastes o artista.

Diante dessa página de honra, o coração de meus irmãos na arte palpitará contente; porque êles que vos prezam, Senhor, compreenderão que no dia em que descanço, em que como o nauta esqueço os embaraços da viagem, em que como o viajor calculo o caminho andado, Vossa mão benfeitora se estendeu de novo ao artista, e sôbre a sua obra, sôbre a sua filha depôs, como prêmio, uma jóia valiosa: o vosso augusto nome, Senhor!

E é de justiça, Senhor, que o que está escrito tão profundamente no coração do empresário apareça no seu livro, venha a lume no fruto de sua emprêsa.

Eis, Senhor, o que ainda implora de Vossa Imperial benevolência, eis o que ainda espera

O mais grato de vossos devedores
S. A. Sisson.

OS CONTEMPORANEOS

A. Sisson Lith. da photog. de Moreau — Lith. de Mello. Rio de Jan.

MARQUEZ DE PARANÁ

Marquez de Paraná

O Marquês de Paraná

ONÓRIO HERMETO CARNEIRO LEÃO, MARQUÊS de PARANÁ, nasceu na província de Minas Gerais, vila de Jacuí em 11 de janeiro de 1801; era filho legítimo do coronel Nicolau Neto Carneiro Leão e de sua primeira mulher D. Joana Severina Augusta Lemos.

Partiu em 1820 para a Universidade de Coimbra, onde tomou o grau de bacharel em direito no ano de 1825.

Nomeado juiz de fora de S. Sebastião em 1826, serviu depois diversos lugares de magistratura, como os de auditor de marinha e ouvidor do Rio de Janeiro, e no fim de três ou quatro anos de exercício foi elevado ao cargo de desembargador da relação de Pernambuco com exercício na desta côrte: na ocasião em que devia entrar para o supremo tribunal de justiça, como lhe vedasse pela lei a sua qualidade de conselheiro de estado, aposentou-se. Percorreu por conseguinte na carreira da magistratura todos os cargos e tôdas as honras, faltando-lhe ùnicamente o último degrau de hierarquia judiciária, que não atingiu, porque já então o estadista dominava o magistrado: o homem político fazia desaparecer o juiz.

Foi eleito deputado por Minas à segunda legislatura, que começou a funcionar no ano de 1830. Honório Hermeto Carneiro Leão ligou-se ao partido moderado; apesar de não ser orador, a sua atividade e energia, a sua dialética cerrada o distinguiram logo entre os seus colegas.

Chegou finalmente o memorável dia 30 de julho de 1832, uma das datas mais célebres do Brasil: não entraremos no alcance político dos acontecimentos que então se passaram, deixando que a posteridade julgue de que lado estava a razão e a justiça.

Apesar de haver aderido ao plano da convenção, H. H. Carneiro Leão apresentou-se na sessão de 30 de julho resolvido a combatê-lo; separou-se de seus antigos aliados, e pronunciou-se com tanta firmeza e energia contra o projeto, que conseguiu produzir na maioria um fracionamento, que, ligando-se à oposição, suplantou o partido moderado, e rejeitou a idéia da reforma constitucional.

Dêste fato data pròpriamente a influência de H. H. Carneiro Leão; sua decisão, o seu pronunciamento franco e enérgico, e sobretudo o feliz resultado de que foi coroada sua iniciativa, o colocaram imediatamente à frente do novo partido que havia organizado, porque era de fato um novo partido êste que se havia formado da fusão dos oposicionistas com os liberais divergentes.

Tornou-se pois o homem da situação, e depois do famoso ministério de quarenta dias, foi chamado para fazer parte do gabinete de setembro em que ocupou a pasta da justiça.

Contava então pouco mais de trinta e um anos: seu caráter independente, que se havia revelado bem claramente no curto espaço de sua vida política, tornou-se ainda mais notável no ministério; desde o comêço declarou que não aceitaria imposições, nem governaria por direções estranhas.

Era ainda muito moço na vida e na política para que seus antigos chefes se resignasem a ceder-lhe o primeiro lugar e a trabalhar sob as suas vistas; daí proveio uma divergência entre o novo ministro da justiça e os homens que dirigiam a onipotente maioria.

Assim, apesar da situação que êle criara, e que elevou ao poder os homens da maioria, foi repelido por êles; e o ódio político dos seus antigos aliados chegou a tal ponto que reuniram os eleitores mineiros para cassarem o diploma do homem que acabava de obter a mais brilhante reeleição.

Nem por isso H. H. Carneiro Leão renunciou às suas opiniões de liberalismo moderado, e quando em 1834 a morte de D. Pedro I, aniquilando as esperanças de uns e os receios de outros, destruiu a barreira que dividia os antigos partidos, o seu talento deu-lhe uma posição eminente nesta câmara poderosa, que obrigava a retirar-se da regência o homem que ela mesma elevara.

Organizou-se então o celebre gabinete de 19 de setembro de 1837; e nesta ocasião deu H. H. Carneiro Leão uma prova de sua penetração de homem político: desdenhando o prestígio de uma pasta, preferia conservar-se na câmara como chefe da maioria, e dominar o ministério desta posição respeitável que o seu talento e a sua influência então decisiva lhe asseguravam.

Iniciando-se em 1840 o projeto da maioria, combateu-o apresentando outro com uma reforma da constituição; repentinamente porém o retirou sem prévio acôrdo com o gabinete, talvez por uma desas resoluções prontas e decisivas, que o seu espírito previdente e a sua firmeza de vontade lhe faziam tomar muitas vezes.

Dêste fato resultou a indecisão que mostrou o govêrno do regente nesse período, e a lei que declarou a maioridade e inaugurou o reinado atual em 23 de julho de 1840.

A mudança de política que então se deu colocou-o na oposição, onde sob uma fase diferente teve ainda ocasião de dar provas de sua firmeza e atividade: naqueles tempos em que a oposição não era, como hoje, um simples descontentamento, mas uma luta tenaz e constante, o seu espírito revelou todos os recursos de um hábil político.

Com a entrada do ministério de 1841 recuperou a sua posição de chefe da maioria, e distinguiu-se como presidente do Rio de Janeiro, combatendo a rebelião de 1842, e foi nessa época nomeado senador e conselheiro de Estado: a província ainda conserva a lembrança dos benefícios que deve à sua administração vigorosa.

Sendo encarregado de organizar um novo ministério em 20 de janeiro de 1843, ocupou nele a pasta da justiça, e depois a de estrangeiros, até fevereiro de 1844, em que fez aparecer a questão de gabinete que mudou novamente a política do país.

Voltou então à oposição, e nela manteve-se sempre firme até a elevação do ministério de 29 de setembro de 1848, ao qual prestou serviços relevantes com a sua presidência de Pernambuco em 1849, e com a sua missão ao Rio da Prata em 1851.

Teve o oficialato da Ordem do Cruzeiro em 10 de agôsto de 1841 e a Grã-cruz de Cristo em 18 de março de 1851.

Carta real de S. M. D. Pedro V de grã-cruz da real ordem militar portuguêsa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, em 26 de janeiro de 1856, carta imperial de Visconde de Paraná em 10 de julho de 1852; e de marquês do mesmo título em 5 de dezembro de 1854.

Quando, em 5 de setembro de 1853, o Visconde de Paraná foi chamado para a organização de um novo ministério, a política do país, essa política que desde 1830 tinha dominado inteiramente o espírito público, estava de todo gasta.

A luta, que durante tantos anos havia animado com a sua agitação febril as questões de governos e administração, desaparecia, deixando após si a reação, e com ela o letargo de todas as paixões políticas, a descrença nos poucos princípios que haviam servido de norma e de programa às diversas opiniões.

Um dos dois partidos enfraquecido, decomposto, sem harmonia e sem ligação, havia tudo perdido, até o nome que o distinguia; alguns homens notáveis pela sua influência passada, restos de um grande núcleo, lembravam ainda, como hoje, êsses liberais ilustres que haviam dirigido os negócios do país durante os primeiros anos de sua organização, e inaugurado por uma revolução legal o reinado atual.

O ultimo ministério do Marquês de Paraná é a história contemporânea que todos conhecem.

Êle realizou o grande pensamento da *conciliação* proclamado do alto do trono e foi o iniciador de uma nova política.

Faleceu no dia 3 de setembro de 1856, sendo Presidente do Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, Senador do Império, Conselheiro de Estado, Ministro do Supremo Tribunal de Justiça; Oficial da Ordem do Cruzeiro, Grã-Cruz de Cristo, da Águia Branca da Rússia, da Ordem Militar da Conceição de Vila Viçosa, Provedor da Santa Casa de Misericordia.

OS CONTEMPORANEOS

A. Sisson Lith. de photog. de Loup

Lith. de Mello Rio de Janeiro

EUSEBIO DE QUEIROZ COUTINHO MATTOSO CAMARA

Eusebio de Queirós Coitinho Mattoso Camara

Eusébio de Queirós

Eusébio de Queiróz Coutinho Matoso Câmara nasceu aos 27 de dezembro de 1812 em S. Paulo de Loanda ao tempo em que seu pai o conselheiro Euzébio de Queirós Coutinho da Silva ali servia o lugar de ouvidor geral da comarca.

Era êste conselheiro casado com sua prima D. Catarina M. de Queirós Câmara. Foi juiz de fora de Benguela, ouvidor geral de Angola, e depois desembargador da Bahia com exercício de ouvidor na comarca do Serro do Frio, então vila do Príncipe em Minas Gerais, donde foi escolhido em 1821 para ser um dos fundadores da relação de Pernambuco. Nomeado deputado para as côrtes de Portugal, preferiu ir servir naquela relação o lugar de procurador da Coroa por ordem do então ministro José Bonifácio de Andada e Silva, que lhe votava grande estima em conseqüência da adesão que mostrara aos princípios da independência proclamando as colónias da África, convidando-as a que se separassem do Portugal para se unirem ao Brasil. Em 1825 veio tomar assento como desembargador agravista na Casa da Suplicação; em 1827 foi nomeado desembargador do Paço e chanceler governador das justiças na relação da Bahia, donde regressou para o Rio de Janeiro em 1828 por ser da primeira organização do Supremo Tribunal de Justiça. Seu filho quinto de nascimento, mas primogênito dos dois únicos que escaparam ao clima deletério da África Portuguêsa, veio para o Rio de Janeiro contando três anos de idade: tinha seis anos quando levado ao Serro do Frio aprendeu ali as primeiras letras; em 1822 aprendeu latim em Pernambuco com o padre Francisco do Rêgo Barros; em 1826 e 1827 freqüentou o seminário de S. José, estudando filosofia racional e moral com o padre mestre Fr. Peres, retórica e grego com o padre mestre Fr. Custódio de Faria. Êste professor fazia do seu discípulo tal conceito que no atestado de freqüência declarou ser tão distinto que se nessas aulas houvessem prêmios, os seus mesmos condiscípulos proclamariam que a êle competia. Em 1828 repetia na Bahia a aula de retórica quando se abriu o curso jurídico de

Olinda, para onde foi remetido em companhia do primeiro lente daquela Academia e seu diretor interino o desembargador Lourenço José Ribeiro.

Seu exame de latim foi por onde começou a nova Academia, assim como foi o primeiro estudante que se habilitou para nela se matricular. Tinha acabado de fazer 15 anos, teve por condiscípulos homens feitos e alguns dos que mais se têm distinguido. Entretanto coube-lhe a honra de ser premiado com o atual Bispo do Rio de Janeiro o Sr. Conde de Irajá, que já era sacerdote e lente de teologia moral no seminário de Olinda. Foi premiado ou proposto a prêmio em todos os quatro anos dêsse curso em que houveram prêmios. Fechada a Academia antecipadamente pelas perturbações de 1832, fez ato e tomou o grâu de bacharel formado no mês de setembro, e aos 20 de outubro chegou ao Rio de Janeiro para a companhia de seu pai, que então servia no Supremo Tribunal de Justiça; aos 9 de novembro foi nomeado juiz do crime do bairro do Sacramento nesta Côrte, lugar que começou a servir como de juiz de fora no dia 24 de novembro de 1832. Ia fazer 20 anos em 27 de dezembro!

Em 19 de março de 1833 foi nomeado juiz de direito chefe de polícia da Côrte contando, como se vê, muito menos de 21 anos. A época era melindrosa: filho de um homem que se ocupava exclusivamente dos seus deveres como magistrado, e que se conservava sempre estranho à política, o filho continuou na mesma vereda até o ano de 1840. Em 1835 casou-se com a Sra. D. Maria Custódia Ribeiro de Oliveira Queirós, filha legítima do abastado capitalista e comendador Manuel José Ribeiro de Oliveira, já então falecido, e de sua mulher D. Engrácia Maria da Costa Ribeiro, filha do tenente coronel Manuel José da Costa, a qual é hoje a Sra. condessa da Piedade por ser viúva em segundas núpcias do Conselheiro de Estado José Clemente Pereira. Ocupou o lugar de chefe de polícia desde março de 1833 até o mês de abril de 1844 com uma ligeira interrupção de 5 meses em 1840.

Em março de 1842 foi nomeado desembargador da Relação do Rio de Janeiro, continuando no exercício de chefe de polícia: apenas pois obteve a demissão dêsse cargo continuou a servir na Relação até maio de 1848, em que da Câmara dos Deputados passou a ocupar o Ministerio da Justiça, em 29 de setembro de 1848, onde se conservou até maio de 1852.

Em 1838 foi eleito deputado à Assembléia Provincial, e logo um dos primeiros; em 1840, apesar de candidato da oposição, obteve o 5.º lugar entre os deputados do Rio de Janeiro para a Câmara dissolvida em preparatórias no ano de 1842. Reeleito na de 1843, serviu nela até 1844 em

que foi também dissolvida discutindo-se o voto de graças de que fôra relator, tendo prèviamente pedido e obtido demissão de chefe de polícia.

Voltou à Camara dos Deputados em 1848, donde saiu, como vimos, para o Ministério; reeleito daí em diante, constantemente foi eleito e escolhido senador em 1854.

Quando em março de 1833 entrou para o cargo de chefe de polícia, êsse cargo não tinha atribuições; não podia dar uma busca, e até havia quem lhe contestava o direito de ordenar prisões; a cosignação para a polícia apenas era para pagar a secretaria e deixava menos de dois contos anuais para eventuais.

Eis como se exprime o Relatório do Sr. Marquês, de Palma em 1833: "O chefe de polícia está quase limitado a transmitir notícias aos juizes de paz, e a recebê-las dêle para as comunicar ao governo."

É fácil portanto ajuizar que o chefe de policia é quase um nome vão que não serve senão para comprometer o magistrado que o tiver.

O público, fácil de iludir-se com os nomes, quer exigir dêles os mesmos serviços que recebia do intendente geral da polícia, mas êle de fato nenhuns serviços poderá prestar, e para disso nos convencermos basta ponderar que não tem jurisdição para passar um só mandado de busca, um só mandado de prisão.

Entretanto, a cidade estava inçada de ladrões que atacavam as casas mesmo nas ruas mais freqüentadas da cidade como Ourives, Quitanda, Ouvidor, etc.

Pedro Espanhol era seu chefe, que espalhava o terror, mas passeava impunemente: as fábricas de cobre trabalhavam até na Rua do Cano!

A atividade da polícia apreendeu em 1833 dentro de poucas semanas mais de seis fábricas, uma delas em tão grande escala, que excedia em alguns misteres à Casa da Moeda. Pedro Espanhol foi prêso depois de resistência, que o deixou tão ferido que em alguns dias morreu; sua quadrilha foi dispersada, indo a maior parte para as galés, sendo o seu último feito o ataque da Ilha da Caqueirada, onde foi arruinado o infeliz Liberal: pagaram quatro com a pena última o seu arrôjo; algumas dezenas de seus sócios foram purgar nas galés seus atentados.

O tesouro foi roubado; mas a perseverança da polícia conseguiu em alguns meses reaver quase todo o roubo, prender os salteadores, e se todos não pagaram suas culpas, dependeu isso do júri de Niterói, então de escandalosa celebridade.

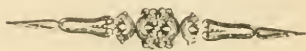
Diligências importantes sôbre o papel-moeda descobriram as fábricas até mesmo em Portugal, onde se encontraram provas e fábricas por indicações feitas pela polícia do Rio de Janeiro.

Já em 1836 assim se exprimiu o Sr. Limpo, Visconde de Abaetê, no seu Relatório: "Só uma atividade que não cansa, um zêlo que não desmaia, podem explicar algumas importantes diligências que se tem feito nesta Capital. Além das prisões de muitos facinorosos, apreendeu-se, em o mês de dezembro do ano próximo passado, a um francês cêrca de 90 contos de réis em notas falsas. A fábrica foi vigiada constantemente pela polícia por espaço de mais de um mês, e a apreensão das notas efetuou-se precisamente na ocasião em que elas iam ser introduzidas na circulação. Uma diligência delineada com tanta perspicácia, seguida com tanta perseverança e executada com tão feliz resultado, fazia honra à polícia mais bem montada.

No Senado o Marquês de Barbacena exaltava a nova atividade da polícia na Câmara dos Deputados os membros de partidos opostos elogiavam o jovem chefe de polícia.

O Sr. Vasconcelos, então ministro, Marinho, Otoni e Limpo, de idéias inteiramente opostas, o elogiavam. O júri chegou a ter onze sessões anuais, das quais oito presididas pelo chefe de polícia para pôr em dia processos atrasados desde 1808! Em 1833 em dezembro houvera os distúrbios da Sociedade Militar; o chefe de polícia então em nulidade em política não era nem eleitor; as ordens eram transmitidas diretamente aos juizes de paz; nestes dias êle nem teve a disposição da fôrça da polícia; o ministrou mandou prender o juiz, encarregando a direção ao juiz de paz da Glória, João da Silveira do Pilar; o chefe de polícia inspirava tão pouca confiança em política que só foi informado do que se fazia depois de tudo feito. O ministro procurou substituí-lo; e chegou a oferecer ao Sr. Paulino (Visconde do Uruguai) êsse lugar, o que não foi aceito; e como as questões políticas cessaram, tomando as deliberações tôdas o ministro com os juizes de paz, e no mais o chefe de polícia agradou e foi conservado.

Do tempo do Ministério os fatos são muito recentes e públicos. Da vida parlamentar o mesmo.

A Sisson Lith. de photog. de Moreaux

Lith. de Mello Rio de Janeiro

BARÃO DE MAUÁ

Barão de Mauá

O Barão de Mauá

RINEU EVANGELISTA DE SOUZA, filho legítimo de João Evangelista de Souza e de sua mulher D. Mariana de Souza e Silva, nasceu a 28 de dezembro de 1813 na freguesia do Arroio Grande, distrito de Jaguarão, província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. No ano de 1822 veio para a côrte concluir sua educação, estreando a sua carreira comercial ao ano de 1825 como caixeiro do negociante de fazendas Antônio José Pereira de Almeida. Apesar de sua tenra idade, tanta aptidão mostrou para o comércio e por tal forma se houve no desempenho de seus deveres, que retirando-se o Sr. Almeida à vida privada quatro anos depois, não se esqueceu de recomendar o seu joven caixeiro a um amigo que estava no caso de aproveitar os seus serviços. Em 1829, pois, entrou Irineu Evangelista de Souza para a muito acreditada casa comercial de Ricardo Carruthers, o qual, reconhecendo logo as felizes disposições de que era dotado, comprazeu-se em auxiliá-lo a desenvolvê-las, encarregando-o pouco depois da direção da sua casa de comércio, à qual o associou no dia 1.º de janeiro de 1836. e deixando-o à testa dos seus negócios quando no ano seguinte se retirou para a Europa.

Desde essa época a casa de Carruthers e Cia. da qual Irineu Evangelista de Souza era sócio gerente, tornou-se uma das principais desta côrte pelo elevado crédito que lhe granjeara a sua hábil direção. Para dar maior desenvolvimento ainda a suas operações comerciais, empreendeu Irineu Evangelista de Souza em 1840 uma viagem à Europa, estabelecendo durante sua estada ali uma casa em Manchester sob a firma de Carruthers, de Castro e Cia.

Regressando ao Rio de Janeiro em 1841, casou-se a 11 de abril dêsse mesmo ano com sua sobrinha D. Maria Joaquina de Souza, que, conjuntamente com tôda a sua família, fôra buscar ao Rio Grande em 1835.

Querendo concorrer por sua parte para o progresso comercial da província onde nascera, estabeleceu no ano de 1845 uma casa no Rio

Grande sob a firma de Carruthers Souza e Cia. A atividade do seu espírito, porém, não se satisfez com tão pouco. No ano de 1846 fez a aquisição do belo estabelecimento de fundição e estaleiro da Ponta da Areia, elevando-o logo gradualmente da decadência em que se achava ao estado próspero e florescente que poucos anos depois o tornaram o primeiro estabelecimento dêsse gênero na América meridional. Nesse mesmo ano, tendo sido pelo corpo comercial do Rio de Janeiro eleito presidente da comissão da praça do comércio, teve mercê do hábito de Cristo.

Em 1847, achando-se na cidade do Rio Grande, organizou ali a companhia rio-grandense de reboques a vapor, para facilitar o serviço da barra da província.

Por decreto de 24 de janeiro de 1850, foi agraciado com o oficialato da ordem da Rosa, na qual foi elevado a comendador em 15 de maio de 1851 em remuneração dos serviços prestados na confecção dos regulamentos para a execução do código comercial. Nesse ano fundou em New-York uma casa comercial sob a firma de Carruthers Dixon e Cia. e revertendo nessa época ao país os avultados cabedais empregados no tráfico do escravocrata, em virtude da cessação desse ilícito comércio, iniciou Irineu Evangelista de Souza o espírito de associação entre nós organizando nesse mesmo ano de 1851 o Banco do Brasil que tão assinalados serviços prestou a esta praça e que três anos depois, pela sua fusão com o Banco Comercial, serviu de núcleo à instituição de crédito que hoje funciona com o mesmo título e para cuja fundação poderosamente concorreu Irineu Evangelista de Souza.

Logo em seguida foram por êle criadas: a de navegação e comércio do Amazonas e a de diques flutuantes.

Em 30 de abril de 1851, por ocasião da inauguração da primeira via férrea no Brasil, levada a efeito pelo seu gênio empreendedor, foi agraciado com o título de Barão de Mauá. Em julho dêsse ano transferiu à propriedade do estabelecimento da Ponta da Areia a uma companhia que organizou e da qual é o principal acionista e administrador. Ainda nesse ano fundou nesta praça, com uma casa filial em Londres, a sociedade bancária em comandita sob a firma de Mauá Mac Fregor e Cia. que a despeito da injusta e desabrida guerra que por muito tempo sofreu, tem prosperado em bem dos interessados e da praça do Rio de Janeiro, que nela encontra sempre um poderoso auxiliar.

Em julho de 1856, estabeleceu uma casa bancária em Montevidéu sob a firma de Mauá e Cia. que muito bons serviços já tem prestado ao comércio da República Oriental, a cujo govêrno por várias vezes e em

épocas bem críticas acudira o nosso distinto patrício com empréstimos de seus capitais, promovendo ainda por esta fórma os interêsses do Império.

Além destas emprêsas por êle mesmo criadas, o Barão de Mauá tem concorrido com seus esforços, sua vasta inteligência e sua fortuna para a realização de tôdas quantas emprêsas de algum vulto existem no país.

Entre os concessionários da projetada estrada de ferro de S. Paulo, figura ainda o nome do Barão de Mauá, que pretende levar a efeito mais êsse importante melhoramento por meio de capitais levantados em sua máxima parte fóra do país.

Nas últimas eleições para deputados, o circulo do Rio Grande resolveu unânimemente, em sinal do aprêço em que tem o seu distinto comprovinciano, dar-lhe um lugar na câmara temporária, na qual já tivera assento como suplente desde o ano de 1855. Alí por várias vezes se tem feito ouvir o nobre Barão, sempre que se trata de questões comerciais, pugnando pelos direitos da classe a que pertence e sustentando diferentes medidas tendentes a beneficiar a indústria do país.

O Barão de Mauá é membro honorário do Institúto Histórico e Geográfico do Brasil, tesoureiro do Hospício de Pedro II, e sócio de muitas outras instituições de beneficência.

Seu talento não vulgar e seus serviços, a amenidade do seu trato e sua nunca desmentida probidade, tornam-no um dos caracteres mais distintos de que o Brasil com razão se pode ufanar.

OS CONTEMPORANEOS

A.Sisson Lith. 1857

Lith. de Mello Rio de Janeiro

JOSÉ CLEMENTE PEREIRA

Joze Clemente Pereira

José Clemente Pereira

A 17 de fevereiro de 1787 nasceu JOSÉ CLEMENTE PEREIRA, no lugar de Adem, vila de Castelo-Mendo, comarca de Trancoso, bispado de Pinhel em Portugal.

Seus pais, José Gonçalves e D. Maria Pereira, confiaram sua educação literária a um seu tio sacerdote, o qual habilitou-o nos preparatórios necessários para matricular-se na Universidade de Coimbra, onde obteve o grau em direito e cânones.

No tempo da invasão dos franceses na Peninsula, José Clemente alistou-se no batalhão acadêmico que então se organizou em Portugal e de que foi comandante José Bonifácio de Andrada e Silva.

Na carreira das armas não tardou muito que sua coragem e aptidão o tornassem conhecido muito vantajosamente, pelo que foi elevado a capitão e comandante de uma das guerrilhas que mais dano causou às armas francesas.

De Portugal passou a atacar os franceses em Espanha, debaixo das ordens do duque de Welington, fazendo parte do famoso exército anglo-luso, que tanto concorreu para a primeira queda do Império, dando em suas armas o mais terrível golpe e obrigando-os à evacuação da Península com grandes perdas e inúmeras derrotas.

Nesse exército militou por muito tempo; viu com a espada na mão a abdicação de Fontainebleau, e ouviu de sua pátria o eco da queda inesperada do mais assombroso astro do século.

Já não era preciso pelejar. A paz universal tinha tornado inútil a espada do jovem guerreiro. José Clemente deixa a Europa em 1815 e vem para o Brasil começar uma nova carreira, em que tantos louros e tanta glória o esperavam.

Desconhecido na segunda pátria que abraçou, viu-se obrigado a recorrer à advocacia para viver, e assim passou até 1819, tempo em que, graças a seu mérito pessoal e reputação adquirida, foi nomado juiz de fora, encarregado de criar a vila da Praia-Grande, hoje cidade de Niterói,

que com efeito criou, alinhando e medindo com suas próprias mãos ruas e praças, e edificando uma capela que servisse de matriz e que hoje já não existe.

Além disto, abasteceu de água a nova vila, e tantos outros serviços lhe prestou que a câmara municipal reconhecida dedicou-lhe em 1840 uma rua que denominou de S. José.

Com verdadeiro entusiasmo recebeu, a 26 de fevereiro de 1821, a notícia de que o povo se reunia para jurar fidelidade à Constituição que as côrtes estavam fazendo, e sem perda de tempo a câmara de Maricá, onde se achava, fê-la prestar e tomar juramento, e ordenou luminárias, "Te Deum" e outras públicas manifestações de regozijo popular de que êle mesmo estava sinceramente possuído.

A 30 de maio dêsse ano entrou em exercício no lugar de juiz de fora da côrte, e por êsse tempo foi eleito presidente da câmara municipal, da qual recebeu, assinado por seus colegas, um documento em que se manifesta admiração e reconhecimento pela energia e coragem admiráveis que desenvolveu no dia 5 de junho, opondo-se destemidamente aos oficiais dos batalhões portuguêses que, insurgidos e armados no largo do Rocio, queriam que se jurasse a Constituição portuguêsa e se desse ao príncipe D. Pedro uma junta de nove membros que assistissem a seus despachos, o que era coagi-lo a fazer única e exclusivamente o que fôsse da vontade de Avilez.

Ainda como presidente da câmara desta côrte, foi êle quem suscitou a idéia e levou a execução a célebre representação de 9 janeiro de 1822, e possuído de amor e santo zêlo pela causa de sua nova pátria, penetrou acompanhado de seus colegas no palácio de Bobadela, onde encontrou o príncipe que devia mais tarde ser o primeiro Imperador brasileiro, recostado ao trono de seu pai. Ali falou-lhe com tanta fôrça e eloqüência dos perigos iminentes a Portugal e ao Brasil se Sua Alteza Real partisse como exigiam e urgiam os portugueses, que êste, tocado de suas razões acedeu aos desejos ardentes do povo brasileiro e deixou escapar de seus lábios êsse famoso "FICO" que foi o "fiat-lux", a aurora venturosa de uma nova era de esperanças para o Brasil.

Nesse dia escreveu-se no livro das leis eternas o fato mais tarde realizado de nossa independência, e José Clemente, que foi um dos mais ardentes corifeus dessa causa santa e gloriosa, é sòmente por êste, quando mesmo outros títulos não tivesse, credor de nosso profundo e eterno reconhecimento; tanto mais que essa sua dedicação no momento em que Portugal mais se empenhava recalcar a cabeça do gigante que ensaiava

êsse brado de morte, que lhe queriam sopitar antes que reboasse em todos os ângulos do mundo, atraíu-lhe o ódio e a vingança portuguêsa que não eram por certo mui fáceis de afrontar sem riscos e perigos, e que muito o fizeram sofrer.

Dado aquele primeiro passo, José Clemente não soube mais descansar. Na côrte trabalhava com empenho e sofreguidão, já propondo ao príncipe a reunião de uma assembléia geral das províncias do Brasil, já animando-o e incutindo-lhe a idéia de lançar a primeira pedra fundamental do Império da Santa Cruz; e fora da côrte comunicava-se com muitos independentes como o coronel Fontoura em Montevidéu e outros em várias províncias, merecendo por tudo isto uma portaria do príncipe D. Pedro, em que lhe fazia ver o desejo que tinha que não se aproveitasse êle de uma licença que como juiz de fora tinha alcançado, porque Sua Alteza, em vista de seu patriotismo e dedicação, não podia prescindir de seus valiosos serviços.

O Ipiranga ouviu soar êsse brado glorioso de um príncipe magnânimo que deixa a pátria e um trono fortalecido por muitos séculos, por um povo a quem ama e a quem quer dar a mão como anjo de salvação. O Brasil não é mais uma pobre colónia, o riso de satisfação que se debuxa em todos os semblantes, e a legenda, INDEPENDÊNCIA OU MORTE, que se lê nos laços que trazem todos o indivíduos, dão prova ao mundo que chegou o dia de levantar-se gigante o império americano. Resta sòmente aclamar Imperador o príncipe que por nós tudo sacrificou e confeccionar uma Constituição que sirva de base a seu govêrno; e é ainda José Clemente quem dirige a famosa circular de 17 de setembro de 1822 em que se exige um juramento prévio de manter e defender a Constituição tal qual no-la desse a assembléia constituinte e legislativa. Mas assim como seus serviços a Portugal prestados em sua mocidade foram depreciados e esquecidos, assim tudo o que fez pelo Brasil foi interpretado e comentado por seus inimigos de modo que viu-se José Bonifácio na portaria de 11 de novembro tratá-lo e a seus amigos de facção oculta e tenebrosa, de furiosos demagogos e anarquistas que ousavam, temerários, com o maior maquiavelismo caluniar a indubitável constitucionalidade do Imperador e de seus mais fiéis ministros. Mudou José Clemente de idéias, ou foi infamemente caluniado?

Seja como fôr, na devassa que se seguiu à deportação foram pronunciados por demagogos José Clemente e muitos de seus partidários mais notáveis; mas êste homem que foi desterrado por demagogo recebe a 17 de fevereiro de 1824 a dignitária do cruzeiro juntamente com Labatut, ge-

neral da independência, e sendo essa a segunda vez que se distribuiu aquela condecoração.

Nas primeiras eleições para deputados foi eleito pelo Rio, por S. Paulo e por Minas, e por êsse tempo foi pelo Imperador elevado a intendente geral da policia, e depois chamado para o ministério, em que, conciliando as funções de ministro e de intendente, prestou a esta cidade relevantes serviços.

O Código Criminal que hoje nos rege é obra sua refundida por Bernardo Pereira de Vasconcelos, e o Comercial de 1847 deve a êle como relator da comissão que apresentou o projeto primitivo em 1834 o ter passado no Senado, embora com grandes alterações.

A província do Pará considerou-o digno de representá-la na Câmara dos Senadores, e mandou seu nome na lista tríplice para um dos lugares daquela corporação. Sendo escolhido pela Coroa, tomou assento entre os anciãos da pátria e sustentou sempre ali o prestígio de seu nome.

Agora acompanhe-se o ilustre brasileiro em outra fase de sua vida e ver-se-á que o homem político, que tanto pugnou pela independência do Brasil, em nada avulta mais que o homem da caridade que concebeu o plano e realizou a construção dos dois mais belos e mais úteis edifícios desta côrte, onde o pobre que sofre do corpo e o que sofre do espirito acham remédio e cura para seus males.

Com efeito, José Clemente Pereira, deputado geral, senador do Império, ministro da Justiça e duas vezes da Guerra, não vale mais, e talvez nem tanto quanto José Clemente, provedor e fundador dos hospitais da Misericórdia e Pedro II, que rivalizou com os primeiros do mundo e são eles mesmos em seu gênero os primeiros da América.

Na construção e direção dêsses hospitais não poupou o provedor coisa alguma que pudesse ser útil à humanidade pobre a quem dedicara os últimos quinze anos de sua vida. Consultou a Academia de Medicina sôbre o local que nem por isto foi bem escolhido, procurou para dirigir o serviço sanitário das enfermarias os médicos e cirurgiões mais notáveis, e conhecendo os grandes serviços que na Europa prestam as irmãs de caridade de S. Vicente de Paulo, chamou-as ao Brasil e proveu delas os seus dois hospitais. Sabe-o Deus se com isto prestou ou não um serviço ao sofrimento, mas em todo o caso suas intenções eram puras e suas vistas da mais sublimada caridade.

O Rio de Janeiro lhe deve nessas duas obras monumentais que levaram à mais remota posteridade o nome e a glória de José Clemente, uma dívida de coração que lhe pode pagar, porque a caridade é de Deus

e só êle tem o poder de remunerar aquêles que sacrificam a vida do mundo por essa mais sublime das virtudes.

Êste grande homem, êste grande vulto duplamente amado e respeitado dos brasileiros, deixou a peregrinação da vida em 1854, no meio de lágrimas e bênçãos de uma população de infelizes que perderam nêle um pai sempre solícito em minorar-lhes os sofrimentos e as misérias.

O Senhor D. Pedro I nomeou-o desembargador, dignitário do cruzeiro, intendente da policia, ministro do Império, grande dignitário da Ordem da Rosa, e ocupou-o em mais duas repartições ministerais.

O Senhor D. Pedro II nomeou-o ministro da Guerra em 23 de março de 1841, senador em 31 de dezembro de 1842, conselheiro de Estado em 14 de setembro de 1850, e primeiro presidente do Tribunal do Comércio em 4 de setembro do mesmo ano.

Foi eleito deputado à assembléia geral por Minas, S. Paulo, e quatro vezes pelo Rio de Janeiro, senador por Alagoas uma vez, duas pelo Rio de Janeiro e uma pelo Pará por onde foi escolhido.

Enfim, e como a prova mais saliente de seu merecimento pessoal e de suas virtudes, recebeu José Clemente do Senhor D. Pedro II a maior honra que um monarca pode despender com um súdito. Sua Majestade mandou elevar-lhe uma estátua no Hospício de Pedro II, defronte da sua que ocupa uma das salas daquele grande edifício.

A. Sisson Lith. 1857

Lith. de Mello Rio de Janeiro

VISCONDE D'URUGUAY

Visconde do Uruguay

Visconde de Uruguai

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA, hoje Visconde de Uruguai, nasceu na cidade de Paris, no ano de 1807.

Ainda muito moço, deixou sua cidade natal e veio para o Maranhão em companhia de seus pais, o Dr. José Antônio Soares de Souza e D. Antônia Madalena Soares de Souza.

Naquela província começou a fazer os primeiros estudos para a carreira das letras, que tão brilhantemente percorreu e em que logrou muito merecidamente criar um nome considerado e respeitado dentro e fora do Império pelas nações cultas que reconhecem nêle o diplomata eminente e o estadista profundo do Brasil.

Na idade de quinze anos deixou sua família e passou a Portugal, com o fim de estudar na Universidade de Coimbra, onde com efeito, matriculou-se e estudou até o quarto ano de direito e cânones; não podendo tomar o grau naquelas matérias por ter nesse ano rebentado a revolução em favor de D. Miguel de Bragança e ter-se em conseqüência fechado a Universidade.

Voltando ao Brasil, o Sr. Paulino não quis perder tantos anos de fadigas, e com os olhos no futuro esperançoso que sua vasta inteligência lhe prometia, resolveu prosseguir na carreira que havia começado, para o que dirigiu-se à província de S. Paulo, onde já então existia a Academia de Direito, e aí terminou sua vida escolar, tomando grau de bacharel no ano de 1831.

A política que naquele tempo revolvia tôdas as cabeças, e absorvia em seu turbilhão tôdas quantas inteligências o Brasil produzia, nenhum atrativo teve para êle, ou se o teve encontrou em seu juízo reto e em sua vontade mais forte que suas inclinações, uma barreira insuperável. O Sr. Paulino atirou-se para outro lado: escolheu a magistratura, e pouco tempo depois de formado alcançou o despacho de juiz de fóra de S. Paulo, donde no fim de oito meses foi removido para a côrte, no lugar de juiz do crime do bairro de S. José, a que também foi anexado o expediente da Intendência da polícia.

Com a execução do Código do Processo deixou o juizado do crime de São José e passou a ocupar o do cível da segunda vara da côrte.

O ato adicional criando as assembléias de províncias, abriu um novo campo em que brilharam e se fizeram conhecidas muitas inteligências que não tinham alcançado entrar no seio da representação geral do país. Foi dêsse número o Sr. Paulino, que estreou brilhantemente sua carreira parlamentar na assembléia provincial do Rio de Janeiro, da qual recebeu a maior prova de consideração, sendo por ela escolhida para entrar na lista dos vice-presidentes daquela província.

O magistrado íntegro tinha reunido à sua coroa de glória novos louros colhidos na tribuna. Seu nome já era tão conhecido, quanto respeitado, e o regente Feijó, apreciando com justiça as qualidades que o distinguiam, despachou-o presidente da província que o tinha eleito deputado.

Êsse cargo importante que êle desempenhou tão hábil quanto honradamente, deu-lhe tal popularidade que em 1836 foi eleito por aquela província para representá-la na câmara dos deputados da nação.

Esta prova de consideração nunca mais lhe foi retirada até a sua entrada para o senado, salvo na eleição de 1844, em que saiu segundo suplente, o que o não privou de tomar assento por ter falecido um deputado, e entrado para o senado o primeiro suplente.

Na câmara ligou-se ao lado politico de que eram chefes Bernardo Pereira de Vasconcelos, o Marquês de Paraná; mas não só nunca se levantou para defender e sustentar idéias exageradas, tão em moda naqueles tempos, como até mesmo não tomou parte em discussões puramente políticas e de partido.

Essa abstenção numa época em que não havia outra base nem outra matéria de discussão que não fôsse a política de partido, longe de prejudicar sua reputação, fazendo-o cair no esquecimento, que para os homens políticos é a morte, deu-lhe pelo contrário a reputação de grave, prudente, e moderado. E' que êle teve ocasião de se mostrar e fazer-se lembrado.

Como relator da comissão que em 1836 apresentou o projeto de interpretação ao ato adicional de que foi o mais extrêmo defensor, teve êle ocasião de mostrar-se mais vantajosamente do que o poderia fazer nessas questões pequenas que absorviam todos os ânimos e estragavam tão belas idéias e tão robustas inteligências.

No ano de 1840 foi o Sr. Paulino pela primeira vez fazer parte do conselho da Coroa, aceitando a instâncias de seus amigos e correligionários políticos a pasta da Justiça do ministerio de 23 de maio, em que esteve apenas dois meses, caindo com seus colegas no dia 23 de julho, em que

subiu ao trono imperial o Senhor D. Pedro II; mas nem por ter sido tão curto o seu govêrno, passou êle desapercebido e indiferente para o país.

No senado sustentou uma longa discussão sôbre o projeto da lei de 3 de dezembro de 1841, apresentado pelo senador Vasconcelos, com as emendas que lhe foram anexas.

Nas eleições que se seguiram à maioridade do Imperador, tomou uma parte muito ativa, e tendo sido reeleito deputado, foi, em 1841, chamado ao ministério de 23 de março ocupando novamente a pasta da justiça.

Como membro daquele govêrno, e particularmente como ministro da justiça, tomou medidas enérgicas e até certo ponto violentas, para reprimir o movimento revolucionário despertado em Minas e S. Paulo.

Êste procedimento do Sr. Paulino, que se tem alguma desculpa é sòmente a de ter sido aconselhado por circunstâncias extraordinárias, deu-lhe na opinião pública o conceito de violento e partidário.

Em 1843 caiu o ministério de 23 de março, e subiu o de 20 de janeiro. O Sr. Paulino continuou neste, passando a 8 de junho a ocupar a pasta dos Negócios Estrangeiros por ter passado a da Justiça ao Marquês de Paraná.

Continuou com essa pasta até 2 de fevereiro de 1844, quando, retirando-se do poder, foi para a Câmara dos deputados fazer decidida oposição ao gabinete que subira naquela data.

Foi nesse ano que, pela dissolução da Câmara, procedeu-se a novas eleições, em que, como já se sabe, saiu segundo suplente. Tomando assento em razão de ter morrido o cônego Januário e entrado para o Senado o Marquês de Caxias, colocou-se novamente nos bancos da oposição, e nêles permaneceu firme até o fim da legislatura.

Nas eleições de 1848 foi reeleito deputado pela província do Rio de Janeiro, que êle por tantos anos representara; mas foi esta a última vez, porque logo após essa eleição o povo que o tinha honrado com seu voto desde 1834, que lhe tinha em tôdas as legislaturas subseqüentes confiado a guarda e defesa de seus mais sagrados direitos, quis dar-lhe uma prova mais subida de sua estima e seu reconhecimento, elegendo-o seu representante na Câmara vitalícia, para onde entrou por carta imperial de 21 de março de 1849.

Nem foi esta a única e a primeira vez que igual honra coube ao distinto senador pelo Rio de Janeiro. Já antes a mesma província tinha oferecido seu nome à consideração da Corôa, e o Maranhão o tinha também uma vez incluído na lista tríplice para um senador.

A 8 de outubro dêsse ano entrou para o ministério de 29 de setembro de 1848, e ocupou pela segunda vez a Pasta dos Negócios Estrangeiros, em que muito se distinguiu da primeira.

Nesse ministério, sem dúvida a mais gloriosa fase da vida pública do Sr. Paulino, contribuiu êle eficazmente para a destruição do cancro roedor da sociedade brasileira — o comércio infame de carne humana.

Seu brilhante discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, a 15 de julho de 1850, elevou-o e colocou o govêrno do Brasil em uma posição tão nova, quanto nobre e respeitável. Foi com efeito a primeira vez que se viu êsse govêrno pronunciar-se com tanta decisão e firmeza; e a correspondência de S. Exa. com a legação inglesa, em que se opõe à arrogância de uma nação poderosa que tudo quer levar pela fôrça, a firmeza e resignação, calma e fria da nação fraca que prefere a extinção ao aviltamento de sua dignidade e de seus brios, é um padrão de glória para o ministro, para a Coroa e para o país.

Foi ainda nesse seu ministério que o Brasil se coligou com o general Urquiza para derrubarem o tirano Rosas, e neste empenho tomou uma parte muito ativa o ministro dos estrangeiros.

Com as repúblicas do Uruguai e do Perú concluiu o tratado de comércio, limites e navegação fluvial de 23 de outubro de 1851, e depois de ter prestado todos êsses serviços ao país, deixou o poder a 6 de setembro de 1853, sendo dois dias depois nomeado conselheiro de Estado ordinário.

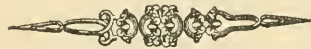
A 2 de dezembro de 1854 foi-lhe concedido, por graça imperial, o título de Visconde de Uruguai, com grandeza; em 1855 foi encarregado, como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, de uma missão especial junto à côrte de Napoleão, dando dessa vez mais uma prova de inteligência, patriotismo e talento diplomático. O fim daquela difícil missão era regular os nossos limites com a Guiana Francesa, que tinha a pretensão de estender sua posse até à margem esquerda do Amazonas.

O nosso ministro mostrou a sem razão desta pretensão, e provou à luz da evidência que o rio Oiapoque é a divisa dos dois países, como se depreende não só das tradições e idéias arraigadas entre os dois povos como e principalmente dos próprios tratados entre êles celebrados. De volta dessa missão o Sr. Visconde de Uruguai não tem mais tomado parte ativa nas negócios do país, limitando-se a tratar dêles como senador do Império.

Diversas nações da Europa honraram nêle o distinto estadista brasileiro concedendo-lhe condecorações de suas ordens mais estimadas.

O Sr. Visconde de Uruguai, senador do Império e oficial da ordem imperial do Cruzeiro, foi agraciado em 1850 por S.M. o rei de Nápoles com a grã-cruz da ordem de S. Genaro; pelo rei da Dinamarca em 1852 com a da ordem real de Danebrog; pelo imperador da Austria, no mesmo ano, com a da ordem imperial da Corôa de Ferro, e pelo rei de Portugal com a da ordem de Cristo daquele reino.

Além disto, é membro honorário da Academia Tiberina de Roma; da Academia Arqueológica da Bélgica; da Academia Britânica de Ciências, Artes e Indústria; da Sociedade de Zoologia de Aclimatação de Paris; da Sociedade Animadora das Ciências Letras e Artes de Dunquerque; do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e do Rio da Prata e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro.

O Sr. Visconde de Uruguai é casado com a exma sra. D. Ana de Macedo Álvares de Azevedo, com quem se desposou a 20 de abril de 1833.

Lemercier Paris

VISCONDE D'ABAETÉ

Visconde de Abaeté

Visconde de Abaetê

NTÔNIO PAULINO LIMPO DE ABREU, Visconde de Abaetê, nasceu em Lisboa a 22 de setembro de 1798.

Seu pai, Manuel do Espírito Santo Limpo, tenente-coronel do corpo de engenheiros, lente de matemáticas do Colégio dos Nobres, diretor do Observatório Astronômico, e sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa, morreu deixando-o ainda muito pequeno em companhia de sua mãe, Dona Maria da Maternidade de Abreu e Oliveira, a qual tendo recebido do rei D. João VI uma pensão que devia ser paga no Rio de Janeiro, trouxe-o consigo para esta cidade pouco depois da mudança da côrte para o Brasil.

No Rio, o Sr. Limpo de Abreu foi estudar no Seminário de S. José as faculdades necessárias para matricular-se no curso de direito da Universidade de Coimbra, tendo vistas de seguir a carreira da magistratura.

Preparado convenientemente, partiu para Portugal em 1815, e tendo freqüentado as aulas de direito, em que muito se distinguiu, fez sua formatura a 19 de maio de 1820, e a 17 de julho tomou o grau de licenciado em leis, não podendo tomar o de doutor, apesar de estar para isto habilitado com todos os exames, por ter receio que rebentasse a revolução que já naquele tempo se preparava com grande afã, e ter por isto deixado a metrópole e partido para o Rio em setembro de 1820.

Chegado a esta côrte, foi em seguida despachado juiz de fora da vila de S. João del-Rei por decreto de 22 de janeiro de 1821, e tendo desempenhado êste cargo por algum tempo com distinção, exerceu depois o de ouvidor interino da comarca do Rio das Mortes, que não menos reputação lhe granjeou.

Por decreto de 7 de fevereiro de 1823, foi nomeado ouvidor da comarca do Rio Grande do Norte, mas não foi exercer êste lugar porque o govêrno precisou de seus serviços em Paracatú, comarca de Minas Gerais, para onde foi nomeado por decreto de 24 de setembro do mesmo ano, e onde se casou com a Exma. Sra. D. Ana Luisa Carneiro de Mendonça, filha legítima do tenente-coronel de milícias João José Carneiro de Mendonça, abastado fazendeiro e nogociante.

A 12 de outubro de 1826, o govêrno imperial, querendo remunerar seus bons serviços e aproveitar seus conhecimentos não vulgares, despachou-o desembargador ordinário da Relação da Bahia, e a 19 de dezembro de 1828, deu-lhe exercício na Casa da Suplicação do Rio de Janeiro, onde serviu até a extinção dêsse tribunal, e ocupou uma casa de agravos e o lugar do promotor da justiça.

Quando se executou em 1833 a reforma judiciária, foi nomeado desembargador da Relação do Rio de Janeiro, onde serviu até 13 de maio de 1846, tendo como desembargador mais antigo presidido aquêle tribunal desde maio até dezembro de 1844.

Já nesse tempo era o sr. Limpo de Abreu muito conhecido no país e justamente reputado uma de nossas celebridades mais eminentes; por isto e por depositar nêle tôda a confiança que infundia sua carreira tão adiantada, e sem nenhuma nódoa, antes inteligente e honradamente percorrida, o govêrno da Regência nomeou-o, por decreto de 26 de maio de 1837, ministro adjunto do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em que serviu até 12 de fevereiro de 1838, tempo em que pediu e obteve sua demissão, oferecendo ao mesmo tempo os vencimentos a que tinha direito, para as despesas do Estado a braços com a rebelião do Rio Grande do Sul.

Um só degrau faltava ao Sr. Limpo para tocar ao fastígio da magistratura brasileira. S. Excia. tinha justos títulos para merecer aquela eminente posição a que não devem chegar senão os homens distintos no país por sua ilustração e por suas qualidades morais; também a 14 de maio de 1846 baixou a carta imperial que o nomeava ministro do Supremo Tribunal de Justiça, lugar em que muito pouco tempo permaneceu, aposentando-se a 8 de março de 1848 com os vencimentos de desembargador apesar da proposta do Sr. Pimenta Bueno, então Ministro da Justiça interino, que lhe queria dar, como já se tinha feito a outro, o ordenado por inteiro.

O moço que por seu próprio impulso se atirou à carreira das letras e nela escolheu a magistratura é agora chegado ao fim daquela árdua missão em cujo desempenho foi colhendo sempre, desde o primeiro até o último passo, os louros que nunca faltam ao homem de verdadeiro mérito.

O relatório da Justiça, apresentado pelo Sr. Feijó à assembléia geral de 1832, fala do Sr. Limpo de quem aquêle senhor recebeu eficaz coadjuvação na repressão dos criminosos, nos têrmos mais laudatórios e linsonjeiros possiveis. S. Exa. exprime-se assim: "E' à integridade e amor da justiça do desembargador que nestes últimos tempos serviu de promotor, que se deve nas suas visitas às cadeias a descoberta de tantos desgraçados, inteiramente esquecidos e até fatalmente abandonados."

O Sr. Feijó referia-se ao estado das cadeias, à miserável situação dos presos e demora dos processos.

Além dêste documento que tanto honra ao Sr. Limpo, e tanto abona sua conduta como magistrado, mereceu aquêle senhor do presidente do Supremo Tribunal de Justiça, quando obteve sua aposentadoria, um outro em que se declara que fôra assíduo em desempenhar com zêlo e atividade os deveres do emprêgo, conduzindo-se sempre com muita inteligência e probidade, e tornando-se digno de tôda a consideração e estima de seus colegas.

Tão breve quanto exige o pouco espaço reservado a êste trabalho, tem sido esboçada a vida do Sr. Limpo encarada pelo lado da magistratura; mas não foi sòmente por aí que se fez notável aquêle cavalheiro e portanto é preciso acompanhá-lo em outra fase de sua existência. Não fôra crivel que um moço de uma inteligência tão robusta como a do Sr. Limpo, e animado pelas aspirações que são um verdadeiro e constante apanágio daquela faculdade, se conservasse arredado da única cena em que podia com mais largueza pôr em jôgo todos os seus recursos intelectuais, e fazer-se conhecido e subir. O Sr. Limpo ao chegar ao Brasil entregou-se corajosa e esperançosamente à onda política que tão alto o elevou e em que de sua parte tão notável figura fez desde seus primeiros anos.

Minas Gerais foi a província do Império que o escolheu para representá-la na assembléia geral legislativa. Eleito pela primeira vez em 1824, foi reeleito até a legislatura de 1843 que foi dissolvida em 1844, e em que não foi considerado por se achar fóra do Império em virtude do movimento revolucionário que em 1842 teve lugar nas províncias de Minas e S. Paulo; daí por diante foi sempre eleito até o ano de 1847 em que entrou para o Senado.

Na Câmara defendeu sempre e sustentou com muito calor e distinção as idéias liberais, em cujo partido militou com muita popularidade, sendo êle mesmo um de seus mais conspícuos.

Em 1830 e 1831 foi nomeado membro das comissões que examinaram e emendaram o projeto dos Códigos do Processo Criminal e Penal, e em 1834 sustentou e defendeu as reformas que se converteram em lei do Estado pelo ato adicional à Constituição.

Na discussão calorosíssima que suscitou o projeto em 1840 apresentado de considerar maior, e elevar ao trono o Sr. D. Pedro II, foi êle um dos membros mais preeminentes da oposição, e nesta ocasião assumiu uma posição tão brilhante e elevada, que o "Diário do Rio", folha que não era de suas idéias, exprime-se a seu respeito nestas palavras: "Assim ficou a Câmara pendente da indicação do Sr. Limpo, e é hoje o Sr. Limpo quem

tem de dar a direção à discussão da Câmara, e não só isso, como também ao espírito público!!"

Foi presidente da Câmara nas sessões de 1833 e 1845, e completou sua carreira parlamentar entrando para o Senado por carta imperial de 13 de novembro de 1847, tendo já sido seu nome três outras vezes oferecido à escolha do Imperador pela província de Minas de que é senador.

Resta considerar alguns fatos mais importantes da vida administrativa e diplomática do Sr. Limpo, na qual se encontrará o mesmo homem eminente, que já é conhecido como magistrado e como legislador.

Tendo no ano de 1833 rebentado na capital de Minas Gerais um movimento sedicioso, que obrigou o presidente a mudar para outro lugar a sede do govêrno, e achando-se a província em um grau extraordinário de agitação, e a capital constantemente ameaçada, foi o Sr. Limpo de Abreu nomeado presidente daquela província, e seguiu para ali em fins daquele mesmo ano.

Suas maneiras e suas qualidades o fizeram logo estimado e respeitado dos mineiros, e êle, prevalecendo-se dessas boas disposições, logrou, sem derramar uma gota de sangue, pacificar a província, depois do que instou por sua demissão, que obteve em 1835.

Os mineiros agradecidos deram-lhe dessa vez mais uma prova de consideração. O sr. Limpo foi nomeado vice-presidente pela assembléia provincial, a quem naquela época competia tal atribuição.

Ao chegar de sua presidência de Minas foi nomeado pelo primeiro Regente, por decreto de 14 de outubro de 1835, ministro da Justiça e interinamente do Império, passando a 3 de junho de 1836 a ocupar a pasta dos Estrangeiros.

Fazendo parte do ministério da maioridade, êle ocupou pela segunda vez a pasta da Justiça, e posteriormente dirigiu pela segunda, terceira e quarta vez a dos Negócios Estrangeiros nos ministerios de 1845, 1848 e 1853.

No primeiro desses ministérios o Sr. Limpo muito se distinguiu pela energia com que se portou em relação à Inglaterra, sendo o autor do protesto contra o bill aprovado pelo parlamento britânico, que sujeita os navios brasileiros suspeitos de empregar-se no tráfico ao julgamento dos tribunais ingleses.

Êsse protesto enérgico e patriótico do ilustre ministro brasileiro contra o ato de violência, e da mais inqualificável prepotência nunca se riscará da memória e do coração daqueles que dão o devido apreço à honra e dignidade de sua pátria.

No ministério de 1853 o Sr. Limpo de Abreu foi quem deu ao ministro do Brasil em Portugal as instruções que regularam e dirigiram as negociações que precederam a convenção de 12 de janeiro de 1855, que teve por duplicado fim a prevenção e repressão da moeda e dos papéis de crédito, com curso legal nos dois países, e a extradição dos indivíduos convictos dêsse crime.

Dêsse ministério saiu o sr. Limpo de Abreu em 14 de junho de 1855, por assim ter entendido necessário, como manifestou no Senado, logo que a expedição que o govêrno mandara ao Paraguai não teve, por motivos independentes de sua vontade, todos os resultados que se deviam esperar.

Em 1851 o sr. Limpo celebrou, por parte do Brasil, com o plenipotenciário da República do Uruguai os tratados de 12 de outubro, e nesta difícil comissão portou-se juntamente com o outro plenipotenciário brasileiro, de modo que o ministro dos Estrangeiros, em aviso de 21 de outubro do mesmo ano, lhes dirigiu, por ordem de Sua Majestade Imperial, as mais significativas expressões de louvor.

Quando em 1855 rebentou em Montevidéu a revolução que destruiu a autoridade do presidente legal daquela República, o sr. Limpo de Abreu foi enviado pelo Brasil com plenos poderes para proceder como exigissem as circunstâncias extraordinárias em que se achava aquêle pais; e nesta tão difícil quanto arriscada missão ainda uma vez angariou êle a estima e a consideração do govêrno e do povo brasileiro, por ter dela saído tão bem quanto era para desejar e esperar de sua capacidade.

Ao terminar tão satisfatòriamente essa missão, foi o sr. Limpo encarregado de uma outra, junto ao govêrno da Confederação Argentina, e neste novo empenho foi tão feliz como no primeiro, celebrando a 7 de março de 1856 um tratado de comércio e navegação, que é do maior alcance para o futuro dos dois países.

Assim que em Montevidéu procurou o Sr. Limpo de Abreu libertar o govêrno imperial de quaisquer vínculos que pudessem comprometê-lo nas perturbações e dificuldades que ali surgem e pululam quase diàriamente, e no Paraná esforçou-se quanto pôde por estabelecer com um govêrno estável, e com o país cheio de vida e de futuro as bases de uma política franca e liberal que, segundo a opinião mais imparcial e esclarecida, convirá ampliar e desenvolver, com o que ganharam ambos os Estados, e não menos os interêsses gerais da paz, do progresso e da civilização.

Sua Majestade, que não sabe esquecer seus bons servidores, tem estendido sôbre o Sr. Limpo sua imperial munificência, concedendo-lhe por carta de 29 de julho de 1840 o título do conselho; a 2 de agôsto do mesmo

ano, a graça de gentil-homem de sua Câmara; a 9 de fevereiro de 1841, o fôro de fidalgo cavaleiro; a 25 de março de 1845, a dignitária da ordem imperial do Cruzeiro; a 14 de junho de 1848, o lugar de conselheiro de Estado ordinário; a 26 de junho de 1852, a grã-cruz da ordem de Cristo, e a 2 de dezembro de 1854, o título de Visconde de Abaetê com grandeza.

Além dêstes títulos e condecorações que bem mostram a consideração em que tem suas eminentes qualidades o Chefe do Estado, o Sr. Visconde de Abaetê foi condecorado por carta régia de 17 de outubro de 1855 com a grã-cruz da ordem portuguêsa de Nossa Senhora da Conceição de Vila-Viçosa.

A.Sisson Lith. 1857

Lith.ª de Mello Rio de Janeiro

MARQUEZ DE OLINDA

Marquez de Olinda

Marquês de Olinda

PERNAMBUCO é a província natal do Sr. PEDRO DE ARAÚJO LIMA, Marquês de Olinda.

Nascido em 1787, viveu em companhia de seus pais até o ano de 1843, em que deixou sua bela pátria e foi buscar em outros climas a instrução e a ciência, que seu espírito ávido de grandes futuros, ali não tinha achado suficiente; porque o regime colonial que então pesava sôbre o Brasil não permitia a êste país mais do que os primeiros rudimentos dos conhecimentos humanos, e êstes mesmos, sabe Deus com quanto se lutava para os adquirir, visto como só nos lugares mais populosos, como as principais capitais, é que se encontravam pessoas habilitadas para os ensinar.

O Sr. Araújo Lima teve a fortuna de nascer em lugar onde, ainda que escassa, não faltava completamente aquela espécie de instrução; também por isso, quando em 1813 partiu para Lisboa, já levava de Pernambuco estudados e sabidos os preparatórios de que tinha necessidade para matricular-se na Universidade de Coimbra a que se destinava, e onde tomou grau de doutor em Cânones no ano de 1819.

Imediatamente que terminou seus estudos em Portugal regressou ao Brasil, onde sua estrêla feliz lhe preparava um caminho brilhante para um futuro ainda mais brilhante de glória.

Chegando à sua pátria em 1820, foi logo despachado ouvidor da comarca de Paracatú, província de Minas Gerais; não chegou porém a exercer êsse lugar, porque pouco tempo depois de sua nomeação, foi eleito deputado às côrtes constituintes de Lisboa no ano de 1821, fazendo então parte dos 50 deputados brasileiros que se bateram corajosamente contra os 130 portuguêses, que já em sua ausência e a despeito mesmo de sua presença, prevaleceram-se a princípio de estarem sós e depois da maioria de número para suplantarem as justas reclamações contra as audaciosas pretensões de reduzirem o Brasil, a quem tinham elevado à categoria de reino-unido.

ao antigo e miserável estado em que vivera antes da vinda e estabelecimento da familia real no Rio de Janeiro.

Sabe-se o resultado dessa luta desigual e gloriosa para os poucos filhos do Brasil que na capital da metrópole ousaram levantar a voz contra o ódio encarniçado de uma população inteira.

O Sr. Araújo Lima voltou ao Brasil com seus companheiros quando as exigências de Portugal levaram sua colónia ao extremo de dar o passo glorioso de sua independência.

Aí chegando, foi imediatamente eleito deputado à Assembléia Constituinte convocada em 23 de março e reunida na côrte do Rio de Janeiro a 3 de maio de 1823.

Nessa assembléia tempestuosa o sr. Araújo Lima tornou-se muito notável, e quando, depois dos últimos esforços daquela congregação dos primeiros homens do Brasil, o Imperador Pedro I a fulminou com o decreto de dissolução, e teve de nomear um ministério, chamou-o para a pasta do Império que ocupou apenas por três dias, porque tendo sido nomeado a 14 de novembro, deixou o ministério a 17 do mesmo mês.

Dissolvida a constituinte e jurada a 25 de março de 1824 a constituição do Império, procedeu-se às eleições para deputados à nova assembléia geral legislativa. Pernambuco não esqueceu ainda dessa vez seu distinto filho que já tanto se tinha feito notável, quer na constituinte portuguêsa, quer na brasileira, a que por aquela província tinha sido mandado; elegeu-o seu deputado à assembleia geral, e ali o Sr. Araújo Lima, a favor de seus grandes conhecimentos e de seus reconhecidos dotes oratórios, como de muitas outras qualidades, adquiriu uma posição eminente, sendo na terceira sessão de 1827 eleito presidente, o que ainda tornou a ser por muitas vezes, como veremos.

Durante esta legislatura foi êle chamado pelo Imperador Pedro I ao ministério do Império, cuja pasta recebeu a 2 de novembro de 1827 e deixou a 15 de junho de 1828.

Nesse ano procedendo-se à eleição de deputados à 2.ª legislatura, o Sr. Araújo Lima foi reeleito por Pernambuco, e continuou sempre a sê-lo em tôdas as outras legislaturas até sua entrada para o Senado.

Por todo o tempo que continuou na Câmara dos Deputados êle sustentou sempre no mesmo pé o prestígio e influência de que gozara desde o princípio de sua carreira parlamentar; é assim que o vemos presidente da Câmara em 1829, vice-presidente em 1831, 1832 e 1833: e novamente presidente em 1835, 1836 e 1837.

Durante tôdas as comoções que abalaram o Império desde a abdicação até a regência única do Sr. Feijó, o Sr. Araújo Lima não apareceu senão como deputado, sendo apenas uma vez encarregado das duas pastas da Justiça e Estrangeiros que só ocupou por 40 dias a contar de 3 de agôsto a 13 de setembro de 1832.

Depois dêsse dia voltou outra vez ao seio da Câmara legislativa, donde saiu no ano de 1837 para o Senado por eleição de Pernambuco, e pouco tempo depois, a 18 de setembro do mesmo ano, último dia da regência Feijó, para o ministério do Império, onde veio pela terceira vez tomar sôbre seus ombros o pêso daquela pasta que muito pouco o sobrecarregou desta ocasião, porquanto o regente Feijó achando-se a braços com a revolução do Pará ainda mal extinta, com a do Rio Grande do Sul em tôda a sua fôrça e com uma forte oposição na Câmara dos Deputados, tomou a resolução de resignar o poder a 19 de setembro daquele ano, e em virtude disto e de ser êle ministro do Império, coube-lhe, como manda a constituição, a regência interina do país.

A popularidade de que gozava em ambas as câmaras, fez que a 22 de abril de 1838 fôsse por elas confirmada a regência que até ali exercera interinamente. Esta influência porém que lhe permitia dispor de uma grande maioria, assim na câmara temporária como na vitalícia, não o defendeu contra o pronunciamento das províncias que lhe trouxeram sérios embaraços.

A Bahia a 7 de novembro de 38 declarou-se independente até a maioridade do sr. D. Pedro II. O Maranhão por motivo da criação dos prefeitos, levantou o estandarte da revolta bem conhecida com o nome de balaiada; e o Rio Grande do Sul continuou a resistir às fôrças da legalidade e a ter sôbre elas vantagens que lhe permitiram invadir a província de Santa Catarina onde tomaram a cidade de Laguna.

Era preciso da parte do novo regente muita força de espírito e energia de vontade para resistir a todos êsses poderosos obstáculos que desde o principio de seu govêrno vieram antepor-se e empecer sua marcha; aquelas qualidades porém não lhe faltavam, e graças a elas êle foi pouco a pouco desassombrando o caminho que tinha de seguir em sua administração.

A cidade da Bahia, atacada a 13, 14 e 15 de março de 1838, rendeu-se e com ela foi por terra completamente aniquilada a revolta que ali se levantara.

Os balaios depois de mil sacrifícios e de imensa carnificina tiveram também de ceder nos fins de 1840 aos esforços do coronel Luís Alves de Lima, a quem o regente confiara no princípio daquele ano a pacificação da província do Maranhão.

O Rio Grande do Sul enfim que não pôde ser totalmente pacificado, foi ao menos reduzido a uma posição bem precária.

Apesar de todos êsses trabalhos e de muitos outros serviços prestados ao país, os jornais acharam naquela guerra motivos para em princípios de 1840 se declararem em oposição aberta à regência do sr. Araújo Lima, e êsse eco da imprensa repercutiu nas câmaras que logo depois de sua abertura naquele ano se declararam em maioria contra êle.

Todo o Brasil conhece o resultado dessa oposição, que trouxe como conseqüência a maioridade do Sr. D. Pedro II, e portanto a retirada do Sr. Araújo Lima da suprema administração do país.

Se êste lhe deve bens, ou males por essa sua administração, não discutiremos, nem mesmo convém fazê-lo; o que é certo porém é que um homem menos ativo e energico, teria sem remissão deixado soçobrar a nau do Estado batida de todos os lados por tempestades politicas e tufões revolucionários.

Em 1848 o Sr. D. Pedro II chamou-o ao ministério de 29 de setembro como ministro dos Estrangeiros e presidente do Conselho, lugar que deixou a 8 de outubro de 1849, tendo a 6 de outubro de 1848 deixado a pasta da Fazenda que exercera desde 4 de setembro do mesmo ano.

No corrente ano de 1857, tendo pela morte do Marquês de Paraná ficado acéfalo o ministério por êle criado, resignou êste o poder na proximidade de abertura das câmaras, e por esta ocasião foi o sr. Araújo Lima encarregado de organizar como o fez o atual ministério de que é presidente e ministro do Império.

S. M. I. o Sr. D. Pedro II, querendo dar uma prova pública do grâu de apreciação em que o tinha, agraciou-o com o título de Visconde de Olinda e mais tarde em 1854 com o de Marquês do mesmo nome; além disto, condecorou-o com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo e oficialato do Cruzeiro.

Estrangeiras o Sr. Marquês de Olinda conta as seguinte condecorações: Grã-Cruz de Sto. Estevão da Hungria; da Legião de Honra da França; e S. Maurício e S. Lázaro da Sardenha.

Visconde de Itaborahy

13 de dezembro de 1802 nasceu no Pôrto de Caxias, freguesia de Itaboraí, província do Rio de Janeiro, o Sr. JOAQUIM JOSÉ RODRIGUES TÔRRES, depois Visconde de ITABORAÍ.

Foram seus pais o Sr. Manuel Rodrigues Tôrres, já falecido, e d. Emerenciana Matilde Tôrres, os quais não pouparam cuidados e meios de educá-lo nos sãos principios da mais severa moral, cujo influxo ainda hoje se exerce e manifesta-se em todos os atos e na vida inteira do sr. de Itaboraí em quem nenhuma ação conhecida jamais marcou o brilho do nome de honesto e honrado que adquiriu entre seus concidadãos e que ninguém poderá recusar-lho.

E' que do mesmo modo por que as primeiras idéias e as impressões da infância, são as que mais se gravam na memória dos homens, e aí permanecem sempre vivas, assim também os primeiros princípios de educação que recebemos de nossos pais, são os que hão de em todo o tempo servir de norma a nossas ações e a todos os atos de nossa vida. Feliz quem teve pais zelosos que não esqueceram, ou não abandonaram a educação de seus filhos, e que lhes deram desde o berço o germe e a base de tôda a felicidade na terra: uma consciência apurada, e uma alma propensa para o bem tanto quanto instruida nas sendas da honra e da virtude.

Nesse ponto o Sr. Visconde de Itaboraí não tem que invejar a pessoa alguma, e a prova a mais palpitante do quanto seus pais se esmeraram por sua educação está na vida mesma dêsse cavalheiro.

Não foi porém sòmente o moral de seu filho que os pais do Sr. de Itaboraí quiseram e procuraram por todo o modo desenvolver e aperfeiçoar, o lado intelectual não lhes mereceu menos cuidado, porque bem viam êles que as luzes da inteligência são a primeira condição e condição essencial de todo o progresso e desenvolvimento humanitário.

Assim, pois, ao mesmo tempo que seus exemplos e conselhos lhe ensinaram o caminho da honra, confiando-o a bons mestres que lhe iluminassem o espírito, procuraram ensinar-lhe também o caminho da glória.

Foi por isto que ainda em mui tenra idade e depois de ter o Sr. Rodrigues Tôrres os seus estudos primários, mandou-o seu pai estudar preparatórios no Seminário de S. José, donde saiu habilitado para matricular-se na Universidade de Coimbra a que se destinava, e para onde partiu em 1821 com o fim de estudar matemática, que com efeito estudou e em que saiu formado no ano de 1825.

Como estudante logrou o Sr. Tôrres adquirir uma reputação que, apesar de criada tão longe de seu país natal, não deixou por isto de chegar até aí, tanto que vindo êle para o Brasil em 1826, foi nesse mesmo ano nomeado lente substituto da Academia Militar, o que não foi certamente pequena honra nem pequena prova de inteligência para um moço de 23 anos de idade que apenas tendo deixado os bancos de estudante, não teve por isso mesmo tempo nem ocasião de se fazer conhecido por outros trabalhos que não fossem os escolares.

Nesse lugar serviu o Sr. Tôrres desde 1826 até 1833 em que pediu sua demissão, não sem dúvida porque lhe faltassem as qualidades necessárias para o magistério, mas talvez porque não visse naquela carreira o futuro que aspirava, e divisasse pelo contrário ao longe e em outras direções mas belos horizontes.

Seja como fôr, é para lamentar que o Sr. Rodrigues Tôrres não sacrificasse um pouco do interêsse que o levou a dar aquêle passo, pelo amor da mocidade brasileira, que não tinha naquele tempo, como tem hoje, muitos lentes que a animassem e a ilustrassem com seus conhecimentos; e tanto mais é isto para sentir-se quanto o Sr. Tôrres, além do muito aproveitado tempo que levara na Universidade de Coimbra, tinha ainda voltado à Europa em 1827 e aplicado-se em Paris até 1829, sem dúvida a estudos de sua profissão.

Regressando pela segunda vez ao Brasil, começou o Sr. Tôrres a aparecer muito vantajosamente na cena política, a ponto de ser em 1831 chamado à pasta da Marinha pela regência de Lima e Silva, Bráulio Muniz e Costa Carvalho.

Apesar de começar sua carreira administrativa sob os piores auspícios, pois que, como bem se sabe, naquele tempo calamitoso, os motins e sedições surgiam a cada instante uns das ruinas dos outros, e isto não sòmente na côrte, mas ainda nas províncias e especialmente nas do Norte que tiveram cada uma sua sublevação particular; apesar de todos êsses embaraços, dizemos embaraços poderosos para um moço que pela primeira vez toma as rédeas do poder, o Sr. Rodrigues Tôrres saiu-se bem e retirou-se do ministério conceituado e prestigioso, de modo que logo depois em 1832 foi

OS CONTEMPORANEOS

Krumholtz pinx^t Imp. Lemercier Paris Sirson Lith

VISCONDE DE ITABORAHY

Visconde de Itaborahy

novamente chamado para a pasta que deixara; persistindo ainda tôda agitação geral do Império, e especialmente das provincias do Pará que mesmo em 1832 proclamou-se independente; de Pernambuco que teve a guerra terrível dos Cabanos ou de Panelas de Miranda e Ceará a braços em a de Pinto Madeira que havia começado em 14 de dezembro de 1831 e que terminou em 13 de outubro de 1832, entregando Pinto Madeira as armas ao general Labatut comandante das fôrças da legalidade.

No meio de todos esses abismos que se abriam diante dos passos dos regentes e que empeciam a marcha regular de seu govêrno, ainda não naufragou a boa reputação e conceito em que era tido o ministro da Marinha; ao contrário a habilidade com que por sua parte concorreu para que o govêrno do país se sustentasse firme no pôsto que a maioria da nação lhe havia confiado, o fez ainda mais estimado e tornou-o muito popular, especialmente na província do Rio de Janeiro, da qual teve em 1833 a honrosa missão de representá-la na Câmara dos deputados. Foi a primeira vez que o Sr. Rodrigues Tôrres se apresentou na tribuna dos representantes do país, mas já antes disto todo êle conhecia os talentos oratórios do novo deputado, que como ministro mais de uma vez tinha levantado a voz no seio de ambas as câmaras.

Como deputado o Sr. Rodrigues Tôrres distinguiu-se menos por orador eloqüente, que o não é, do que por argumentador fino e consumado. Enuncia fàcilmente suas idéias, sua linguagem é precisa e limada e seus argumentos de uma lógica cerrada, dificílima de desfazer. E' um dêsses homens que convence, mas que não comove, que sabe falar à razão, mas que ignora os meios de tocar o coração.

Por tôdas estas qualidades êle ocupou logo na câmara uma posição eminente, e abraçando as idéias saquaremas tornou-se um dos mais eminentes dentre seus chefes.

Esta influência que êle exerceu como deputado que continuou sempre a ter até 1844, estendeu-se além dêste ano em que foi êle eleito senador pela província do Rio de Janeiro, e só a conciliação emanada do trono e executada pelo gabinete Paraná pôde, fazendo desaparecer a divisão política, fazer também desaparecer de um e de outro lado aquêles indivíduos que mais se elevam acimados dos outros em cujo número está o Sr. Tôrres.

Em 1837 o regente Feijó quis aproveitar-se de sua prática adquirida no ministério da Marinha, nomeando-o para aquela pasta.

Em 1840 foi o Sr. Tôrres deslocado de sua repartição favorita, sendo chamado a ocupar a pasta do Império e interinamente a da Marinha,

muito tempo porém não durou neste ministério, e quando em 1843 o Sr. D. Pedro II o chamou outra vez ao ministério, voltou já pela quarta vez a dirigir os negócios tão atrasados da repartição da Marinha.

Este ministério deixou êle para subir novamente ao poder em 1849 como ministro dos Negócios da Fazenda, que continuou a ser até 1853, em que caiu aquêle ministério, justa ou injustamente acusado de ter muito durado e pouco feito pelo país.

Por sua parte o Sr. Itaboraí prestou ao Brasil um serviço importantíssimo fazendo passar nas câmaras o projeto de criação do Banco do Brasil, de que veio ser presidente, pelo falecimento do conselheiro Lisboa Serra.

Em 1841 teve o título do conselho e a condecoração de Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, e em setembro de 1853 foi nomeado conselheiro de Estado.

No dia 2 de dezembro de 1854 S. M. Imperial o Sr. D. Pedro II concedeu-lhe o título que hoje tem de Visconde de Itaboraí.

Marquês de Monte Alegre.

JOSÉ DA COSTA CARVALHO, atualmente marquês de MONTE ALEGRE, é filho legitimo de José da Costa de Carvalho e D. Inês Maria da Piedade Costa. Nasceu a 7 de fevereiro de 1796 na freguesia de Nossa Senhora da Penha da provincia da Bahia, subúrbio da capital.

Ainda muito moço foi a Portugal estudar na Universidade de Coimbra, na qual tomou o grau de doutor em leis em 1819 na idade de 23 anos.

Apenas concluiu seus estudos, voltou à terra natal e aí abraçou e seguiu a carreira da magistratura, em que começou pelos lugares de juiz de fora e ouvidor da cidade de S. Paulo, lugares êstes que ocupou desde 1821 até 1822.

Nesse último ano casou-se naquela cidade com D. Genebra de Barros Leite, sua primeira mulher, que faleceu em 1837, pelo que passou a segundas núpcias em 1839 com d. Maria Isabel de Souza e Alvim, hoje marquesa de Monte Alegre.

O príncipe D. Pedro, depois imperador Pedro I, tinha por aquêle tempo acedido aos votos dos brasileiros, que de Minas, S. Paulo e Rio de Janeiro lhe tinham mandado representações pedindo-lhe que não partisse, como lhe fôra ordenado pelas côrtes portuguêsas. Logo que determinou ficar no Brasil, resolveu também o príncipe convocar uma assembléia constituinte legislativa para o Brasil e de fato a convocou a 3 de junho de 1822 e a instalou a 3 de maio de 1823.

Nesta primeira assembléia brasileira, cujo fim lastimável ninguem ignora, teve assento o Sr. Costa Carvalho eleito pela província da Bahia onde teve seu berço.

Não sabemos a qual dos dois grupos pertenceu êle na constituinte; mas acreditamos, que moço, cheio de fogo e de patriotismo, não podia ter abraçado outro estandarte que não o dos patriarcas da independência do Brasil, os ilustres irmãos Andradas.

Em 1826 reuniu-se na côrte a primeira assembléia geral legislativa dos representantes das diversas províncias do Brasil, como foi determina-

do pela constituição jurada a 25 de março de 1824. Nessa ilustre corporação dos mais eminentes filhos das províncias brasileiras figurou o Sr. Costa Carvalho como representante da Bahia que já outrora o tinha mandado à constituinte.

Logo na primeira legislatura êle se distinguiu muito entre seus colegas, de quem seus talentos e dotes oratórios não vulgares alcançaram a honra de ser nomeado presidente da câmara em 1828, tendo já sido vice-presidente na sessão de 1827.

Terminado o quatrienio da primeira legislatura, procedeu-se em 1829 às eleições de novos deputados, e o sr. Costa Carvalho ainda pela terceira vez mereceu de sua província natal a honra de representá-la.

Na nova câmara aberta em 1830 alcançou êle de seus colegas desde logo a mesma consideração que já tinha merecido aos da câmara passada, pelo que foi escolhido para presidi-la durante tôda a sessão daquele ano.

O ano de 1831 que devia ver a terminação do primeiro império, estava também destinado para ser aquêle em que coubesse ao sr. Costa Carvalho a mais elevada honra a que pode aspirar um cidadão, a honra de ter em suas mãos o leme do Estado, e os destinos de sua pátria.

A abdicação de 7 de abril de 1831 deixou o Brasil acéfalo, porque o príncipe herdeiro da Coroa apenas contava 6 anos. Para dar remédio a tão grave mal reuniram-se logo os senadores e deputados que se achavam no Rio de Janeiro ao tempo da saída do Sr. D. Pedro I, e nomearam uma regência de três cidadãos, que deviam funcionar até a abertura das câmaras pelas quais foi nomeada a regência permanente ainda composta de três membros.

Nesta entrou com o brigadeiro Francisco de Lima e Silva e deputado João Bráulio Muniz, o Sr. Costa Carvalho, que depois de ter com seus colegas lutado corajosamente contra as facções que se levantavam cada dia e a cada canto do império, retirou-se por doente para S. Paulo, e não assinou mais papel algum oficial como Regente desde 18 de julho de 1833.

Tendo-se reconhecido a necessidade de uma revisão na constituição que nos regia, e aparecendo em conseqüência a lei da reforma ou ato adicional, que mandava substituir a regência trina pela única, ou de um só individuo, resignaram o poder os regentes de 1831, e o sr. Costa Carvalho, um dos três, embora retirado da administração, foi justamente apreciado pelo país cujos deputados autorizaram em 1835 ao novo regente Feijó para lhe conferir a Grã-Cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro em remuneração de seus serviços.

OS CONTEMPORANEOS

A Sisson Lith 1857 — Lith de Mello Rio de Janeiro

MARQUEZ DE MONT'ALEGRE

Marquez de Montalegre

Em razão de ter estado ocupando o lugar de regente do Império não pôde ser eleito deputado à 3.ª Legislatura, e assim tendo deixado a direção dos negócios do país, foi para S. Paulo, onde passou os anos de 1835 e 1836 como diretor do curso jurídico daquela cidade.

Em 1837 foi eleito deputado por aquela província; em 1839 trocou o título de deputado pelo de senador do Imperio a que foi elevado pela província de Sergipe, que quis por si só pagar de um modo generoso a dívida sagrada que o Brasil todo havia contraído com aquêle homem.

Nem foi sòmente aquela porção do povo brasileiro a quem o sr. Costa Carvalho não era ligado por laço algum de família, ou nascimento, quem quis dar um público testemunho de aprêço às qualidades cívicas e relevantes serviços prestados ao país pelo regente decaído; S. M. o Sr. D. Pedro II, um ano quando muito depois de sua ascensão ao trono agraciou-o em 1841 com o título de barão de Monte Alegre, que conservou até 1843 em que foi elevado a visconde do mesmo nome em que esteve até 2 de dezembro de 1854 em que foi novamente elevado a marquês de Monte Alegre que é hoje.

Em 1842 foi nomeado presidente da província de S. Paulo, onde era conhecido e muito estimado, razões por que foi êle de preferência escolhido para aquela comissão, visto que se achava naquele ano abalada por movimentos revolucionários a província que lhe foi confiada.

Esta sua administração ainda mais lhe granjeou a estima dos paulistas que sempre foram seus amigos e admiradores.

Naquele mesmo ano foi o sr. Monte Alegre nomeado conselheiro de Estado extraordinário, passando a ordinário daí a 11 anos, em março de 1853.

Em 1843 recebeu do Senado a honra de presidir a sua sessão; e de S. M. o rei dos franceses a Grã-Cruz da Legião de Honra por motivo de ter êle assistido como testemunha ao casamento do príncipe de Joinvile com A. A. I. a Sra. d. Francisca.

Em 1848, o visconde de Monte Alegre organizou o ministério de 29 de setembro e foi presidente do conselho desde 8 de outubro de 1849 até 11 de maio de 1852, dia em que se retirou do ministério em que dirigiu os negócios do Império.

Nesse ministério cabe ao sr. de Monte Alegre parte da acusação que lhe faz o país de não ter feito no período de cinco anos o bem que podia em prol do desenvolvimento intelectual e material de que tanto carecemos. É verdade que subindo ao poder no tempo calamitoso da revolução de Pernambuco, o ministério de 29 de setembro esteve muito empenhado em destruir aquêle terrível flagelo e reparar suas funestas conseqüências.

O sr. marquês de Monte Alegre é presidente da sociedade de Estatística do Brasil; e da Associação Central de Colonização do Rio de Janeiro; é membro honorário da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; da Academia Imperial de Belas Artes e de outras sociedades; porém um dos seus títulos que mais o deve ufanar é o de criador da imprensa na província de S. Paulo, em cuja capital fundou o primeiro periódico, denominado FAROL PAULISTANO, de que foi redator desde seu aparecimento até julho de 1831.

Como magistrado o sr. Monte Alegre foi sempre respeitado e tido na maior consideração; parlamentar êle soube granjear o nome que ainda hoje o distingue e foi exatamente na tribuna que alcançou a posição eminente a que mui cedo se elevou e em que se acha hoje colocado; administrador foi sempre reto e justiceiro, tanto quanto prudente e inteligente; enfim, qualquer que seja o lado por onde se encare a sua vida pública, o sr. de Monte Alegre é sempre um nome respeitável e um vulto venerando.

Tenente General Marquês de Caxias

Luís Alves de Lima e Silva, 1.º Barão de Caxias, Conde e Marquês do mesmo título, nasceu a 25 de agôsto de 1803, no arraial do Pôrto da Estrêla, da província do Rio de Janeiro, e foi batizado na freguesia de Inhomerim, a que o mesmo arraial pertencia. É filho legítimo do falecido Marechal de Campo, Senador do Império, Francisco de Lima e Silva, e de D. Mariana Cândida de Oliveira Belo, também falecida.

Casou a 6 de janeiro de 1833 com D. Ana Luisa Carneiro Viana, atual Marquesa de Caxias, Dama Honorária de Sua Majestade a Imperatriz, filha legítima do Conselheiro Paulo Fernandes Viana e de D. Luisa Rosa Carneiro da Costa, ambos falecidos.

Seu pai o destinou à mesma profissão das armas que abraçara, e a que se haviam dedicado todos os seus antepassados; pelo que, quando êle apenas contava cinco anos de idade, obteve assentar-lhe praça no 1.º Regimento de Infantaria de linha da côrte, a 22 de novembro de 1808, sendo comandante do dito regimento seu avô o Brigadeiro José Joaquim de Lima da Silva.

El-Rei o Sr. D. João VI (então principe regente) querendo agraciá-lo, em atenção aos serviços de seu pai e avô, mandou que se lhe contasse tempo de serviço desde o dia da praça, como foi declarado por Aviso Régio. Completando seus estudos preparatórios, dedicou-se ao do curso de sua arma na Real Academia Militar da Côrte; e concluiu-se em 1819, sendo já Alferes, havendo obtido aprovações plenas em todas as doutrinas do dito curso. Cedendo à louvavel ambição de adquirir conhecimentos teoricos superiores aos especiais de sua arma, deu-se ao estudo do curso de engenharia na mesma Academia; e quando só lhe faltavam dois anos para concluí-lo, tendo tido sempre aprovações plenas nos outros estudos, foi escolhido pelo Sr. D. Pedro I, em outubro de 1822, sendo então tenente, para o lugar de ajudante do Batalhão do Imperador, nessa ocasião organizado pelo mesmo Augusto Senhor com aquela denominação, e com o nobre destino de marchar para a provincia da Bahia, a fim de expedir dali

as tropas lusitanas que, sob o comando do Brigadeiro Inácio Luis Madeira de Melo, ousavam impugnar a realização da Independência do Brasil, que havia sido proclamada naquele mesmo ano. Nesse pleitear heróico de uma nação que sustentava o nome que havia escrito na lista das nações independentes, o tenente Luis Alves de Lima e Silva traçava pelo seu valor as primeiras letras do nome com que a história do seu pais há de apresentá-lo à posteridade.

Depois da gloriosa luta da independência, o joven tenente do Batalhão do Imperador, em conseqüência da recomendação especial de seus chefes, e de seu general, teve a satisfação de ver seu nome na lista dos primeiros agraciados com a condecoração da Ordem Imperial do Cruzeiro, no grau de cavalheiro, na mesma ocasião da instituição desta Ordem. Sendo já Capitão daquele batalhão, seguiu com êle para Montevidéu (então capital da província brasileira cisplatina) em junho de 1825, a fim de sustentar a integridade do Império ameaçada pela revolta do general D. Juan Antonio Lavaleja. Nessa porfiosa luta de perto de quatro anos, o capitão Luis Alves de Lima e Silva, na posição de Major de Brigada da coluna da vanguarda, sustentou a reputação que ganhara na guerra da independência. Entrou em todos os recontros das fôrças do general Oribe com as imperiais que guarneciam a praça de Montevidéu, e dirigiu pessoalmente quase tôdas as sortidas destas fôrças contra as sitiantes. Dessas sortidas releva comemorar a em que o capitão Lima, à testa de uma companhia de caçadores, e de alguns guerrilhas a cavalo, assaltou um lanchão armado, e guarnecido por 50 homens do inimigo, que, ocultando-se durante a noite no Arroio do Pando, saía de dia a roubar as embarcações mercantes que das outras províncias do Império se dirigiam a Montevidéu. Para levar a efeito êste arrojado lance, teve de atravessar com iminente risco a linha dos sitiantes da praça; mas êle fê-lo com tal sagacidade e fortuna, que não foi pressentido pelas fôrças do comando do General Oribe, debaixo de cuja proteção estava o lanchão, o qual foi tomado, e tôda sua guarnição aprisionada. Êste feito de bizarria, pequeno pela luta, mas grande pela arrojada concepção e execução de seu plano, e pela importância de suas conseqüências para os sitiados, pôs ao peito do Capitão Luis Alves de Lima, que o concebeu e executou, a comenda da Ordem Militar de S. Bento de Aviz. Estabelecida a paz com a Confederação Argentina, teve êle em prêmio de seus serviços a promoção ao pôsto de Major. E porque não houvesse vaga dêste pôsto em nenhum dos corpos de 1.ª linha, aquela promoção teve lugar para o 1.º Regimento da 2.ª, ficando porém servindo no Batalhão do Imperador, a que pertencera,

OS CONTEMPORANEOS

Lithª de Martins Maya e Cª Rio de Janeiro

A. Sisson Lith de photog. de Loup

MARQUEZ DE CAXIAS

Marquez de Caxias

até abrir-se vaga neste, o que se deu dentro de poucos meses. Havendo sido por este tempo (1829) criada a Ordem da Rosa, o Major Lima mereceu a honra de ser incluído na lista dos primeiros agraciados com a dita Ordem, no grau de Cavalheiro. Aparecendo a quadra vertiginosa que produziu a revolução de 7 de abril de 1831, êle não se deixou dominar pelo espírito revolucionário que havia contaminado quase tôda a tropa de guarnição à côrte. Sem tomar nenhuma parte ativa nas peripécias daquele drama, esperou o desenlace, e as conseqüências dêle, no pôsto de honra em que a fôrça das circunstâncias o colocou pela dupla qualidade de cidadão e de soldado. Depois da abdicação do Sr. D. Pedro I, a tropa, cuja subordinação e disciplina haviam sido profundamente abaladas por doutrinas perniciosas levantadas pelo vórtice revolucionário, ameaçava a permanência da desordem, e o saque à cidade: então o Major Luís Alves de Lima, reunindo alguns oficiais seus parentes e amigos, tomou com êles a louvável deliberação de empunharem a espingarda do soldado, e rondarem incessantemente as ruas comerciais da cidade, por serem as mais ameaçadas pela soldadesca desenfreada.

Esta reunião de oficiais regularizou-se, e constituiu-se no corpo que teve a denominação significativa e heróica de — Batalhão de Oficiais-Soldados — Soldados voluntários da Pátria. — Dêste batalhão foi o major Luís Alves de Lima escolhido 2.º comandante por aclamação de seus briosos camaradas oficiais soldados, pôsto houvesse entre êles muitos de patente mais elevada.

Por êsse tempo tratou-se da organização e instrução da Guarda Nacional; e o major Luís Alves de Lima foi nomeado seu Instrutor-geral, com a gratificação de 50$000 mensais, que êle cedeu a favor dos cofres públicos, pela delicada consideração de ser então seu pai um dos Regentes do Império.

A dissolução da tropa de linha e da policial suscitou ao Ministro da Justiça de então, Diogo Antonio Feijó, a idéia de organização de um corpo regular para a polícia da cidade, a que deu o nome de — Municipais Permanentes—; e estando nesse empenho, tendo já 123 homens distribuidos por duas companhias incompletas de infantaria, e meia de cavalaria, convidou o major Luís Alves de Lima para encarregar-se da organização e disciplina daquele corpo; e tendo êle aceitado tal comissão, no mesmo pôsto de major assumiu o comando do corpo, para o qual afluiram desde logo muitos dos melhores oficiais do Exército, e oficiais inferiores e soldados dos corpos dissolvidos, que êle escolheu dos de melhor conduta que conhecia.

Foi à testa dêsse Corpo de homens escolhidos, único então incumbido da guarda efetiva do sossêgo público, que seu comandante o major Lima sufocou na Praça da Aclamação a revolta de 3 de abril de 1832, e em Mataporcos a de 17 do mesmo mês e ano, tomando aos revoltosos naquele dia uma peça de artilharia, e neste duas, e aprisionando grande parte dêles.

Por êstes tempos já lavrava com intensidade o incêndio da revolta na província do Rio Grande do Sul, ateado em 1835. Então o gabinete de 19 de Setembro de 1837 resolveu que um de seus membros fôsse ao teatro das operações naquela província, investigar as causas do prolongamento de tão desastrosa guerra civil, e estudar os meios de pôr-lhe termo. O Conselheiro Sebastião do Rêgo Barros, que, como Ministro da Guerra, fazia parte daquele gabinete, foi o indicado para tal comissão; e o já então Tenente-Coronel Luís Alves de Lima foi nomeado para acompanhá-lo, a fim de coadjuvá-lo no que pudesse a bem do profícuo desempenho de tão importante comissão. Sem ser desligado do corpo de municipais permanentes, seguiu com aquêle Ministro para a dita província de Rio Grande do Sul, levando 200 homens das praças adidas ao corpo de seu comando, por êle engajadas para irem reforçar os desfalcados corpos de 1.ª linha que se achavam naquela província. Nessa comissão, desempenhada a contento do govêrno, soube o Tenente-Coronel Lima conquistar por tal modo as simpatias de seus camaradas do exército do sul, que, depois de sua volta, muitas cartas para aqui dirigidas reclamaram o concurso de seus serviços ali; e até por parte do govêrno se fizeram instâncias para que êle voltasse ao Rio Grande.

O Tenente-Coronel Lima, porém, ponderou que existindo empregados no exército do sul dez ou doze oficiais generais de alta patente, não lhe era lícito contar com a abnegação dêles, para que se não ressentissem de o verem, com a patente de Tenente-Coronel, à testa da direção dos negócios da província, em tão melindrosa conjuntura; e que ressentimentos tais não podiam deixar de ser ominosos para o resultado dessa direção. Considerações semelhantes, por êle lealmente feitas ao então Regente do Império, conselheiro Pedro de Araújo Lima, hoje Marquês de Olinda, demoveram-no dessa idéia.

Se tão ponderosas razões inibiam o Tenente-Coronel Lima de ir manifestar nas regiões do sul do Império o zêlo que o caracterizava pela manutenção da paz pública e das instituições nacionais, elas não tiveram a mesma fôrça para inibi-lo de o ir fazer nas regiões do Norte. O Maranhão se havia conflagrado, e os negócios ali tinham assumido um caráter assustador, depois que os revoltosos dessa província segunda vez se apos-

saram da cidade de Caxias, e que suas fôrças receberam incremento, pelo incremento de sua audácia não reprimida. Então o jovem comandante dos municipais-permanentes, que havia sido promovido a Coronel a 2 de dezembro de 1839, recebeu a Carta Imperial de 14 do mesmo mês e ano, nomeando-o Presidente da referida província do Maranhão, e o encargo de comandar em chefe tôdas as fôrças que ali tinham de operar contra a revolta, ficando assim reunidas em uma só pessoa as duas autoridades.

O novo presidente partiu pois para seu destino levando grande número de oficiais de sua escolha para serem empregados na província. Êsses oficiais, vendo no crescente prestígio do seu digno companheiro de armas um penhor de mais lisonjeiro futuro, voluntàriamente se ofereceram para acompanhá-lo, e para partilharem dos perigos que o esperavam. Chegando a Maranhão, o Presidente achou a população, que se conservara fiel, sob a pressão do terror incutido pela fama das atrocidades praticadas pelos rebeldes, os quais em número de dez a doze mil se haviam assenhoreado de todo o centro e sul da província. A capital do Maranhão estava entrincheirada, a artilharia do forte de S. Luís encravada, e a mór parte da riqueza da província depositada a bordo das embarcações mercantes que estavam no pôrto.

O novo Presidente, encarando como de necessidade primária restabelecer a confiança no povo, e a ordem na administração, mandou desencravar a artilharia do Forte de S. Luís, e arrascar as fortificações que cercavam a cidade pelo lado de terra; providenciou eficazmente para fazer correr desassombrado o mecanismo administrativo; inspecionou os corpos que tinha de conduzir ao encontro dos rebeldes; cortou os abusos que encontrou na instrução, disciplina, e fornecimento dêstes, e restabeleceu a regularidade na arrecadação e na despesa dos dinheiros públicos.

Na perseguição dos rebeldes o Presidente reprovou e coibiu o sistema bárbaro, que antes seguiam as tropas legalistas, de vingar cruelmente com crueldades.

Segundo êsse sistema atroz, ao prisioneiro rebelde não era permitido quartel. A crueldade para com seus companheiros encarniçava os rebeldes, e lhes infundia a coragem do desespêro, preferindo morrer combatendo até a última, ao suplício que contavam como certo se caíssem no poder dos Chefes legalistas.

As ordens terminantes do Presidente Comandante em Chefe a tal respeito, foram religiosamente executadas. A guerra desceu então das alturas de sua ferocidade, e por assim dizer humanizou-se. Os revoltosos, vendo à testa dos legalistas um homem que impunha às suas baione-

tas o extermínio dos recalcitrantes, e a proteção aos vencidos, começaram a depor as armas, e da rápida redução de suas fôrças foi consequência a extinção da revolta, e a paz da província. O Coronel Luís Alves de Lima, tendo completamente desempenhado a árdua e nobre missão que lhe fôra cometida, solicitou do Govêrno Imperial sua exoneração dos cargos de Presidente e Comandante das fôrças da província, e essa exoneração lhe foi concedida a 2 de abril de 1841. Os seus bons serviços prestados na pacificação da província tendo-lhe merecido a honra de ser nomeado Veador das Sereníssimas Princesas Imperiais a 2 de agôsto de 1840, tiveram como complemento de remuneração o ser êle prometido ao pôsto de Brigadeiro, e agraciado com o título de Barão de Caxias, a 18 de julho de 1841. A própria província do Maranhão, querendo dar-lhe uma distinta demonstração de aprêço pelo relevante serviço de havê-la arrancado da voragem da anarquia, elegeu-o unânimente seu representante na Câmara dos deputados. O novo Brigadeiro estreou o seu generalato no Comando das Armas da côrte, que o Govêrno lhe confiou em 21 de março de 1842.

A Câmara dos deputados de que era membro o Brigadeiro Barão de Caxias foi dissolvida em maio de 1842; e nesse mesmo mês arrebentou a revolta da província de S. Paulo, na cidade de Sorocaba. Aquêle General foi logo o escolhido pelo Govêrno para reduzir ao grêmio da lei os paulistas. E, pois, recebeu em 18 de maio a missão de comandar em chefe as fôrças de operações na província de S. Paulo e a Carta Imperial de 1.º Vice-Presidente da província. Em menos de 24 horas embarcou com destino à cidade de Santos, levando consigo apenas 400 recrutas que deviam servir de núcleo ao Exército que foi autorizado a organizar com a Guarda Nacional da província, que foi posta à sua disposição. Chegado a Santos teve notícia de que os revoltados de Sorocaba, na fôrça de mais de 2.000 homens, dirigiram-se sôbre a capital da província, da qual estavam distantes apenas três marchas. Imediatamente o General abalou-se com a força de seu comando, e entrou na capital no mesmo dia em que os rebeldes deviam a ela chegar; e deixando aí um dos oficiais do seu Estado-Maior encarregado de preparar a cidade para defender-se de qualquer emprêsa dos rebeldes, partiu a encontrá-los, conduzindo dali duas peças de artilharia de pequeno calibre. Usando dos estratagemas da guerra, o General expediu ordens em tôdas as direções, indicando sua marcha, requisitando às autoridades locais rações para 2.000 homens, que realmente tinha, e dando outras providências que pudessem ocultar aos rebeldes a verdadeira fôrça do Exército de operações, suas linhas de marcha, e seu ponto objetivo. A indecisão dos revoltados sôbre êste ob-

jeto fez com que êles não avançassem sôbre a cidade, capital, e parassem distante dela duas léguas pouco mais ou menos. O General então tomou posições, e de acôrdo com o Presidente da província, Senador José da Costa Carvalho, hoje Marquês de Monte Alegre, tratou de reunir com toda a urgência a Guarda Nacional, e fez cortar as duas pontes que estavam na direção das estradas pelas quais os rebeldes provàvelmente deveriam seguir. Conseguindo reunir em poucos dias uma fôrça respeitável, fez uma arrojada sortida sôbre a cidade de Campinas, e passando à retaguarda dos rebeldes sem ser pressentido surpreendeu e derrotou no lugar da Venda Grande, nas proximidades daquela cidade, a fôrça que das Limeiras marchava contra êla que até então se conservara fiel ao legítimo govêrno. Depois dêste feito seguiu imediatamente a atacar as fôrças que tinha pela frente na direção da cidade de Sorocaba; e fazendo dispersá-las, mandou recolher todo o armamento que entregaram e o que deixaram pelas estradas e matos; e fez com que os indivíduos se retirassem para suas casas debaixo da salvaguarda da anistia que S. M. o Imperador lhes havia concedido.

Estando restabelecida a tranqüilidade pública por êsse lado, seguiu o General com tôda rapidez para o norte da província onde havia mais de mil rebeldes armados na cidade de Taubaté, e suas imediações; fê-los depor as armas, e marchou imediatamente para os limites da província com a de Minas Gerais. Quando dispunha as cousas para atacar os rebeldes que por aí também haviam aparecido, recebeu ordem do Govêrno para voltar à côrte, a fim de marchar para a província de Minas Gerais pela do Rio de Janeiro. Retrocedeu imediatamente e apresentou-se na côrte a 23 de julho, deixando inteiramente pacificada a província de S. Paulo.

Aqui teve a distinta honra de receber o decreto, com data do mesmo dia de sua chegada, pelo qual S. M. o Imperador nomeava-o seu Ajudante de Campo, sendo o primeiro a quem essa honra foi conferida pelo mesmo Augusto Senhor. A 25 de julho, 40 horas depois de haver chegado de S. Paulo, o General Barão de Caxias, que já havia recebido a nomeação de Comandante em Chefe das fôrças de operações da província de Minas Gerais, seguiu a grande marcha para esta província pela estrada do Rio Prêto; e reunindo com toda prontidão as fôrças que existiam inativas em Barbacena, S. João del-Rei, Rio do Peixe, Pomba, etc., marchou com elas em socorro da capital da província, ameaçada pelos rebeldes, que em fôrça de mais de 3.000 homens pretendiam assaltá-la. A marcha do General legalista foi operada com tanta rapidez e perícia que che-

gou com as fôrças de seu comando à cidade de Ouro Prêto quando as dos rebeldes ainda estavam a uma légua de distância dela. O refôrço que recebeu a capital fez os rebeldes desesperarem do êxito feliz do pretendido assalto, e pois burlados em sua tentativa, mudaram de plano, e seguiram imediatamente para Sabará, onde, postando-se na forte posição do arraial de Santa Luzia, esperaram ataque, que contavam como certo da parte das fôrças legalistas. O General Barão de Caxias não se fez esperar por muito tempo. Abalou-se com as fôrças que comandava; e no dia 20 de agôsto encontrou as dos rebeldes. Travou-se a peleja, que foi porfiosamente disputada por ambas as partes, mas afinal a completa derrota dos rebeldes, e o aprisionamento de todos os principais chefes da revolta, selaram a vitória dos legalistas, e a inteira pacificação da importante província de Minas. O General retirou-se para a côrte; e no alto da serra encontrou um próprio, portador do decreto de 29 de agôsto de 1842, pelo qual era êle promovido à graduação do pôsto de Marechal de Campo. A êste decreto acompanhava uma confidencial do então Ministro da Guerra o falecido Conselheiro José Clemente Pereira, noticiando-lhe que, apenas chegasse à côrte, seguiria para a província do Rio Grande do Sul, onde a revolta já durava por espaço de sete anos.

Com efeito, chegando à côrte a 22 de setembro, o General recebeu o decreto de 24, e Carta Imperial de 28 do mesmo mês, que o nomeavam Comandante em Chefe das fôrças que operavam na dita província do Rio Grande do Sul, e Presidente da mesma província. As considerações que haviam sido apresentadas outrora ao Regente Pedro de Araújo Lima tinham caido ao impulso do sôpro da fortuna; o Tenente-Coronel Luís Alves de Lima e Silva de 1839 era o Marechal de Campo Barão de Caxias de 1842!

Chegando o General à província do Rio Grande do Sul, e pondo-se à testa do mesmo Exército, encetou as operações de guerra. Depois de dois anos e meio de assíduos trabalhos, e de repetidos reencontros, os rebeldes depuseram as armas, restabeleceu-se a paz da província, e todos os rio-grandenses cordialmente se congraçaram. O govêrno imperial, que já em 11 de setembro de 1843 havia conferido ao General, pelos seus importantes serviços do Sul, a Grã-Cruz da Ordem de S. Bento de Aviz, elevou-o a 25 de março de 1845 a Conde de Caxias, e promoveu-o na mesma data à efetividade do pôsto de Marechal de Campo em remuneração dos mais serviços que ali acabava de prestar. Os rio-grandenses, gratos ao General que lhes havia restituido a paz, de que estiveram privados por espaço de perto de dez anos, incluiram-no por quase unanimidade

de votos na lista tríplice para senador pela sua província; e tiveram a satisfação de ver recair nêle a escolha de S. M. o Imperador, feita por Carta Imperial de 1.º de setembro de 1845.

Releva mencionar aqui que os paulistas não se esqueceram de mostrar sua gratidão ao General que levou a paz à sua heróica província. Estando êste no Rio Grande do Sul recebeu em abril de 1844 a convite da Câmara Municipal da cidade de S. Paulo, e o competente diploma para ir tomar assento na Câmara dos Deputados como representante da província em lugar do desembargador Monteiro de Barros, que havia falecido.

A província do Rio de Janeiro também deu por êsse mesmo tempo ao seu ilustre filho uma demonstração de seu aprêço e confiança pelos serviços que lhe havia prestado nas crises arriscadas por que passara, conferindo-lhe votos para representá-la na Câmara dos Deputados; e efetivamente convidou-o para tomar assento nesta Câmara na vaga que deixou por falecimento o Cônego Januário da Cunha Barbosa. O General não pôde anuir a êstes dois convites; inibia-o a árdua comissão em que se achava empenhado. Depois de um ano de pacificada a província, e achando-se sua administração no estado normal, o General Conde de Caxias solicitou do Govêrno Imperial exoneração dos cargos que ali exercia; e esta exoneração lhe foi concedida por decretos de 8 e 9 de outubro de 1846; sendo nesses Decretos louvados os bons e importantes serviços que ele prestara na província, promovendo e conseguindo a inteira e completa pacificação dela. Recolhido à Côrte o General tomou assento no Senado, e continuou no exercício de Comandante das Armas, lugar que sempre lhe foi conservado, por isso que não foi efetivamente provido enquanto êle desempenhou outras comissões, e do qual só foi exonerado a 21 de setembro de 1849, a pedido seu.

As relações internacionais do Império com as Repúblicas ribeirinhas do Prata trouxeram a necessidade da organização de um Exército na província do Rio Grande do Sul, a fim de operar contra as fôrças que, ao comando do General Oribe, sitiavam Montevidéu, e contra o General Rosas, Governador de Buenos Aires, e Chefe da Confederação Argentina.

O Govêrno Imperial resolveu fazer escolha do indigitado pela opinião pública; e por Carta Imperial de 15 de junho de 1851, e decreto de 16 do mesmo mês, foi o General Conde de Caxias pela segunda vez nomeado Presidente da província do Rio Grande do Sul; e Comandante em Chefe do Exército que ali se devia organizar.

A frente de 20.000 homens das três armas o General penetrou no território da República do Uruguai; e de combinação com os Generais Urquiza e Garson, manobrou por tal maneira que o General Oribe, vendo-se, por assim dizer, cercado, depôs as armas, assinando uma capitulação com o General Urquiza. Continuando-se as operações contra o Governador Rosas, o General Urquiza, com as fôrças de seu comando, e uma divisão de 4.000 homens do Exército brasileiro, passou o Paraná, invadiu o territorio da Confederação, encontrou o Exército de Rosas a 3 de fevereiro de 1852 sôbre o Arroio Moron, caiu sôbre êle, e derrotou-o, seguindo-se a essa derrota a fuga de Rosas para fora do país.

Concluída a missão que as fôrças aliadas tinham por objeto, o Exército brasileiro regressou para o território do Império; e aí o General Conde de Caxias recebeu do Govêrno por galardão de seus serviços a promoção ao pôsto de Tenente-General em 3 de março de 1852, e a elevação a Marquês de Caxias em 26 de junho do dito ano. Chegando à côrte foi exonerado dos dois cargos que exercia por decretos de 21 e 22 de julho seguinte.

Depois desta última importante comissão de guerra que o General Marquês de Caxias teve de desempenhar, esteve êle três anos no simples exercício de suas funções parlamentares, como senador do Império. A alta administração do país, porém, exigiu dêle mais uma prova de dedicação; e o General nunca teve uma negativa para responder a tais exigências, mesmo quando elas importavam sacrifícios. Em junho de 1855 tratava-se de reorganizar o gabinete presidido pelo finado Marquês de Paraná, e o General entrou para os Conselhos da Coroa com a pasta da guerra, por decreto de 14 do dito mês de junho. O Exército recebeu com lisonjeiro entusiasmo a ascensão de seu General ao alto cargo de seu Ministro; a imprensa recebeu-a com esperanças fundadas nos precedentes, na dedicação e no patriotismo do General; e o Corpo Legislativo recebeu-a com não equívocas demonstrações da mais alta confiança que deve inspirar o militar cuja espada esteve sempre pesando na balança da integridade das instituições, da honra e da dignidade do país. O General Marquês de Caxias começou sua campanha administrativa com a mesma energia, a mesma atividade e a mesma boa vontade com que desempenhara suas arriscadas tarefas de guerra. Tratou portanto de providenciar logo de conformidade com seu conhecimento prático das necessidades vitais da Repartição da Guerra, de fortalecer a disciplina do Exército; de firmar princípios para melhor administração dos dinheiros recebidos e consumidos pelos Conselhos Econômicos dos Corpos; de melhorar a sorte da oficialidade, pelo razoável e indispensável aumento de algumas das vanta-

gens que ela percebia; de criar um centro administrativo do pessoal do Exército responsável pela unidade e regularidade de sua disciplina e instrução; e enfim deu tôdas essas providências que com lealdade e franqueza expôs ao Corpo Legislativo nos relatórios que lhe apresentou nas sessões de 1856 e 1857.

Nesses trabalhos veio surpreendê-lo a sentida morte do seu íntimo e dedicado amigo o Marquês de Paraná, no dia 3 de setembro de 1856, e por decreto dêsse mesmo dia S. M. o Imperador houve por bem honrá-lo com a Presidência do Conselho de Ministros, continuando na pasta da Guerra, cargos que exerceu até 4 de maio de 1857, em que solicitou e obteve exoneração dêles, com todos os membros do Ministério a que presidia.

O General Marquês de Caxias, além da geral simpatia que havia adquirido no Exército, recebeu do mesmo Exército durante o seu Ministério, e tem recebido depois deste, mui lisonjeiras provas daquela simpatia; e cordiais manifestações de agradecimento pelo modo por que sempre pugnou pelos seus essenciais melhoramentos.

Marquês de Abrantes

Em 1796 foi batizado na freguesia da vila, hoje cidade, de Santo Amaro, na província da Bahia, o Sr. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA, MARQUÊS DE ABRANTES.

Seus pais foram os Srs. José Gabriel Calmon de Almeida e sua mulher D. Maria Germana de Souza Magalhães.

Mandado para a Universidade de Coimbra, ali aplicou-se e distingüiu-se muito entre seus colegas, pelo que foi premiado e com muita áurea obteve o grau de doutor em leis por aquela Universidade no ano de 1821.

Logo que se formou o govêrno português quis aproveitá-lo para a magistratura e despachou-o juiz de fora de Pôrto de Moz em Portugal; êle porém não aceitou êsse lugar e retirou-se em 1822 para o Brasil.

Ao chegar à sua província natal encontrou seus concidadãos exaltados pelos motivos que deram lugar ao grito de nossa independência; tomou partido com êles e ajudou-os no intento de obter aquêle grandioso fim.

Por êsse tempo achava-se sua província a braços com a luta das tropas do país com as portuguêsas por causa de ter sido Inácio Luís Madeira de Melo nomeado Governador das Armas em substituição a Manuel Pedro de Freitas Guimarães, Brigadeiro do Exército e brasileiro. Os baianos, como era de esperar, tomaram partido por seu patrício, e o sr. Calmon nessas conjunturas foi nomeado pela vila de Abrantes membro do Conselho interino de govêrno instalado na vila, hoje cidade, da Cachoeira, e esteve firme naquele pôsto por quase um ano enquanto durou a luta do secretário do mesmo Conselho.

Em todos êsses movimentos tornou-se bem conhecido em sua província, onde desde logo gozou de grande influência, o que lhe valeu um lugar de seu representante na Assembléia Constituinte em que tomou assento, e da qual era primeiro Secretário no mês em que o Imperador Pedro I a dissolveu.

Nos princípios de 1824 deixou seu país para ir viajar a Europa, por onde se demorou até os fins de 1826.

Durante sua ausência seu comprovincianos não o esqueceram e quando se procedeu à votação para deputados à primeira Assembléia Geral Legislativa no ano de 1825, o nome do Sr. Calmon foi um dos que mais bem aceitos foi, obtendo por isto aquêle senhor a honra de ser eleito deputado.

Em 1827 tomou assento na Câmara dos deputados, e no fim dessa sessão foi chamado pelo Imperador, aos Conselhos da Coroa.

Nesse ministério em que ocupou a pasta da Fazenda, êle deu execução à Lei que fundava a dívida flutuante, e organizou a Caixa de Amortização da dívida pública fundada. Foi êsse o tempo calamitoso de nossa guerra com Buenos Aires, em que o govêrno teve de lutar com mil embaraços, e não podia distrair a atenção para outro lado.

Demitindo-se em 1828 com mais quatro de seus colegas de ministério, o Sr. Calmon voltou ao seio da representação nacional, mas no fim da sessão dêsse mesmo ano o Imperador precisou de seus serviços e chamou-o novamente ao Ministério da Fazenda. Nessa pasta serviu até 1829, em que foi dela transferido para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, no qual permaneceu até 1830, quando pediu e obteve sua demissão.

O sr. D. Pedro I não quis que seus serviços pela Independência e pelo Império fôssem olvidados, e como remuneração dêles condecorou-o com a dignitária da Ordem Imperial do Cruzeiro, e com a Grã-Dignitária da Ordem da Rosa no mesmo dia em que esta ordem foi criada.

A importante figura que fez na Câmara dos deputados, em que logo se distinguiu como um de seus mais belos talentos oratórios, não podia jamais ser esquecida por seus comprovincianos, tão apreciadores e aproveitadores dos homens distintos; nas eleições pois a que se procedeu para deputados à segunda legislatura foi o Sr. Calmon reeleito pela Bahia.

Nos primeiros anos dessa legislatura, em princípios de 1831, partiu êle para a Europa com o fim de viajar. Achava-se portanto longe de sua pátria quando o povo amotinado levou o primeiro Imperador a abdicar em seu filho o trono que os brasileiros lhe tinham dado. Esta importantíssima notícia foi surpreender bem longe do Brasil ao Sr. Calmon, que, sabendo ao mesmo tempo de todos os movimentos que agitavam seu país depois da abdicação, regressou da Europa e veio tomar assento na Câmara dos deputados nas sessões de 1832 e 1833, em que muito apareceram seus dotes oratórios, ainda hoje mui justamente reconhecidos e respeitados.

OS CONTEMPORANEOS

Lithª de Martins Maya e Cª Rio de Janeiro

A.Sisson Lith.

MARQUEZ D'ABRANTES

Marquez d'Abrantes

Não foi reeleito para a terceira legislatura, por isto encerrou-se na Bahia durante os anos de 1834, 1835 e 1836; mas por êsse tempo não esteve ocioso, antes buscou quanto pôde ser útil a seu país aconselhando a criação das sociedades de Agricultura e de Colonização, que foram com efeito fundadas, e que o elegeram seu Presidente.

A organização dessas sociedades não era nem podia ser naqueles tempos um fato de grande significação que chamasse a atenção do país; hoje, porém, que as cousas estão tão mudadas, é que se pode apreciar todo o seu valor, e votar sinceros agradecimentos aos autores daquela idéia tão útil quanto vantajosa.

O govêrno da Regência não quis deixar esquecido o Sr. Calmon; precisando de um Presidente para a província da Bahia lançou mão dêle, nomeando-o para aquêle lugar em 1835.

O sr. Calmon porém não quis aceitar a honra de presidir sua província natal, pelo que o mesmo govêrno despachou-o em 1836 Ministro Plenipotenciário do Brasil junto à côrte de Viena da Áustria, lugar que êle ainda recusou aceitar.

Nesse ano houve no Senado uma vaga pela província da Bahia; o sr. Calmon apresentou-se candidato a ela e obteve entrar na lista tríplice; o govêrno porém escolheu a outro para preencher o dito lugar.

Em 1837 tomou assento na Câmara temporária em qualidade de deputado suplente, e nesse pôsto concorreu com seus colegas para a resolução que tomou o Regente Feijó de resignar o poder que lhe fôra confiado, e que de fato passou às mãos do Ministro do Império Pedro de Araújo Lima, depois confirmado naquele alto lugar.

Por ocasião desta alteração política o Sr. Calmon deixou o retiro em que tinha vivido desde 1834, e veio pela vontade do novo Regente interino ocupar um lugar no ministério de 19 de setembro daquele mesmo ano.

Nesse ministério ocupou a pasta da Fazenda e teve juntamente com seus colegas de ver-se em sérios embaraços, porque a revolução do Rio Grande do Sul continuava sempre terrível, menos por fôrça que lhe fôsse própria, do que pela que se lhe emprestava da côrte, enfraquecendo-se as armas da legalidade com ordens e disposições inqualificáveis.

Nem foi êste o único embaraço oposto à marcha do ministério de 19 de setembro; na Bahia rebentou a 7 de novembro daquele mesmo ano a revolta que proclamou independente o ESTADO DA BAHIA até à maioridade do Sr. D. Pedro II, e no Maranhão rebentou a guerra dos balaios, tão terrível pelos atos de atrocidade que cometiam aquelas tropas desenfreadas.

Apesar de tudo isto o govêrno foi continuando e trabalhando quanto era possivel não só por desafogar o país dos horrores da guerra, como por avançar alguma coisa em sua administração.

O Ministro da Fazenda por sua parte não esteve descansado durante êsse tempo calamitoso; foi em sua administração que se encetou e regulou a emissão dos bilhetes do Tesouro.

Durante êsse seu ministério vagou pelo Rio de Janeiro uma cadeira no Senado; ainda se propôs a ela e entrou na lista tríplice, mas pela segunda vez foi deixado de parte, sendo outro o escolhido.

Em 1839 deixou o ministério que ocupara desde 1837 e retirou-se para a Bahia donde em 1840 propôs-se candidato a uma vaga do Senado pela província do Ceará.

Desta vez foi mais feliz. O Ceará, que nunca o tinha visto, nem recebido dêle o menor benefício, incluiu-o na lista tríplice para seu Senador, e o Regente, querendo dar àquela província um representante capaz de fazer-lhe todo o bem e advogar com tôda a vantagem os seus palpitantes interêsses, escolheu-o para aquêle lugar, donde se grandes bens não tem feito à província que representa, é porque não tem absolutamente podido, em vista das péssimas condições naturais daquela parte do Brasil, que não podem de modo algum ser reparadas, nem mesmo melhoradas.

Poucos dias depois da aclamação do Sr. D. Pedro II tomou o Sr. Calmon assento no Senado brasileiro, sendo por êste tempo convidado por aquêle Augusto Senhor para fazer parte do Ministério que então se organizou, e no qual não entrou por ter S. M. I. aceitado a escusa que solicitara.

Nesse mesmo ano casou no Rio de Janeiro com a sra. D. Maria Carolina da Piedade Bahia, filha do Sr. Comendador Manuel Lopes Pereira Bahia, hoje Barão de Meriti.

Logo que foi dissolvido o Ministério da Maioridade, e teve-se de organizar outro, S. M. convidou novamente ao Sr. Calmon para fazer parte dêste, convite que êle aceitou, encarregando-se ainda da pasta da Fazenda.

Durava ainda por êsse ano a revolução do Rio Grande do Sul, e para mais complicação rebentou em Minas e S. Paulo a revolta que, embora sopitada logo em seu comêço, não pouco custou contudo ao Ministério, que teve de exercer sôbre os seus chefes mais influentes perseguições desculpáveis pelas circunstâncias em que uns e outros se achavam colocados.

Em 1843 retirou-se o sr. Calmon do Ministério, e no mesmo ano foi nomeado Conselheiro de Estado ordinário.

Em 1844 foi encarregado pelo Govêrno Imperial de uma missão especial a Berlim, cujo fim era negociar um tratado de comércio com o Zollwerein, e conquanto essa missão não tivesse o desejado efeito, não perdeu o nosso encarregado o seu tempo, tendo obtido por meios indiretos que o Parlamento inglês revogasse a cláusula que havia proibido o consumo do açucar produzido por trabalho escravo; cláusula que, como é fácil reconhecer, prejudicava muito profundamente aquêle importante ramo do nosso comércio.

Regressando ao Brasil em 1847 tem o Sr. Calmon continuado a servir ao país e ao Monarca no Senado e no Conselho de Estado, e a prestar outros serviços de não pequena utilidade pública, como Presidente da Sociedade Auxiliadora da Indútria Nacional e da Mesa do Recolhimento de Santa Teresa para asilo da infância desvalida; Comissário do Govêrno no Instituto dos Meninos Cegos; Presidente da Comissão Promotora do Instituto dos Surdos-Mudos; Provedor da Santa Casa da Misericordia e Presidente da Imperial Academia de Música Nacional.

Por graça imperial foi nomeado em 1849 Visconde de Abrantes, com grandeza, e em 1854 Marquês do mesmo título.

Lithª de Martins Maya e Cª Rio de Janeiro — S.A. Sisson del. e Lith.

CONDE DE IRAJÁ

Bispo do Rio de Janeiro

+ Manoel Bispo Capellão-Mor
Conde de Irajá

Bispo Conde de Irajá

VAMOS dizer duas palavras sôbre uma vida calma e feliz; sôbre um dos mais ilustres varões que têm visto a luz da existência no abençoado Império do Brasil.

O Sr. D. MANUEL DO MONTE RODRIGUES DE ARAÚJO é um dos brasileiros que mais estima, respeito e veneração têm sabido granjear de seus patricios e de todos que o têm conhecido; seu nome é um título de consideração a que se curvam os grandes e os pequenos, os sábios e os ignorantes; porque aos primeiros fascina com o brilho de seu imenso saber e profunda ciência, e aos segundos atrai com os tesouros da mais bela das virtudes, a caridade, que enche seu nobre coração, sempre disposto a fazer o bem e a lançar o bálsamo da consolação sôbre as chagas que acabrunham e dilaceram o espírito de seus irmãos infelizes.

O Brasil deve ufanar-se de possuir em seu seio um homem em quem se reunem e dão as mãos, para bem da humanidade e do sofrimento, uma ciência e erudição não vulgares e uma virtude angélica tão rara em nosso século, tão rara em nosso país, e muito mais rara ainda em nosso clero desconceituado, e diremos mesmo, desmoralizado.

Nós que o não conhecemos de perto, mas que o conhecemos bastante pelas provas públicas que tem dado de sua ciência e de seu saber, e pela voz eloqüente de milhares de infelizes que nunca o encontraram surdo a seus sofrimentos; nós que nunca recebemos dêle favor, ou obséquio, sentimo-nos orgulhosos de termos de lançar neste pequeno artigo as primeiras pedras de sua importantíssima biografia; e quando, estudando atentamente as páginas de sua vida votada ao estudo e à beneficência, soubemos que êsse brasileiro ilustre nunca deixou seu país natal, e nêle se fez tão grande quanto é, cresceu muito mais de grâu o nosso orgulho; porque é uma prova viva de que no Brasil, com os recursos que se tem nesta nação tão jovem, tão criança, já se pode um homem tornar célebre, pelas letras e célebre pela religião.

Os grandes homens dão nome e honram aos lugares em que nascem, e entre nós, que há míngua e falta dêles, maior motivo tem para se ensoberbecer de ter servido de berço a esse de quem ora nos ocupamos a muito ilustre e já muito conhecida província de Pernambuco. Foi ali com efeito que nasceu em 1798 o Sr. D. Manuel de Monte, filho legítimo do negociante João Rodrigues de Araújo e de D. Catarina Ferreira de Araújo.

Desde que chegou à idade de poder aplicar-se aos primeiros estudos, seus pais não pouparam coisa alguma capaz de tornar a mais completa possível sua educação literária. Como é muito geral e muito comum entre nós, e principalmente na parte norte do Império, os desejos mais ardentes daquele casal foram que seu filho seguisse a vida sacerdotal; e por isto o confiaram aos cuidados dos padres da Congregação do Oratório, logo que fez no Recife os seus primeiros estudos.

Com esses padres estudou o Sr. D. Manuel do Monte filosofia, racional e moral, e estudou matemáticas com os religiosos carmelitas.

Continuava o Sr. Monte os seus estudos na cidade do Recife, quando no ano de 1817, rebentou naquela cidade a célebre revolução que arvorou os estandartes da república do Equador, e que tão belas existências crestou sem nenhum proveito resultar daí para o país. Em vista dêste acidente inesperado o Sr. Monte deixou aquela cidade, foco principal das desordens que se seguiram à revolução, e passou à cidade de Olinda em companhia de seu irmão mais velho, que tanto como êle pretendia dedicar-se à carreira eclesiástica.

Em Olinda foram os dois irmãos para o Seminário episcopal daquela cidade com o fim de se prepararem para satisfazer os desejos de seus pais, e talvez a suas próprias inclinações. Ali o Sr. Monte repetiu alguns estudos que havia feito no Recife e entrou logo no curso de teologia do Seminário, onde, por sua inteligência, aplicação ao estudo e boa conduta, teve logo muita aceitação e gozou de grande estima entre os lentes, de modo que apenas concluiu o último ano de teologia, foi encarregado de reger a cadeira de teologia moral, durante a ausência do lente proprietário que se achava com licença.

No seguinte ano chegou o Sr. Monte ao fim desejado de seus trabalhos escolares, e deu à sua mãe o prazer de satisfazer a sua vontade, realizando sua ordenação de presbítero. A ordenação não pôde ter lugar em Olinda, porque naquele tempo achava-se vaga a diocese de Pernambuco; em vista disto veio o Sr. Monte ao Rio de Janeiro e recebeu a unção sacerdotal das mãos do digno prelado que então era bispo desta diocese, o Exmo. Sr. D. José Caetano da Silva Coutinho.

Êste fato teve lugar a 17 de fevereiro de 1822, e logo que o sr. Monte recebeu unção sacerdotal, partiu para sua província, onde obteve em propriedade a cadeira de teologia moral, que já interinamente havia regido, em cujo concurso mostrou que havia de ser um dia um dos mais brilhantes talentos do nosso clero.

O novo padre e o novo lente dividiu sua existência no desempenho dos deveres que aquêles dois cargos lhe impunham e assim se conservou até que um acontecimento inesperado veio modificar seu teor de vida; a província que o viu nascer e desenvolver em seu seio sua poderosa inteligência, quis mostrar-lhe que Pernambuco sabe animar e acoroçoar os esforços de seus filhos, tanto quanto galardoar seu merecimento, elegendo-o seu representante à Assembléia Geral Legislativa. Por êsse motivo deixou o Sr. Monte sua província e veio em 1837 para o Rio de Janeiro onde se fez logo muito conhecido e notado como clérigo instruído e virtuoso; o que levou o Regente, em nome do Imperador, a escolhê-lo de preferência a qualquer outro para ocupar a cadeira episcopal da diocese do Rio de Janeiro, vaga por morte de seu bispo.

Esta escolha tão lisonjeira para o Sr. Monte, quanto feliz para os diocesanos do Rio de Janeiro, foi feita por decreto de 10 de fevereiro de 1839, e confirmada pelo S. Pontifice Gregorio XVI, por bula de 23 de dezembro do mesmo ano.

Logo que terminou a legislatura a que pertencera por eleição de Pernambuco, e que se procedeu à eleição para a seguinte, o Rio de Janeiro apressou-se em escolhê-lo para seu deputado, e conquanto nunca mais o reelegesse por não ser êle homem que servisse para as lutas políticas, não deixou contudo esta província de mostrar-lhe sempre todo o acatamento e respeito que é devido a suas eminentes qualidades.

O bispo do Rio de Janeiro não confia a pessoa alguma os negócios de sua diocese; por si mesmo faz tudo, e tudo quer ver e decidir segundo seu modo de pensar; é para lastimar, porém, que um homem tão distinto e tão bem intencionado, não seja dotado de um pouco de energia com que pudesse fazer frente e destruir êsse enxertos de vícios e imoralidades que por todo o país lavram sobre o clero, mas que sem dúvida em nenhuma parte com tanta fôrça como no Rio de Janeiro.

Um bispo deve ter um coração bom, caridoso e sempre disposto a desculpar e a perdoar, como o tem o Sr. D. Manuel; mas um bispo para ser completo deve ter também muita energia e severidade, para não permitir que o rebanho que lhe foi confiado, e principalmente que os pastôres que dirigem êsse rebanho e que estão debaixo de suas ordens, se des-

mandem da senda do dever e animem com seus exemplos a inclinação tão pronunciada do século para a incredulidade, e mesmo para a impiedade.

Esta última qualidade falta completamente ao bispo do Rio de Janeiro: não é culpa dêle; dotado de um coração eminentemente cristão, êle não sabe ter palavras ásperas para ninguém; quer corrigir com seus exemplos de virtude e com seus sábios conselhos, e êsse é todo o seu êrro; porque os homens que não são naturalmente bons, uma vez desviados do bom caminho, não voltam a êle senão pelo receio do castigo, e conquanto êste móvel não possa fazer bons clérigos, fará contudo que êles não dêem escândalos públicos que partindo dos guardas da religião lhe tiram todo o prestígio aos olhos das massas, que a vêem senão nos atos de seus ministros sagrados pela Igreja.

S. M. o Imperador tem estendido sôbre o Sr. bispo do Rio de Janeiro sua munificência nomeando-o capelão-mor de sua augusta pessoa e família, dando-lhe o título de Conde de Irajá e condecorando-o com diversas ordens nacionais.

O SS. Padre Pio IX nomeou-o seu prelado doméstico e assistente do sólio pontifício.

S. Exa. Revma., além de todos os bens que tem feito à sua diocese, prestou a todo o país um grande valor publicando, em graça do clero brasileiro e no empenho de ampliar sua ilustração, diversas obras, como são o muito afamado Compêndio de Teologia Moral, e os Elementos do Direito Canônico.

Lith de Mello Rio de Janeiro

A. Sisson Lith

CONSELHEIRO B. DE SOUZA FRANCO

Bernardo de Souza Franco

Bernardo de Sousa Franco

BERNARDO DE SOUSA FRANCO, filho legitimo do negociante matriculado da província do Pará, Manuel João Franco, e de sua mulher D. Catarina de Sousa Franco, nasceu na capital da mesma província em 28 de junho de 1805.

Freqüentando as aulas de preparatórios, quando sob a sábia direção do atual arcebispo da Bahia cursava a de Lógica, foi em 27 de maio de 1823 pronunciado e prêso, por se ter envolvido na luta da independência da província, e remetido para Portugal a bordo da galera "Andorinha do Tejo", com 257 outros independentes, parte dos quais faleceu na viagem à fome, sêde e outras privações. Os que escaparam, tendo sido recolhidos à fortaleza de S. Julião, foram daí soltos poucos dias depois da sua chegada, e o jovem paraense voltou à sua Pátria em fevereiro de 1824.

Deu-se então ao comércio; mas bem depressa a sua vocação pelas letras o fez deixar essa carreira, para continuar a cultivar o talento de que era dotado na Academia de Olinda, onde se matriculou no ano de 1831, e tomou em 1835 o gráu de bacharel em direito, tendo durante todo o curso distinguido-se já nas aulas, obtendo o primeiro prêmio exclusivo no primeiro ano e nos seguintes, já na imprensa, redigindo com suma habilidade alguns jornais, como a "Voz do Beberibe" e "Diário de Pernambuco".

Voltando ao Pará em março de 1836, assistiu ainda em parte à luta contra os rebeldes que assolaram a província, e serviu de procurador fiscal da tesouraria desde junho de 1836 até 16 de agôsto, em que foi nomeado juiz do cível da capital.

Neste intervalo foi nomeado presidente da província do Pará, em substituição do general Andréia; e, embora jovem e sem prestígio, tendo tomado posse no dia 8 de abril de 1839, pôde manter a ordem ameaçada e acabar de subjugar a rebelião que durante sua curta mas vigorosa administração deu os últimos arrancos nos campos de Ecuipiranga e Monte Alegre, e no rio Acará, sendo desde então que se pôde dizer pacificada a província; e deixou as rédeas da administração em fevereiro de 1840, reassumindo-as

de novo, como vice-presidente, em fevereiro de 1841, pelo falecimento do Vice-Almirante Tristão Pio dos Santos, para as tornar a deixar em abril de 1842. As muitas obras que então aí se começaram, e a regularidade e economia na arrecadação e dispêndio das rendas públicas, são o testemunho da boa administração, que lhe granjeou na província a imensa popularidade de que ainda goza.

Querendo o govêrno dar-lhe um testemunho do alto aprêço em que tinha os seus serviços, por ocasião da coroação de S. M. o Imperador nomeou-o comendador da Ordem de Cristo.

Depois desta época, entregue todo aos trabalhos da magistratura e parlamentares, apenas teve a interrupção da curta presidência da província das Alagoas, de junho a dezembro de 1844, em que atacado na capital por fôrças superiores, ao mando do chefe das matas Vicente Ferreira de Paula, puderam os revoltosos forçá-lo a retirar-se para bordo de um navio de guerra; não conseguindo porém arrancar-lhe nenhuma das concessões que exigiam à ponta dos bacamartes e dos punhais dos sicários das matas de Jacuipe.

Já desde 1842 o conselheiro Sousa Franco, que andara aliado aos moderados de 1831 a 1837, e aos reorganizadores de 1838 em diante, tinha-se recolhido de novo às fileiras do partido progressista, no propósito de opor barreira aos excessos do partido conservador; e foi nestas fileiras que o país o viu distinguir-se nas sessões de 1844, de 1848, e principalmente na de 1850, quando em unidade na câmara sustentou a discussão contra todos os membros, tomando a palavra todos os dias, e mais de uma vez por dia, e em todas as questões.

Os estudos de parlamentar o haviam lançado de preferência nas questões financeiras e comerciais; das quais se alguma vez saiu para com distinção e brilho tratar de questões importantíssimas, como a da maioridade e da lei das terras, em que fez notáveis discursos, era para voltar de novo aos seus estudos favoritos — os financeiros.

Chamado aos conselhos da Corôa em 31 de maio de 1848, fazendo parte do ministério Paula e Sousa, ocupou por quatro meses, até 29 de setembro, a pasta dos Negócios Estrangeiros, e interinamente por todo o mesmo mês de setembro a da Fazenda.

Durante a sessão das câmaras nesse ano, que foi tempestuosa e difícil, o conselheiro Sousa Franco sustentou na primeira linha os atos do ministério de que fazia parte, e firmou a reputação de estadista e de parlamentar distinto que depois em 1850 lhe mereceu a glória de ser um dos principais chefes do partido progressista, e hoje do conciliador.

Foi em 1853 que pela primeira vez, depois de 16 anos de vida parlamentar e de eleições sucessivas, contra os esforços até das autoridades, que por vezes, como em 1840, 1842 e 1849, lhe foram infensas na província, repelido da câmara temporária, para a qual fôra o único eleito do partido progressista, liberal ou lucia, teve de retirar-se à vida privada. Aí mesmo porém o acompanhou a popularidade de que gozava, e que se aumentara com a injusta rejeição de sua eleição, e o novo advogado teve o patrocínio das principais demandas do fôro do Rio de Janeiro, e por clientes a maioria do corpo do comércio desta importante praça da América Meridional.

Não tinha porém de durar muito a sua retirada da vida política; e dois anos depois, em 1855, reapareceu na câmara temporária como deputado, por falecimento do que o era, e foi dos primeiros a apoiar com sua voz poderosa os princípios da moderação e concórdia proclamados pelo gabinete de que era chefe o Marquês de Paraná, pugnando contudo para que êles se tornassem reais e efetivos, passando a administração do primeiro período, o da confusão dos partidos e amortecimento das paixões, para o do progresso e reformas exigidas pelo país.

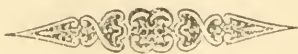
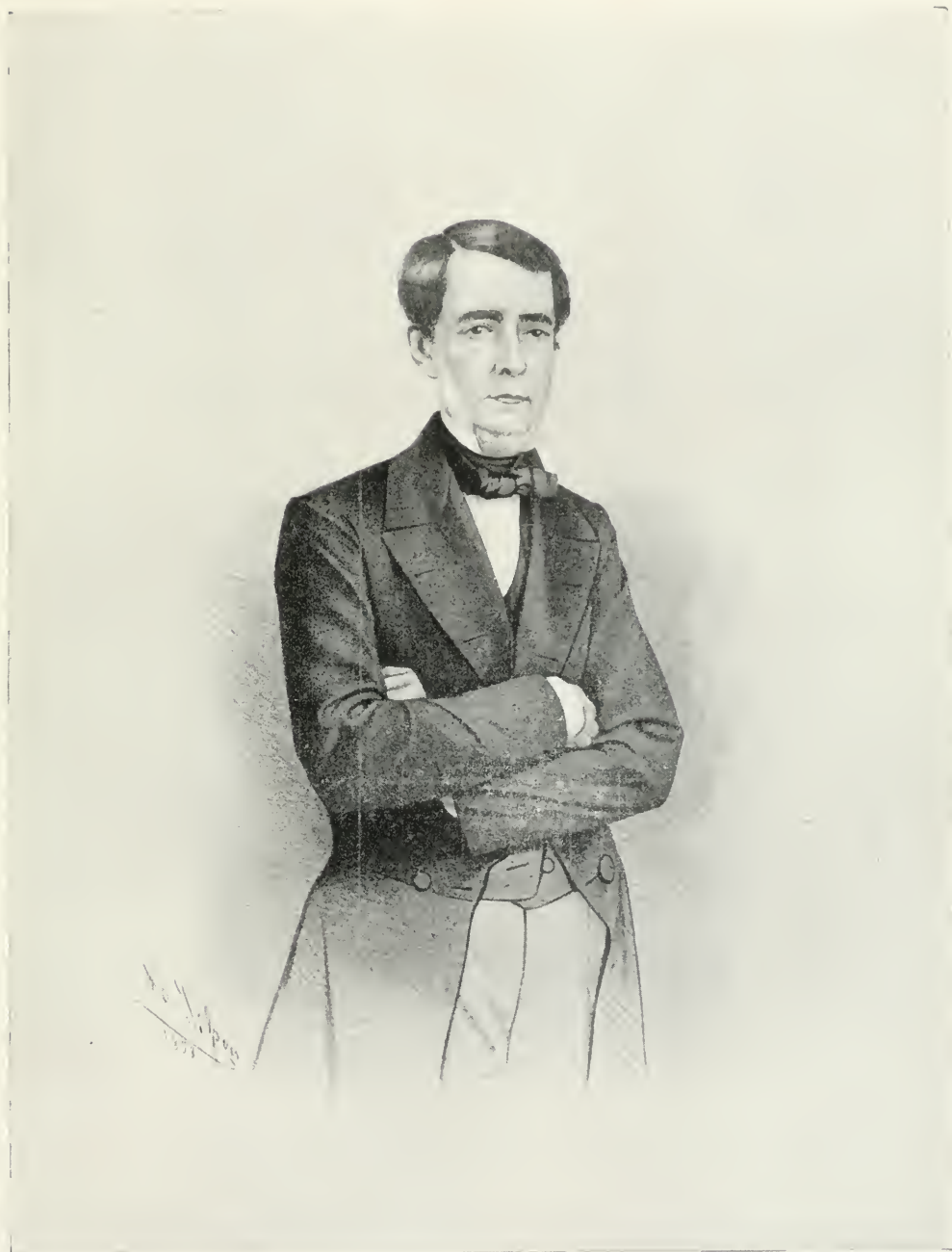
Havia no ano antecedente falecido o senador pelo Pará, Conselheiro de Estado José Clemente Pereira; e os paraenses, dando mais uma prova do aprêço em que tinham o seu ilustrado patrício, o apresentaram em primeiro lugar na lista tríplice, da qual o escolheu a Coroa no dia 5 de junho de 1855, que fôra o mesmo da chegada do vapor do Norte em que veio essa lista. A Coroa manifestou por mais êste ato de justiça e aprêço que faz do estadista paraense, e quanto conta com os seus serviços em prol do império, e firme dedicação à sagrada pessoa do Monarca.

No Senado continuou o Conselheiro Sousa Franco a abundar em provas de que os seus princípios de conciliação eram sinceros; e os seus discursos, ainda os de oposição, revelavam a moderação que é própria de um senador, e a convicção de que só o respeito recíproco às opiniões e pessoas pode dar em resultado o amortecimento das paixões políticas, e a regularidade da administração no sentido dos interêsses gerais da nação, como é indispensável para a prosperidade e grandeza do império.

Foi nesta posição que, chamado de novo aos conselhos da Coroa no dia 4 de maio de 1857, aliou-se com o Sr. Jerónimo Francisco Coelho ao respeitável ancião o Sr. Marquês de Olinda, e mais colegas, o Sr. Visconde de Maranguape, Pereira de Vasconcelos e Saraiva, para dirigirem os negócios públicos segundo os patrióticos desejos da Coroa, de ver reunidos em uma família os brasileiros todos, e sòmente preferidos a capacidade e os serviços, sem atenção às opiniões políticas anteriores.

O que o Ministro da Fazenda, por sua parte, tem feito neste propósito está patente a todos; e todos os homens de boa fé confessam que nunca deixou de consultar nos seus atos os verdadeiros interêsses do país, e servido o Monarca com uma lealdade e dedicação digna de ser apreciada.

Êsses atos estão por tal sorte recentes na memória de todos, que não é preciso recordá-los. Progressista em finanças, o Conselheiro Sousa Franco tem sabido adotar as vantagens do progresso sem os perigos das bruscas inovações; o crédito, desenvolvido por meio da criação dos estabelecimentos bancários, foi-o contudo com tão grave madureza, que a crise financeira que sobreveio no mundo comercial não encontrou o Império envolvido nessas excessivas especulações, que têm sido uma das principais causas dos desastres de muitas outras praças comerciais.

Sôbre os serviços que o ministério atual, pelo seu Ministro da Fazenda, o Conselheiro Sousa Franco, tem feito ao país e ao Monarca durante a crise financeira por que vamos passando, já preparando em Londres, com grande antecedência, os fundos necessários para as despesas exteriores, ordinárias e extraordinárias, e já dando a mão ao Banco do Brasil, e o dirigindo nas medidas que deve tomar para salvar a praça do Rio de Janeiro, e com ela as mais do Império, das calamidades porque passaram as dos Estados-Unidos, Hamburgo, e até certo ponto a da soberba e riquíssima Londres; sôbre tão avultados serviços, dizemos nós, deixamos que falem os fatos, os comparativante suportáveis embaraços da praça, e a confiança que renasce entre os comerciantes.

A. Sisson del.e Lith. Lith. de Mello Rio de Janeiro

CONSELHEIRO C. BABTISTA D'OLIVEIIRA

C. Baptista d'Oliveira

Cândido Batista de Oliveira

NASCEU CANDIDO BATISTA DE OLIVEIRA, na cidade de Pôrto-Alegre, província de S. Pedro, aos 15 de fevereiro de 1801; sendo seus pais Francisco Batista Anjo, natural de Portugal, e D. Francisca Cândida de Oliveira, nascida na mesma província acima referida.

Destinado por seu pai à vida eclesiástica, foi mandado para o seminário de S. José desta côrte, no ano de 1817: e reconhecido êle que a sua vocação o não chamava para o sacerdócio, partiu daí para Coimbra, no ano de 1820, onde seguiu os estudos que fazem objeto das faculdades de matemática, e de filosofia, tomando o grau de bacharel formado na primeira no ano de 1824.

Havendo concluído os seus trabalhos acadêmicos, retirou-se de Coimbra para Lisboa, onde lhe dera honrosa hospedagem o seu dedicado amigo Marquês de Alegrete, Luís Teles da Silva. Aí se demorou por alguns meses, até que lhe chegaram do Rio de Janeiro as ordens precisas para ir à França, com o intuito de aperfeiçoar-se nos conhecimentos que adquirira na Universidade de Coimbra.

Saindo de Lisboa, chegou a Paris no mês de abril de 1825, onde permaneceu cêrca de dois anos, empregados em visitar todos os estabelecimentos de instrução pública, freqüentando com especialidade os casos da escola politécnica (obtida para êsse fim a necessária permissão do govêrno francês), na qual era professor de astronomia o distinto sábio Arago, que o honrou com a sua amizade.

Não lhe sendo possível visitar nessa ocasião a Inglaterra e a Alemanha, como desejava, regressou ao Rio de Janeiro no comêço do ano de 1827; e foi imediatamente nomeado lente substituto da Academia Militar (sendo Ministro da Guerra o finado Marquês de Lajes), passando pouco tempo depois a ser proprietário da cadeira de mecânica racional.

Do ano de 1830 em diante foi o lente de mecânica da Academia Militar distraído das funções do magistério em diversas ocasiões, sendo chamado a prestar serviços em comissões importantes: tomando nesse ano

assento na Câmara dos Deputados, como representante da província de S. Pedro, que o havia honrado com a eleição de deputado para a segunda legislatura.

No ano de 1831, depois de encerrada a tormentosa sessão legislativa, na presença das ocorrências extraordinárias que perturbaram profundamente o estado político do país, retirando-se da côrte o deputado Batista de Oliveira, com o intuito de ir restabelecer a sua saúde, consideràvelmente arruinado, na província de S. Pedro, foi daí chamado pouco tempo depois, pelo govêrno da primeira regência, na menoridade de Sua Majestade o Senhor D. Pedro II, para ocupar o novo e importante emprêgo de inspetor geral do Tesouro Nacional. (Criado pela lei que nessa época reformara êsse estabelecimento e suas dependências, sendo Ministro da Fazenda o finado senador Bernado Pereira de Vasconcelos, então membro da câmara temporária.)

Entre os melhoramentos úteis que fizera adotar nas repartições fiscais, cumpre notar a criação do serviço especial da esterometria, desconhecida até então nas nossas alfândegas; uma nova fórmula de arqueação dos navios mercantes para regular o pagamento do impôsto de ancoragem; e a sistematização dos pesos e medidas nacionais, tendo por colaborador neste trabalho o finado Visconde de Jerumirim, então inspetor geral da caixa da amortização.

Na sessão de 1831, ocupando-se a Câmara dos Deputados de providenciar acerca da introdução da moeda falsa de cobre na circulação monetária do Brasil, a qual havia já tomado proporções ameaçadoras, sugeriu o deputado Batista de Oliveira a idéia de permitir-se aos possuidores dessa moeda que a depositassem nas estações públicas designadas pelo govêrno, onde recebessem conhecimentos dos respectivos depósitos, os quais fôssem provisòriamente recebidos como moeda corrente nos pagamentos legais, e pudessem transferir-se por meio de endôsso; devendo por outra parte ser essa disposição acompanhada da fixação do máximo pagamento legal, em moeda de cobre, na quantia de *mil réis.*

Esta medida simples e prática, não obstante ter sido menos convenientemente modificada pela câmara, na parte relativa ao recolhimento da moeda de cobre, pôs têrmo a êsse mal que flagelava o país.

Foi ainda nessa sessão que o mesmo deputado, fazendo parte da comissão denominada de *meio circulante,* de acôrdo com os seus dois colegas, propôs a medida da fixação do novo padrão monetário, na razão de *dois mil e quinhentos réis a oitava de ouro de 22 quilates,* para servir de regulador na circulação monetária do país, e facilitar nessa parte a criação

de um banco, que, além de outras incumbências, tivesse especialmente a seu cargo uniformizar o meio circulante em todo o império.

Causas que não cabe aqui apreciar devidamente, fizeram que deixassem a administração da Fazenda no ano de 1834, tanto o inspetor geral do Tesouro, como o digno ministro, com quem servira aquêle, na mais perfeita harmonia e recíproca confiança.

Encerrada a sessão legislativa do ano seguinte, em cujos trabalhos tomou parte o conselheiro Cândido Batista de Oliveira, ainda como deputado pela província de S. Pedro; quando se dispunha a retirar-se para esta província com a sua família, chegou ao Rio de Janeiro a infausta notícia de haver ali rebentado no dia 20 de setembro dêsse ano (1835), a deplorável revolução, que durante cêrca de 10 anos flagelára essa interessante parte do império; e não obstante as antigas relações pessoais que o ligavam ao coronel Bento Gonçalves da Silva, chefe dessa revolução, não hesitou êle em aceitar de bom grado a nomeação de ministro residente junto à côrte da Sardenha, devida à intervenção de prestimosos amigos, com o fim de o tirarem da grave situação em que se achava, na presença de uma administração que lhe era desafeta.

Chegando a Turim no mês de junho de 1836 em companhia de sua família, recebeu logo no seguinte mês de agôsto exoneração do seu pôsto de ministro residente; retirando-se daí para Paris, onde permaneceu até meado do ano de 1837.

Regressando ao Rio de Janeiro na ocasião em que o Regente Feijó, renunciando ao poder, confiou o supremo govêrno do império, na fórma da constituição, ao Exmo. Sr. Conselheiro Pedro de Araújo Lima, atualmente Marquês de Olinda, foi o ex-ministro residente da Sardanha novamente chamado para ocupar o seu antigo pôsto de inspetor geral do Tesouro Nacional.

E em abril de 1839 o digno regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, honrou com a sua confiança o inspetor do Tesouro, chamando-o a fazer parte do ministério, que então se organizara em circunstâncias difíceis, substituir o ministério, denominado de 19 de setembro, encarregando-se êle ao mesmo tempo das pastas dos Negocios Estrangeiros e da Fazenda.

A situação dos negócios públicos em que estreara a direção de duas repartições administrativas, sob a pressão de graves dificuldades, nascidas de embaraços domésticos e internacionais, não era por certo asada para que o novo ministro pudesse realizar nelas todo o seu pensamento em matéria de administração; e apenas pôde êle, no curto prazo do seu ministério, atender às mais urgentes necessidades do serviço.

Na repartição dos negócios estrangeiros teve a boa fortuna de restabelecer pelos seus atos a boa inteligência entre o govêrno imperial e o da Grã-Bretanha, a qual havia sido profundamente abalada em conseqüência das questões sempre desagradáveis sôbre o tráfico dos africanos; e, como que lendo no livro do futuro, provocou êle nessa quadra a celebração de novas convenções sôbre êste objeto, por meio de um *memorandum* dirigido ao govêrno britânico. E pôsto que êsse passo do previdente ministro brasileiro fôsse então recebido com demonstrações de não equivoco desfavor da parte da opinião então dominante, fôra êle depois plenamente justificado pelas sérias ocorrências que induziram o govêrno imperial a tomar êsse objeto na devida consideração.

Pelo que respeita à repartição da Fazenda, não se descuidou o mesmo ministro de dar provas das suas habilitações professionais nessa parte. Porquanto, a par de outras medidas de importância secundária, tomou êle a deliberação assisada de restituir à circulação o produto das consignações mensais em dinheiro, feitas pela alfândega desta capital à caixa da amortização, pondo assim em harmonia o espirito da lei com os princípios da ciência econômica, e com os interêsses da praça e do mesmo Tesouro; medida essa cuja conveniência tem sido reconhecida por todos os seus sucessores.

Achando-se autorizado por lei para aumentar a renda do Estado, pela elevação dos direitos de importação nos artigos que a pudessem suportar, criou o impôsto adicional sôbre as bebidas espirituosas, elevando a *cinqüenta por cento* os direitos respectivos, cujo produto constitui presentemente uma verba importante da renda pública.

Não obstante a inteira confiança com que o honrava o regente do Império, o ministro dos Negocios Estrangeiros e da Fazenda tendo ponderosos motivos para deixar a administração antes de encerrada a sessão legislativa nesse ano, aceitou a missão diplomática de S. Petersburgo, no caráter de enviado, onde permaneceu no exercício dêsse pôsto até o ano de 1843, em que fôra mudado, no mesmo caráter, para a côrte de Viena.

Em ambas essas côrte recebeu o enviado brasileiro distintas provas de consideração da parte dos respectivos governos; e teve a fortuna de granjear a estima dos dois preeminentes estadistas da França "o Conde de Nesselrode, e o Príncipe de Metternich".

Subindo ao poder o ministério de 1844, julgou êste conveniente chamar a esta côrte o enviado de Viena, substituindo-o ali outro agente diplomático de inferior categoria.

Chegado ao Rio de Janeiro, dedicou-se o ex-enviado de Viena ao exercício do magistério na sua cadeira da Academia Militar, até completar o tempo para a sua jubilação, que obteve em principio do ano de 1847.

Em maio dêsse mesmo ano foi êle chamado para fazer parte do ministério que se organizou nessa época, e no qual teve lugar a criação da presidência do conselho conferida por Sua Majestade o Imperador ao conselheiro "Manuel Alves Branco," Ministro da Fazenda (depois Visconde de Caravelas).

Na repartição dos negócios da marinha fez o conselheiro Batista de Oliveira, na curta duração do seu ministério, alguns serviços notáveis, que lhe granjearam a consideração e a estima da distinta corporação da armada. Entre outros cumpre assinalar a substituição da antiga brigada de marinha por um corpo militar de infantaria, com a denominação de *fuzileiros navais*, destinado especialmente para fazer a guarda dos estabelecimentos navais, e a polícia a bordo dos navios armados; passando o serviço da artilharia a ser incumbido exclusivamente ao corpo de imperiais marinheiros e à marinhagem auxiliar.

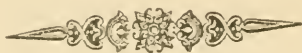
Retirando-se do ministério, com os seus colegas, em março de 1848, foi o mesmo conselheiro encarregado pelo govêrno imperial de fazer o reconhecimento topográfico da fronteira meridional do império; trabalho êste que executou no decurso do ano de 1849, dando dêle conta ao govêrno imperial, na ocasião em que regressou da província de S. Pedro, a fim de tomar assento no Senado, na sessão legislativa de 1850, como representante da província do Ceará, honrado com a escolha imperial dentre os seis nomes apresentados na lista eleitoral dessa província.

Além das funções de senador do Império, ocupa atualmente o conselheiro Batista de Oliveira o lugar de diretor do Jardim Botânico da Lagoa de Rodrigo de Freitas, para que fôra nomeado no ano de 1851.

Pelo que respeita a distinções honoríficas, teve o senador Batista de Oliveira o título de conselho no ano de 1832, que a lei anexara ao exercício das funções de inspetor geral do Tesouro Nacional. Foi depois agraciado em diversas ocasiões com as comendas da ordem de Cristo, e da Rosa; havendo sido honrado pelo Imperador Nicolau com a Grã-Cruz da ordem de Santo Estanislau, na ocasião em que se retirara de S. Petersburgo. E ultimamente fez-lhe Sua Majestade o Imperador a graça de o nomear Veador de Sua Majestade a Imperatriz.

Há dêle algumas produções publicadas nesta capital sobre objetos literários e científicos, com especialidade acêrca de alguns pontos importantes da astronomia em que apresentara resultados novos, e de elevado inte-

rêsse para a ciência, no entender de homens competentes. Fez imprimir, além disso, em S. Petersburgo um opúsculo, com o título de *Sistema Financial do Brasil,* o qual, no conceito de pessoas entendidas, é um livro útil.

E' também o senador Batista de Oliveira 1.º vice-presidente do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, membro da Palestra Científica desta capital, e de outras sociedades literárias e científicas da Europa e da América.

Marquês de Valença

STÊVÃO RIBEIRO DE REZENDE, filho legítimo do Coronel Severino Ribeiro, de distinta família de Lisboa, e de D. Josefa Maria de Rezende, de abastada e importante família de Minas Gerais, nasceu no arraial dos Prados, Comarca do Rio da Morte, província de Minas, em 20 de julho de 1777.

Educado desde seus primeiros anos com todo o esmêro e cuidado que sóem ter por seus filhos os pais que, como os seus, prezam mais que tudo a honra e a virtude, nunca se mostrou indigno do nome que recebeu de sua família, e pelo contrário mereceu sempre, por suas boas qualidades e morigeração, a estima de tôdas as pessoas que o conheceram apenas entrado no mundo, mas já pensando com um critério pouco comum em sua idade sôbre as coisas da vida.

Tendo mostrado muita viveza para os estudos primários, aproveitou suas disposições para as letras e mandou-o estudar mesmo em Minas os preparatórios, que ali então se ensinavam. Em breve, pois, ficou o jovem Estêvão Ribeiro de Rezende pronto para exame em francês, latim, italiano, retórica e filosofia, estudos em que muito se distinguiu, e tanto que seu pai logo que o teve nêles preparado mandou-o para Lisboa a seguir para Coimbra, onde devia estudar o curso de direito.

Separado de seus pais e do lugar de seu nascimento, onde deixava tanta simpatia, que quase tôda a população de S. José do Norte despediu-se dêle com as provas do mais vivo pesar, caprichou o Sr. Rezende por continuar longe de sua família a mesma norma de conduta que sempre seguira quando em seu seio; e com efeito, em Coimbra comportou-se por tal modo, que em breve foi muito estimado por seus colegas e benquisto de seus professores.

Sua inteligência não desmentiu nos novos estudos a que se aplicou, os primeiros sinais de fôrça e agudeza que dera em seus estudos primários e secundários; seu curso êle o completou sem nenhum embaraço, antes pelo contrário, recebendo sempre boas notas e muita consideração, o que lhe facilitou ser aceito para a leitura do desembargo do paço, primeira porta

por onde então se entrava para a carreira da magistratura. Antes, porém, que fizesse a leitura, morreu-lhe no Brasil seu pai, e essa notícia chegando-lhe a Lisboa naquele tempo, quis êle interromper sua carreira para vir à pátria beijar as mãos à mãe e apresentar-se-lhe depois de doutorado.

De volta a Portugal fez sua leitura no desembargo do paço, e foi logo nomeado pelo Senhor D. João VI, em 21 de junho de 1806, juiz de fora de Palmela, tendo já antes recebido do mesmo monarca o hábito de Cristo com uma tença e a propriedade do ofício de tabelião do público judicial e notas da vila de S. João del-Rei, em atenção aos bons serviços de seu pai e às suas qualidades, mais que dignas daquela distinção.

Pouco depois de empossado no juizado de Palmela, em Portugal, teve lugar na peninsula a invasão francesa, que vinha com o prestigio de mil vitórias conquistar para o irmão do vencedor do mundo uma coroa e um Estado.

A côrte portuguêsa, colocada na alternativa que lhe ofereciam, de um lado a França arrogante e orgulhosa de seus triunfos, e do outro a Inglaterra forte e sempre pertinaz em não ceder às águias imperiais, a Europa e o mundo a que se atiravam com avidez, resolveu sàbiamente escolher um meio têrmo, deixando a antiga Metrópole para vir estabelecer-se no Brasil; o juiz de Palmela quis aproveitar essa oportunidade de voltar à sua pátria e à sua família, e por isto muito se empenhou para fazer parte da comitiva real; porém sendo preciso, para bem do Reino, que as autoridades permanecessem em seus postos e manifestando o govêrno regencial a utilidade que resultava dêste fato, o Sr. Rezende desistiu de seus desejos, e ficou em Palmela, onde recebeu com ânimo e coragem as tropas franco-espanholas, que acometiam o reino de Portugal.

Esta foi talvez uma das épocas em que o Sr. Rezende maiores serviços prestou à sua pátria. No ponto em que se achava não se teve com efeito que lastimar grandes males que deixavam a consternação e a desolação por onde passavam as tropas invasoras. A honra e a fortuna foram respeitadas em Palmela por esforços de seu juiz, que, revestindo-se de tôda a coragem e energia, dirigia-se a fazer reclamações e censura, onde e sempre que se dava um fato de abuso de fôrça da parte das forças ali estacionadas.

Por algum tempo marcharam as coisas assim de um modo o mais satisfatório, mas nem era crível, nem mesmo imaginável, que soldados acostumados a derrubarem tôdas as barreiras, quer físicas, quer morais, viessem aqui estacar defronte de um só homem, embora por êsse homem falassem a razão e a justiça. O vencido não tem direitos, sua lei é a vontade do vencedor, e pois o que fazer o juiz de fóra de Palmela quando os fran-

Barendier pinxt — Lith de Mello Rio de Janeiro — A. Sisson Lith

MARQUEZ DE VALENÇA

Marquez de Valença

ceses, fechando os ouvidos à sua voz, quiseram obrigá-lo, e obrigaram o povo que lhe tinha sido confiado a concorrer com o necessário para sua subsistência e para a satisfação de seus caprichos? Enquanto foi possível resistir-lhe, êle o fez, agora, porém, que sua influência é nula e que sua pessoa atrai sobre os que o seguem ódios e maus desejos, agora que sem duvida com perigo iminente sem que daí resulte bem para ninguém, agora é tempo de ceder à fôrça das circunstâncias. E com efeito, o Sr. Rezende deixou Palmela e retirou-se para Lisboa, tendo antes em companhia de um vereador ocultado em um altar os dinheiros públicos que tinha à sua disposição.

Recebendo del-Rei a faculdade de voltar para o Brasil, êle o fez imediatamente, e ao chegar em sua pátria natal, viu apreciados por seu devido valor os serviços que acabava de prestar, e em atenção aos anuais o Senhor D. João VI nomeou-o em 13 de maio de 1810 juiz de fora da cidade de S. Paulo, lugar que foi êle encarregado de criar naquela cidade.

Em 17 de dezembro de 1813 deixou êle o juizado de S. Paulo, por ter nessa mesma data sido nomeado fiscal dos diamantes, lugar importante que teve de deixar no ano seguinte, em conseqüência de ter sido nomeado em 12 de setembro de 1814 desembargador da relação da Bahia.

Em tôda a parte por onde passava o Sr. Rezende era geralmente estimado e apreciado por suas qualidades, e cada um lugar que exercia dava-lhe novos títulos e mais direitos para alcançar lugares mais subidos.

Felizmente naqueles tempos as qualidades e aptidão davam direito; e é por isto que o novo desembargador da Bahia foi a 29 de março de 1817, quadra calamitosa de revoluções, nomeado ajudante do intendente geral da polícia, e no seguinte ano de 1818, a 12 de outubro, nomeado desembargador da casa da suplicação.

A 10 de novembro de 1821 foi nomeado superintendente geral dos contrabandos, e nessa época em que o Brasil tanto precisou do esfôrço de seus filhos, Estêvão Ribeiro de Rezende esteve firme na estacada, prestando a seu país e a seu príncipe os serviços que podia prestar.

Procurador da província de Minas Gerais, junto ao príncipe D. Pedro, êle mostrou-se tal qual era e captou por êsse modo a estima daquele Príncipe, que sempre o distinguiu e que elevou-o ao ponto de nomeá-lo, a 6 de abril de 1822, Secretário de Estado encarregado de tôdas as pastas para acompanhá-lo a Minas, onde uma nobre inspiração o levava com o fim de acalmar com sua presença os movimentos sediciosos que ali começavam a manifestar-se, a ponto de negar-se aquela província a obedecer ao Príncipe regente.

Veio a independência, e logo após a necessidade de regular-se o pacto fundamental por onde devesse o país se regular; o Imperador convoca para êsse fim a assembléia constituinte; e Minas, que atende para o merecimento quando escolhe um alto funcionário, tanto quanto um qualquer empregado, elege seu deputado ao Sr. Rezende. Cai a constituinte em virtude do golpe de Estado do primeiro Imperador, tudo se amotina, parece que vamos ter uma revolução, mas graças à boa escolha do Senhor D. Pedro I, mandando, a 17 de janeiro de 1823, ao Sr. Rezende para intendente geral da polícia, tôda a tempestade se desfez sem deixar o mais ligeiro sinal de sua aterradora passagem, e nem por isto foi necessário o emprêgo de armas e ameaças de prisões e perseguições, bastou a influência e a confiança geral de que gozava o intendente para obter aquêle resultado.

Em 14 de outubro de 1824 chamou-o o Senhor D. Pedro I aos conselhos da coroa, encarregando-o da pasta do império, que teve a seu cargo até 21 de novembro de 1825, em que recebeu o decreto de sua demissão, no qual elogiava muito o Imperador e lhe agradecia seus bons serviços. Naquele mesmo ano de 1824 foi ainda nomeado, a 1 de dezembro, desembargador honorário do paço, e em 15 de outubro de 1825 foi galardoado por Sua Majestade o Imperador com o título e grandezas de Barão de Valença.

Neste ano veio o Sr. Rezende eleito por sua província à assembléia geral legislativa, e ao mesmo tempo que tinha por essa honrosa eleição entrada na Câmara dos Deputados, recebia ainda de seus comprovincianos maior honra e maior prova de estima e consideração, tendo seu nome na lista por êles oferecida ao Monarca para escolher os senadores do Império. Conjuntamente com Minas Gerais, quis S. Paulo mostrar toda a sua afeição e agradecimento pelo distinto brasileiro, que em seu solo começou a carreira da magistratura em que tantas glórias colheu, escolhendo seu nome para mandar ao Imperador na lista dos que deviam ser escolhidos seus senadores. Assim, pois, era o Sr. Valença ao mesmo tempo deputado por Minas, e eleito senador pela mesmo província e pela de S. Paulo. Entre as duas províncias optou pela de Minas, onde tinha seu berço e tudo o que há de mais caro ao coração do homem, sua família e as cinzas de seus bons pais. Em vista de sua opção, foi escolhido senador por carta imperial de 19 de abril de 1826, e nesse mesmo ano, a 12 de outubro, passou a desembargador do paço efetivo e foi aposentado por pedido seu; assim como também a 30 do mesmo mês e ano foi o seu título de barão elevado ao de Conde de Valença.

A 18 de maio de 1827 entrou novamente o então Conde de Valença para os conselhos da Coroa, e desta vez coube-lhe a pasta da Justiça, em

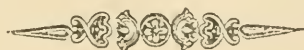
que funcionou até 20 de novembro de 1827, em que foi dissolvido o gabinete de que fazia parte e com o qual também êle caiu, tendo sido três dias antes nomeado conselheiro de Estado honorário.

Retirado de cena política, ficou o Conde de Valença exclusivamente ocupado com os deveres de senador do Império, e foi dêsse pôsto eminente que êle agregou em tôrno de si êsse grupo de seus colegas, que fizeram a mais heróica barreira aos excessos demagógicos que se desenvolveram no Brasil pela retirada do fundador do Império.

Firme nesse pôsto, que a honra e o dever lhe haviam indicado, o Conde de Valença não descansou um momento enquanto não viu por terra a demagogia e elevado ao trono do Brasil o filho do seu primeiro Imperador. Então faltaram-lhe fôrças para novas lutas; já tinha 63 anos, já tinha combatido com uma geração inteira, nova geração despontava nos horizontes da pátria, era fôrça ceder-lhe os negócios dessa cara pátria. O Sr. de Valença retirou-se completamente da vida política para entregar-se exclusivamente à vida privada.

Em 1848 o Senhor D. Pedro II elevou-o a Marquês de Valença, e em 8 de setembro de 1856 veio a morte surpreendê-lo no seio de sua família, e na idade de 79 anos.

O Marquês de Valença foi casado com a exma. sra. Elídia Mafalda de Sousa Queirós, filha do opulento fazendeiro Brigadeiro Luís Antônio de Sousa e sua mulher D. Genebra de Barros Leite.

Era sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio efetivo da sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, sócio efetivo da Instrução Elementar, membro da sociedade de Agricultura do Reino da Suécia, dignitário honorário da ordem imperial do Cruzeiro por carta de 16 de agôsto de 1830, cavalheiro do hábito de Cristo, grã-cruz da mesma ordem e fidalgo cavalheiro da casa imperial.

A Sisson Lith de photog. de Moreaux — Imp. Lemercier Paris

[illegible]

Visconde de Maranguape

Visconde de Maranguape

VAMOS escrever um esbôço biográfico tão pobre de datas quanto nos permitem as poucas notas ligeiramente traçadas que nos foram ministradas.

Seria talvez preferível, em vista da completa deficiência em que estamos de maiores dados para a confecção de um trabalho que possa mais tarde servir de base a uma biografia completa, pôr de parte o nome a que se refere êsse trabalho irremissivelmente destituido do único merecimento que porventura possam ter os outros do mesmo gênero que temos publicado, e os que pretendemos continuar a publicar; queremos falar das datas correspondentes às fases mais importantes da vida daqueles homens como com quem nos ocuparmos; seria talvez preferível nada escrever sôbre a vida do Exmo. Sr. Visconde de Maranguape, de quem não pudemos obter nem sequer o ano em que nasceu; mas a importância que tem tido e de que ainda hoje goza êsse senhor, protestaria altamente contra uma resolução que tirasse de seu devido lugar, para colocar em outro menos digno, o nome dêsse brasileiro que tanto tem aparecido nos negócios de seu país.

Na alternativa pois de fazer um mau esbôço de sua vida, ou de deixar em esquecimento e do lado o nome do Sr. VISCONDE DE MARANGUAPE, preferimos o primeiro partido, porque mil vezes preferimos ver tachar o nosso trabalho de falto de gôsto e de interêsse, do que dar lugar a interpretações, quaisquer que sejam de nossas intenções.

À parte pois todo o juízo desvantajoso que de nós se possa fazer, e entremos em matéria.

CAITANO MARIA LOPES GAMA nasceu na província de Pernambuco, e teve por pais o Dr. João Lopes Cardoso Machado e sua mulher D. Ana do Nascimento Gama. Em Pernambuco êle estudou os primeiros preparatórios para a Universidade de Coimbra, onde estudou por alguns anos, voltando ao Brasil depois de ter concluido o curso a que se destinava, que foi de direito.

Começou sua vida no Brasil empregando-se na magistratura, na qual estreou pelo lugar de juiz de fora do Penedo, na província das Alagoas,

onde esteve muito pouco tempo, porque tendo sido nomeado ouvidor da mesma província e comarca das Alagoas, teve de deixar o lugar de juiz de fora.

Era ainda ouvidor daquela província quando os primeiros movimentos de independência despertados nos diversos pontos do Brasil, ali foram repercutir. O Sr. Lopes Gama tomou neles uma parte muito ativa, e tanto se distinguiu entre os que trabalharam pela nossa emancipação política, que mereceu ser eleito presidente do govêrno provisório então estabelecido naquela província.

Logo depois dessa eleição êle recebeu outra manifestação não menos honrosa do bom conceito em que era tido entre seus concidadãos, e foi esta o diploma de deputado à assembléia constituinte, que ainda lhe deu a província das Alagoas.

Por êsse tempo foi instituida a imperial ordem do Cruzeiro, e o Sr. Lopes Gama, em remuneração de seus serviços em prol da independência, foi um dos contemplados na primeira lista dos condecorados com aquela ordem, honra que é tanto mais apreciável, quanto ela é pouco prodigalizada.

Dissolvida a assembléia constituinte, o Sr. Gama caiu nas boas graças do govêrno, tanto que ao mesmo tempo que muitos deputados se recolhiam desgostosos a seus lares, e alguns eram mandados desterrados para fora de sua pátria, êle foi um dos que receberam do govêrno provas de confiança e consideração, como é a sua nomeação para presidente da província de Goiás.

Nesta presidência prestou os serviços que estavam em suas fôrças, e foram êles apreciados de tal modo que em recompensa teve a comenda da ordem de Cristo do Império.

Eleito deputado à primeira legislatura da assembléia geral legislativa, o Sr. Lopes Gama deixou a presidência de Goiás a fim de vir tomar assento, e lá não mais voltou, porque ao terminarem os trabalhos legislativos, voltou à magistratura que tinha deixado, e foi despachado desembargador da relação da Bahia, com exercício na casa da suplicação.

Muito tempo não esteve no exercício dêsse lugar, porque o govêrno imperial julgou necessário utilizar seus serviços em outra parte onde êles fôssem mais úteis, e em virtude disso despachou-o presidente da província do Rio Grande do Sul.

Essa segunda presidência ainda teve êle de deixar para vir tomar assento nas assembléia geral, a que tinha sido eleito pela província de Goiás e foi durante êsse tempo que o govêrno nomeou-o intendente geral da polícia, e lhe conferiu o título do conselho.

Tendo razões que lhe permitiam continuar no exercício de intendente geral da polícia, pediu e obteve sua demissão daquele importante cargo, do qual passou novamente ao serviço da magistratura.

Os filhos da província do Rio de Janeiro, agradecidos ao Sr. Lopes Gama pelos serviços que este lhes havia prestado, quer como intendente da polícia, quer como magistrado, pagaram-lhe a divida elegendo-o seu senador, lugar em que foi confirmado pela escolha do chefe do Estado e sanção do Senado.

Depois que foi eleito senador, o Sr. Lopes Gama tem sido diversas vezes chamado ao ministério, e, em 1842, foi despachado conselheiro de Estado efetivo.

Em 1844, quando a província das Alagoas se sublevou, e expeliu seu presidente o conselheiro Bernardo de Souza Franco, atual ministro da Fazenda, foi o Sr. Lopes Gama o homem que o govêrno imperial reconheceu mais apto para acabar pacìficamente aquêle movimento revolucionário, e o govêrno fez uma boa escolha, porque, graças ao bom conceito, estima e consideração que ali gozava o novo presidente, conseguiu sem derramamento de uma gota de sangue acalmar os ânimos, e chamar a seus deveres aquela porção do povo brasileiro momentâneamente desviada do verdadeiro caminho.

Êste serviço seu, que decerto não foi dos menores por êle prestados à causa pública, foi galardoado com a grã-dignitaria da ordem da Rosa, e com o reconhecimento dos brasileiros em geral, e mui particularmente dos alagoanos.

A 4 de maio de 1857, tendo ficado o ministério acéfalo pela morte do Marquês de Paraná que o tinha organizado, foi chamado a organizar o novo gabinete o Sr. Marquês de Olinda, que escolheu para pasta dos Estrangeiros o Sr. Lopes Gama, o qual aceitou o lugar, e continua a desempenhá-lo.

Durante este seu ministério recebeu o Sr. Visconde de Maranguape do rei de Duas Sicílias a condecoração da grã-cruz da ordem real de S. Januário, e além desta a de outras honras e títulos que já temos mencionado, êle conta os seguintes: Visconde de Maranguape, Ministro aposentado do Supremo Tribunal de Justiça, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da sociedade Amante da Instrução e da Auxiliadora da Indústria Nacional, membro honorário da Academia de Arqueologia da Bélgica e de várias outras sociedades científicas e literárias estrangeiras.

A.Sisson Lith

Lith. de Mello Rio de Janeiro

VISCONDE DE SAPUCAHY

Visconde de Sapucahy

Visconde de Sapucaí

ÂNDIDO JOSÉ DE ARAÚJO VIANA, VISCONDE DE SAPUCAÍ, nasceu em 15 de setembro de 1793 no arraial de Congonhas, têrmo da Vila Real (hoje cidade) do Sabará, da província de Minas-Gerais; foram seus pais o capitão-mor Manuel de Araújo da Cunha e D. Mariana Clara Viana, ambos naturais da mesma província de Minas.

Com decidida propensão para as letras desde os primeiros anos, preparou-se na terra natal com os estudos necessários para graduar-se em direito na Universidade de Coimbra, valendo-lhe então os conhecimentos variados de seu amigo o Dr. José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, depois Visconde de Caeté, que servia em Sabará o lugar de juiz de fora, e de seu mestre de latim, e tio, o eximo latinista, orador sagrado, e poeta, padre Joaquim Machado Ribeiro, porque faltavam ali nesse tempo professores públicos que não fôssem de gramática latina e de primeiras letras.

Depois de pacificada a Europa, e quase extintos os vestígios da invasão francesa em Portugal, partiu para Coimbra em 1816, e matriculou-se na Faculdade de Direito em 16 de outubro. Fez a sua formatura em 9 de junho de 1821, tendo merecido em todo curso a estima de seus mestres, contemporâneos, e condiscípulos, entre os quais João Batista Leitão, depois Visconde de Almeida Carret, que se comprazia de ouvir sua opinião a respeito das primeiras produções com que aquela águia se ensaiava para tão arrojados vôos; levou a condescendência ao ponto de aceitar sua crítica severa, à qual se devem cortes e modificações consideráveis no retrato de Vênus.

Voltando ao Brasil em outubro de 1821 com o intuito de exercer a profissão de advogado, obteve a nomeação de promotor dos resíduos do têrmo e comarca de vila do Sabará, por provisão da Mesa da Consciência e Ordens de 17 de novembro daquele ano; mas não chegou a ter exercício por se lhe facilitar a entrada na carreira da magistratura, sendo nomeado juiz de fora da cidade de Mariana por decreto de 19 de dezembro do mesmo ano.

Durante a sua estada na Côrte resolveu-se a tomar estado, casando em 22 de maio de 1822 com a Exma. Sra. D. Ana Efigênia de Siqueira Ramalho, filha de Luís de Siqueira Ramalho e de D. Ana Angélica de Castro Ramalho.

Em 5 de outubro do dito ano tomou posse do lugar de Juiz de Fora de Mariana, porque só então findava o triênio de seu antecessor o Exmo. Conselheiro Agostinho Marques Perdigão Malheiros, e teve logo de tomar, como presidente da Câmara Municipal, parte ativa na solene aclamação do Sr. D. Pedro I, o que se efetuou no dia 12 daquele mês.

Reconduzido ao mesmo lugar por decreto de 26 de agosto de 1825, não preencheu o triênio, porque foi nomeado desembargador da Relação de Pernambuco, onde teve posse por procurador, por estar no exercício de membro do Corpo Legislativo, no 1.º de setembro de 1827.

Despachado em 1832 para a Relação da Bahia aí tomou posse também por procurador, estando no ministério da Fazenda em 12 de março de 1833; e por virtude da reforma judiciária verificada neste ano, passou para a Relação do Rio de Janeiro, onde permaneceu até outubro de 1849. Nesse período serviu interinamente de procurador da Coroa e fiscal do Tesouro no impedimento do conselheiro Maia, por decretos de 4 e 7 de novembro de 1837.

Promovido por antiguidade na forma da lei ao Supremo Tribunal de Justiça, na vaga trazida pela aposentadoria do Conselheiro José Bernardo de Figueiredo, que presidia ao mesmo tribunal, entrou em exercício no dia 30 do referido mês de outubro, servindo aí até o dia 12 de setembro de 1850, em que foi aposentado com metade do ordenado. Assim terminou a carreira de magistrado.

Na carreira meramente administrativa foi nomeado presidente da província das Alagoas por carta imperial de 13 de novembro de 1826; mas tomou posse sòmente em 14 de fevereiro de 1828, por exigir o govêrno a sua presença em 1827 na Câmara dos Deputados, de que era membro. O exercício das respectivas funções fez cessar o estado desagradável e perigoso em que se achava a província, devido às desavenças existentes entre as principais autoridades — vice-presidente, comandante das armas e ouvidor da comarca. — Reintegrando no emprêgo o hábil escrivão da Junta da Fazenda Joaquim da Silva Freire, que fôra suspenso pelo vice-presidente, conseguiu, à custa de vigílias daquele inteligente funcionário, enviar para o Tesouro, como lhe fôra especialmente recomendado pelo Ministro da Fazenda Exmo. Miguel Calmon du Pin e Almeida, hoje Marquês de Abrantes, os orçamentos e balanços que estavam em atraso, e regularizou em todos

os ramos a repartição da Fazenda, que pela desinteligência, ou antes, guerra aberta, entre o vice-presidente e escrivão da junta não se achava em boa ordem.

Pouco mais pôde fazer no curto espaço de seis meses de sua administração, tendo de voltar à Câmara dos Deputados, onde era com o govêrno acremente censurado por um distinto parlamentar mineiro, que imaginava a presidência das Alagoas uma posição deliciosa que desfrutava o seu colega, enquanto êle se mortificava na lida afanosa da oposição.

De volta à Côrte, onde chegou em 7 de setembro, achou já encerrada a sessão legislativa, tendo-se demorado na cidade da Bahia por falta de navios. Mal repousava das fadigas de uma viagem incômoda, foi nomeado presidente da província do Maranhão por carta imperial de 17 de outubro; e partindo para ali em dezembro, chegou à cidade de S. Luís em janeiro de 1829, e tomou posse do cargo em 13 do dito mês. Seu comportamento na presidência das Alagoas tinha sido bem aceito pelo Sr. D. Pedro I, de saudosa memória, segundo manifestou aquêle príncipe magnânimo, quando o presidente nomeado foi beijar-lhe a augusta mão em despedida: "Ora bem (disse S. M. I.) sossegou uma província, vá agora sossegar outra".

Estas expressões do fundador do Império carecem de explicação. Era preconceito dominante naquele tempo, mórmente nos governantes, que o espírito republicano se agitava em todo o Brasil, com particularidade nas províncias do norte. Dissensões nascidas porventura de meras rivalidades e competências entre os homens influentes das localidades, segundo os portidos se pronunciavam, eram reputadas pelos antagonistas como passos para a república: receava-se que tais dissensões degenerassem em sedições e revoluções que acabassem pelo estabelecimento do govêrno republicano. Assim se figuravam na Côrte as desordens das Alagoas e Maranhão, designando-se especialmente nesta última província o sertão de Pastos Bons como assento de uma república em efetividade!

O presidente Araújo Viana não viu nas Alagoas senão desavenças ou rivalidades locais, e quando S. M. I. lhe perguntou, à sua chegada daquela província, se havia ali muitos republicanos, respondeu-lhe que, eu os alagoenses eram os mais refalsados hipócritas, o que êle não acreditava, ou eram os mais dedicados monarquistas do Império, e amigos do sistema constitucional representativo: tais foram os sentimentos que tinahm manifestado ao seu presidente.

Da mesma sorte não viu no Maranhão senão deploráveis efeitos da desinteligência entre as duas principais autoridades, o presidente e o comandante das armas, que então era o Conde de Escragnole, cuja morte

foi adiantada pelos desgostos imerecidos que lhe trouxe essa desinteligência. Achou em verdade grande indisposição, principalmente na mocidade, contra os homens nascidos em Portugal, e essa indisposição mal pôde ele fazê-la às vezes ineficaz; mas nunca destruí-la. Reconheceu, porém, que os maranhenses eram verdadeiros monarquistas, e que ardiam em desejos de ver praticada a Constituição do Império. Pelo que pôs todo o seu empenho em satisfazer a tão justos desejos. Na sua administração completou-se a organização das Câmaras Municipais, segundo a lei de 1.º de outubro de 1828, e se elegeram os juizes de paz. Não foi pequeno trabalho que teve em explicar, e como que comentar as leis respectivas nas suas mais claras e simples disposições; que tudo era objeto de dúvida para homens pouco versados em tais matérias.

Foi êle que deu exercício ao conselho geral da província, obtendo do reverendo Bispo Diocesano casa para as sessões, e mandando pelo prestimoso oficial de engenharia José Joaquim Rodrigues Lopes adaptá-la aos usos para que se destinava.

Estabeleceu a Biblioteca Pública da província por meio de donativos de particulares, ou em livros, ou em dinheiro e serviços.

Acabou com o pernicioso costume da inumação nos templos, dando maior extensão ao acanhado cemitério da Santa Casa da Misericórdia, de que foi provedor. E talvez fôsse a província do Maranhão a que tomasse a dianteira às outras do Império neste melhoramento sanitário e religioso.

Prestou eficaz auxilio à justiça, mandando destacar na cidade de Caxias o então 4.º batalhão de caçadores de 1.ª linha, cujo casco fôra enviado para a província, a fim de prencher-se pelo recrutamento, o que fez desaparecer o grande número de assassínios que ali se perpetravam.

Até maio de 1831 correu serena e próspera a administração do presidente Araújo Viana; mas chegando à cidade de S. Luís nesse mês a notícia da abdicação do Sr. D. Pedro I, começou a turvar-se a atmosfera política, e daí vieram os deploráveis acontecimentos de setembro. Conquanto fôssem remediados pelos de novembro subseqüente, nunca será essa época lembrada sem dor. Os limites destas notícias não permitem o desenvolvimento da matéria, que consumiria longas páginas. A história fará o seu dever.

Ainda foi a província perturbada por novos movimentos, em que figurara no Itapicuru Antônio João Damasceno, e no Icatu Antônio da Costa. Êstes movimentos, depois de causarem males e despesas consideráveis, acabaram com a morte dos dois cabecilhas.

Entregando a administração da província ao sucessor, o Exmo. Sr. Joaquim Vieira da Silva e Souza no dia 12 de outubro de 1832, recolheu-se Araújo Viana a esta Côrte, e foi chamado pela Regência para ocupar a pasta da Fazenda por decreto de 14 de dezembro do dito ano.

Reconhecendo a necessidade de se concluirem os trabalhos encetados na Câmara dos Deputados relativos ao melhoramento do meio circulante, propôs à Regência a convocação de uma sessão extraordinária da Assembléia Geral, onde se tratasse particularmente dêsse objeto, e a sessão teve com efeito lugar em abril de 1833, expondo êle em seu relatório as suas idéias a semelhante respeito. As medidas que se adotáram resumem-se na lei de 8 de outubro de 1833.

Neste ministério se verificaram as primeiras reformas da Alfândega e Consulado e se organizaram diversas tesourarias provinciais em conformidade da lei de 4 de outubro de 1831.

Foi exonerado do cargo, por decreto de 2 de junho de 1834, em resultado da desinteligência havida com o presidente de S. Paulo, a quem não agradou a nomeação do inspetor de Fazenda daquela província. A Regência, que nessa quadra se compunha dos Exmos. Francisco de Lima e Silva, e João Bráulio Muniz, por estar ausente o Exmo. Sr. Costa Carvalho, hoje Marquês de Monte Alegre, optou pela demissão do ministro, conservando o presidente.

Em 1841 foi outra vez chamado aos conselhos da Coroa, e entrou na organização do Ministério de 23 de março com a pasta do Império, compartilhando os trabalhos que a esse ministério sobrevieram em conseqüência das desordens de S. Paulo e Minas. Foi neste ministério que se ajustou o casamento de S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro II, e por esta ocasião S. M. o Rei das Duas Sicílias condecorou ao ministro do Império dessa época com a Cruz de Cavalheiro da Real Ordem de S. Januário.

Em 20 de janeiro de 1841 foi com seus colegas exonerado do cargo.

Por decreto de 14 de setembro de 1850 foi nomeado conselheiro de Estado extraordinário, tem estado sempre em exercício, e serve de secretário do Conselho desde o ano de 1851.

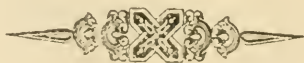
Entrou na carreira parlamentar com a inauguração do govêrno representativo no Brasil. Foi deputado da Assembléia Constituinte, e foi sempre sem interrupção eleito para tôdas as legislaturas, até que tomou assento no Senado em abril de 1840, por virtude da carta imperial de 29 de outubro de 1839, tendo já antes sido contemplado em lista tríplice.

Na Câmara dos Deputados foi membro de comissões importantes. serviu de secretário e vice-presidente; e nos dois últimos anos, os de 1838 e 1839, ocupou a cadeira de presidente, donde saiu para assentar-se no Senado. Aí tem sido também nomeado para comissões importantes, foi presidente por três anos, deixando de continuar porque assim o requereu.

Resta-nos memorar uma importantíssima e honrosa comissão, de que foi encarregado o Visconde de Sapucaí. Foi nomeado pelo Exmo. Marquês de Itanhaem, tutor de S. M. o Imperador e Suas Augustas Irmãs, em 11 de janeiro de 1839, mestre da Imperial Família, e exerceu tão eminente cargo até a época do casamento dos Augustos Príncipes.

Os serviços de Araújo Viana não foram esquecidos pelos monarcas brasileiros. O Sr. D. Pedro I, de gloriosa memoria, nomeou-o, em 12 de outubro de 1826, cavalheiro da ordem de Cristo, e em 18 de outubro de 1829, oficial da imperial ordem do Cruzeiro.

S. M. I. o Sr. D. Pedro II nomeou-o cavalheiro da imperial ordem da Rosa em 18 de julho de 1831, na ocasião de sua sagração e coroação, por ser membro da deputação de uma Câmara Municipal de Minas. Nomeou-o gentil-homem de sua imperial câmara por decreto de 15 de setembro de 1841. Deu-lhe o fôro de fidalgo cavalheiro em 14 de março de 1843, e o titulo de Visconde de Sapucaí com grandeza em 2 de dezembro de 1854.

O Visconde de Sapucaí é membro de diversas sociedades científicas e literárias, e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Visconde de Cairú

OSÉ DA SILVA LISBOA, VISCONDE DE CAIRÚ, comendador da Ordem de Cristo e Oficial da do Cruzeiro, Desembargador aposentado no Supremo Tribunal de Justiça, e senador do império, nasceu na cidade da Bahia em 16 de julho de 1756. Seu pai foi Henrique da Silva Lisboa, natural da cidade de Lisboa, de profissão arquiteto; e sua mãe, Helena Nunes de Jesus, natural da Bahia. Desde os seus mais tenros anos distinguiu-se pelo seu ardente amor às letras, de maneira que entrou aos oito anos de idade para a gramática latina, estudando depois filosofia racional e moral no convento dos frades carmelitanos da mencionada cidade, tendo aprendido música e a tocar piano.

Concluidos estes estudos, seu pai o enviou para Lisboa, onde se aplicou à retórica na aula do insigne professor Pedro José da Fonseca, partindo em 1774 para a Universidade de Coimbra, a fim de matricular-se nos cursos jurídico e filosófico.

Voltando a Lisboa, procurou entrar no serviço da magistratura; mas sendo-lhe necessário tornar para sua pátria, obteve, em resolução de consulta da mesa censória, ser provido na cadeira de filosofia racional e moral da mencionada cidade da Bahia onde criou tambem a cadeira da lingua grega, que exerceu por cinco anos, com o título de substituto, até chegar o proprietário. Nesse tempo casou-se com D. Ana Benedita de Figueiredo, senhora virtuosa, e dotada de grande penetração de quem teve 14 filhos, dos quais ainda vivem cinco.

Depois de ter ensinado, por vinte anos, com geral aplauso, as matérias próprias de sua cadeira, dirigiu-se novamente a Lisboa em 1797, obtendo ser jubilado, e fazendo-lhe então o príncipe regente, depois o Sr. D. João VI, a mercê de deputado e secretário da Mesa da Inspecção da cidade da Bahia lugar que criou e onde prestou os mais valiosos serviços à agricultura e comércio da província.

Desde êsse tempo principiou a trabalhar na sua obra "Princípios de Direito Mercantil" que publicou em Lisboa no ano de 1801 em oito tra-

tados elementares. Esta obra, a primeira que se deu à luz na língua portuguêsa sôbre semelhante matéria, e que fez conhecer os profundos conhecimentos do seu autor no direito civil, marítimo e das gentes, adquiriu tanto crédito e celebridade, que teve reimpressões em Lisboa, e até uma em Londres, sendo citada com louvor no Fôro pelos mais hábeis advogados.

Encantado com a leitura da obra que o celebrado Adam Smith publicou em 1775, intitulada "Inquirição sôbre a riqueza das nações", esforçou-se em propagar os princípios por êle empregados sôbre a franqueza da indústria, abolição de monopólio, e especialmente sôbre a liberdade de comércio. Para êste fim deu à luz em Lisboa em 1804 os seus "Princípios de economia política", que teve geral aceitação, e serviu de estimular aos estudiosos aplicarem-se a uma ciência que tanto contribui para a prosperidade e grandeza dos povos.

Os grilhões coloniais, que pesavam sôbre o Brasil, e embaraçavam o comércio estrangeiro, retardaram por longo tempo as esperanças que Silva Lisboa nutria de ver em breve o seu país engrandecer-se, podendo livremente vender os seus variados produtos a tôdas as nações.

A invasão de Portugal feita pelos franceses no ano de 1807, que obrigou ao príncipe regente a passar para o Brasil, proporcionou uma ocasião favorável a Silva Lisboa para fazer executar-se o que o seu ardente patriotismo e luzes aconselhavam a bem da sua pátria. Aportando aquêle soberano à Bahia, Silva Lisboa aproveitou-se da amizade que tinha com D. Fernando José de Portugal, depois marquês de Aguiar, para lhe indicar a necessidade de abrir os portos a tôdas as nações amigas da coroa de Portugal; e apesar da forte oposição que então se fez, tal foi a fôrça dos seus argumentos que aquêle fidalgo cedeu a suas persuasões, e fez com que o príncipe regente publicasse a carta régia de 24 de janeiro de 1808, que liberalizou aquêle máximo benefício à nação.

Tão salutar medida, que ainda hoje nos salva no meio das crises políticas que atormentam ao império, longe de ser apreciada no seu justo valor, mereceu pelo contrário a maior desaprovação da parte dos negociantes portuguêses; pois que, acostumados a ter únicamente comunicação com as praças de Lisboa e Pôrto, não podiam sofrer idéia alguma de concorrência, e por isso não se pouparam a esforços e diligências para que se revogasse a carta régia, que, segundo proclamavam, aumentava os males que a nação sofria e privava o Estado de suas rendas; e não faltaram pessoas influentes, e até estadistas, que esposassem a causa dos ditos negociantes, os quais seguramente haveriam alcançado o que desejavam se Silva Lisboa, que havia acompanhado a El-Rei, sendo nomeado professor de

A.Sisson Lith. — Lith. de Mello Rio de Janeiro

VISCONDE DE CAYRÚ

José da Silva Lisboa.

economia política, não lançasse mão da pena, e em uma frase cheia de fogo, e em que se mostrava vastíssima erudição, não pulverizasse os argumentos dos seus adversários, dando à luz em 1808 as suas "Observações sôbre o comércio franco" parte 1.ª e 2.ª, em que provou, com o exemplo dos Estados-Unidos da América, quanto aquêle comércio contribuira para curar os males que a guerra da independência por sete anos havia produzido. E aqui seja-me permitido narrar um fato que demonstra quanto um homem ilustrado que procura destruir prejuizos populares, é exposto às setas da calúnia e intriga. Certo censor tendo lido a citada obra, pôs à margem do exemplar as seguintes notas: — É réu de Estado, merece pena capital, — e outros têrmos desta natureza.

A criação do tribunal da Junta do comércio, agricultura, fábricas e navegação dêste império, deu lugar a que Silva Lisboa fôsse nomeado deputado, sendo encarregado das mais difíceis comissões, e entre elas a de apresentar um projeto do Código do Comércio, trabalho em que assìduamente se empregou, mas que não pôde completar por causa do seu falecimento. Também organizou o regimento para os nossos cônsules, que muito serviu para se concluir aquêle que se acha hoje em execução.

Quando rebentou a revolução do Pôrto em 1820, e que seu éco repercutiu em todo o Brasil, tendo-se visto o senhor rei D. João VI na necessidade de jurar em 26 de fevereiro de 1821 a Constituição que as Côrtes constituintes em Portugal fizessem, era tal o crédito de que gozava Silva Lisboa, que foi nomeado inspetor dos estabelecimentos literários, emprêgo sumamente espinhoso, pois que tinha de censurar tôdas as obras que se publicassem; mas que êle satisfatòriamnte desempenhou, não se esquecendo, no meio das suas graves ocupações, de aconselhar a concórdia e harmonia entre os cidadãos, publicando o jornal "Conciliador do Reino-Unido".

Resolvendo o Sr. D. João VI voltar para Portugal em abril de 1821, deixou, com sabedoria política, como regente a seu filho o príncipe D. Pedro, pois que era claro a tôdas as luzes que o Brasil só se poderia conservar unido àquele reino não perdendo nenhuma das vantagens de que já estava de posse. Logo porém que pelo decreto das Côrtes constituintes se determinou a retirada do príncipe regente, a abolição dos tribunais e remessa de tropas para o Brasil, Silva Lisboa foi com os seus escritos, principalmente com as suas — Reclamações — um dos mais extremosos antagonistas dos refalsados constitucionais e faciosos da cabala anti-brasílica, procurando encaminhar o espírito público para resistir à arrogada supremacia metropolitana, e se defenderem os direitos do príncipe regente, conforme aos princípios do verdadeiro liberalismo, sempre em justo meio entre os

extremos do poder despótico e furor popular; expondo as vantagens da monarquia constitucional segundo os atuais modelos de Inglaterra, França e Holanda, que tinham por si a experiência dos séculos.

Êstes princípios foram por Silva Lisboa sempre enèrgicamente sustentados, tanto na Assembléia Constituinte do Brasil, onde foi deputado pela província da Bahia, como depois na qualidade de senador do império. Os seus êmulos, apesar de se oporem às suas opiniões políticas, nunca deixaram de reconhecer o seu profundo saber, e de admirar a independência e firmeza de caráter com que Silva Lisboa sustentava a sua doutrina, como se manifestou em tôdas as circunstâncias críticas em que se tem achado a nação; especialmente quando na primeira fusão das câmaras em 1830, êle, à semelhança do varão constante descrito por Horácio, desprezando tôdas as contemplações humanas, e só firme em cumprir com seus deveres, entrou com tôda a coragem na discussão, sem que lhe incutisse o menor susto o aspecto aterrador que apresentavam então os partidos. Existem impressos os seus discursos, em que se conhecem a eloqüência e energia com que sustentou os seus argumentos, sendo em verdade espantoso que em uma idade quase octogenária aparecesse tanto calor e valentia de frase.

Votado inteiramente ao bem da pátria, procurou ilustrá-la com as continuadas obras que foi dando sucessivamente à luz, a expensas próprias, sôbre economia política, religião e moral.

Êsses escritos mereceram o aprêço e estimação das sociedades nacionais e estrangeiras, que não duvidaram inscrevê-lo no número dos seus sócios, a saber: — A sociedade Promotora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro; da Agricultura da Bahia; a Filosófica de Filadélfia; de Agricultura de Munich; da Propagação das Ciências Industrais; do Instituto Histórico de França; e do Instituto Real para a propagação das ciências naturais de Nápoles.

Apesar de ser dotado de uma constituição robusta, contudo, continuado estudo e trabalho principiaram a debilitar as suas fôrças, e depois de uma prolongada moléstia de três meses, faleceu aos 20 de agôsto de 1835, deixando a seus filhos o exemplo de um homem justo e religioso, e aos seus concidadãos o de um magistrado probo, e patriota genuino.

Rematarei esta memória, transcrevendo tanto o decreto pelo qual o govêrno imperial concedeu uma pensão às filhas de Silva Lisboa, como a resolução da assembléia provincial da Bahia ordenando que se colocasse na Biblioteca Pública o seu retrato, enquanto não se fizesse o seu busto. Êstes documentos eretos à memoria de Silva Lisboa, mais duradouros do que o bronze —

MONUMENTUM ÆRE PERENIUS.

DECRETO

O regente interino, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, tomando na devida consideração os distintos e mui importantes serviços do Visconde de Cairú, prestados pelo longo espaço de 57 anos, não só na simples carreira de empregado público, bem como na magistratura em alguns tribunais, e no de muitos outros cargos e empregos, em todos os quais fez conhecer e admirar a sua vastidão de conhecimentos, que tornaram distinto e até respeitável o seu nome entre as nações estrangeiras; e sendo não menos atendíveis os seus serviços como escritor público e incansável, em cujos trabalhos não cessou jamais de propagar as suas luminosas idéias com utilidade pública, e de propugnar por meio da pena e da tribuna pela dignidade e honra nacional, e pelo respeito à constituição e ao trono, que sempre soube sustentar: em consideração pois de tão prestantes e valiosos serviços, que constituiram ao dito Visconde um dos varões beneméritos em subido grau, e um dos sábios mais respeitáveis da época atual, cuja memória será indelével para os vindouros: Há por bem conceder às suas três filhas D. Joana da Silva Lisboa, D. Eufrosina da Silva Lisboa e D. Isabel da Silva Lisboa, a pensão anual de um conto e quinhentos mil réis repartidamente, em plena remuneração dos seus serviços: ficando porém esta mercê dependente da aprovação da assembléia geral. Bernardo Pereira de Vasconcelos, ministro e secretário de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente dos do império, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessários. Palácio do Rio de Janeiro, em 9 de maio de 1838, décimo-sétimo da Independência e do Império. — PEDRO DE ARAÚJO LIMA. — BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLÉIA PROVINCIAL DA BAHIA.

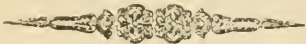
Francisco de Souza Paraíso, presidente da província da Bahia. Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléia provincial decretou, e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.º O govêrno da província fará colocar no salão da Biblioteca Pública desta cidade o retrato do Visconde de Cairú, tendo por inscrição o seu nome, e o lugar do seu nascimento.

Art. 2.º A disposição do artigo antecedente terá vigor enquanto não houver um busto de metal ou de bronze.

Art. 3.º Ficam sem efeito quaisquer disposições em contrário.

Mando, etc. Palácio do govêrno da Bahia, 13 de março de 1837, décimo-sexto da independência e do império. — FRANCISCO DE SOUZA PARAISO.

(Da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.)

A. Sisson Lith. — Lith. de Mello Rio de Janeiro

JOSÉ BONIFACIO DE ANDRADA.

D.or José Bonifacio de Andrada e S.

José Bonifácio de Andrada e Silva

Tendo maduramente refletido sôbre a posição politica dêste Império. conhecendo quanto se faz necessária a minha abdicação, e não desejando mais nada neste mundo senão glória para mim, e felicidade para minha pátria, hei por bem, usando do direito que a Constituição me concede no cap. 5º art. 130, nomear, como por êste meu imperial decreto nomeio, tutor de meus amados e prezados filhos *ao muito probo, honrado e patriótico cidadão* JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA, *meu verdadeiro amigo.*

Boa-Vista, aos 6 de abril de 1834, 1º da Independência e do Império.

D. PEDRO I.

ASCEU JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA, em 13 de junho de 1763, na pequena vila de Santos, da provincia de S. Paulo, já ilustrada e famosa pela glória literária e política de Bartolomeu e Alexandre de Gusmão, que havia conseguido do vigário de Jesus-Cristo o título de *Fidelíssimo* para o reino de Portugal, ajuntando à coroa de Afonso Henriques mais êsse eterno florão.

Foram seus pais o coronel Bonifácio José de Andrade, e D. Maria Bárbara da Silva, descendentes dos Senhores do Entre-Hoem e Cavado, na provincia do Minho, antigos Condes de Amaris, e os mais felizes pais da terra de Santa Cruz, porquanto, além de José Bonifácio, que por si só podia fazer a glória de um século, tiveram mais dois filhos Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, e Martim Francisco Ribeiro de Andrada, que reunidos pelos vínculos do sangue, do pensamento, e coração, constituiram essa eloqüente trindade da pátria, *fiat* da independência, à vontade do qual a espada de Ourique e Aljubarrota se embotara.

O coronel Bonifácio de Andrada era conhecido em Santos, pela geração de seu tempo, como o tipo da bondade e da condescendência; porêm sua esposa D. Maria Bárbara, de caráter altivo, e de vontade forte, e am-

biciosa da grandeza e glória de seus filhos, supria na direção literária dêles o vácuo que deixava a incorreta bondade de seu marido. Qual a mãe ilustre dos Cipiões, ela zelava e guardava seus filhos como se tivesse previsto que no futuro seriam chamados para primeiros operários do grande monumento do Ipiranga, tão pouco distantes de seus olhos.

Cada dia ela se torna mais severa. — Os Andradas, ainda crianças, estudavam compridas horas encerrados em um aposento constantemente vigiado por D. Maria Bárbara.

Em 1777 seguiu José Bonifácio para a cidade de S. Paulo, onde o virtuoso báculo do bispo D. Manuel da Resurreição havia aberto à mocidade tôdas as aulas de humanidades.

José Bonifácio, para quem o estudo era um alimento quotidiano, e indispensável, dêle aproveitou mais depressa que se poderia pensar. O bispo, admirado de tão rápidos progressos, e dos triunfos que obtivera o jovem, tenta chamá-lo à tribo dos Levitas; seus pais resistem a uma tal pretensão do bispo. Seu destino estava marcado pela mão da Providência.

No ano de 1780 volta o rosto da cidade de S. Paulo, silencioso, e meditando sôbre seu futuro, passa pelos campos do Ipiranga, abraça seus pais em Santos, chega ao Rio de Janeiro, e parte para Portugal, demandando com o mais santo entusiasmo a Atena Lusitana, a velha Coimbra de D. Diniz, de saudosa recordação.

A universidade tinha tocado ao fastígio de sua glória, e seu doutoral nos dias das festas literárias se ilustrava com os mais venerandos cidadãos da república das ciências. A mão poderosa do Marquês de Pombal descansava sôbre êste eloqüente Panteão da verdade. No caráter de tenente Rei o imortal Marquês do alto do sólio régio erguido na universidade, entregou a seu reitor os sábios estatutos, que marcando a rota da inteligência, fizeram a ressurreição brilhante dos estudos clássicos já em abatimento. Como estão longe êses tempos, e como são raros os ministros que cuidam das glórias do passado.

Matriculou-se José Bonifácio na Faculdade de Direito Canônico, e em Filosofia Natural, em cujas matérias se formou depois de haver dado os mais modestos, sim, porém notáveis testemunhos de sua prodigiosa inteligência, e renascido fervor pela ciência.

De Coimbra retira-se saudoso José Bonifácio para Lisboa, onde gozava de tôda a influência e prestígio da nobreza ornada de inteligência e glórias cívicas, o duque de Lafões. Êle estende a mão de amigo e admirador sincero ao jovem José Bonifácio, e para propor e fazer aceitar o brasileiro no recinto da Academia Real das Ciências.

Naquele tempo a entrada na Academia das Ciências era um grande sucesso, porque ali os ministros compareciam às suas sessões, levando a intenção de escolherem ali os homens que depois deveriam passar ao serviço do Rei.

O duque de Lafões foi um verdadeiro amigo de José Bonifácio, e de Portugal, para quem preparava um grande servidor. Que belo patronato!

José Bonifácio começa de aparecer na arena gloriosa que se lhe abrira por vontade do duque de Lafões, com um brilho tal, que em pouco tempo atraiu a atenção e amizade dos sábios que freqüentavam a real Academia. Leu algumas memórias suas que lhe trouxeram verdadeiros triunfos, e a reputação de naturalista.

A provança científica foi curta, porém fértil. Em 1789 a graciosa rainha de Portugal D. Maria I, rubricou o decreto de nomeação feita a José Bonifácio, e um outro brasileiro Arruda Câmara, sob proposta da real Academia de Ciências, a fim de fazerem uma viagem científica por tôda a Europa como naturalista, e especialmente metalurgista, à custa do erário régio, voltando para Portugal, enriquecido de novos conhecimentos nestas especialidades, que se tornariam em lucro para a nação. Hoje tal nomeação talvez se capitulasse de *esbanjamento*.

Em 1790 começou José Bonifácio sua excursão científica, percorreu a França, Alemanha, Bélgica, Holanda, Itália, Húngria, Boêmia, Suécia, Noruega, Dinamarca e Turquia. Como mineiro da ciência desceu nas profundezas da terra, trazendo sempre à luz do dia verdades desconhecidas. Tudo estudou com a mais parada atenção, ouviu os sábios — Abraão Werner em Freyberg, o conde de Burgsdorf, Alexandre Volta em Italia, Lavoisier, de Chaptal, de Fourcroy, Lourenço Jussieu, abade Hauy em Paris, Nicholson em Londres, Abigaerdg em Copenhagen, Bergmann em Upsal, Saluccio, de Menusiglio em Turim, e Priesley em Haikney. Obteve de tôda essa plêiade brilhante de pensadores, os mais honrosos títulos científicos, e com êles entreteve relações de amizade como soem ser as dos sábios.

Por seus trabalhos literários, alguns dos quais se referiam ao Brasil, tornou-se conhecido em tôda a Europa, como atestam os seus diplomas de sócio das mais afamadas corporações científicas do mundo. José Bonifácio era membro da Academia Real das Ciências em Lisboa; das de Estocolmo, Copenhague, Turim; da Sociedade dos Investigadores da Natureza em Berlim; das de História Natural e Filomática de Paris; da de Geologia de Londres; da Werneriana de Edimburgo, da Mineralógica, e da Lineanna de Jenna; da de Física e História Natural de Gênova; da Sociedade Marítima de Lisboa; da de Filosofia de Filadelfia; e da Imperial Academia de Medicina do Rio de Janeiro. Além de suas memórias, escreveu para muitos

jornais cientificos da Alemanha, França e Itália, notando-se entre êsses trabalhos os que são relativos às minas da Suécia, Noruega, e ao fluido elétrico, que Fourcroy honrou publicando em seus anais de química.

Na Alemanha ouviu igualmente as lições de filosofia de E. Kant, e com tal proveito, que depois ensinou as doutrinas dêste grande metafísico a seu ilustre irmão Martim Francisco, o qual, apaixonado santa e justamente pelas sublimes teorias do filósofo de Kôenigsberg, abriu uma aula de filosofia em S. Paulo, com o intuito de dar a lume suas desconhecidas doutrinas naquela boa cidade, onde o *Gênese* era explicado no convento de S. Francisco pela poderosa palavra de frei Francisco de Montalverne.

Humboldt, talvez a primeira inteligência que neste século partiu do seio da Eternidade, se correspondia com o nosso distinto patrício José Bonifácio.

Em 1800 voltou José Bonifácio para Portugal após 10 anos de estudos de observação, rico de idéias e poderoso pela reputação que havia adquirido, não obstante o ruido da guerra européia, que parecia chamar todos os espíritos para a glória das armas!

Ainda não tinha José Bonifácio descansado dos continuados estudos de 10 anos, quando foi surpreendido pela nomeação de lente da Universidade de Coimbra para ler em aulas de geognesia, e metalurgia, cadeiras criadas para êle expressamente, conferindo-lhe a *Universidade* de logo o grau de doutor em filosofia natural, grau exigido pelos estatutos, e sem o qual ninguém poderia fazer lições na Universidade.

Era então ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares, que substituiu o duque de Lafões no honroso empenho de aproveitar as luzes e probidade de José Bonifácio. Que belas lições de govêrno não se tira da vida de José Bonifácio. — sempre procurado para os empregos pelos ministros da nação portuguêsa: tu que espero e creio, conservarás a integri-

Retirou-se José Bonifácio para Coimbra, em cujos arredores arrendou uma quinta de *Almegue,* empregando-se no magistério que deixou vestígios vivos na Universidade, e em plantações apropriadas a seus estudos de botânica.

Como intendente geral das minas, fez a Portugal serviços, de que ainda hoje existem provas irrecusáveis. A amizade entre êle e o Conde de Linhares se aperta todos os dias, e na proporção de seus feitos, ganhando glória para si, para o ministro e para o rei.

A invasão dos franceses em Portugal no ano de 1808 acendeu em seu coração *patriótico* os brios da nacionalidade ofendida, como tambem acontecera na *Alemanha;* êle marcha à testa do corpo acadêmico, deliberado a

arriscar a vida da mais bela mocidade, e a sua, em sacrifício da liberdade portuguêsa. Aquartelou-se na heróica cidade do Pôrto, onde Lord Wellington deixou o coronel *Trant,* o qual alevantou algumas autoridades internas, e como José Bonifácio era graduado desembargador, incumbiu-lhe a polícia da cidade. Todo o seu pecado neste emprêgo interino consistiu em mandar soltar muitos e bons portuguêses como inocentes do crime da inconfidência.

Acusado nas côrtes portuguêsas na sessão de 28 de junho de 1822, como réu do crime de *leso-despotismo,* seu ilustre irmão Antônio Carlos o defendeu de tais crimes alevantados pelo deputado Ferreira Borges; e na sessão de 1.º de julho, o grande orador brasileiro, em um discurso modêlo de eloqüência, lógica e patrotismo, disse falando de seu irmão José Banifácio:

"Justo Deus, em que tempo estou! E' despotismo salvar a humanidade! E' despotismo salvar as vítimas das injustas prevenções de uma plebe brutal e furiosa! Benfazeja Providência, que vigias sôbre os destinos da nação portuguêsa: tu que espero e creio, conservarás a integridade dêste império apesar dos encontrados empuxões da inexperiência, da ignorância presunçosa e da mesquinha rivalidade, permite que se, entre o clangor das armas, no silêncio das leis, no meio das convulsões da anarquia, houver de insinuar-se alguma arbitrariedade e poder discricionário, seja este sempre disposto, como foi o *grande désposta José Bonifácio,* a desoprimir aflitos a arredar da garganta da desgraça a espada do ressentimento, a arrancar, enfim, das fauces ensangüentadas da vingança as vítimas que ela já saboreava!"

A acusação estalou como um raio aos ouvidos do acusador! E nenhum outro libelo acusatório as côrtes portuguêsas irritadas tiveram ânimo de oferecer contra o patriarca da independência brasileira!

Em 1819, pede José Bonifácio licença, e obteve, para voltar à Pátria. Chega ao Rio de Janeiro, delibera recolher-se a Santos, sua cidade natal, no sítio dos Oiteirinhos de sua propriedade, onde só poderia em sossêgo tratar de metodizar seus trabalhos científicos, e no regaço do sossêgo, quiçá da solidão, interrogar a natureza virgem da Pátria sôbre seus mistérios!

Indo despedir-se e pedir as ordens del-rei o Sr. D. João VI em companhia de seu irmão o finado conselheiro Martim Francisco, el-rei tentou obstar a viagem do sábio, *dizendo-lhe que dêle muito era mister para reitor de uma universidade que tinha em mente constituir na côrte.* José Bonifácio disse que de Santos responderia a S. M. caso houvesse de chamá-lo para tão honroso empenho.

Em março de 1820, junto com seu irmão Martim Francisco, fizeram uma excursão montamística em parte da província de S. Paulo; designaram os terrenos auríferos, descobriram novos minerais, descreveram-nos e espedificaram as espécies de ferro encontrado. Esta notícia foi publicada no *Journal des Mines*.

Eis os traços gerais de sua vida de sábio. Sôbre sua vida política não faremos observações, apenas recordaremos as épocas dos grandes feitos, porque só temos fé no futuro e na posteridade.

A 24 de dezembro de 1821 redigiu, e apresentou em pessoa a 1.º de janeiro de 1822, a representação da junta provisória de S. Paulo, pedindo ao príncipe regente de ficar no Brasil, apesar do decreto das côrtes portuguêsas.

Em 30 de janeiro entrou nos ministérios do Reino e Estrangeiros.

Em 3 de julho de 1822 se constituiu o ministério da Independência, que se compôs de José Bonifácio, Martim Francisco, conde de Souza, Pinto Miranda Montenegro, Luís Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho.

Fez-se a independência (7 de setembro de 1822).

Os trabalhos que venceram José Bonifácio e seus colegas para constituir-se o Império livre, que se imaginem, já se não podem recordar no curto espaço que nos foi marcado.

Nesta memorável campanha da independência o *Washington* foi José Bonifácio, não só pela sua abenegação e modéstia, que bem era atestada pelo finado senador João Evangelista, quando narrava as repugnâncias que encontrou em José Bonifácio para subir ao poder, como pelos grandes riscos a que se aventurou.

Ao Sr. D. Pedro I, jovem príncipe herdeiro da coroa portuguêsa, tudo seria perdoado no dia da derrota e da desgraça. Pelos virulentos e insultuosos discursos dos mais preeminentes oradores das côrtes portuguêsas se vê que tôda a vingança tinha de cair tremenda sôbre a cabeça de José Bonifácio. A José Bonifácio esperava o cadafalso ou a masmorra perpètuamente!

Em 17 de abril de 1823 convocou-se a assembléia constituinte brasileira, e José Bonifácio foi nomeado seu presidente. Daí a três meses justos, foi demitido José Bonifácio e dissolvido o ministério da Independência.

Dissolvida a constituinte a 12 de novembro, foi prêso e deportado José Bonifácio juntamente com seus irmãos, o Sr. Montezuma, hoje Visconde de Jequitinhonha, e outros, e conduzidos para o destêrro pela fragata *Lucônia!* Sôbre os azares desta viagem nada diremos, porque não é tempo, porém copiaremos um eloqüente trecho do mais exímio de nossos oradores acadêmicos, o Sr. Pôrto-Alegre:

"Os acontecimentos ocorridos naquela inesperada deportação a bordo do navio que os conduzia, eu *tremo* de os narrar. A história ainda não divulgou êsse horrível acontecimento, essa espécie de odisséa, êsse naufrágio *sui generis,* essas revoltas, essas *traições,* essa *fome;* e a energia de José Bonifácio e as representações ao govêrnos de Espanha. Mas quando divulgar, a posteridade há de tremer, como eu estremeci ao ouvi-lo da própria bôca das vitimas, com uma serenidade patriarcal e com aquêle amor com que narramos os perigos do passado".

Nem mais uma palavra, as escritas e citadas valem tudo.

Depois de cinco anos de destêrro, volta à Pátria, e mudo e silencioso, sem exalar um queixume sequer, *desterra-se* voluntàriamente para a Ilha de Paquetá.

O decreto de 29 de agôsto de 1829 lhe concede *quatro contos de réis* de pensão anual para indenizá-lo dos ordenados que perdera com a Independência. Êle aceita.

Em 6 de abril de 1831, na hora solene da abdicação de um trono, o Sr. D. Pedro I procura o companheiro e conselheiro de 1822, o patriarca da Independência, o sábio amigo de *Humboldt,* o exilado de 1823, a vitima que por sua coragem escapou às garras do algoz em *Vigo* — para entregar-lhe o precioso legado da tutela de seus amados e prezados filhos — e ainda o encontrou fiel e desinteressado! José Bonifácio aceita a tutoria.

Por decreto de 14 de dezembro de 1833, a tutoria instituida pelo Pai Augusto lhe foi arrancada. Êle protestou ao mundo e ao Brasil, sofreu perseguições e julgamentos. (9). O Marquês, de *Itanhaem o substitui.*

Em 6 de abril de 1838, o conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva entregou sua alma pura, grande e sábia ao seu Criador!

Sua morte foi um triste acontecimento, que feriu a todos os corações brasileiros.

Os talentos do tempo rodearam seu féretro e choraram-no esparzindo saudades sôbre seu túmulo! A posteridade, quando, levada de entusiasmo pelos seus feitos, procurar o seu jazigo, talvez não o encontre; ainda menos sua estátua ou singela pedra, que comemore a gratidão de seus contemporâneos!

Desceu à tumba aos 75 anos de idade com o hábito de Cristo, com que a dadivosa mão de D. Maria I lhe honrou o peito, e embrulhado na beca de desembargador do tempo colonial! Eram tôdas as suas honras!

Não! que a verdade seja dita ante a sepultura do patriarca da Independência!

A assembléia provincial de S. Paulo em 1838, por intermédio do presidente da província, decretou o que se segue:

"O Dr. Venâncio José Lisboa, presidente da província de S. Paulo, etc. Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléia legislativa provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:

"Artigo único. Fica elevada à categoria de cidade de Santos a vila do mesmo nome, pátria do conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva."

Sua biblioteca foi enriquecer a biblioteca nacional, por sua derradeira vontade, a qual seus ilustres irmãos religiosamente cumpriram.

Suas cinzas dormem na igreja de Nossa Senhora do Carmo em *Santos*."

VISCONDE DE CARAVELLAS.

Visconde de Caravelas

CONFRANGE-SE-NOS o coração sempre que aos olhos do povo apresentamos a tela brilhante, onde se acha lavrado o painel das glórias de um vulto gigantesco da nossa história política. A fria lousa do sepulcro tem-se fechado sôbre os beneméritos da Pátria, e a mocidade de hoje, esquecida talvez da preciosa herança que nos legaram os apóstolos da nossa Independência, e os defensores valentes de nossas liberdades públicas, vê no túmulo não o istmo que prende a terra à eternidade, nem o quadro luminoso onde devemos ler os feitos ilustres dos nossos heróicos antepassados, mas sim o emblema do nada, e a imagem do esquecimento.

O retrato venerando de Manuel Alves Branco ocupa um lugar distinto na *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, e é o mais solene protesto à opinião daqueles que julgam do passado pelo presente.

Manuel Alves Branco, filho do negociante João Alves Branco e D. Ana Joaquina de S. Silvestre, nasceu em 7 de junho de 1797 na cidade da Bahia, onde estudou as primeiras letras, as linguas latina e francesa, a lógica e a retórica. As provas brilhantes que deu do seu talento nas escolas da Bahia levaram sua família a mandá-lo em 1815 para Coimbra, onde se formou em Direito e Ciências Naturais, havendo também freqüentado por três anos o curso de Matemáticas.

Regressando em 1824 à sua pátria natal, fez uma viagem ao Rio de Janeiro, donde voltou despachado juiz do crime da cidade da Bahia. O modo satisfatório por que cumpriu os deveres dêsse cargo durante o espaço de três anos lhe granjeou a nomeação de juiz de fora da vila de Santo Amaro.

O respeito e consideração que a todos inspiravam as qualidades invejáveis de Manuel Alves Branco tornaram-no merecedor do lugar de juiz de fora da Côrte, e da honra de ser eleito deputado à segunda legislatura da Assembléia Geral.

Tomando assento na Câmara dos Deputados, alista-se nas compactas e brilhantes fileiras do partido liberal, e em breve mostra na tribuna e no gabinete o mais profundo talento. Manuel Alves Branco é encarregado de confeccionar o código do processo criminal, apresenta vários projetos sôbre a judicatura e o sistema eleitoral, pugna pela patriótica idéia das incompatibilidades dos juizes e outros empregados, e assina com o deputado filósofo de sua província a proposta da liberdade completa de consciência e federação monárquica.

O procedimento de Manuel Alves Branco nas duas primeiras sessões da segunda legislatura revela uma alma verdadeiramente liberal. Não é debalde que o ídolo das poesias que nos legou o ilustre baiano é sempre a liberdade.

A maioria da Câmara dos Deputados condenou os projetos de Alves Branco sempre se esforçou por melhorar os diferentes serviços públicos, e quiseram votar ao desprêzo ou esquecimento. Em 1834 e 1855 triunfaram no parlamento medidas idênticas às propostas por Alves Branco em 1831.

Nomeado contador geral do Tesouro nacional, confecciona importantes regulamentos de contabilidade e escrituração por partida dobrada, e em breve é nomeado ministro da Justiça e Estrangeiros. Como ministro Alves Branco sempre esforçou-se por melhorar os diferentes serviços públicos, e ainda uma vez maldisse o parlamento por desaprovar a convenção que havia feito com Mr. Fox sôbre a repressão do tráfico. Em desinteligência com o regente Feijó, e além disso molesto, retirou-se do ministério, e voltou á Bahia, que lhe dá a prova mais solene de sua admiração e gratidão honrando-o com um lugar numa lista senatorial.

Escolhido senador em julho de 1837, é chamado para a pasta da Fazenda do Império, recusa a regência interina do Império, quando Feijó, desgostoso do procedimento insólito e inqualificável do partido negreiro, renuncia ao cargo a que o tinha elevado o sufrágio universal. O estadista eminente não se dedigna de ocupar o humilde lugar de membro do Tribunal de Contas depois de haver sido elevado às mais altas posições do Estado.

Era tal a reputação de Manuel Alves Branco, que o regente Pedro de Araújo Lima, hoje Marquês de Olinda, nomeou-o em 1840 ministro da Fazenda. Nesse caráter introduziu no Tesouro o sistema de contabilidade adotado na França. Voltando ao ministério da Fazenda em fevereiro de 1844, melhorou a arrecadação das rendas e o sistema de ancoragem, e confeccionou a tarifa das alfândegas. Ficou até maio de 1846.

Em 22 de maio de 1847 foi pela última vez chamado aos conselhos da Coroa como ministro da Fazenda e do Império.

Como funcionário público mostrou Alves Branco uma incorruptibilidade descomensurada; como ministro nunca deixou de apresentar medidas importantes sôbre as fontes da riqueza nacional; como deputado e senador, foi sempre escolhido para as comissões de maior consideração.

Manuel Alves Branco possuia apenas o oficialato do Cruzeiro, quando o Monarca em 2 de dezembro de 1854 lhe conferiu o título de Visconde de Caravelas, do qual gozou, porque morreu a 13 de julho de 1855.

A sucinta, mas verdadeira exposição que acabamos de fazer da vida pública de Alves Branco, engendra-nos a convicção profunda de que é merecedor da honra de ser colocado no Panteão de nossas glórias. A província da Bahia, ciosa dos nomes ilustres do grande estadista Visconde de Cairú e do distinto literato Visconde da Pedra Branca, se ufanará de ver colocada a *efigie veneranda do Visconde de Caravelas a par dos bustos dêsses filhos diletos, cujos troféus alcançados na conquista da ciência* e *das letras lhes abriram o templo da imortalidade.*

A posteridade, talvez mais imparcial do que a idade contemporânea, concederá ao cidadão Alves Branco os foros de grande jurisconsulto, eminente legislador, abalizado estadista, e profundo economista.

O santuário da poesia abrir-se-á para receber a veneranda estátua de Alves Branco, e a lira de ouro dos poetas calar-se-á ao som das harmonias do verso do baiano, que se glorificou pela admiração que lhe inspiraram as produções dos mais acreditados literatos.

Ainda bem que a pena diamantina de uma das nossas glórias literárias, o Sr. Manuel de Araújo Pôrto Alegre, já antecipou o juizo que a geração futura tem de proferir sôbre o Visconde de Caravelas.

A vida pública de Alves Branco não foi senão o reflexo brilhante de sua vida privada. Quem o conheceu, faz justiça à maneira por que sempre cumpriu os deveres de espôso e pai.

As tribulações em que constantemente vivia como homem em extremo escrupuloso no desempenho das comissões de que a bem do povo era encarregado, não o impossibilitavam de derramar sôbre seus filhos os carinhos de um extremoso pai.

Quantas vezes não ouviu Alves Branco às pessoas que o procuraram tendo nos braços um dos seus mais tenros filhos! Tanta magnanimidade de coração, tanta grandeza de alma, fazem-nos prostrar com a maior humildade ante a campa que encerra o corpo inanimado do Visconde de Caravelas.

O homem que no seio da família e em face do povo dá eloqüentes demonstrações de um bom pai de família, e de um cidadão capaz de sacrificar-

se pelo bem geral da nação, é merecedor de oblações maiores do que as que mereceu Alves Branco.

A austeridade de costumes, a probidade elevada ao grau de loucura, e o caráter severo do Visconde de Caravelas, diz a herança que legou à sua progênie.

Os filhos dêsse homem, cujos gloriosos feitos a mão poderosa do tempo escreveu no livro da história, esquecem as amarguras da pobreza guardando com zêlo a imorredoura memória de seu ilustre pai.

Inscrevamos no modesto túmulo de Alves Branco o honroso epitáfio por êle próprio proferido momentos antes de expirar — nasci pobre e pobre morrerei; mas nasci na mediania social, e fui elevado ao fastígio das posições pela magnanimidade de um Príncipe que não pergunta pelos avós dos servidores do Estado.

Lith de Mello Rio de Janeiro

A. Sisson Lith da photo de Frende

D. PEDRO II

O Senhor D. Pedro II

importância imensa ligada pelos reis de Portugal ao comércio da Ásia e África foi a causa do desprêzo em que jazeu o Brasil durante os primeiros tempos de sua descoberta. A Providência, condoida da triste sorte dos brasileiros, inflama-lhes no peito o sagrado fogo do patriotismo, e indica-lhes os brilhantes resultados que para sua pátria deviam provir, se porventura aos raios do sol da liberdade se fundissem as algemas que apertavam os robustos pulsos do futuro gigante da América.

Em 1790 ecoou nas virgens florestas do Brasil o primeiro grito de Independência. Os patibulos são levantados, e as portas das prisões escancaradas diante dos patriotas que em Vila Rica ousaram erguer o pavilhão de uma nacionalidade.

O povo estorce-se nas dores do desespêro; não possui recursos poderosos que importem a realização do seu desiderato, e considera as hecatombes o prêmio daqueles que protestam contra a egoística política da metrópole.

Um grande acontecimento traz o alívio das vítimas oferecidas em holocausto nos altares da pátria. As invencíveis águias da França pairam no horizonte lusitano, e a família real, amedrontada diante da bandeira tricolor que tremulava na egrégia cidadela de Afonso Henriques, busca um asilo seguro na terra de Cabral.

O entusiasmo dos brasileiros foi unânime e excessivo, e viram na chegada da casa de Bragança a primeira pedra levantada para a inauguração do edifício da independência da colónia.

D. João VI, a quem se confiara o govêrno da nação em conseqüência do estado desgraçado de sua mãe, sela a sua administração com o estabelecimento das mais úteis instituições.

Em 1815 é o Brasil elevado à categoria de reino. Em 1821 volta D. João VI para Portugal, e deixa seu filho D. Pedro revestido da autoridade de Príncipe Regente.

Pouco tempo antes havia D. Pedro desposado a Arquiduquesa da Áustria D. Leopoldina, filha distinta dos Césares, e irmã da segunda esposa de Napoleão. Esta aliança encheu de júbilo a nação, e enquanto Napoleão expiava em Santa-Helena o crime de plantar na Europa inteira a árvore da liberdade constitucional, D. Pedro principiava a gloriosa cruzada de conquistar a independência do Brasil.

O dia 9 de janeiro de 1822 foi o crepúsculo brilhante que precedeu ao dia 7 de setembro. O povo embriaga-se de prazer nos festins celebrados por ocasião da independência do Império, e no meio dos epicênios entoados em honra do Imperador, pede a convocação de uma constituinte que formule a constituição política da nação. Razões que por agora não queremos analisar levaram D. Pedro a dissolvê-la, e a 25 de março de 1824 é jurada a constituição que hoje nos rege.

O brado heróico proferido pelo fundador do Império nas virgens campinas do Ipiranga ecoava ainda na amplidão do espaço, e as aclamações com que o povo havia colhido a constituição política da nação repercutiam na imensidade dos mares, quando a Providência, vindo em auxílio dos brasileiros já cansados de sofrer as torturas do absolutismo, que apenas se enfraquecera aos primeiros raios da luz da liberdade constitucional, concede-lhes a 2 dezembro de 1825 o verdadeiro penhor da prosperidade do Brasil. O nascimento do senhor D. PEDRO II marca uma época importante nos anais da nossa história política. Os mártires de 1824 condenaram os excessos da realeza, mas em breve a aurora do dia 2 de dezembro, que a história da humanidade assinala como um dos mais célebres da vida dos povos, irradia-lhes a mente. Aquêles que no patíbulo expiaram o crime de 1824 lavam com seu sangue o trono imperial das nódoas da iniqüidade, e orgulham-se de ver refulgir no diadema real a esperança de jamais serem calcados os direitos do cidadão, e aniquiladas as garantias do povo. Aquêles que por mais felizes escaparam da morte, saúdam a aurora dêsse dia memorável que para sempre afugentou as trevas do absolutismo que de vez em quando toldavam o horizonte do Brasil, e que assegurou o futuro brilhante da nação.

D. Pedro, circundado dos patrióticos ministros de 1822, havia-se pôsto à testa do movimento glorioso da nossa independência, e acedido aos desejos do povo, que prosternado aos pés do imortal fundador do Império pedia-lhe a convocação de uma constituinte que desse aos brasileiros as tábuas sagradas de uma nova lei. As cadeias do cativeiro esfarelaram-se ao sôpro das auras livres dos nossos bosques.

Com razão, os respeitáveis heróis da constituinte desconfiaram do Imperador, quando chamou para substituir aos ministros de 22 homens

que se tinham mostrado contrarios à nossa independência. Não pretendemos justificar a oposição virulenta que a assembléia nacional declarou ao novo ministério: a imparcialidade nos aconselha a dizer que a situação melindrosa em que se achava o Brasil, foi a causa dêsse receio e desconfiança que os deputados constituintes manifestaram pela volta ao antigo sistema governativo.

A inauguração de uma fórma de govêrno compativel com a dignidade do homem e com os brios de um povo que, embora por muito tempo escravo, soubera sempre amar a liberdade, era uma necessidade palpitante. As hecatombes que precederam ao triunfo da nossa emancipação política, ao passo que comprovam essa tendência que os povos do Brasil patentearam desde as mais remotas eras para a aquisição dos foros de nação livre, eram também o obstáculo maior que se opunha à organização de um gabinete, composto de homens que outrora se disseram infensos à nossa independência. Não era, pois, de estranhar que os filhos prediletos da nação se embriagassem nos festins celebrados em louvor da nossa primeira conquista, e deixassem escapar no recinto sagrado da assembléia popular palavras que de algum modo ofendessem o prestígio da autoridade. Quando é breve o triunfo de uma emprêsa custosa, são desculpáveis os desvarios dos vencedores.

D. Pedro, acercado de homens que aos olhos do povo mereciam o título de criminosos de lesa-pátria, dissolve a convenção nacional, e justifica seu procedimento com o receio de ver a constituinte brasileira transformada em arena dos mais perigosos anarquistas. Aquêles que, ao lado de D. Pedro, assistiram à independência do Brasil são retirados da cena pública, e lançados em galeões para serem transportados às mais ignotas praias.

O povo desgosta-se do Imperador, a revolução eleva seu colo altivo, e embora por algum tempo sufocada, rebenta com maior estridor.

Estava talvez marcada a hora em que D. Pedro devia deixar o manto imperial que há pouco sôbre seus ombros desdobrara o povo. Estava talvez marcada a hora em que D. Pedro devia entregar a coroa e o cetro do Brasil que a nação lhe oferecera em galardão dos serviços relevantes que prestara ao florescente império.

O dia 7 de abril de 1831 foi a conseqüência da dissolução da constituinte. Os ministros que aconselharam ao Imperador as medidas violentas de 1823 foram os primeiros autores da sua abdicação. Em vez de terem recuado diante dos bastiões levantados pelo povo, provocaram instantemente as iras da nação.

Em breve se não respeita mais a pessoa do Imperador, que ofendido em sua dignidade conserva no poder aquêles de quem o povo se queixava. A retirada do ministério teria salvado o Brasil da hidra revolucionária, a sua conservação irritou os ânimos de maneira tal que a nação considerou o Imperador a causa dos males que a afligiam.

Se os ministros de D. Pedro tivessem procedido como aconselhava o bem do Brasil, teria sido possivel a conciliação entre o Imperador e o povo.

Hoje o historiador imparcial pode proferir um juízo certo sôbre os acontecimentos de 1831. Se de um lado D. Pedro devia atender às reclamações da nação, de outro lado o povo não devia concorrer para que êle renunciasse a um trono que lhe fôra oferecido em homenagem dos feitos por êle obrados em prol da independência do Império.

A abdicação de D. Pedro foi o abismo mais perigoso cavado aos pés do povo. A morte de D. Leopoldina cobriu os príncipes com as vestes da orfandade: a renúncia de D. Pedro abandonou-os à generosidade do povo. Por direito de sucessão o trono imperial competia ao Sr. D. Pedro II. Entretanto as paixões políticas dominavam o coração dos revolucionários. Três partidos disputavam a palma da vitória.

D. Pedro havia deixado seu filho com a idade de 6 anos, e nomeado seu tutor ao patriota José Bonifácio de Andrada e Silva. A uma regência composta de três distintos cidadãos confiou-se na fórma da lei o destino do Brasil, e a escolha de Diogo Antonio Feijó para ministro da justiça foi anunciada como presságio da salvação de nossas instituições. Os absolutistas e republicanos foram exterminados; e os defensores da constituição elevados aos fastígio das posições do Estado.

O partido moderado proclama a vitória, e vai além do que convinha à integridade e segurança do Estado. Concede-se às provincias uma liberdade ampla de ação, e declara-se eletivo o cargo de regente, quando não haja membro da familia reinante que o ocupe.

O povo saúda o triunfo da monarquia, e nas praças públicas apregôa como Imperador aquêle que pela constituição devia suceder a D. Pedro I. Os inimigos do princípio da hereditariedade vêem no movimento de 31 a imagem eloqüente de uma eleição popular, e consideram o govêrno do Sr. D. Pedro II antes filho do sufrágio universal do que do direito de sucessão.

Diogo Antonio Feijó, a quem com razão se denomina o salvador do Império, é escolhido regente. Em breve a assembléia geral declara-lhe uma oposição violenta, e obriga-o a renúncia à regência. É eleito para

substituí-lo o Sr. Pedro de Araújo Lima, hoje Marquês de Olinda. Não tardou muito que a representação nacional se manifestasse contra seu govêrno.

O decênio das regências foi um complexo de calamidades que pesaram sôbre o Brasil. Com razão esperava o povo com ansiedade a época em que o Sr. D. Pedro II tomasse as rédeas do govêrno. Os desmandos da regência, e o desejo ardente que os representantes da nação manifestavam pela maioridade do jovem Imperador, apressaram esse importante acontecimento. O deputado Antônio Carlos pede a maioridade do Sr. D. Pedro II. O povo acompanha-o nesse louvável procedimento, e o — quero já — proferido pelo nosso autal imperador leva a assembléia geral a colocá-lo à testa dos negócios públicos no dia 23 de julho de 1841, pressagiou o verdadeiro reinado da liberdade constitucional.

As províncias do Império, que há muito lutavam com a hidra da revolução, buscam abrigo à sombra do trono imperial. A anistia é o confôrto que o monarca concede àqueles que nos cárceres sofriam os tormentos de uma condenação por faltas dignas da compaixão pública. Enfim o manto imperial protege todos os brasileiros, e estimula-os a amarem-se como irmãos. O Sr. D. Pedro II coloca-se acima das paixões políticas. Chama indistintamente para o ministério homens das diversas parcialidades, e desgostoso das exagerações de partido que em 1842 e 1848 foram causa de guerra civis, arvora o pavilhão de uma política nova, que acabará com os excessos dos partidos políticos, e concorrerá para que os brasileiros perpètuamente se congracem.

Casou o Sr. D. Pedro II por procuração em 30 de maio de 1843, e recebeu as bênçãos em 4 de setembro do mesmo ano, com S. M. a Sra Teresa Cristina Maria.

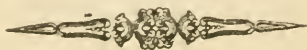
A Providência abençoou esta feliz união, concedendo a SS. MM. II, quatro filhos os príncipes Afonso e Pedro, e as princesas Isabel e Leopoldina. Quis a fatalidade que em breve fôssem chamados aos céus os dois príncipes. Existem as duas princesas, que formam as delícias dos seus augustos pais.

Os atos da vida pública do Sr. D. Pedro II atestam sua capacidade intelectual e uma erudição invejável. As nações estrangeiras consideram-no como um dos mais ilustrados monarcas.

É primeiro a colocar-se à testa de todo o movimento literário e industrial inaugurado no Império, e um protetor extremo das ciências, letras e artes. Não há dia em que o Sr. D. Pedro II não honre com sua presença alguma das faculdades da côrte, alguma associação literária, e constantemente visita aquêles colégios que mais serviços têm prestado à

educação e instrução dos brasileiros confiados à solicitude dos seus diretores.

A bolsa do nosso Imperador abre-se sempre ao pobre que lhe suplica uma esmola. Milhares de famílias de servidores do Estado dirigem fervorosas súplicas ao Onipotente pela conservação da vida daquele que por meio de pensões lhes mitiga os sofrimentos que infelizmente ainda hoje cabem às mulheres e filhas dos homens encanecidos no serviços da pátria.

Nos dias de epidemia vai consolar em sua choupana o filho ingrato da fortuna que se estorce de dor no seu leito de palha; visita os diferentes hospitais, e ordena que parte de sua insignificante dotação seja distribuida pela classe pobre.

Luís Pedreira do Couto Ferraz

7 de maio de 1818, nesta cidade do Rio de Janeiro, nasceu o Conselheiro LUÍS PEDREIRA DO COUTO FERRAZ, filho legítimo do desembargador agravista da Casa da Suplicação do Rio de Janeiro Luís Pedreira do Couto Ferraz, e de D. Guilhermina Amalia Correia Pedreira.

Seu pai, varão de grata memória, com espírito ilustrado e magistrado integérrimo, ocupou-se dos primeiros passos de sua educação moral e literária, e aos 7 anos de idade tinha completado o estudo das primeiras letras.

Por êle entregue ao célebre latinista Florêncio, e sucessivamente a outros mestres, achou-se o Conselheiro Pedreira na idade de 13 anos pronto em todos os preparativos exigidos então pelos estatutos da Faculdade de São Paulo.

Sem idade legal para matricular-se na Academia de Direito, e sendo negada pelo govêrno, por contraria à lei, a dispensa pedida por sua mãe, já então viúva, passou os dois anos de espera no estudo das línguas vivas, e outras matérias, que muito concorreram para o desenvolvimento e progresso do seu espírito.

Aprovado plenamente na Academia de S. Paulo em todos os estudos preparatórios, aos 15 anos de idade matriculou-se no curso jurídico, tomou o grau de bacharel formado em direito no dia 6 de novembro de 1838, e em abril do ano seguinte o de doutor.

Convidado por alguns de seus mestres, e depois de reiteradas instâncias do Dr. Antônio Maria de Moura, bispo eleito do Rio de Janeiro, resolveu opor-se a uma das cadeiras de lente substituto.

No mês de agôsto de 1839, voltou a S. Paulo, entrou em concurso, e sendo proposto pela congregação foi nomeado logo em seguida pelo govêrno imperial, de sorte que ainda naquele mesmo ano tomou posse do lugar de lente, e, com a idade de 21 anos, teve a honra de sentar-se entre seus mestres, e de com êles assistir aos atos de alguns anos da mesma Faculdade: Nesta benemérita posição conservou-se o Conselheiro PE-

DREIRA até o ano de 1845, em que tomou assento na assembléia provincial do Rio de Janeiro.

Encerrada a assembléia provincial, e tendo aparecido grande divergência entre o Visconde de Sepetiba, Presidente da provincia, e o Vice-Presidente em exercício, divergência que fez recear sérias desordens em alguns municípios em conseqüência da excitação dos ânimos, foi o Conselheiro Pedreira nomeado Vice-Presidente, em dias de julho de 1846 entrou no exercicio da administração da província.

Reunindo as qualidades da moderação, da perspicácia, e de uma grande atividade no gabinete e fora dêle, governou a província naquela difícil conjuntura com uma prudência tal, que os ânimos se acalmaram; e ao passo que mereceu elogios da própria imprensa oposicionista, e em pleno Senado os do Marquês de Paraná, conhecido pela sua franqueza, coragem e lealdade, o govêrno deu-lhe uma evidentíssima prova do quanto avaliava sua administração, nomeando-o presidente da província do Espírito-Santo, e pouco depois condecorando-o com o oficialato da imperial ordem da Rosa.

Na província do Espírito-Santo congraçou os partidos ali existentes, moderou as opiniões extremas, e concentrou em si as simpatias gerais.

Obtido êste primeiro triunfo, tratou de por si mesmo conhecer a província, e viajou com aquêle fruto que uma inteligência altamente cultivada pode colher. Reconheceu na excelência topográfica da província, orlada de mar, cortada de rios, com um solo fertilíssimo, que só lhe bastava para progredir, concórdia e braços, e para isso solicitou do ministério, e mandou ir para ali uma porção de colonos alemães, com os quais fundou a colônia de Santa Isabel, cuja prosperidade atesta sua vigilância e previdência; e a prova maior do que acabamos de dizer é a de terem ficado os colonos dentro em pouco tempo em sua maioria independentes dos auxílios pecuniários do govêrno, tratando atualmente de promover a vinda de seus parentes e amigos para aquêle novo núcleo de população.

Ao passo que colonizava e estendia os bens da agricultura, cuidava da catequese dos indígenas, e promovia o seu melhoramento moral e material com incansável assiduidade, para o que nunca se poupou a esforços, quer viajando com os cômodos usuais da terra, quer caminhando às vezes a pé por alguns lugares, perlustrando sertões e entregando-se a tôdas as privações inseparáveis de semelhantes viagens.

Promoveu o melhoramento da instrução primária, as vias de comunicação, e, homem que abraça todo o pensamento generoso e bom, continuou as obras planejadas por seus antecessores, como foram as da estrada de S. Pedro de Alcântara e outras.

A Sisson Lith

LUIZ PEDREIRA DO COUTTO FERRAZ

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

Foi êle quem deu os primeiros passos para a nova estrada de Santa Teresa, coroados com o mais feliz sucesso, a qual, segundo o primeiro projeto, devia partir das cachoeiras do rio de Santa Maria, no município da capital, e chegar ao Cuiaté, em Minas, e nesta exploração empregou alguns índios sob a direção do sargento Norberto, que longos anos habitara as matas, e que mandou vir de propósito daquela província, prometendo-lhe um prêmio se, explorando as florestas virgens, fôsse ter ao ponto destinado. O ano de 1847 está ainda presente na memória de todos os espírito-santenses, assim como a grata lembrança de tão pacífica e inteligente presidência. Em reconhecimento a êstes serviços, foi o Conselheiro Pedreira eleito em 1848 deputado à Assembléia Geral, e, coisa singular, com o acôrdo de ambos os antigos partidos da província. Tal é o prêmio dos varões que sabem satisfazer o desejo dos povos, e equilibrar com a mais sábia ponderação a balança da justiça; e muito mais ainda lisonjeiro é este prêmio quando o eleito se acha fora do centro eleitoral, e em viagem, como aconteceu ao nosso benemérito fluminense, que estava na cidade de S. Mateus, quando os chefes de tais partidos se lembravam de apresentar seu nome aos eleitores.

No recinto da Câmara cuidou de obter meios para favorecer os trabalhos planejados e em andamento na sua nova província, como fôssem os da estrada de Santa Teresa, fonte de seguro engrandecimento e riqueza para a mesma província.

Nesse ano conservou-se silencioso na Câmara, mas desde o princípio manifestou que abraçava as idéias conservadoras, votando com a oposição de então nas principais questões.

Exonerado da presidência do Espírito-Santo, foi logo ao terminar a sessão nomeado presidente da província do Rio de Janeiro, onde se conservou de outubro de 1848 até setembro de 1853.

Nas coleções das Leis Provinciais estão estampados os regulamentos que expediu, já para a reforma da Instrução Pública, já para a melhor arrecadação de certos impostos, e para o aumento da renda provincial, e já para o desenvolvimento de outros muitos ramos do sérviço público, e no seu solo baseados de uma maneira inalterável os trabalhos materiais que empreendeu, os que continuou, e os que planejou com vistas gigantescas, e com o intuito de exemplificar os ânimos timoratos, que vivem no futuro por descrerem de si próprios. Aí estão a estrada nova da Serra da Estrêla, cujas obras fez continuar com extraordinário progresso; muitos trabalhos importantes da colônia de Petrópolis, o andamento que deu às obras do canal de Campos a Macaé, e às da Serra da Mangaratiba, da

Matriz de Niterói; que concluiu, às da Matriz da Barra-Mansa, e outras obras, que seria longo enumerar, e das quais só apontaremos a da importantíssima estrada de rodagem dos Mendes, que foi aberta em seu tempo, tendo a satisfação de ser nelas auxiliado pelo benemérito Conselheiro José Clemente Pereira, pelo Visconde do Rio Bonito, pelo irmão dêste o Veador Camilo Faro, pelo Comendador Ezequiel Padilha, e por muitos outros fazendeiros importantes dos municípios de Vassouras e Valença. Foi durante a sua presidência que partiu do Rio de Janeiro a primeira carruagem que parou às margens do Paraíba, passando agradàvelmente pela estrada da Polícia, pela de rodagem chamada dos Mendes, e hoje com o seu nome, e por outros lugares, onde pouco antes mal podiam suster-se as tropas e viajantes. No melhoramento que promoveu de tôdas as vias de comunicação, introduziu na província não sem objeção, diversas pontes de ferro, principiando pela do rio Alcântara, realizada durante a benéfica vice-presidência do Visconde do Rio Bonito.

Assinou o contrato da primeira estrada de ferro, que se fez no Império, e facilitou tudo quanto estava a seu alcance ao Barão de Mauá, empresário da mesma estrada. Êste exemplo quanto não tem frutificado hoje, quanto não tem cimentado no espírito público o bom uso das fôrças nacionais, e quantos bens não propicia ao país?

Honrado por S. M. o Imperador com o título de seu conselheiro em 2 de dezembro de 1850, e acreditado como excelente administrador e homem dedicado aos melhoramentos do país foi chamado em 6 de setembro de 1853 para os conselhos da Coroa, na qualidade de ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império. Os atos do seu ministério, a extensão de suas vistas, e a moderação do seu espírito político, o colocaram na plana dos beneméritos da Pátria.

Fez os contratos das estradas de ferro de Pernambuco, da Bahia e de S. Paulo, contratos em que teve de lutar com objeções bem sérias da parte de muita gente grada do país, que nutria a convicção de que ainda não era chegada a hora de empreender fatos materiais de tamanho alcance, mas tudo pôde superar com o seu modo e ilustração, como se vê pelos resultados obtidos. Aí está a estrada de ferro D. Pedro II inaugurada no dia 29 de março último, cujos contratos com a companhia existente e respectivos estatutos foram por êle elaborados e publicados dentro do curto espaço de tempo que mediou entre a chegada a esta côrte em março de 1855 do contrato celebrado pelo Conselheiro Sérgio Teixeira de Macedo em Londres, com o empresário Price, para as obras da 1.a secção, e a abertura da Assembléia Geral em maio, à qual foram presentes todos êstes trabalhos anexos ao seu relatório.

Aí estão os decretos de renovação dos contratos da Companhia de Navegação do Amazonas; da linha geral de paquetes de vapor ao Norte e ao Sul do Império; das linhas costeiras de Caravelas e Pernambuco, de Pernambuco ao Ceará, e da Côrte até Santa Catarina pelo pôrto de Santos, e outros da província de S. Paulo e do Paraná; a de reboque da barra de Sergipe, e da navegação de Niterói, etc. etc. Aí estão, entre outros atos de seu ministério, os contratos para a estrada por trilhos de ferro da côrte para a Tijuca, e para o Jardim Botânico, que em poucos anos hão de formar quase um círculo, e oferecer a esta população todos êsses sítios saudáveis e pitorescos, que nada têm que invejar aos mais belos e mais afamados de tôda a terra; as providências para a navegação dos rios Araguaia, Tocantins e outros.

De quanto não lhe é devedora a Companhia União e Indústria, que tão belamente encetou seus trabalhos?

Não satisfeito das próprias idéias, abraçava tôdas as que lhe eram apresentadas, uma vez que entrassem do domínio da utilidade pública. Teve a coragem de realizar um pensamento dos tempos coloniais, adiado do reinado para o império, do império para a regência, e da regência para uma época orgânica. Mandou planejar e principiar o canal da Cidade Nova; fez importantes melhoramentos em muitos dos arrabaldes da côrte, e teve a glória de destruir o sistema das antigas calçadas, consagrado pela rotina, e por mal-entendida economia; obra esta em que o ajudou o seu colega ministro da Fazenda Marquês de Paraná com os donativos que obteve dos acionistas do Banco do Brasil.

Não são para esquecer as providências que deu para a exploração e aproveitamento das minas de carvão de pedra do Rio Grande e outros lugares, de cujas análises se ocuparam longamente três químicos desta capital; e nem também serão esquecidos o desenvolvimento que deu ao abastecimento dágua potável a esta cidade, assim como o contrato celebrado com I. P. Viana de Lima e J. Rússel pára o serviço do asseio e limpeza das habitações e esgôto das águas pluviais, obra esta que porá um dia a capital do Império ao nível das primeiras cidades européias, conhecidas por sua polícia e boas disposições higiênicas.

O impulso que deu às obras do hospital marítimo de Santa Isabel, as medidas que tomou a bem do melhoramento do regime sanitário de nossos portos, e os relevantíssimos serviços que fez ao país quando pela primeira vez foi acometido pela colera-morbo, nunca serão esquecidas.

Nesta desgraçada ocorrência o Conselheiro Pedreira não soube o que era sono e repouso: trabalhou como as almas caridosas, e olhou para a

vida do cidadão com aquelas vistas benfazejas e magnânimas do homem de Estado.

Hospitais, enfermarias, ambulâncias, comissões medicas, providências a favor da pobreza, tudo levou a efeito com uma coragem e abnegação dignas de exemplo. Levou a sua caridade a ponto de ser advertido pela imprensa oposicionista de que o seu zêlo administrativo era excessivo, e que com êle outros negócios importantes a seu cargo podiam sofrer. Acompanhou o Imperador na visita que êste fizera a todos os hospitais e enfermarias, visita esta que fez mais no espírito da população do que tôdas as palavras imagináveis; e por vezes os tornou a visitar e inspecionou quando o flagelo recrudescia.

Êstes serviços, esta dedicação pessoal, não podem ser pela população esquecidos, como os do médico que, passada a crise e o horror da morte, o são de ordinário por aquêles que lhe devem a vida e a felicidade doméstica.

Alvo das vistas e esperanças de uma grande cidade, e de tôda a população do litoral e da baía fluminense, teve a glória de ver passar o flagelo, e de convencer-se de que essas vigílias e insônias, de que êsses trabalhos mentais e corporais muito concorreram para minorar a infelicidade. Por menos se hão levantado estátuas.

Resta de tudo isto um monumento de gratidão bem significativo e bem honroso para o nosso pais, o qual a inveja e a maledicência nunca puderam destruir. É a mensagem do corpo consular estrangeiro dirigida ao ministro Pedreira, tendo-se reunido extraordinàriamente para êste fim.

Trés grandes vultos sobressairam naquele lúgubre painel, o Imperador, o ministro Pedreira e o doutor Paula Cândido, presidente da Junta de Higiene Pública.

No meio da aflição geral o Conselheiro Pedreira nunca arrefeceu na continuação de seus trabalhos; diversos núcleos de colonização foram por êle criados em várias províncias, e os outros sempre mereceram sua constante solicitude; aí estão o contrato com a sociedade central de colonização e os diversos regulamentos que formulou para a execução da lei das terras, a qual começou a ter efeito no seu tempo, as colônias e presídios militares que criou em Santa Catarina no Mucuri, em Goiás, no Maranhão e no Pará, e o desenvolvimento que deu a outras já criadas.

A par dêstes trabalhos importantes, fez a reforma da instrução primária e secundária; e das Faculdades de Direito de S. Paulo e Olinda, e das escolas de medicina do Rio e da Bahia; a da aula do comércio,

transmudada em instituto comercial; a do conservatório de música; e a da Academia das Belas-Artes; criou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos; coadjuvou o dos surdos-mudos, e acabou as obras do Museu Nacional.

Todos êstes estabelecimentos lucraram em suas disciplinas e obtiveram grandes melhoramentos, não só em cômodos materiais, como em donativos para compras de bibliotecas, coleções, medalheiros e instrumentos, etc., e tendo tido as belas-artes em geral um grande impulso durante a sua administração.

Reformando a Academia das Belas-Artes, introduziu no seu ensino as ciências exatas auxiliares, melhorou a sorte dos artistas que viajam e estudam na Europa à custa do Estado, criou e edificou a Pinacoteca, pelo que o corpo acadêmico lhe votou um busto de mármore, que deve ser colocado a par do do Sr. Visconde de S. Leopoldo, fundador da Academia. Foi quem primeiro mandou estudar à Europa um músico, e o que acolheu com grande entusiasmo a criação da ópera nacional.

Passou, e obteve os meios para edificar um majestoso teatro, digno da capital, e preparava-se para construir um edifício próprio para o Conservatório de Música, e outro para a Escola de Medicina.

Aí estão os decretos para a execução da lei da reforma eleitoral, os regulamentos e as providências que expediu nesta nova fase política, onde se observa o seu espírito de justiça, e seu reconhecimento de tôdas as localidades do Império, e a sinceridade de se conservar em tôda a parte a liberdade do voto. As individualidades de que se compõe a nova Câmara justificam altamente esta verdade.

E para coroar tantos e tão importantes serviços ao país, deferiu a petição do instituto histórico, criando a comissão científica para a exploração e estudos de algumas províncias do Império, e fornecendo-lhe todos os meios necessários para o bom desempenho de sua missão, incluindo nestes meios uma rara, avultada e riquissima biblioteca especial, e uma coleção de instrumentos como não há segunda na América.

Os embaraços externos e internos nunca o desviaram do seu nobre escopo, nem as lutas com as dificuldades com que se viu a braços o ministério de que fez parte no Estado Oriental e no Paraguai, nem as duas epidemias por que passou o país e que por tôda parte levaram após si o horror e a desolação, e nem a morte inesperada do 1.º presidente do conselho de seu ministério, de quem era particular amigo.

Até aqui perpassamos pelos fatos da vida do homem público, e com justa satisfação os enumeramos ràpidamente, e tanto quanto pede esta

nota biográfica; porém agora se nos antolha o homem privado, o cidadão. As virtudes, baseadas na vida particular, ressumbram mais altamente quando o indivíduo é arrancado do lar doméstico para o teatro da vida política; porque a probidade, o amor do próximo e a ilustração formam os três pontos por onde passa o grande círculo do verdadeiro homem de Estado daquele que edifica pelo exemplo; e o exemplo é o maior e o mais seguro de todos os mestres.

Como homem político, o Conselheiro Pedreira tem a glória de só ter por inimigos os inimigos de sua Pátria, e por adversários um ou outro de idéias exageradas. Como particular, a sua vida é um exemplo de tôdas as virtudes sociais e domésticas.

Teve a fortuna de dirigir a educação de suas quatro irmãs, e a de vê-las casadas e felizes; teve a fortuna de auxiliar a educação de seu irmão, levando-o em tenra idade para S. Paulo, e a de vê-lo formado, e ocupando o lugar de secretário do Supremo Tribunal de Justiça.

O Conselheiro Pedreira é cavaleiro da ordem de Cristo, oficial da imperial ordem da Rosa; lente proprietário da cadeira de Economia Política da Faculdade de S. Paulo, e como tal desembargador honorário; inspetor geral da caixa da amortização; comissário do govêrno no instituto comercial da côrte; deputado à Assembléia Geral desde 1848 sem interrupção, sendo eleito duas vezes pela província do Espírito Santo, e três pela do Rio de Janeiro; membro do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil; membro honorário da imperial Academia das Belas-Artes, da sociedade amante da instrução; da sociedade propagadora das Belas-Artes; e da auxiliadora da indústria nacional; da de colonização das Alagoas; e de outras.

O nome do Conselheiro Pedreira está unido ao solo da Pátria, está no coração da mocidade, no dos homens amigos dos melhoramentos e progresso do seu país, e terá aquela duração com que a Providência costuma galardoar os bons. Tanta felicidade é devida à sua vasta inteligência, ao seu coração brasileiro, à sua modéstia, e à amenidade de seu trato social, que o constitui o mais perfeito gentil-homem!

Tem apenas 40 anos de idade, e o país espera portanto ainda muito de seus serviços.

José Maria da Silva Paranhos

CONSELHEIRO JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS, nasceu na província da Bahia em 16 de março de 1819. Seu pai, Agostinho da Silva Paranhos, oriundo de Portugal, mereceu naquela província, assim como seus irmãos, o título de negociante honrado e filantrópico.

Ainda no verdor dos anos o Conselheiro PARANHOS achou-se órfão dos entes que lhe deram a existência, perdendo primeiro seu desvelado pai, e não muitos anos depois sua carinhosa mãe D. Josefa Emerenciana de Barreiros Paranhos. A estas duas perdas irreparáveis juntaram-se outras circunstâncias, filhas das injustiças e vicissitudes, tão freqüentes, neste mundo, e aquêle que nascera em meio de riqueza, passou sùbitamente à condição sempre difícil do pobre que aspira a uma vida honesta e não obscura.

Graças ao espírito de que o dotou a Providência, aos cuidados do seu ilustre tio o coronel de engenheiros Eusébio Gomes Barreiros, habilitou-se êle em tempo com os estudos de humanidades para a carreira das ciências e da administração em que tão cedo se distinguiu.

No ano de 1836 matriculou-se na Academia da Marinha do Rio de Janeiro, na qual primou entre os seus condiscípulos, por um comportamento exemplar, raro talento e incessante aplicação. E' prova de sua proficiência e indefesso estudo a circunstância de ter sido ao mesmo tempo discípulo e mestre, professando como explicador as doutrinas dos anos em que acabava de obter aprovação.

Em 1844 foi nomeado lente substituto da academia onde assim se havia assinalado, e na mesma categoria passou no ano seguinte para a escola militar do Império, cujas aulas cursara com igual distinção. Em 1848 foi elevado a lente catedrático do 6º ano um dos principais redatores do periódico *Novo Tempo*, que defendeu com talento e dedicação o ministério de 2 de fevereiro dêsse ano, cujo vulto mais preeminente era o do ilustre estadista Manuel Alves Branco, depois Visconde de Caravelas.

Conhecida a sua nova vocação às qualidades que na carreira política lhe prometiam iguais triunfos, foi recomendado por vários amigos aos eleitores fluminenses, cujos sufrágios lhe deram assento na assembléia legislativa da província.

Logo depois foi nomeado Secretário e Vice-Presidente da mesma província do Rio de Janeiro, lugares que serviu com tanta honradez, tino e aptidão, que granjeou a estima e consideração de amigos e adversários. Era então presidente da província do Rio de Janeiro o falecido Conselheiro Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, mais tarde Visconde de Sepetiba, cuja amizade adquiriu por seu merecimento e lealdade, recebendo do chefe e amigo os mais invejáveis elogios. Foi por êsse tempo agraciado com o oficialato da ordem imperial da Rosa.

Eleito em 1847 deputado à assembléia geral legislativa pela província do Rio de Janeiro, tomou assento entre a maioria parlamentar de 1848, recomendando-se por alguns discursos, e por seus trabalhos na Comissão de Marinha e Guerra.

A mudança política operada na alta administração do país, em fins da sessão legislativa de 1848, sendo iniciada pelo adiamento da câmara temporária, que mais tarde foi dissolvida, levou outra vez o jovem lidador às penosas tarefas da imprensa. Como redator em chefe do *Correio Mercantil* a par da primeira fôlha diária do Rio de Janeiro, o esforçado partidário cansou, e retirou-se por algum tempo da arena política. A imprensa é, porém, uma dama de quem jámais pode fugir inteiramente aquêle que uma vez lhe provou os encantos. Nessa trégua política, nesses momentos talvez de fastio e desencanto, o ex-redador liberal aceitou uma parte distinta na redação do *Jornal do Comércio*, quando êste gigante da imprensa brasileira se conservava estranho e inacessivel às questões de politica interna.

Nessa posição foi encontrar o insigne estadista Honório Hermeto Carneiro Leão, depois Marquês de Paraná, quando o convidou e conseguiu que êle o acompanhasse aos Estados do Prata na qualidade de seu secretário. Escolha honrosa para ambos: para o estadista, porque aproveitava o mérito em um de seus antigos adversários, a quem nem ao menos conhecia pessoalmente; para o jovem esperançoso, porque assim recebia o mais valioso título de seu nobre caráter e de sua privilegiada inteligência.

A missão especial confiada àquele estadista brasileiro, de saudosa memória, teve por objeto, como se sabe, negociar uma aliança que em poucos meses deu por terra com o poder do feroz ditador da República

Lith de S.A Sisson Rua do Cano 45

JOZE MARIA DA SILVA PARANHOS

José Maria da Silva Paranhos

Argentina, açoite de uma e outra margem do Prata. O secretário dessa missão especial foi colaborador tão prestante e amigo do seu ilustre chefe, que dêle mereceu os mais expansivos elogios e uma amizade a mais extremosa.

Aquilatado o seu mérito por tão distinto mestre, e por outra autoridade não menos competente, o Conselheiro Paulino José Soares de Souza, hoje Visconde do Uruguai, que a êsse tempo dirigia a política exterior do Brasil, passou de secretário a chefe da legação imperial em Montevidéu, na categoria de ministro residente. Foi o sucessor do seu próprio chefe, e os relatórios do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1853 a 1854 mostram que correspondeu dignamente a tão honrosa confiança. Aos seus serviços no Rio da Prata deve a comenda da imperial ordem da Rosa que ganhou em 1852.

Organizando um gabinete em 4 de setembro de 1853 o Marquês de Paraná, a cujo aprêço e amizade devia principalmente o seu antigo secretário a eleição de deputado geral pela província do Rio de Janeiro, convidou-o para seu colega, reservando-lhe a pasta da Marinha.

Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, foi honrado pelos eleitores fluminenses com uma brilhante reeleição, e êle por sua parte, na Câmara e no gabinete ministerial, confirmou o seu bem estabelecido crédito de homem laborioso, e revelou aptidões próprias do alto pôsto em que o haviam colocado a confiança da Coroa, a justiça e a estima de seu generoso amigo.

Como Ministro da Marinha, desde 14 de dezembro de 1853 até aos primeiros dias de junho de 1855, os seus relatórios, que foram louvados até pelos mais extremos adversários do gabinete a que pertencia, atestam os conhecimentos profissionais que adquirira em sua primeira carreira, um profundo estudo das necessidades dêsse ramo da pública administração, e um tato raro em descobrir-lhes o verdadeiro remédio.

O projeto de promoções que apresentou na Câmara dos Deputados, as medidas que solicitou e obteve do corpo legislativo, os vários regulamentos que promulgou, e não poucos projetos de reforma que passou já mui adiantados a seu sucessor, comprovam a figura proeminente que o nosso contemporâneo representou na direção do Ministério da Marinha.

Entre os regulamentos a que acima aludimos, citaremos os que criaram companhias de aprendizes marinheiros no Pará e na Bahia, sementes que prometem preciosos frutos à armada imperial; os que marcam os prazos de serviços, acessos, soldos e outras vantagens das classes dos imperiais marinheiros avulsos; finalmente, aquêle por que hoje são feitos os alistamentos de voluntários e recrutas para as equipagens de guerra.

Em junho de 1855, passando por uma recomposição o gabinete Paraná, coube ao digno administrador da marinha substituir ao seu colega demissionário, Visconde de Abaetê, no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

As circunstâncias em que esta mudança teve lugar, e a importancia daquele nome, tornavam a posição do novo Ministro dos Negocios Estrangeiros sumamente difícil. O conselheiro Paranhos, porém, soube sair triunfante dessa nova experiência, e desde então, dentro e fora do Império, é considerado como um verdadeiro homem de Estado.

Aquêle que, como Ministro da Marinha, havia sem o menor estrépito, e com o maior zêlo e acêrto possível, preparado uma luzida expedição naval, para apoiar a missão diplomática enviada em 1855 à República do Paraguai, como Ministro dos Negocios Estrangeiros teve de procurar uma solução pacífica e honrosa das questões pendentes com êsse Estado, e logrou o seu empenho por modo mui distinto.

O tratado de amizade, navegação e comércio de 6 de abril de 1856, e os protocolos dessa longa e porfiada negociação, serão a todo o tempo um título de glória para o plenipotenciário brasileiro, que destarte evitou a guerra que se mostrava iminente, e abriu as portas do rio Paraguai à rica e infefiz província de Mato-Grosso.

Ao mesmo tempo que pessoalmente desempenhava tão árdua tarefa, o nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros tinha sua atenção aplicada a outros interêsses de não menor importância, e pôde ligar o seu nome com o ilustrado Visconde de Abaetê no tratado de 7 de março de 1856, que assentou em novas e solidas bases as relações entre o Brasil e a Confederação Argentina.

A interminável querela do tráfico de escravos motivou por êsse tempo uma das mais renhindas e desagradáveis discussões com a Legação Britânica. A dignidade, moderação, e habilidade com que o Conselheiro Paranhos sustentou o nosso decôro e os nossos direitos, excitaram o respeito dos próprios ingleses em Londres. Por aí correm impressas as nobres e honrosas palavras com que Lord Malmesbury apreciou o protesto do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil contra a nova ameaça de que foi órgão em 1856, o Sr. Willam Jerningham, encarregado de negócios de Sua Majestade Britânica.

A morte do ilustre Marquês de Paraná sujeitou, em fins de 1856, o gabinete por êle organizado a uma segunda modificação, na qual coube ao Conselheiro PARANHOS o duplo encargo de Ministro dos Negocios Estrangeiros, e de Ministro interino da Marinha. A sua volta ao minis-

terio, que tão bem dirigira até junho de 1855, ainda que interina e passageira, não foi estéril.

Nessa curta interinidade, sobrecarregado com os graves assuntos das relações exteriores do Império, membro de um gabinete cuja missão estava a findar, teve êle tempo bastante para levar a efeito o importante projeto da conclusão do dique da Ilha das Cobras, formular a reforma do corpo de saúde da armada e dos oficiais da fazenda, e dar organização às classes dos artistas dos vapôres de guerra; trabalhos que foram honrados com a aceitação do seu ilustrado sucessor, e por êste concluídos e promulgados.

Em 1857 foi reeleito deputado à assembléia geral pelo 2º distrito do município da côrte; justo galardão de tantos serviços prestados na alta administração do país, da qual retirou-se com os seus colegas logo depois da abertura da primeira sessão da atual legislatura. Está ainda na memória de todos o seu nobre procedimento como deputado e ex-ministro defendendo os atos da administração a que pertenceu, o crédito de seus colegas como o seu próprio.

Atualmente acha-se o Conselheiro PARANHOS fora de sua Pátria concluindo uma das mais importantes missões diplomáticas de que haja exemplo entre nós. As dificuldades suscitadas entre o Império e a República do Paraguai, dificuldades em que a guerra parcial inevitável, tal foi o objeto principal confiado ao zêlo e habilidade do nosso diplomata.

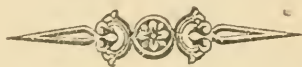
Já se sabe que êle conseguiu conjurar tão lamentável calamidade entre dois povos vizinhos, chamados por sua posição e interêsses a cultivar estreita amizade, e que o conseguiu por modo que a todos surpreendeu. Não só obteve a exata observância das estipulações vigentes, pelas quais reclamamos, mas até que fôssem elas ampliadas no sentido o mais amigável e vantajoso aos interêsses do Brasil e das demais nações.

Além dêste verdadeiro triunfo diplomático, o plenipotenciário brasileiro celebrou uma convenção fluvial, um tratado de limites e outro de extradição com a Confederação Argentina, ato que só por si tornariam a sua missão uma das mais férteis e úteis ao Império.

As demonstrações de simpatia e aprêço que o Conselheiro PARANHOS acaba de receber entre os Estados do Prata, assim dos governos junto aos quais foi acreditado, como das populações entre as quais pôde exibir os dotes do seu espírito, e a amenidade do seu caráter, são o mais completo elogio do seu mérito e de suas distintas qualidades.

Tão relevantes serviços, com tanta dedicação, perícia e felicidade prestados ao Brasil, já mereceram do Augusto Monarca Brasileiro uma demonstração altamente honrosa, sendo conferidas ao distinto diplomata as insignias de Dignitário da Ordem Imperial do Cruzeiro.

O Conselheiro PARANHOS é Grã-Cruz de Santana de 1ª classe da Rússia, sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, presidente honorário da Sociedade Universal Promotora das Artes e Indústria de Londres, etc., etc.

Reunindo a todos êstes títulos, que o recomendam à estima e consideração social, as suas excelentes qualidades como espôso, pai, irmão e amigo, completamos a breve notícia e elogio que nos propusemos escrever acêrca da vida e serviços dêsse ilustre contemporâneo.

Barandier pinx
A. Sisson Lith

GABRIEL JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS

Gabriel José Rodrigues dos Santos

ÃO começarei como quase todos os biógrafos, recordando os pais, a família, e a adolescência dos grandes caracteres, não; os laços de ascendência ou descendência deixam inexplicável o talento, a virtude e a glória. A mortalha não cobre senão os esqueletos, e o ouro do mundo, e as tradições de família empanam-se e se esquecem nas orlas frias da sepultura. Se o triunfo de nossos antepassados nos orgulha, e faz bater quente o sangue do coração — nem por isso nos ilustra, nem glorifica. Ah! quantos infelizes tenho eu visto lutar contra as maldições do mundo, que lembrando as glórias dos pais se irritam de contemplar o filho; quantas vezes a severa história nos ensina a desdenhar o descendente pela saudade do ascendente! Uma vida triunfante — se revela por si mesma, se traduz em seus atos, e se eterniza pelas próprias virtudes. Esses que tentam aviventar todos os dias as desbotadas saudades dos mausoléus, são quais os cômicos que envergam as togas do gênio, e enlaçam as frontes de alheias grinaldas, para entreter a multidão, que em falta de grandes vivos, quer recordar os grandes mortos. A luz do sol não se empresta, sem que lhe falte vida e esplendor. O renome do pai é uma relíquia, uma lembrança, um luzeiro, se quiserem para o filho, que o deve fitar sempre nesta peregrinação tempestuosa da vida, porém não se herda, nem se personaliza com ninguém por qualquer título. A história de um pai é uma luz que se vê sempre acesa, e que queima o coração de um moço, é uma estrêla no meio da procela, uma sonda em meio do rochedo! O povo adota também os filhos de seus heróis, porém quanto mais notável foi a vida de um cidadão, mais se exige de seu herdeiro. Túnica de Djanira — é esta do sangue — não se a despe sem morrer em dôres, e só se veste pela vontade do destino, ou fatalidade — não sei.

No entretanto a superstição, o espírito do povo — quantas vezes quer tornar uns responsáveis pelos outros, em virtude do nascimento e do nome!

Não — sigamos novo caminho — dêmos à vida sua independência, à glória seus heróis, à virtude seus prosélitos. Nos altares da pátria ninguém se sagra sem poderosos esforços, e batalhas tremendas. Ninguém

pergunte porque a inteligência ergue altiva a fronte, porque a fôrça domina a fraqueza — e por que o espírito conquista a matéria?

Deus responde tôdas as horas aos cépticos. O homem em sua origem — é a imagem, ou a personificação do poder espiritual na terra. — A natureza é a mãe comum, e igual — que repartiu por todos as mesmas capacidades. A vida é uma grande peleja — uns falecem ao entrar na arena, ou se misturam na poeira do combatente; são esquecidos como o pirilampo, que vive um instante, para morrer eternamente; outros abusam das fôrças naturais, batem-se uma vida inteira, sem obter um triunfo, e morrem sem uma glória — são os máus que o mundo entrega aos corvos que os dilaceram. Nem uma lágrima, nem uma flor, nem um suspiro para êles, senão dos parentes que pensam respeitar a virtude, e cumprir um dever sagrado — chorando o mirado esqueleto da perversidade — e alguns passam incólumes na batalha da vida — sem ferirem, nem serem feridos; são como as águias que conjuram a tempestade, e se envolvem nas tormentas!

O povo dêste século não se deixa seduzir pelas misteriosas e bombásticas frases de heráldicos pergaminhos. Não se deve confundir a corrupção individual, o egoismo de classe, e o orgulho de família, que se remorde e agita nas ânsias do desespêro, no rancor do ciúme, e nos aloucados ímpetos de mal-entendida rivalidade — com as largas aspirações do povo — cuja vida é impessoal, e cujas idéias são sempre nobres e verdadeiras. Não se vê ali por entre várzeas correr o córrego constrangido e retorcido pelas pedrinhas de seu leito — é o homem, ou sua imagem nesta vida; — não se vê acolá — o mar soberbo, que avassala dois terços do nosso planeta, e senhor, e sem contestação, estende seus braços sôbre as praias, e contra elas luta sempre com renascido esfôrço — sem cansar um momento — é o povo, ou a sua imagem nesta vida.

A inteligência tem partido um por um todos os elos da longa e fatídica cadeia aristocrática. Cromwell fez-se ditador — Napoleão Imperador, — um dominou a Inglaterra — o outro o mundo — um desdenhou o diadema e o trono, e outro distribuiu-os com pulso de soldado e mão de gênio por entre seus generais.

Para a inteligência não há colunas de Hércules — em um instante ela percorre todo o mundo, recorda o passado, aviventa o presente, e concebe o futuro — ergue as lousas, e se envolve no turbilhão de poeira do que se sumiu — lembra — alenta os vivos, e com êles se bate em campo aberto — atua — rasga os nevoeiros do porvir — escreve seu testamento — raciocina.

O grito de Independência ou Morte, que agitou o límpido espaço dos campos do Ipiranga, acendeu o entusiasmo dos valentes paulistas de 1822,

e como um belo hino encantou a juventude da pátria. Os elos da cadeia colonial quebraram-se aos olhos dêsses meninos, que mal poderiam compreender os compromissos patrióticos que dêste brilhante feito nasceriam. O pendão português rasgado na hora da liberdade, devia ser substituido por um outro, que eterno fôsse, saudado pelos povos, respeitado de todos, e admirado pelos séculos futuros. Os cavalheiros da Independência, os grandes estadistas brasileiros, tudo haviam feito com a Independência. A organização social e política tinha de ser o gigantesco trabalho dessa juventude, que por assim dizer havia inspirado a liberdade ao nascer, que com ela despertara, e com ela deveria crescer. A Independência tinha sido uma solene aclamação; a organização do Império uma terrível luta, sim, mas gloriosa. O entusiasmo santo da Independência vinculou todos os corações, e identificou tôdas as vontades; mas esta febre quase divina passou, e entrou-se na arena dos interêsses contraditos, e dos princípios opostos.

O regime do poder singular, se batido estava em suas primitivas e rudes expressões, nem por isso desamparou o campo de batalha. Vestiu-se com estranhas roupas, tomou novos emblemas, e alçou bandeira nova, ocultando porém no fundo da consciência a reservada intenção de conferir ao povo apenas a irrecusável partícula de liberdade, com susto de que se envenenasse se porventura saboreasse tôda a que tinha incontestável direito. Era a autoridade com tôdas as suas pretensões e fôrças, encobrindo, sob o pretexto de ordem, o desejo de arbítrio.

Porém a Independência havia exaltado por demais o ânimo da mocidade para que ela se contentasse com um tal simulacro.

Começa a luta. O parlamentar é a arena e a espada a palavra. Que belas batalhas, que guerreiros, e que eloqüência foi a daquele período!

Ninguém triunfou, porque não era tempo de vencer, mas de lutar sem desesperar um dia, nem recuar um instante. A escola clássica da autoridade divina, ainda que se pensasse moribunda, quiçá dissolvida pelo grande ato de 25 de março de 1824; o tempo, êste primeiro poder dos engenhos humanos, havia-lhe imprimido tal vida, e tão duradoura havia sido, que suas raizes se afundaram nos espíritos daquela geração já decadente sim porem sempre respeitável pelos seus talentos, idade e prestígio social. O direito divino desapareceu das tábuas constitucionais, porém o princípio de autoridade e ordem disfarçou-se, para amparar o velho sistema já modificado pelo bom senso.

A escola da liberdade constitucional, do govêrno do homem pelo homem, sem privilégios ofensivos e inúteis, sem exploração do rico sôbre o pobre, veio com tôda a mocidade do tempo colocar-se adiante daquela como uma barreira e um protesto.

E' a época da resistência liberal do 1º reinado. Figuram na cena política os mais avantajados talentos do Brasil — Vasconcelos — Honório, — Evaristo. São os primeiros lidadores naquele tempo.

A abdicação em 1831 mudou completamente a cena política. A liberdade constitucional triunfa, mas eu creio que foi por cedo que êsse triunfo não produziu o bem que devera. Entretanto o princípio liberal se reforça pelo poder, e tenta consagrar-se nas instituições; e parece incrível, o resultado foi muito inferior aos poderes de que dispunha então o partido liberal; as reformas, por precipitadas, tornaram-se na vida prática difícieis de execução, o govêrno tinha a vontade, porém faltava-lhe a fôrça. O pensamento ficou no espaço da intelectualidade.

O período regencial é uma cadeia de ameaças burladas pela impotência do govêrno, e divisão dos partidos, que se repartem em grupos de aspirações extraordinárias, porém, pobres de ação. Salvaram a monarquia e a integridade do Império.

A Academia de S. Paulo conferiu nestes tempos os primeiros graus de formaturas em Direito. Começa portanto a independência literária a dar seus primeiros e robustos rebentões. Então a Academia de S. Paulo era por assim dizer uma escola de girondinos, encorajada pelas circunstâncias especiais que se refletiam sôbre o govêrno do Império. As palestras, os clubes, as maçonarias e tôdas as sociedades, eram labaredas que requeimavam aquêles nossos primeiros estudantes de Direito. A agitação estava no país pela abdicação, e pelas idéias que a animavam e conservavam, nos livros que então serviam de roteiros em direito social naquela Academia. O impulso liberal de tudo triunfou, menos do direito existente e consagrado pelos séculos. Parece que houve patriotas, mas faltaram jurisconsultos, que teriam de aparecer com brilho e verdadeiro sucesso, educados em nossas academias. O corpo acadêmico era forte em número, ardente de patriotismo, e reunia em si filhos de tôdas as províncias do Império, que a vontade da conquista científica havia atraído à capital da província de S. Paulo. Nas vésperas da abdicação a cidade de S. Paulo era uma fornalha ardente, em que as paixões políticas se incandesciam ao sôpro do fogo da mocidade talentosa. O recinto da Academia mais de uma vez foi invadido pela turba entusiasta dos estudantes, que, convocados em assembléia política e deliberante, ofereciam à liberdade seus mais preciosos bens, e muito alto faziam ouvir seus protestos de liberdade, que o tempo veio modificar a respeito de uns, e condenar a outros como perjuros. Nos dias subseqüentes à abdicação a cidade de S. Paulo foi um verdadeiro altar da liberdade. Entoaram-se todos os hinos liberais, e correu-se a largo pano pelo mar imenso das

paixões políticas. Mas tôda esta festa era nobre, generosa, sincera, porque a mocidade, além de incorruptível, é sem cálculo.

Nestas primeiras convulsões políticas, nestas primeiras multidões de liberais, decididos a resistir à opressão — já se começavam a ver os primeiros traços do caráter e talentos extraordinários do homem que a morte tão cedo arrebatou dos primeiros postos do partido liberal.

O Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos foi um fiel e eloqüente pugnador da escola liberal. A sua virilidade deve-se considerar como a sagração de sua juventude. Entrou na vida pública como liberal, e desceu à tumba com o mesmo pensamento, confirmado e enrobustecido pela experiência e provações. E' um traço êste que bem carateriza aquêle notável caráter político, tanto mais apreciável, quanto é certo que difícil é a constância em um país ainda não constituido, e conseguintemente de reiteradas vacilações nas cousas e nos homens.

Curta, e bem curta foi sua peregrinação na terra; porém, nem assim faltam vivos vestígios de sua passagem, principalmente na província de S. Paulo, para cuja prosperidade concorreu tanto como outro qualquer de seus mais abençoados filhos.

Em novembro de 1836, com 20 anos de idade, recebeu o grau de bacharel em Direito. Em 1838 defendeu teses, e obteve o grau de Doutor, a fim de concorrer a uma cadeira vaga na Faculdade; porém o govêrno imperial anulou o mesmo concurso, e nunca mais o Dr. Gabriel voltou às pelejas acadêmicas, nas quais alcançou os mais assinalados triunfos, e bem merecidos louvores.

Logo depois de formado foi nomeado promotor público da capital; emprêgo que abandonou por delicados escrúpulos de sua bela alma. Exerceu igualmente com honra e inteligência superior o lugar de juiz de direito da capital.

Em 1840, ainda no verdor dos anos, foi eleito deputado provincial por S. Paulo, e tomou assento depois de longas disputas naquela assembléia, que, a pretêxto de lhe faltar a idade legal, tentava recusar-lhe a cadeira de legislador, que o povo lhe havia concedido. O motivo do ostracismo parlamentar a que seus adversários o queriam votar é uma de suas glórias.

A voz da justiça se fez ouvir, e os direitos do talento e do povo foram, como cumpria, respeitados. O Dr. Gabriel entrou na assembléia provincial.

A nomeação imperial para presidente de S. Paulo recaindo sôbre a pessoa do distinto e sempre chorado paulista Tobias de Aguiar, trouxe também a nomeação do Dr. Gabriel para seu secretário. Neste pôsto prestou relevantes serviços à sua província.

Desde aquela memorável época até a infausta de sua morte, teve sempre, salvo poucos intervalos, assento na assembléia provincial. Embora o exclusivismo dos partidos empregasse todos os meios para excluir seu nome, tão conhecido e ilustrado, das urnas eleitorais, o seu prestígio mais de uma vez triunfou dêstes injustos ódios e caprichosas exclusões, senão mesmo criminosas.

Em 1844 foi eleito deputado à Assembléia Geral, e o Brasil inteiro sabe quão honrosamente desempenhou êste mandato do povo, resistindo à fôrça em nome da lei, aos poderosos em nome dos abatidos, e à tirania em nome da liberdade.

Em 1848 foi reeleito. Dissolvida porém a Assemléia Geral naquela nefasta época, não voltou ao corpo legislativo na sessão que se seguiu, porquanto o país apresentava a feição triste da divisão entre vencidos e vencedores. Resistiu pela imprensa com artigos constantes pautados pela prudência, e animados pela convicção. Nesta arena era um lidador temível, contra o qual era possível e fácil a luta, porém não o triunfo.

O prelo da fôlha *Ipiranga* — trouxe a lume por muitos e inteiros anos, seus vigorosos artigos, em que a beleza da dicção, o fogo do patriotismo e o sentimento do liberalismo tinham suas mais belas e eloqüentes expressões. Êle sabia unir os descontentes, aplacar os ressentimentos dos amigos, animar os fracos, e conter os impetuosos, que levavam seus sentimentos à última escala de exageração, de modo a parecerem-se imprudentes, ou desesperados.

Sua saúde se foi consumindo como uma luz. Os poderosos e graves interêsses de um partido inteiro, a que estava unido de alma e coração, não lhe concediam tempo para refazer-se de fôrças.

Lutador que morreu na luta, e que jamais viveu para si. O seu grande porvir foi uma nuvem dourada, que o furacão da morte dissipou; e hoje resta a memória de sua alma, e o túmulo que encerra o seu esqueleto!

Era o Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos um consumado orador, de palavra bela e fluente, de variados conhecimentos, e de tão feliz expressão e gesto, que realmente seduzia e arrastava.

Recusou em 1848 a presidência da província de Pernambuco, e em 1857 a do Rio Grande do Sul, não por se esquivar dos serviços que como bom e leal cidadão devia à Pátria, mas por sentimento filial, que o possuia tão fino e delicado, quanto mais que era êle o centro de sua numerosa família, que o adorava.

Nunca esteve na alta administração, pelo que não se ofereceu oportunidade de firmar créditos de espírito prático; porém, a regular-se as grandes emprêsas pelas pequenas, deveria ter sido um distinto administrador. Elei-

to pelo povo da capital da província de S. Paulo vereador da câmara municipal, mostrou-se zeloso, ativo, e fez importantes serviços àquele município.

Acompanhou seus amigos com fidelidade e coragem na desgraçada revolução de 1842, sofreu o destino reservado aos vencidos, apresentou-se ao tribunal do povo para ser julgado, e foi absolvido, porque o povo não sabe condenar a consciência pura e o mártir da liberdade, que ainda que iludido estivesse, ou exagerado fôsse, não lhe passava pelo espírito senão o pensamento de vingar a lei fundamental ofendida.

Foi seu defensor o Dr. João Crispiniano Soares, verdadeiro amigo. O sábio jurisconsulto brasileiro advogou a causa da lei, da Pátria e da inocência na pessoa do distinto paulista Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, que um alvará de soltura restituiu à sociedade e aos amigos. Em 1854 foi nomeado pelo govêrno imperial lente da Academia Jurídica de S. Paulo; o filho ilustre daquela Faculdade envergou a veste do apostolado científico, e ensinou com proveito para a mocidade para o país, e para as letras jurídicas.

Em 1856 foi eleito deputado geral pelo círculo do Rio Claro, em sua província. A compressão dos vencedores tinha cessado, o país entrava em confraternização, seu nome não podia ser excluido das urnas eleitorais.

Em 1857 foi igualmente eleito deputado provincial por dois círculos eleitorais, o de Taubaté, e Rio Claro. Parece que o povo, descobrindo nos nevoeiros de um próximo futuro seu túmulo, se tornava solícito em lhe dar as mais solenes provas de confiança, dedicação e reconhecimento no derradeiro adeus pronunciado entre as aclamações da vitória eleitoral e uma sepultura.

Em 1858 a assembléia provincial o nomeou seu presidente. Os representantes da província estavam também animados dos sentimentos de que o povo dera espontâneas e sinceras expressões.

Aos 23 de maio de 1858 o imortal paulista restituiu ao Criador sua alma — vítima de um ataque apoplético. Seu crânio era acanhado para conter sua inteligência!

Nascido a 1º de abril de 1816, a Providência só lhe concedeu 42 anos de vida, de trabalho e dedicação por sua terra e pelo Imperador.

O luto cobriu a cidade e a província de S. Paulo! Bem pouco sobreviveu a seu amigo e correligionário Rafael Tobias de Aguiar que êle acompanhou na desgraça e na ventura.

Foram duas perdas irreparáveis. As cinzas do Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos descansam na santa terra da Igreja da Ordem Terceira

do Carmo da cidade de S. Paulo. Fechou os olhos na mesma terra em que os abrira; assim não acontecera ao ilustre paulista Rafael Tobias de Aguiar.

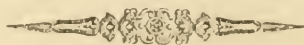
O destino, se não é caprichoso, é certo que se não explica — resignamo-nos à vontade daquele que é *senhor do mundo!*

Se os princípios liberais não fôssem os dogmas do culto político da geração atual, se a liberdade deixasse de ser a honra do indivíduo homem, e o poderoso elemento que anima e engrandece as nações de hoje; se no Imperio do Brasil a multidão não amasse nossa livre Constituição — seria para afrouxar aos mais crentes a cruel fatalidade que pesa sôbre o partido liberal em que a morte escolhe seus mais enérgicos e dedicados propugnadores.

Temos perdido em pouco tempo as mais belas esperanças e os mais sólidos prestígios. Desde os fundadores da Independência até o Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, se têm finado com saudades para todos os brasileiros — os nossos muito conspícuos políticos e estadistas.

A França, a Inglaterra e Alemanha vêem seus homens de Estado crescerem em glória e idade — até tocarem a uma velhice a todos os respeitos veneranda. Dupont de l'Eure assistiu a quatro revoluções, Lafayette dirigiu os batalhões do povo em 1789, e ainda em 1830 com uma palavra deu uma coroa. O gabinete de *S. James* e o parlamento inglês têm ufania de oferecer ao mundo político o belo espetáculo do govêrno do século atual pelos homens do século passado!

Entre nós não se vêem êstes homens, que a idade abatendo o corpo, entretanto fortifica o espírito. Nossos talentos como que morrem na madrugada da vida. Apenas começam a constituir sua influência, como principal elemento para a conquista do poder, a morte os arrebata!

Não se deve comparar a luta política na Inglaterra com a do Brasil; ali quatro gerações trabalham, levando cada uma sua pedra, a fim de estabelecerem um dia a independência de um de seus descendentes; cá, um só homem afronta tôdas as provações, sofre tôdas as vicissitudes, e em sua rápida carreira cura de fazer sua fortuna, e firmar seu crédito político.

Lith. de Mello Rio de Janeiro

BARÃO DE IGUARASSÚ

Barão de Iguarassú.

Barão de Iguarassú

Se um grande saber junto a uma probidade irrepreensivel, se o amor da pátria e a dedicação ao soberano, se enfim a reunião geralmente reconhecida de um belo caráter e de uma urbanidade tôda particular merecem uma lembrança histórica, ninguém tinha mais direito do que o Conselheiro DOMINGOS RIBEIRO DOS GUIMARÃES PEIXOTO de figurar na *galeria dos homens ilustres do Brasil.*

Lisonjeio-me, pois, eu que fui seu amigo, de ter a honra de referir esta vida tôda de abnegação e de trabalho, inteiramente dedicada ao alívio das misérias da humanidade.

O Dr. Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto nasceu em Pernambuco no dia 14 de agôsto de 1790, filho legítimo de Luís Ribeiro Peixoto dos Guimarães, e de D. Josefa Maria da Conceição Peixoto. Depois de ter feito suas humanidades na sua cidade natal, entregou-se ao estudo da medicina e da cirurgia, não sòmente sob a direção de seu pai, mas ainda seguindo os cursos de cirurgia nos hospitais.

No ano de 1810, desejando adquirir uma instrução mais completa, veio para o Rio de Janeiro, onde, depois de se ter matriculado na escola cirúrgica desta côrte, entrou como aluno interno no extinto hospital militar; apenas tinha concluido o curso de anatomia e fisiologia, foi encarregado (sem ordenado nem gratificação) da instrução médico-cirúrgica dos pensionistas que por ordem do Senhor D. João VI foram mandados vir da Costa da África, e a êstes explicou um curso completo de anatomia e fisiologia.

Em 12 de maio de 1812 teve carta de cirurgião na conformidade da lei; e em 1813 foi nomeado 2º cirurgião do sobredito hospital, continuando no ensino dos sobreditos pensionistas.

Impelido pelo desejo de aumentar sua instrução, conseguiu, na qualidade de 1º cirurgião, dirigir-se a Coimbra, passando a Lisboa na nau *Meduza* em 1815. A consideração pública, de que se viu então investido, consolou-o um pouco de não ter efetuado a sua viagem à Europa.

Em 1817 foi nomeado cirurgião da casa real, em 1820 cirurgião da real câmara. Estas duas últimas distinções lhe foram tanto mais caras, que foram devidas ao favor do Senhor D. Pedro I, então príncipe real.

Foi a partir desta época que a proteção dêste príncipe magnânimo imprimiu no coração do Dr. Peixoto sentimentos de gratidão e de veneração, aos quais conservou-se fiel tôda sua vida, como teve muitas ocasiões de o provar.

Um incidente de que foi vítima o príncipe real teve uma grande influência na carreira do Dr. Peixoto. S. A. Real, ao chegar à tribuna da capela por ocasião de uma festividade, se feriu no lado esquerdo da testa, com um varal de ferro que sobre êle caiu casualmente, fazendo um talho e interessando tôda a espessura da pele, no comprimento de uma polegada. Chamado para socorrê-lo, o Dr. Peixoto preveniu as conseqüências, ordinàriamente tão graves, em uma parte tão melindrosa, e obteve uma cicatriz regular sem deformidade.

Depois desta época foi encarregado de tratar a família real, assim como S.M. a Imperatriz, cada vez que o não podia fazer o Barão de Goiana. Estas relações tornaram-se de mais a mais estreitas e freqüentes, e quando morreu o dito Barão, foi êle quem lhe sucedeu em todos os seus cargos.

Em 1821 foi condecorado com o hábito de Cristo, e agraciado com o fôro de cavalheiro e fidalgo.

Um notável acontecimento ocorreu em 4 de fevereiro de 1822, e foi o falecimento do Príncipe de Beira, o Senhor D. João Carlos. Pelos movimentos políticos de então, achando-se S.M. a Imperatriz grávida, julgou o Imperador acertado remover a família para a Fazenda de Santa Cruz, donde em poucos dias voltou com o Príncipe gravemente doente de febre nervosa com convulsões, às quais sucumbiu na idade de 10 meses e 8 dias. O Dr. Peixoto recebeu a honrosa missão de o embalsamar.

No mesmo ano no dia 11 de março teve lugar o feliz nascimento da princesa imperial; e pôsto que o Barão de Goiana tivesse sido encarregado de a receber, o seu mau estado de saúde obrigou S. M. o Imperador a convidar o Dr. Peixoto para o parto; alta prova de sua estima e confiança para com êle, confiança que nunca desmentiu, como se pode ver nas instruções por escrito que deixou ao Dr. Peixoto, relativamente a seus augustos filhos, quando deixou o Brasil.

Em julho de 1823 vindo pela chácara da Joana deu o Imperador uma grande queda de cavalo, com fratura de duas costelas; o Dr. Peixoto o tratou por espaço de um mês pouco mais, cabendo-lhe igual honra na ocasião em que Sua Majestade se feriu no pé com a própria espada, quando em exercício de tropa no campo de S. Cristóvão.

Em agôsto de 1824 nasceu felizmente a Princesa a Senhora D. Francisca, e o Dr. Peixoto teve a distinta honra de a receber, sendo remunerado com a mercê de fôro de fidalgo cavalheiro.

No mesmo ano foi nomeado cirurgião-mor do Império, e em 23 de fevereiro de 1825 recebeu o título de conselho.

A 2 de dezembro de 1825 nasceu S. M. o Imperador, hoje reinante; ao Dr. Peixoto coube a muito prezada honra de o aceitar em suas mãos, e S. M. o Imperador em seu júbilo de ter um herdeiro varão, não julgou poder dar-lhe maior prova de satisfação, do que abraçá-lo em público; e para tornar esta homenagem mais honrosa, quis que a Imperatriz lhe concedesse o mesmo favor, sendo então agraciado com comenda da ordem de Cristo.

No ano de 1826, êle acompanhou SS. MM. II. na viagem que fizeram á Bahia.

O dia 11 de dezembro do mesmo ano foi fatal pela morte de S. M. a Imperatriz: a profunda aflição que esta perda tão inesperada causou ao Dr. Peixoto, reacendeu em seu coração o antigo projeto de ir formar-se na Europa. Dirigiu pois ao Imperador a sua petição, e obteve a graça da licença, e endurecendo o seu coração sôbre os laços de sua família, partiu com destino a Paris em 16 de setembro de 1827.

Conhecendo a pureza de suas intenções, dignou-se S. M. o Imperador ajudar os seus esforços com a sua proteção, dando-lhe a pensão de 600$000 réis anuais até concluir a sua formatura, com os vencimentos de todos os seus empregos. Enfim os seus votos estavam cumpridos, habitava Paris, centro de tôdas as ciências e de tôdas as ilustrações.

Freqüentava as escolas com a maior assiduidade, notava-se a sua cabeça branca em todos os cursos, assim como em tôdas as clínicas; os professores não contentes de acolher à porfia, o designavam á mocidade estudiosa como um modêlo a seguir.

Freqüentava também os salões dos mais célebres professores, e foi num dos saraus do ilustre Cuvier que tive a honra de o conhecer.

Chamado a Paris por um augusto sufrágio, eu esperava que a alta posição que eu ia ocupar, deixasse tempo de me entregar aos grandes estudos que me impunha a futura publicação da biblioteca-cirùrgica-poliglota; mas assim como o Dr. Peixoto, eu não tinha contado com as revoluções.

De há muito recebia êle desfavoráveis noticias do Brasil, cujo horizonte político se cobria de nuvens. Já lhe tinham tirado a pensão que devia à munificência do Imperador, assim como o lugar de cirurgião-mor do Império e os ordenados correspondentes.

O Imperador sempre grande, sempre grato, deu de seu bolsinho a pensão de 800$000 que lhe foi regularmente paga, até que se formou. Du-

rante a sua residência em Paris, recebeu o oficialato da ordem da Rosa, como prova de sua dedicação e dos seus serviços. S. Exa. o Sr. Marquês de Rezende, plenipotenciário encarregado de receber a rainha de Portugal, o induziu a ir esperá-la em Gênova, onde devia arribar; esta viagem foi inútil, por ter S. M. aportado à Inglaterra; foi contudo útil à ciência: durante a sua assistência em Gênova, o Conselheiro Peixoto teve numerosas conferências com o conselho superior de saúde sardo, sôbre as questões das quarentenas.

O Conselheiro Peixoto apresentou uma tese que fez sensação; tratava de medicamentos pouco conhecidos, ou ignorados na Europa; o Dr. Alibert fez-lhe elogios que muito o deviam lisonjear; mas o que foi para êle um prêmio muito mais elevado, foi a viva e sincera amizade que lhe tinham os Drs. Dubois pai e filho, A. Richard, os dois Cloquet, e sobretudo Orfila, de quem era muitas vezes comensal.

O Dr. Lisfranc o tratava com uma cordialidade rara, de que lhe deu provas públicas.

Deixou Paris, levando consigo a amizade e a estima de todos que o conheceram. Por mim nunca esquecerei seu belo proceder, nem suas vivas instâncias para que eu o acompanhasse ao Brasil; mas não previa então que eu aqui viria sem poder gozar de sua amizade e proteção.

Arrebentando a tormenta revolucionária, o Imperador abdica e se retira a bordo de um navio inglês.

Nada detém o Conselheiro Peixoto, e passando impassível pelo meio de uma multidão exaltada por êsse recente sucesso, dirigiu-se a bordo do navio em que estava o Imperador, que entre lágrimas e soluços lhe agradece esta nova prova de afeição, recomendando-lhe de não abandonar os seus augustos filhos. A multidão respeita a sua volta, como o fizera no momento em que ia pagar êste piedoso e último tributo àquele que tinha sido seu constante Mecenas.

A Regência não podia ficar indiferente às provas de saber e de dedicação que acabava de dar o Conselheiro Peixoto, salvando em 1833 a vida ao Senhor D. Pedro II, atual Imperador, pois que num ofício muito conhecido, para que seja mister referir aqui, apressou-se em felicitá-lo oferecendo-lhe uma recompensa pecuniária.

Esta oferta foi recusada com extrema delicadeza, e o Conselheiro Peixoto contentou-se com o título de 1.º medico de S. M. e da família Imperial, impondo com condição absoluta que êste título nenhum honorário lhe traria até à maioridade de S. M.

Em 1841 foi agraciado com o título de oficial-mor honorário.

Enfim o último e não pequeno serviço que terminou esta brilhante carreira, foi o de haver recebido em 23 de fevereiro de 1845 o filho do monarca, que êle mesmo recebera, quero dizer o Príncipe Imperial D. Afonso, pelo que foi agraciado com o título de BARÃO DE IGUARASSU.

O BARÃO DE IGUARASSU exerceu durante mais de vinte anos a cadeira de Fisiologia, e aí estão os seus numerosos alunos que mais alto falam do que eu o posso fazer, e que todos de comum acôrdo confessam, que a benevolência com que tratava sempre a mocidade, era igual à sua eloqüência e profunda sabedoria.

Além dos numerosos documentos esquecidos na Secretaría do Império, deixou um volumoso manuscrito sôbre Fisiologia, que aguarda ainda as honras da publicação.

Foi por várias vezes diretor da Escola de Medicina. Haverá quem ignore os extraordinários esforços, os trabalhos imensos de que necessitou, a princípio, semelhante estabelecimento? Haverá quem ignore que até o dotou com estatutos feitos por êle, e impressos à sua custa, e que para sustentar a dignidade desta sua filha, sempre deixou de lado amizades, considerações e interêsses particulares?

Seus serviços à humanidade foram bastante apreciados em tôda esta cidade, e mormente na Santa Casa de Misericórdia dessa côrte, já como facultativo, já como digno irmão, e duas vezes provedor, constituindo-se credor do maior respeito e gratidão. Faleceu no dia 28 de abril de 1846.

A vida do Barão de Iguarassu foi a de um homem de saber, de probidade e de coração. Não faltou para sua felicidade e de sua família, senão mais alguma firmeza, mais pertinácia na sua resistência aos esforços da inveja, e do ciúme, sempre sentados no degrau do trono.

Em posição científica nada tinha a invejar; até hoje nenhum médico brasileiro pôde lisonjear-se de ter sido, como êle, médico correspondente da Academia Imperial de Medicina de Paris, da sociedade de Medicina da Emulação, da de História Natural, e de Química Médica da mesma cidade, do Instituto Histórico, da Sociedade das Ciências, Belas Letras, e de muitas outras sociedades sábias.

Aquêles que o conheceram, lamentaram a sua morte, e ainda hoje conservam dele uma honrosa lembrança.

DR. CH. J. F. CARRON DU VILLARDS

Marquês de Baipendi

Povo esquecedor somos nós, e se daí nos provém a vantagem das fáceis reabilitações, de modo que o passado, ainda o de ontem, não é obstáculo para ninguém, tambem daí nos provém a desgraçadíssima perda das lições da nossa história, que tão úteis poder-nos-iam ser; e, o que ainda é pior, perdemos a recordação dos grandes serviços, dos grandes merecimentos..., e isso nos dá certa feição de ingratos, que cumpre repelir.

Seja isso devido à rapidez com que entre nós se alteram as gerações, como deve acontecer em um povo que constantemente recebe da imigração novos elementos, ou seja devido à rapidez com que os fatos nos impelem para diante, impedindo-nos de olhar para trás, a fim de prestar ao passado o culto e o reconhecimento que lhe são devidos, o certo é que o ontem da sociedade brasileira está tão longe do hoje dela, que já, dos que ainda se lembram dos grandes cidadãos que presidiram ao nosso nascimento político, aos primeiros esforços de nossa organização, dêsses mesmos que ainda disso se lembram, poucos os apreciam devidamente, poucos se colocam nas circunstâncias em que se êles acharam, poucos refletem nas dificuldades com que lutaram; poucos dizem: "Se temos pátria, se no dia da nossa independência não caímos nesses abismos de miséria em que tantos povos foram arrojados, a esses nossos compatriotas o devemos: honra e glória a êles."

E quando a morte leva para melhor mundo algum dêsses veteranos da pátria, a pena de algum jornalista, dando tréguas às questões do dia, escreve uma pálida necrologia, às vêzes dela se encarrega algum amigo..., e quando essa necrologia tem ocupado um cantinho de algum periódico pensa-se que está pago o tributo devido ao ilustre morto! Pensa-se que essa voz que lhe manda uma fria saudade saldou tôdas as contas, e que nada mais lhe deve a posteridade!

Ao distinto Marquês de Baipendi outro tanto por certo não aconteceria se a pena que da sua biografia se encarrega fôsse mais digna dela, e o estilo da obra igualasse o sentimento de profunda veneração que lhe consagra quem, colocando-se no meio da inexperiência de então, devidamente aprecia a sua superioridade.

Na cidade de São João del-Rei, em 8 de setembro de 1765, nasceu MANUEL JACINTO NOGUEIRA DA GAMA (MARQUÊS DE BAIPENDI). Oriundo de antiga e distinta família de servidores do Estado, teve de seu avô e de seu pai exemplos de dedicação à pátria que nunca esqueceu nem marcou.

Seu pai, Nicolau Antônio Nogueira, que se esposara na cidade de São João d'el-Rei com D. Ana Joaquina de Almeida e Gama, de distinta família, sendo alferes de ordenanças da mesma cidade, mal tem notícia de se acharem ameaçadas as fronteiras, reúne o corpo em que a fôrça moral e o amor dos cidadãos lhe dão o comando, e marcha nos anos de 1776 e 1777 para São Paulo, na distância de 160 léguas, recusando, com o nobre paterno exemplo, indenizações e galardões.

Com tais exemplos alimentado, logo nos seus primeiros anos, o jovem Manuel Jacinto mostrou que em inteligência, em fôrça, de ânimo, em tôdas as virtudes do homem e do cidadão, continuaria e aumentaria o tesouro da família.

A êsse tempo, bem que, como colônia, atrasadíssimo se achasse o Brasil em tudo quanto era cultivo intelectual, a província de Minas Gerais estava em grau de desenvolvimento de que fácil explicação nos dão a riqueza do seu ouro e dos seus diamantes, e o cuidado especial que da metrópole por isso recebia: as letras pois aí eram, não só cultivadas, senão honradas, e a existência de tantos poetas, e entre êles o imortal José Basílio da Gama (primo de Manuel Jacinto), dão documento dêsse asserto. O menino freqüentou com assiduidade e proveito êsses estudos, e tanto que aos 19 anos incompletos, tendo ido para Portugal a fim de continuar em Coimbra a carreira das letras, e achando-se desprovido de recursos pecuniários pelas dificuldades das comunicações e das remessas de fundos, conseguiu em Lisboa sustentar-se com o produto do seu trabalho inteligente e paciente por espaço de dois anos.

Como Rousseau, teve de copiar música para viver. Por fim chegaram-lhes os paternos auxílios, e o jovem laborioso, que lutara com a miséria e a vencera, pôde ir à Atenas Portuguêsa fortificar a sua inteligência.

Matriculado nas faculdades de Filosofia e de Matemática da Universidade de Coimbra, começou os seus estudos com tanto brilho, que, tendo-o o infortúnio de novo perseguido, achando-se destituido de auxílios paternos por haver a fortuna de seu pai sido comprometida na fiança de um arrematante de dízimos que se deixara alcançar, achou o jovem Manuel Jacinto fruto imediato da sua aplicação. Lições particulares que dava a seus colegas, mais felizes, porém, menos estudiosos, o habilitaram não só para viver sôbre si e continuar seus estudos, senão até para mandar ao Brasil à sua famí-

Berendier pinx. Lith de Mello Rio de Janeiro A Sisson Lith

MARQUEZ DE BAEPENDY

Marquez de Baependy

lia alguns tênues auxílios que ao menos lhe serviam para provar-lhe que seu filho não sofria as privações da miséria, e assim lhe minoravam as mágoas da saudade. Insaciável de trabalho, não lhe bastavam as doutrinas do curso de filosofia e do de matemática; aprovado, premiado em todos os anos ainda quis mais, e matriculou-se na Faculdade de Medicina, de que freqüentou o primeiro e o segundo anos com geral aplauso.

Foi então a sua carreira escolar interrompida: inesperadamente, e sem que o requeresse, recebeu, por decreto de 16 de novembro de 1791, a sua nomeação de lente substituto de matemática da Academia Real de Marinha em Lisboa, e aí teve de exercer o professorado até 1801.

Nesse período, honras e distinções o vieram procurar, e a par delas a amizade e estima de pessoas da maior consideração. Em 16 de dezembro de 1793 foi promovido a 1º tenente da marinha, em 20 de outubro de 1796 a capitão-tenente, e em 23 de julho de 1798 a capitão de fragata; cavaleiro de São Bento de Aviz, professou em 20 de novembro de 1795.

Entre as pessoas cuja amizade então o acolheu, cumpre mencionar o ilustrado ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho (depois conde de Linhares), que em tão alta consideração tinha a inteireza e as luzes do lente de matemática, que até ao último instante o apregoou como seu melhor amigo. Dessa amizade utilizou-se Manuel Jacinto, menos em benefício próprio do que para dar expansão ao seu espírito generoso e benfazejo, especialmente para com aquêles seus patrícios que, longe da pátria, mais necessitavam de proteção. Na escola da desgraça tinha Manuel Jacinto aprendido a condoer-se dos desgraçados. Dentre os que aproveitaram os benefícios do seu distinto compatriota, só apontaremos o Conselheiro José de Rezende Costa, que, envolto com seu pai no famoso processo da *inconfidência* e desterrado para Cabo-Verde, foi agraciado e empregado no erário de Lisboa, donde ao depois passou para o do Rio de Janeiro.

Ainda no meio dessas prosperidades, a desgraça o não deixou tranqüilo: seu irmão mais velho, Antônio Joaquim Nogueira da Gama, que com êle fôra do Brasil doutorar-se em Coimbra, mal acabava de tomar o capelo na Faculdade de Medicina, quando faleceu, deixando em suma pobreza sua viúva e seis filhos menores. Não obstante seus poucos recursos pecuniários, teve Manuel Jacinto de acudir às necessidades de sua cunhada e de seus sobrinhos, a quem enviou para Minas ao seio de sua família, continuando a dar à viúva uma mesada, em Coimbra, enquanto existiu.

Despachado no 1º de junho de 1801 inspetor geral das nitreiras e fábricas de pólvora de Minas Gerais, e ao mesmo tempo deputado da junta de mineração e moedagem e secretário do govêrno, teve de deixar a sua cadeira de lente de matemática. Foi logo depois, no 1º de outubro, nomeado

deputado da junta da Real Fazenda na mesma província, então capitania, declarando-se vitalício em sua pessoa o lugar de secretário do govêrno.

No entretanto, querendo o govêrno da metrópole ainda aproveitar-se em Portugal dos talentos do nosso distinto compatriota, nomeou-o, em 12 de novembro do mesmo ano, ajudante do intendente geral das minas e metais do reino, no curso docimástico da casa da moeda; e aí estabeleceu êle o laboratório químico, e igualmente encarregou-se da construção das nitreiras artificiais em o Braço de Prata, e delas foi nomeado Inspetor.

Promovido em 9 de fevereiro de 1802 a tenente-coronel do corpo de engenheiros, pediu e obteve, em 2 de julho de 1803, a sua demissão de secretário do govêrno de Minas Gerais, lugar que não chegou a exercer, e em 24 de setembro do mesmo ano foi nomeado deputado e escrivão da junta da Fazenda da dita província. Em março seguinte pôde voltar para sua pátria, a cujo progresso de então por diante teve de consagrar um espírito cultivado por diuturnas locubrações, fortificado pelo sofrimento, e cheio da mais acrisolada dedicação.

Prosseguindo na sua carreira administrativa, sempre estimado e coadjuvado na razão do seu zêlo pelo serviço público, apesar da relutância que à sua posse opôs, sob o mais frívolo pretexto, o capitão general Pedro Maria Xavier de Ataíde, e que o obrigou a voltar a Lisboa, donde regressou em julho de 1806, foi sustentado no emprêgo pelo príncipe Regente e pelo seu ministro, o sempre memorado Luís de Vasconcelos e Souza.

Nesse emprêgo, que começou a exercer em 27 de setembro do mesmo ano, mostrou quanto pode um espírito esclarecido junto a um caráter íntegro e a um coração generoso. Pelo estado em que ainda hoje entre nós se acham a fiscalização, a arrecadação das dívidas do Estado e a cobrança dos impostos, pode-se fazer idéia do que seriam elas em 1806, em uma província central da colônia. A êsse estado procurou-a arrancar Manuel Jacinto, e sem queixumes nem relutâncias o conseguiu grande parte.

Tanto aí se distinguiu, que em 1808, criado no Rio de Janeiro o real erário, foi chamado para nele desempenhar as funções de escrivão. Então começou essa série de imensos e inapreciáveis serviços, que só poderão ser compreendidos por quem atender às circunstâncias do tempo, a falta de homens, e aos interêsses filhos do abuso e da prevaricação, que de tropel iam achar-se ofendidos pelo gênio fiscalizador e sistemático do nosso distinto patrício.

Estreou êle não só com os seus conselhos quanto à administração, senão apresentando um douto e bem deduzido parecer acêrca dos melhoramentos exigidos para a cobrança das rendas e fiscalização da despesa. Levado ao conhecimento do Príncipe Regente em 1812 êsse plano, foi por êle muito

aprovado. Mas se recebeu Manuel Jacinto essa honra, teve em compensação os ódios e rivalidades de quantos sugavam a substância do Estado, que queria êle salvar para ser aplicada ao serviço público. Sobranceiro porém a esses ódios, a essas inimizades, nem por amor delas sentiu Manuel Jacinto arrefecer o seu zêlo, nem por vingança perseguiu os que o hostilizavam; antes, generoso, salvos os públicos interêsses por êles ofendidos, procurou adoçar-lhes o rigor das suas destituições.

Enquanto na carreira administrativa assim prosseguia, era chamado a prestar outros serviços, e indefesso sempre acudia ao reclamo. Instalada em 1811 a Real Academia Militar (que depois de tantas transformações e mudanças de nome ainda subsiste sem grande alteração no essencial), foi êle nomeado deputado da junta que a devia dirigir, e inspetor das suas aulas, lugar que serviu sem estipêndio até ao ano de 1821.

A par dos serviços, não lhe foram escassos os galardões honoríficos. Promovido a coronel do corpo de engenheiros a 4 de julho de 1808, foi em 6 de fevereiro de 1818 nomeado brigadeiro graduado; em 8 de junho de 1819 obteve a efetividade dêsse pôsto, reformando-se em 11 de dezembro de 1822 no de marechal de campo. Comendador de Aviz em 31 de maio de 1809, obteve em 10 de março de 1814 o título do conselho, e em 18 de janeiro de 1815 o fôro de fidalgo cavaleiro.

Nessa posição se achava Manuel Jacinto Nogueira da Gama, quando o movimento político que agitou em 1820 a Europa, e que ao mesmo tempo envolveu a Itália, a França, a Espanha e Portugal, propagou-se ao Brasil, único de todos êsses países que teve de dever-lhe benefícios reais e progresso, pois deveu-lhe a constituição e a independência.

A agitação das idéias, a efervescência dos espíritos então dominantes não podiam deixar de tirar um cidadão da importância e do merecimento de Manuel Jacinto da esfera administrativa em que até então se havia circunscrito o seu zêlo ativo e patriótico, e de aproveitá-lo para coisas ainda maiores e mais úteis. A vida política se lhe abriu.

Em 23 de fevereiro de 1821 foi nomeado secretário e deputado da junta que com os procuradores das câmaras do Brasil devia tratar das leis das côrtes de Portugal e dos melhoramentos úteis ao Brasil. Em 4 de abril passou a ter exercício no conselho da Fazenda, para o que pediu e obteve a sua exoneração das funções que exercia no real erário, em que ao depois só interveio em 21 de fevereiro de 1822 como membro da comissão encarregada de seu exame, e posteriormente e por diversas vezes como ministro da Fazenda e presidente do Tesouro público. Em 21 de abril de 1821, eleitor da freguesia de S. José, assistiu a essa trágica reunião dos eleitores na praça do comércio.

Não é da nossa tenção escrever aqui a história política de nossa pátria; abstemo-nos portanto de apreciar os acontecimentos, de explicá-los nas suas causas; sòmente os indicamos em tudo quando neles se achou envolto o nosso distinto compatriota, contentando-nos com dizer que sua voz ilustrada e eloqüente, intérprete de uma opinião conscienciosa e despida de ambições, nunca serviu uma só idéia de desorganização, nunca favoreceu a demagogia; nunca porém também sacrificou a causa do progresso humanitário para a liberdade.

Deputado pela provincia do Rio de Janeiro à assembléia constituinte, que como se sabe, foi o centro de reunião de todos os homens conspícuos de que então se gloriava a nossa pátria, e a quem, ainda virgem de cabalas e trapaças eleitorais, o povo congregava para que lhe dessem, o que a sua inexperiência desejava, uma sábia constituição política. Manuel Jacinto, precedido pelo seu nome, pelos seus serviços, não podia deixar de para logo ocupar eminente posição, especialmente como financeiro. Tanto se distinguiu, que daí a três meses, em 17 de julho de 1823, foi chamado ao ministério da Fazenda e à presidência do Tesouro público.

Em época tão calamitosa, o poder poucas condições de estabilidade oferecia, o país poucos elementos de grandeza apresentava: achar meios de acudir ao serviço público, de satisfazer tôdas as exigências que apareciam, era o mais que ao Ministro da Fazenda era dado; nem então lhe era possível conceber e menos realizar grandes planos. Manuel Jacinto o compreendeu, e, ministro, continuou a obra de organização a que, anos antes, havia pôsto peito.

Infelizmente a agitação demagógica impelia o país para a sua ruína; a assembléia constituinte não sabia segregar-se dela; em luta direta com o poder, atacando-o no seu princípio, colocava-o na necessidade de salvar-se por um golpe de Estado. O Ministro da Fazenda e quatro dos seus colegas não quiseram aceitar a responsabilidade moral dêsse ato, e renunciaram as pastas dois dias antes da dissolução da constituinte.

Dissolvendo porém essa assembléia, que, como tôdas as constituintes, era, apesar da ilustração dos seus membros, incapaz de cumprir a sua missão e de subtrair-se ao domínio das facções, o chefe do Estado havia prometido aos povos uma constituição: cumpria mostrar-lhes que a dissolução não havia sido uma agressão à liberdade nem uma falta à fé jurada, mas simplesmente um recurso extremo contra abusos legalmente irreprimíveis e inevitàvelmente funestos: foi pois em 13 de novembro nomeado Conselheiro de Estado o ex-ministro Manuel Jacinto, e coube-lhe a glória de ser um dos autores e signatários dêsse pacto fundamental a que deve a nação brasileira a

diuturnidade da sua duração e a garantia das suas liberdades. Por êsse serviço condecorou-o a Coroa com a dignitária da ordem imperial do Cruzeiro.

Por carta imperial de 15 de outubro de 1825 foi-lhe conferido o título de Visconde de Baipendi com as honras de grandeza, e foi pouco depois, em 21 de janeiro de 1826, chamado de novo ao ministério para a repartição da sua especialidade, a da Fazenda. Em 12 de outubro do mesmo ano obteve o título de marquês.

Infelizmente só conservou o poder um ano: no meio das intrigas e manejos da época, persuadindo-se que não gozava de suficiente confiança da Coroa, por não haver ela querido aceder do desejo, por êle mostrado, de reformar a alfândega, contra a qual tantas e tão fundadas acusações eram geralmente dirigidas, pediu em 19 de outubro a sua demissão; não lhe foi porém ela concedida, e teve o dedicado e leal servidor de continuar ainda três meses contra a vontade nessa posição, em que, vítima de tantos enredos, não lhe era dado servir, como entendia conveniente, o monarca e a pátria. Enfim, em 15 de janeiro de 1827, conseguiu retirar-se do ministério com os seus colegas, marqueses de Caravelas, de Paranaguá e e Inhambupe.

Retirando-se porém do poder, não arrefeceu o seu zêlo pelo serviço do país e devoção ao Imperador: no conselho de Estado, os seus votos, os seus pareceres escritos e luminosamente deduzidos, de acôrdo com os ditames da sã política, se nem sempre infelizmente foram seguidos, aí estão todavia para mostrarem que, se o êrro dominou, não foi por não haver quem apontasse a verdade. Entre êsses pareceres faremos sobressair o em que aconselhou a reprovação dêsses empréstimos de Londres que com tão funesto encargo oneraram as finanças do país, e tantos pretextos deram aos clamores contra o govêrno de então. Não menos importante é o que deu sôbre as questões suscitadas pela morte d'El-Rei o Sr. D. João VI e pelo chamamento do Imperador do Brasil como D. Pedro IV ao trono português. E por fim, em anos posteriores, quando o espírito revolucionário, já senhor das massas populares, impelia a câmara temporária, onde dominava, contra o Senado e o princípio conservador, quando a crise precursora do sete de abril se apresentou, o seu voto aconselhando ao poder que se circunscrevesse na restrita esfera de sua ação legal, mas nela cumprisse enérgico a sua missão constitucional e firmasse a independência e ponderação dos dois ramos do poder legislativo, o seu voto, dizemos, se houvesse sido adotado, talvez nos tivesse poupado os desastres de uma revolução.

Apresentado em 1826 em lista tríplice para senador pelas províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, foi escolhido por aquela, e tomou assento logo na instalação do Senado, nesses bancos a que tanto realce soube dar.

Entretanto iam correndo os tempos, e os esforços revolucionários, mal contrariados pela ação inexperiente e frouxa do govêrno, tinham chegado ao seu ponto: a revolução estava madura; só lhe faltava um oportuno ensejo, e os seus planejadores o procuravam com todo o afã. Verificaram-se as fatais ocorrências de março de 1831; o monarca que em frente delas julgou possível acomodar a oposição organizandc um ministério de sua confiança, sentiu que nem assim a satisfaria, e organizou outro gabinete em vista de reprimir as tendências revolucionárias que ameaçavam a sociedade. Desse gabinete, organizado na noite de 5 de abril, fez parte, como ministro da Fazenda, o Marquês de Baipendi.

Mas a revolução estava em campo: seus autores, receando perder os elementos que haviam congregado, acolheram a notícia da organização do novo ministério com o rompimento de há muito preparado.

A parte que nos últimos acontecimentos do reinado do magnânimo fundador do Império coube ao nobre Marquês de Baipendi, o que houve contra o seu conselho, ou conforme com êle, nessas ocorrências que precipitadas se aglomeraram no dia e na noite de 6 de abril de 1831, poder-nos-ia mais de espaço ocupar; fácil nos seria recompor essas cenas íntimas em que a timidez lutava com a dedicação, e os mais nobres pensamentos eram contrastados por frio desânimo; deixemos porém à história o que à história pertence, e, biógrafos, digamos sòmente que em todos os momentos, que equivaliam a séculos, dêsse dia fatídico, o nobre marquês não desmentiu um só instante a sua refletida lealdade, a sua inteligente dedicação à Pátria e ao Imperador.

No dia da abdicação, na presença dessa grande prova de ingratidão dos povo, o nobre Marquês como que deu por finda a sua missão política. Vítima dos furores revolucionários, como ex-ministro, apontado às calúnias mais torpemente inventadas, insultado o seu domícilio, o prestante brasileiro apenas reuniu os seus esforços aos alguns amigos da ordem que procuravam neutralizar com a propagação das sãs doutrinas o espírito da irrefletida destruição de que se achavam possuídos os revolucionários.

Para justificar a revolução, os dominadores da época trataram de formular acusações contra os ex-ministros do Imperador: o Marquês de Baipendi foi um dos escolhidos, e para honra sua aí está essa acusação em que o espírito sagaz do ódio político, pesquisando uma longa vida ministerial, em uma pasta de tão complicados quão graves negócios, apenas achou para base do crime de prevaricação um fato meramente administrativo e da maior insignificância. Firme na sua consciência, o nobre Marquês respondeu vi-

toriosamente a tão injusto projeto de acusação. E de fato tão injusto era êle, que a própria comissão encarregada de examinar a acusação a desprezou pelo seu nenhum fundamento, o que foi aprovado pela Câmara dos Deputados em setembro de 1831.

Não podendo lutar contra a torrente, o nobre Marquês retirou-se da vida política: se comparecia no Senado, se com o seu voto ainda disputava algum dos grandes princípios de ordem à conquista revolucionária, se defendeu a constituição do Império contra os ataques dos seus reformadores, nunca mais ocupou a tribuna; sua voz eloqüente emudeceu.

A causa porém da monarquia constitucional brasileira tinha de ser salva. O ano de 1836 viu ressurgir poderoso, ilustrado e unido o partido que reagiu contra os erros revolucionários; logo no ano seguinte foi o nobre marquês eleito vice-presidente do Senado, e como tal teve de reger em tôda essa sessão os trabalhos de tão importante câmara; no ano de 1838 foi eleito seu presidente.

De posse da plenitude do poder executivo e moderador, o Senhor D. Pedro II, por ocasião da sua coroação em 18 de julho de 1841, galardoou o velho e constante servidor da monarquia brasileira, o ministro fiel e amigo de seu Augusto Pai, com a Grã-Cruz da Ordem da Rosa.

A vida política, a vida ativa e de trabalho do nobre Marquês estava acabada; seus dias continuaram ainda alguns anos a deslizarem-se no seio do sossêgo e da ventura doméstica de que era tão digno, e se ainda, não obstante a sua idade aparecia entre os anciãos da pátria, se ainda pôde com o seu voto sustentar algumas vêzes a causa de tôda a sua vida, já não era senão o venerando representante do brasileiro distinto que tão alto havia elevado o seu nome. No meio dessas vicissitudes dos tempos, e dessas modificações de caracteres, de opiniões e de princípios, que tão infeliz conseqüência são da fraqueza humana na vida política, ao nobre Marquês cabe uma glória: seu caráter, suas opiniões foram sempre os mesmos, os seus votos nunca se desmentiram; nunca em sua longa existência política houve um passo que lhe deixasse a amargura do arrependimento.

No meio dessa existência tão ativa, tão cheia, o nobre Marquês, ainda conservando essa previdente generosidade que nas lutas da sua mocidade com a probreza se havia acrisolado, teve a lembrança da fundação de um montepio, espécie de associação mútua em que os pais de família menos abastados, e a quem era tolhido economizar um patrimonio para seus filhos, pudessem com alguns fracos sacrifícios comprar para suas famílias parca, porém segura subsistência. Em junho de 1825 ofereceu êle ao Senhor D. Pedro I um projeto para a fundação de um montepio geral para as famílias

brasileiras; já anteriormente havia oferecido um para as famílias dos militares. Aquêle interessante trabalho foi apresentado no Senado em 26 de agôsto de 1834, e dêle posteriormente resultou o instituto que aí temos com o nome de Montepio Geral dos Servidores do Estado, cuja idéia é atribuida a outrem, realizando-se assim ainda uma vez o famoso dístico de Virgílio... *sic vos non vobis*...

Na vida do nobre Marquês pode-se considerar o homem privado e o homem público; e neste podemos ver — o homem de estudo e de magistério, — o homem de administração, — e o homem político, e em todos esses aspectos pode o Brasil ufanar-se de tão distinto filho, e apresentá-lo como modêlo.

Homem político, em uma época de luta com a desorganização revolucionária, quando os mais funestos absurdos eram reconhecidos como princípios e até proclamados como axiomas, teve êle na sua inteligência fria e calma, no seu coração cheio de lealdade e de devoção, meios de premunir-se contra todos os erros, e, convencido que só sob a égide da autoridade pode vigorar a liberdade, nem um só momento sacrificou uma à outra. Até 1831 foi um dos oradores mais distintos e que melhor direção deram aos debates do nosso parlamento, elucidando-os com a maior clareza de expressão, a mais lógica argumentação. Ministro e Conselheiro de Estado, sempre falou o monarca, ainda em risco de desagradar-lhe, a linguagem da verdade. Disso tem o arquivo do Conselho de Estado provas escritas que o futuro historiador das cousas da nossa terra poderá compulsar.

Homem de administração, todos os seus trabalhos na província de Minas Gerais e na organização do Erário do Rio de Janeiro dão testemunho de que tinha êle tôdas as qualidades necessárias ao administrador, compreensão rápida e clara, perspicácia, perseverança, e essa qualidade sem a qual nocivas são tôdas as outras, acrisolada inteireza.

Homem de estudo e de magistério, basta lembrar que, ainda estudante, no ensino achou os recursos da existência, que chamado ao professorado público em um estabelecimento importante, conquistou a mais subida estima e consideração, para se ter idéia do que foi; e se como literato administrador escreveu diversos trabalhos sôbre as finanças do Brasil, se como agrônomo e amigo do progresso publicou interessantes memórias sôbre o cultivo da canela do Ceilão e sôbre a granza ou ruiva dos tintureiros, como professor traduziu, para uso da mocidade, a Metafísica do cálculo de Carnot, a obra de Fabre sôbre torrentes e rios, e a Mecânica de Lagrange. Foi membro de muitas sociedades literárias e científicas, quer nossas, quer estrangeiras: a Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, o Insti-

tuto Histórico Geográfico do Brasil, as sociedades Literárias e Amante da instrução, a Promotora da instrução de Vassouras, a de Agricultura, Comércio e indústria da Bahia contaram-no entre os seus sócios; bem como a Sociedade Universal de Estatística em França, a Academia Francesa de indústria agrícola, manufatureira e comercial, a Academia Real das Ciências de Lisboa, a Sociedade Literária Tibuciana, etc.

Como homem particular, sempre prestimoso e obsequiador, não poucos benefícios soube espalhar. Afável, jovial e dócil, conciliava com o respeito a afeição de quantos tinham a ventura de o tratar.

Casando-se em 5 de agôsto de 1809 com a Senhora D. Francisca Mônica Carneiro da Costa (Marquesa de Baipendi), filha legítima do coronel Brás Carneiro Leão, um dos mais abastados e consideráveis negociantes da praça do Rio de Janeiro, cuja viúva foi posteriormente nomeada baronesa de São Salvador de Campos, teve dêsse feliz consórcio três filhos, um o Visconde de Baipendi (Brás Carneiro Nogueira da Costa e Gama), a quem deixou em maioridade, e dois outros, Manuel Jacinto Carneiro Nogueira da Gama e Francisco Nicolau Carneiro Nogueira da Gama, ainda menores, Modêlo de tôdas as virtudes domésticas, amou extremosamente a sua família, e, zeloso pela sua sorte, nada deixando ao acaso, conhecendo a fragilidade das cousas humanas e os vaivens do mundo, com os bens da fortuna que lhes deixou, ainda melhor herança lhes preparou, quer no exemplo das suas virtudes, quer no assíduo cuidado da sua educação.

Do Estado nada deixou a seus filhos senão o seu nome e a recordação dos seus serviços, que mais devem considerar-se como empenhos que os obrigam que como vantagens de que tenham de friur.

Cidadão tão virtuoso, homem de tanto merecimento, devia merecer da Providência uma remuneração; êle a teve na sua longa existência, nos serenos anos da sua velhice, no amor da sua família.

Em 15 de fevereiro de 1847, pela meia hora da madrugada, depois de curta enfermidade, entregou a alma ao Criador. Sua morte foi a do filósofo cristão, como fôra a sua vida. Seu corpo foi sepultado nos jazigos da ordem terceira de São Francisco de Paula desta cidade com as honras devidas aos altos cargos que durante tantos anos exerceu. Tinha de idade 81 anos, 5 meses e 7 dias.

Sua morte foi geralmente sentida não só pelos seus amigos, como por aquêles que só de nome o conheceram; e se inimigos teve, nasceram-lhe êles das lutas políticas e do exato cumprimento dos deveres dos cargos que ocupara, porque a ninguém odiou, e nunca a ninguém perseguiu.

Nenhum cidadão mais do que êle consagrou ao serviço da pátria diuturna dedicação. Nas épocas difíceis do nascimento político da nação brasileira, quando tudo estava por criar, finanças, administração, recursos materiais e morais, e quando entretanto, alimentado pela infância nacional, o espírito revolucionário tudo perturbava, até como que adrede tudo comprometia, o Marquês de Baipendi, êsse glorioso brasileiro, aí se achou em constante esfôrço, em constante luta, vítima, como todos os que se consagram ao serviço público, da inveja de uns, da calúnia de outros, nunca porém menos enérgico, menos dedicado.

OS CONTEMPORANEOS

A Sisson Lith. — Lith de Mello Rio de Janeiro

JOZE MARTINIANO DE ALENCAR

José Martiniano d'Alencar

José Martiniano de Alencar

I

M 1822 uma mocidade ardente e entusiasta pela liberdade e independência de sua pátria representava o reino do Brasil no Soberano Congresso que se reunira em Lisboa.

Trinta e seis anos são passados; e daquela plêiade brilhante, daquela falange ilustre dos primeiros representantes do país, apenas se encontra hoje no Senado, entre as novas glórias que o voto popular e a confiança da Coroa chamou a ocupar essas cadeiras, uma trindade respeitável por muitos títulos.

O Marquês de Olinda, Vergueiro e Alencar, são os três nomes que lembram ainda aos brasileiros as calorosas discussões do congresso português, em que os filhos da jovem pátria que ia surgir proclamavam à face da metrópole o direito que tinha o Brasil de declarar-se independente, lançando assim através do oceano o grito dessa revolução que devia consumar-se em 7 de setembro de 1822.

O Marquês de Olinda, quando a sua carreira parecia terminada, assumiu de novo o poder; Vergueiro depois de ter ilustrado a tribuna e dirigido a opinião pública, trabalha ainda pelo país dedicando-se à colonização e à agricultura; Alencar, uma das popularidades de 1830, um dos homens mais notáveis da oposição de 1839, um dos autores da revolução parlamentar que produziu a maioridade em 1840, só aspira a servir a seu país com o seu voto de legislador, e a conservar puras e inalteráveis as crenças políticas que o dirigiram durante a sua vida.

Poucas existências há no Brasil tão cheias de vicissitudes com a sua; poucos homens passaram por tão duras provanças, e acompanharam a revolução da independência de seu país desde o primeiro balbuciar dêste povo, ainda menino e já respirando a liberdade, até o momento em que o arrefecimento da luta e a calma dos espíritos extinguiu os antigos partidos.

O que há de notável porém na sua vida, é que, tendo muitas vêzes exercido, pelo seu prestígio, pela sua habilidade na direção da política, uma influência decidida sôbre os negócios do país, não ocupou nunca as primeiras posições oficiais; além do cargo de senador a que fôra chamado na

primeira vaga por uma eleição espontânea e quase unânime, apenas foi duas vêzes presidente de sua provincia.

Mas o seu caráter explica êste fato: a sua modéstia reprimia as aspirações; e o seu interêsse pelo país passava adiante dos cálculos da ambição pessoal; depois de ter servido nobremente o seu partido, depois mesmo de se haver sacrificado por êle, ofuscava-se e desprezava as glórias de chefe, para gozar da íntima satisfação que sente o simples e obscuro cidadão, quando tem a consciência de haver cumprido o seu dever.

Assim em tôdas as épocas em que suas idéias triunfaram, ou em que o seu partido dirigiu o país, êle conservou-se na sua modesta posição; em 1831, sendo presidente da Câmara dos Deputados, continuou no seu pôsto depois da revolução; em 1834 quando Feijó, seu amigo íntimo e dedicado, governava o Brasil, contentou-se com a presidência do Ceará, onde o levara o seu amor pela província natal; em 1840, quando a revolução da maioridade saiu de sua casa (*) para rebentar no Senado e ecoar na Câmara dos Deputados, apenas aceitou aquela mesma presidência com o fim de ir reparar os males que as administrações passadas aí haviam feito.

O reverso desse quadro é ainda mais significativo.

Se durante a sua carreira política Alencar pela sua modéstia e pela sua reserva não quis ou não soube procurar para si as primeiras posições oficiais no momento em que os seus amigos dominavam; sempre que o seu partido foi vencido, sempre que uma reação se operou contra os liberais, o seu nome figurou como mártir entre os mais distintos e os mais célebres; algumas vêzes mesmo na primeira plaina.

Em 1817, sofreu quatro anos de prisão rigorosa na Bahia onde teve por companheiro Antônio Carlos, que depois foi um dos seus mais dedicados amigos, e verdadeiro apreciador do seu caráter; em 1824 esteve de novo prêso um ano; em 1842 acusado de ser o chefe de uma imaginária associação dos *Invisiveis* foi processado com Feijó, Vergueiro e José Bento; em 1848 atribuiu-se-lhe o movimento político de Pernambuco e o acusaram na Câmara dos Deputados.

Tanta celebridade e tanto prestígio no revés; tanta obscuridade e tanto afastamento no triunfo; — é um contraste que faz honra ao caráter do homem politico, e que lhe deu essa reputação de integridade que seus próprios inimigos nunca lhe negaram.

Mas naqueles tempos de verdadeiro entusiasmo e fé robusta o povo sabia desempenhar a sua missão: e a urna popular era como o altar da pátria onde se sagravam puros votos de reconhecimento e gratidão aos bons filhos e aos bons cidadãos.

---

* Rua do Conde n. 55.

Ao passo que Alencar era esquecido, ou fazia-se esquecido das distinções oficiais, não lhe faltavam as honras populares.

Em 1821 as portas do cárcere se abriram para deixá-lo sair, ao mesmo tempo que as do soberano Congresso se abriram para recebê-lo. De volta da Europa encontrou no Rio de Janeiro o diploma de deputado à Constituinte. Minas Gerais e o Ceará o elegeram simultâneamente à segunda legislatura.

Em trinta e seis anos, apenas quatro esteve fora do parlamento; e isto porque achando-se ainda em 1825 comprometido na revolução do ano anterior não pôde ser eleito à primeira legislatura.

II.

J. M. DE ALENCAR começou a sua carreira política muito cedo.

Em 1817, achava-se estudando em Olinda, quando sobreveio essa revolução mal planejada, aspiração precoce de um povo pela liberdade que ainda não se tinha impregnado nas primeiras camadas da sociedade; e que era apenas compreendida por alguns homens instruidos, a quem os ecos da revolução francesa, e da independência dos Estados Unidos, chegavam apesar de amortecidos pelo tempo e pela distância.

Moço, entusiasta, amando a sua pátria com o mesmo ardor que depois sempre mostrou, arrastado pelo exemplo de seus mestres, Alencar deixou-se levar pelo movimento; e partiu para o Ceará, munido das cartas e instruções necessárias para fazer aparecer a revolução naquela província. Desempenhou a sua comissão; porém pouco tardou que a imperícia dos chefes fizesse abortar todo o plano.

Efetuou-se a restauração; e êle foi prêso e conduzido a Pernambuco: depois passou à Bahia, onde esteve quatro anos encarcerado com o rigor que o govêrno absoluto usava para os crimes políticos; aí assistia êle a essas expansões da imensa erudição de Antônio Carlos, que consolava a uns da desgraça, e a outros instruia, como um livro vivo e eloqüente.

Sôlto em 1821, voltou ao Ceará, e eleito deputado às côrtes de Lisboa, tomou assento em 10 de maio de 1822. Foi companheiro de Antônio Carlos, Vergueiro, Barata, Muniz Tavares, Lino Coutinho e outros; apesar de muito moço e inteiramente alheio aos estilos parlamentares, apesar do aspecto imponente dessa respeitável assembléia onde tinham assento Borges Carneiro, Fernandes Tomás, Guerreiro, Ferreira Borges, Girão e mais homens notáveis de Portugal; o jovem deputado achou nas suas convicções a

coragem necessária para acompanhar os seus colegas nessa luta parlamentar que preludiou a separação do Brasil.

Chegando a Portugal a notícia da independência, Alencar abandonou as côrtes com alguns outros deputados; e sem passaporte, não obstante a proibição do Congresso, passou à Inglaterra, e correu ao reclamo de sua pátria; achou porém a revolução consumada, e recebeu o diploma de deputado à Constituinte.

Nessa assembléia, seguindo sempre os princípios de liberdade, sustentou os de ordem nas sessões agitadas que então apareceram; pelo que mereceu a simpatia geral, e a estima de D. Pedro I, que sempre o distinguiu. Dissolvida a Constituinte, voltou à sua província, da qual estava ausente havia dois anos; aí achou os seus amigos e sua família comprometidos na revolução de 1824; preferiu comprometer-se com êles a abandoná-los.

Prêso e conduzido por Minas Gerais até o Rio de Janeiro, foi ser julgado na capital do Ceará pela comissão militar presidida pelo coronel Conrado, a qual proferiu sentença reconhecendo-o inocente e absolvendo-o. Passou êsse pouco tempo estranho à vida política, até que em 1828 as províncias de Minas Gerais e do Ceará o elegeram deputado à segunda legislatura.

Este fato bastante notável, era a reabilitação do seu passado político, se êle precisasse de outra além do reconhecimento da sua inocência pela comissão militar; o voto de uma província ilustrada como a de Minas Gerais, que o tinha visto na desgraça, era a maior prova de consideração que podia merecer um cidadão.

Alencar optou pela sua província, como é de lei; e na vaga que êle deixou tomou assento Evaristo Ferreira da Veiga, eleito primeiro suplente. Foi nesta sessão de 1830 que êle mais se distinguiu pela sua moderação, defendendo como membro da comissão de poderes contra os liberais exaltados, o direito que tinham José Clemente Pereira, Salvador José Maciel e Oliveira Álvares de tomarem assento como deputados; devendo notar-se que nesta defesa, movida apenas por sentimento de justiça, êle corria risco de perder a sua popularidade à vista da excitação dos ânimos contra aquelas eleições.

Em 2 de maio de 1832 entrou no Senado, sendo o primeiro senador eleito pela regência; e foi aceito por aquela corporação, então quase tôda composta dos membros da primitiva fundação, como uma garantia contra as idéias da abolição da vitaliciedade, que começavam já adquirir muita voga; recebendo no seu seio um dos membros mais proeminentes do partido liberal, o Senado julgava adquirir um defensor valioso.

Mas êle não contava com o caráter de Alencar; e não sabia que, deputado ou senador, êle votaria com a mesma facilidade pela idéia, desde que a considerasse útil para o país; e assim o demonstrou pouco depois, e em todos os atos de sua carreira parlamentar.

Nomeado presidente do Ceará em 1834, dedicou-se, durante os três anos que exerceu êsse lugar, a promover os melhoramentos morais e materiais que reclamava o estado de atraso de sua província. Purgou-a dos assassinos que a infestavam; fez punir todos os criminosos grandes e potentados; introduziu colonos naquela época em que nem se falava de colonização; mandou vir operários da Europa; criou um banco pequeno mas em relação aos recursos do lugar; reprimiu o tráfico, apreendendo o único contrabando que apareceu no tempo de sua administração, de modo que um só africano não escapou; e desenvolveu as obras públicas, construindo estradas e pontes.

Não tendo a província rendas para as suas despesas, tanto que recebia uma quota de Pernambuco para suprir o deficit, elevou a receita a ponto que não só cobriu aquelas despesas acrescidas com a criação da assembléia provincial, e os gastos feitos com a prisão de criminosos e com as obras públicas, mas deu para se enviar uma remessa à Inglaterra a fim de amortizar a dívida pública, fato de que não havia exemplo na província; e deixou ainda um grande saldo.

O maior elogio que se pode fazer da sua administração é que o ministro do Império em 1837, Vasconcelos, um dos nossos mais distintos estadistas, acérrimo adversário político de Alencar, quando êste pela desistência de Feijó e mudança de política foi demitido, recomendou ao seu sucessor, o conselheiro Manuel Felizardo de Sousa e Melo, que não desfizesse os atos da presidência anterior, nem hostilizasse o partido que a havia apoiado; instrução que o novo presidente executou tanto quanto era possível naquele tempo de luta e opiniões extremas.

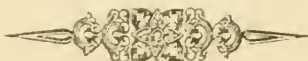
Voltando da presidência do Ceará, Alencar veio tomar em 1839 o seu pôsto de oposição no Senado, e aí foi um dos sete senadores que impediram durante um ano a passagem da interpretação do ato adicional, apesar de todo o esfôrço do govêrno e da maioria.

No ano seguinte planejava êle com Antônio Carlos, José Bento, Paula e Sousa, Limpo de Abreu, Martim Francisco, Holanda Cavalcanti e outros a revolução da maioridade, que se realizou em 23 de julho, e que inaugurou o presente Império; ainda desta vez aceitou a presidência do Ceará para comprazer com os seus amigos, e evitar uma dificuldade ao ministério.

Foi o segundo e último período de sua vida administrativa; período durante o qual mostrou ainda uma vez a sua energia e coragem cìvica em

reprimir os movimentos sediciosos que alguns dos adversários da maioridade fizeram aparecer na provincia, e dos quais não se devem revolver as cinzas.

Voltando à oposição em 1842, em que teve de sofrer o processo de que falamos, nela se conservou até 1845, em que exerceu uma influência notável como um dos chefes da maioria que apoiava o ministerio Macaé.

Desde então, ou porque julgou com razão que depois de tão longa luta tinha direito ao repouso, ou porque entendeu que os seus serviços não eram mais precisos, retirou-se da cena política; porém até hoje ainda nem um seu aliado dirigiu-se a êle que não encontrasse o mesmo liberal de 1830.

Evaristo Ferreira da Veiga

Onde está êle — Êsse homem fabricado
De sangue novo, pelo molde antigo,
De grega e de romana contextura,
De têmpera sublime,
Que vale mais que os séculos que o produzem?

MAGALHÃES

HISTÓRIA, farol brilhante erguido nas fronteiras do passado para iluminar a estrada do futuro, nunca mais digna se torna do que quando, espancando as trevas que rodeiam os túmulos, nos mostra em todo o seu esplendor os varões ilustres, cujos feitos honraram o país de seu nascimento, cuja vida foi gloriosa para a humanidade. Êsses homens modelos, que provocam a atenção do presente, deixam escapar dos lábios gelados palavras conselheiras de virtude, de valor, de nobreza; os raios da luz, que, como auréola sagrada, circundam suas frontes, acendem na alma o amor da pátria, e o respeito que acompanha sua memória, excita no coração desejos de limitá-los; nobre e enérgica a ambição desperta, cresce, inflama a vontade, que então opera prodígios. Muitas vezes — quase sempre — a inveja e a ignorância contemporâneas, dando-se as mãos, pagam com desprêzo, senão com martírio, as nobres abnegações, os esforços generosos da almas escolhidas. Os interêsses, que lutam uns contra outros por alcançar o predomínio; as paixões, que obscurecem a razão e aconselham o mal; o êrro, que calou profundamente nos ânimos e que o falso orgulho ainda mais aferra, temem, odeiam, desconhecem os espíritos elevados e nobres, que os combatem em nome da virtude, da justiça e da razão.

Mas há um momento em que tôdas essas vozes emudecem, uma época em que a verdade profere a sua sentença definitiva; é quando um túmulo se abre, quando uma nova geração, gozando dos benefícios que resultaram dessas lutas, repele a herança de preconceitos, e, buscando nas sombras do passado o autor de tantos bens, repete o seu nome entre vivas

de gratidão. Êste juízo da posteridade, sentença da justiça divina, que a humanidade proclama, é a recompensa mais pura, mais duradoura, mais invejável; essa crença de vida futura, essa esperança de merecer um dia as bênçãos de uma geração inteira, constituem o mais nobre incentivo para as almas verdadeiramente heróicas.

Cumpre pois que a história, iluminando com seu facho as sombras do passado, nos deixe ver em tôda a luz as imagens dignas de veneração; que de geração em geração uma voz se erga dentre o povo, como a da sentinela quando alta vai a noite, repetindo o nome e os feitos dos homens que ganharam a imortalidade, prestando homenagem ao passado e incitando os ânimos, que desfalecem no presente.

O Brasil, bem que de moderna data no quadro das nações, conta já numerosos filhos, que devem ser apontados como exemplos, e a galeria dos brasileiros ilustres pode ufanar-se de sua riqueza. Nesse monumento erguido à memória dos grandes homens do Brasil, um dos mais elevados pedestais deve ser reservado para o busto nobre do varão, cuja vida vamos ràpidamente bosquejar.

EVARISTO FERREIRA DA VEIGA nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 8 de setembro de 1799. Seu pai, Francisco Luís Saturnino, era professor de primeira letras e tinha aula aberta na rua de S. Pedro donde mais tarde foi passada para a do Ouvidor. Aí recebeu Evaristo os primeiros rudimentos de instrução, e ao mesmo tempo lições de severa moralidade, que ficaram profundamente impressas em seu coração. Na idade de doze anos passou a estudar gramática latina com o professor Manuel Marques, e retórica com João José Vaia: pouco tempo depois frequentou como externo as aulas do Seminário de S. José, onde estudou filosofia racional e moral e as línguas francesa e inglesa, aprendendo mais tarde consigo mesmo a italiana. Contava dezenove anos quando concluiu os estudos. Então seu pai, que deixara a aula de primeiras letras para abrir uma loja de mercador de livros à rua da Alfândega, chamou-o para o balcão. Depois de cinco anos, tendo perdido sua mãe, estabeleceu de sociedade com seu irmão, Sr. João Pedro da Veiga, uma livraria à rua de S. Pedro, esquina da Quitanda, donde mais tarde saiu para continuar o mesmo negócio por sua conta na rua dos Pescadores.

Até então Evaristo era apenas conhecido como negociante honrado, homem afável e espôso modêlo, que já então se achava casado com D. Edeltrudes Maria da Ascensão, a quem consagrou viva amizade até o derradeiro instante de sua vida.

Não obstante essa perspicaz inteligência, que seus professores tanto haviam apreciado, não dormitava, não; enriquecia-se no estudo, concen-

trava-se para mais tarde ressurgir cheia de fôrça e de esplendor. A sêde de conhecimento, que desde os primeiros anos o atormentava, encontrara fonte abundante para fartar-se nos livros, entre os quais êle vivia. Seu natural discernimento e bom gôsto haviam-no levado a fazer uma ajuizada escolha entre as diversas obras de bons autores. Com êles conversava Evaristo durante as longas horas da noite, e nesse continuado lidar sua inteligência mais se desenvolvia, novos pensamentos ensinados pelos sábios, ou inspirados pela meditação, vinham enriquecê-la, e de dia em dia mais vasta se tornava sua erudição.

Limitar-se-ão a isso os desejos de Evaristo? Não, decerto; fôra preciso ser profundamente egoista para, conhecendo-se tão rico, guardar consigo esse tesouro, e Evaristo primava em generosidade. A fortuna, que adquirira no negócio, não a empregava consigo, que eram simples os seus hábitos e seus gostos bem afastados da ostentação; distribuia-a pelos desvalidos, a quem sua caridade ia encontrar até em países estrangeiros. Quem assim tão despegado se mostrava das riquezas materiais, tão pronto em socorrer os infelizes mal aquinhoados, não podia certamente ser avaro das riquezas intelectuais; não, êle as entesourava porque sentia instintivamente que havia de chegar o dia em que infelizes de outro gênero, desvalidos de outra fortuna precisariam também de seu auxílio. Mas a modéstia, que era base de seu caráter, e a desconfiança das próprias fôrças ainda não experimentadas, não lhe deixavam conhecer que êsse dia já era chegado, embora alguns amigos, que o apreciavam em íntimas conversações, assim lho dissessem e lhe vaticinassem um porvir de glória.

Filho do Brasil, nascido em meio desta natureza tão garrida, desta vegetação tão luxuriante, sob êste ceu tão anilado, escutando as poderosas vozes das florestas, a suave harmonia dos bosques, o doce murmurar dos rios, o estalar das catadupas, Evaristo era poeta; e sua brilhante imaginação, despertada pelo brado erguido nas margens do Ipiranga, celebrou em belos cantos a aurora da liberdade. A pátria foi a musa que acordou o poeta; a pátria, seu primeiro amor, foi também o têrmo único de tôdas as suas ambições. Desde então êle publicou vários artigos e folhetos políticos, que respiravam o perfume embriagador do patriotismo, e que desde seu aparecimento atrairam a atenção pública, incerta ainda sôbre o nome do autor, porque êsses escritos eram publicados sob o anônimo. Bem depressa porém o nome de Evaristo tornou-se conhecido no Brasil de uma extremidade à outra.

A 11 de junho de 1828 os batalhões de alemães e irlandeses se sublevam na côrte e perseguem ferozmente o povo: a 6 do mês seguinte o barão Roussin, vice-almirante francês, entra de morrões acesos pela baía

do Rio de Janeiro e vem insultar a fraqueza do Brasil! Ao ouvir os clamores do povo, ao sentir as faces abrasadas pela vergonha da afronta, Evaristo esquece a própria modéstia e escreve estas nobres palavras: *Desgraçado o povo que sofre o jugo estrangeiro! Os seus mesmos benefícios são amargos e pagam-se a pêso de ouro; os seus insultos, quem os tolerará?*

A *Aurora Fluminense* repetiu êsse brado de indignação aos ouvidos do povo. Fundado em fins de 1827 por três cidadãos, êsse periódico foi desde 1828 exclusivamente redigido por Evaristo, e tornou-se a tribuna em que se advogavam os interêsses públicos, o púlpito de que baixavam lições para o povo. Despontara o dia esperado; Evaristo abriu o cofre em que amontoára riquezas de conhecimentos e com larga mão as distribuiu.

Não cabe nos limites dêste simples esbôço uma apreciação de Evaristo como jornalista; diremos sòmente que a *Aurora Fluminense* tornou-se em pouco tempo conhecida de todo o Brasil, e granjeou para o seu redator uma grande popularidade, que foi de dia em dia aumentando. Durante os oito anos de sua existência a *Aurora* foi o órgão das necessidades e dos interêsses do povo, o defensor entrénuo de seus direitos, o campeão destemido das liberdades públicas, o guia consciencioso da opinião, a ara sagrada em que se venera a pátria. Dotado de vasto talento, rico de erudição, animado pelo mais desinteressado patriotismo, Evaristo discutia com alta superioridade em sua fôlha tôdas as questões que importavam ao progresso do país; mas, vivendo no meio do turbilhão das facções, cujos planos êle contrariava e que buscavam afastá-lo jogando-lhe insultos, via-se obrigado a descer às questões individuais; se às declamações respondia com raciocínios, combatia os insultos com uma ironia penetrante, que deixava profundamente ferido o amor-próprio de seus adversários.

O nome de Evaristo espalhava-se por todo o Império, e além do oceano; seu mérito granjeou-lhe os títulos de sócio do Instituto Histórico de Paris e da Arcadia Romana; a sociedade Amante da Instrução contou-o mais tarde no número de seus membros beneméritos. Ao mesmo tempo a fama de seus talentos, de suas virtudes, reunia na sua loja de livreiro todos os verdadeiros patriotas; aí doutrinava êle o povo, e aquêles que o ouviam iam mais longe repetir sua palavras e aumentar a sua popularidade. A província de Minas três vezes o escolheu para seu representante na Câmara dos Deputados. O Rio de Janeiro não se mostrou ingrato para um filho que tanto o honrava; se nas eleições de 1828 Evaristo ficou no número dos suplentes, nas de 1836 reuniu dois diplomas, o de Minas e o do Rio de Janeiro.

ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADE

Como deputado Evaristo foi o mesmo homem que no jornalismo, defensor dos mesmos princípios sôbre que se baseava sua doutrina: liberdade moderada para o povo, prestígio e fôrça para a monarquia, respeito às leis, fiel observância da constituição do Estado. Não quadrava êsse programa à administração, e por isso encontramos Evaristo dirigindo a oposição parlamentar de 1830.

Começaram a aparecer nessa época as idéias de reforma da Constituição e federação das províncias, como conseqüências fatais dos erros do govêrno. Evaristo viu na adoção de tais idéias uma ofensa à constituição e o enfraquecimento do Brasil; sua voz poderosa ergueu-se contra os reformistas. Mas embalde! a reação estava na razão direta da opressão; a faísca lançada nos espíritos ardentes devia em breve produzir o incêndio.

Pela primeira vez Evaristo hesitou; pareceu-lhe a princípio que devia resistir à torrente, que dar-lhe o apoio de seu nome seria contribuir para a perdição da pátria; logo porém conheceu que todo o esfôrço humano seria impotente para suster o rochedo, que, despegado de sua base e impelido por uma fôrça fatal, rolava irresistível e ganhava nova velocidade com a carreira, cujo têrmo era o abismo da anarquia. Então a alma do herói partiu-se em um soluço, houve um momento de agonia, uma dor sem nome varou-lhe o coração! Pago esse tributo à natureza, Evaristo ergueu a fronte, e, cerrando os ouvidos aos insultos, aos sarcasmos, às maldições com que era pago o sacrifício de seu amor-próprio, passou para as fileiras dos reformistas. Não podendo fazer parar o rochedo, queria ao menos desviá-lo do abismo, arriscando-se a ser por êle esmagado. "Combatí a reforma, dizia ele então, enquanto não a julguei do voto geral; hoje é necessária, e pugno por ela; faça-se, faça-se, mas a ordem e a tranqüilidade presidam a tudo, e a lei à sua própria alteração."

De dia em dia os espíritos mais se azedavam. D. Pedro I parte para a província de Minas, a fim de com sua presença restabelecer aí a ordem, e publica em Ouro Preto a proclamação de 22 de fevereiro, que foi mais uma faísca para apressar a explosão. Por ocasião de seu regresso à Côrte fazem-se grandes festejos, acendem-se fogueiras, bandos armados percorrem as ruas da cidade insultando e maltratando os brasileiros, cujo sangue corre. Evaristo querendo evitar mais graves desordens, escreve estas memoráveis palavras: *O sangue derramado pede sangue, tristes efeitos dos ódios e dissenções civis*! admoestação prudente, que seus inimigos traduziram como provocação às paixões populares. Longe porém de aconselhar represálias sanguinolentas, o herói apela para a auto-

ridade e redige a representação de 17 de março, assinada por 23 deputados e um senador, na qual se pede ao monarca que *desafronte o Brasil vilipendiado e pungido!*

Tudo é baldado! O dia 7 de abril vê consumar-se a revolução! Evaristo conhece que é chegado o momento do perigo e redobra esforços para afastá-lo. Êle sabe que na taça das revoluções o povo bebe um licor que embriaga; que a liberdade, virgem santa, veste uma túnica tão fina que se despedaça aos abraços frenéticos do povo em delírio; então a virgem profanada se transforma em medonha fúria, corre nua, soltos os cabelos, sacudindo o brandão da anarquia, e vinga com as próprias mãos o ultraje que sofreu.

Resolvido a encaminhar a revolução, Evaristo começa pregando o esquecimento das ofensas, pedindo perdão para todos; arrisca-se para salvar seus inimigos. Graças à influência do seu talento e de sua virtude êle conseguiu suspender o braço armado da revolução; lutuosas cenas de proscrição e de extermínio, quase inevitáveis em tais momentos, não empanaram o brilho dêsse quadro majestoso, que representava a liberdade triunfante.

Apenas porém se completa a vitória, os interêsses individuais, as paixões exaltadas, os espíritos alucinados resuscitam os antigos partidos, cada qual mais absurdo em suas pretensões, querendo por cálculo ou por irreflexão arremessar novamente o país para o abismo que ainda está mui próximo. Evaristo conhece que essas mãos malvadas ou ignorantes hão de dilacerar o seio da pátria, seu único amor, e por cuja felicidade tanto tem porfiado; olha em tôrno de si, procura um lado — não o mais poderoso e mais forte, — que lhe importa o poder? — mas aquêle onde há mais razão e mais justiça, porque só o seu triunfo pode ser duradouro, só êle pode produzir a paz. Então torna-se chefe do partido moderado, dá-lhe vigor, empresta-lhe sua influência, alarga seu círculo, consegue enfim suplantar seus contrários, isto é, salvar a ordem, a liberdade, a monarquia. Por longo tempo tem em suas mãos os destinos do Brasil, a sorte de um império depende de sua vontade. Podendo ser tudo ele quis ser sòmente Evaristo, o amigo de sua pátria. Essa imensa influência, de que dispõe, êle só emprega para debelar as facções que renascem, e conservar a conquista que lhe assegura o futuro do país.

Na célebre sessão de 30 de julho de 1832, em que devia ser proclamada a nova constituição, que lhe pareceu um ato precipitado e perigoso, Evaristo deixou por momentos seu partido, que então tinha na câmara maioria. Seu silêncio e completa abstenção em tal crise contribuiram fortemente para malograr o plano dos moderados.

No entanto as esperanças de restauração do ex-imperador ganhavam corpo de dia em dia. Evaristo, julgando que a realização dessa idéia seria uma fonte de males para o Brasil, a combatia com todo o vigor, face a face. Na noite de 8 de novembro de 1832, achava-se êle em sua loja discorrendo em companhia de várias pessoas, quando ouviu-se o estrondo de uma pistola, e Evaristo viu três de seus amigos caírem por terra banhados em sangue. O herói levemente ferido corre à porta da loja, explica ao povo a cena que se acaba de dar e termina exclamando: *Não nos farão calar com êstes argumentos.*

Dessa época em diante Evaristo dominou em tôdas as eleições, e influiu poderosamente na marcha do govêrno. Em 30 de dezembro de 1835 terminou a publicação da *Aurora Fluminense*, e desde então conservou-se afastado dos negócios públicos.

A 22 de novembro de 1836 partiu para a província de Minas a fim de pagar uma dívida de gratidão para com essa briosa província, que três vezes o elegera deputado. De volta à côrte, e já molesto, sentiu tão doloroso abalo ao contemplar o estado das cousas públicas, que atacado por violenta enfermidade faleceu a 12 de maio de 1837, depois de sete dias de sofrimentos, dando à sua espôsa e às suas tenras filhas êste último conselho: *Vivei no santo temor de Deus e nele confiai, e em meu irmão.*

Seu corpo foi sepultado na igreja de S. Francisco de Paula ao lúgubre som das lamentações da cidade inteira.

O dia 12 de maio de 1837 foi uma data de desolação e de luto para o Império; a grande família brasileira pranteava a morte do seu filho mais querido, do varão que, sempre calmo no vórtice das revoluções, generoso no triunfo, modesto no fastígio do poder, consagrando tôda riqueza de sua inteligência, todo o amor de seu coração, tôda a energia de sua vontade, à ventura da pátria, vivendo no período mais agitado da história do Brasil, legou às gerações por vir o exemplo de uma vida pura e bela, como em noite serena o céu estrelado desta terra que ele tanto amou!

A. C. R. de Andrada Machado e Silva

"Eu passarei à posteridade como o vingador da dignidade do Brasil"

Discurso de Antônio Carlos *na Constituinte; sessão de 10 de novembro de 1823.*

o meio das grandes peripécias do drama social; nas oscilações tempestuosas que soem sempre acompanhar a infância das nações que se constituem, a providencia não abandona a humanidade. Quando os destinos da sociedade, agitados pela luta das paixões, vacilam incertos a perder-se nos abismos da dissolução, ela envia à terra êsses apóstolos predestinados, a quem entrega o verbo de uma nacionalidade nascente, e confia a missão de dirigir as gerações que tímidas tateiam o caminho apenas encetado da existência. Sua passagem na terra é como um clarão luminoso através dos acontecimentos que os circulam. Engrandecidos pela consciência de sua elevada missão, êles atravessam com serenidade impassível o tumultuar das paixões, que ao redor dêles se desencadeiam e realizam seu destino com a onipotência das grandes convicções. Em sua frontes, ungidas pela glória, está estampado o sêlo da grandeza. Seus passos são marcados com os benefícios que derramam, com o heroismo que os engrandece.

O infortúnio e o sofrimento conferem-lhes às vêzes a coroa do martírio; e a gratidão dos povos coloca seus vultos venerandos no templo da pátria, alumiados pelo irradiar de uma glória infinda.

Tal foi Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.

Patriotismo ardente, provado nas lutas do despostimo; caráter romano temperado nas provações do infortúnio; coragem cívica levada até o heroismo; consciência nobre e orgulhosa de seu merecimento; alma vulcânica, exaltada pela perspectiva da glória; tudo concorreu para tornar Antônio Carlos o homem do povo, o tribuno gigante de nossas liberdades. Sua imaginação rica e fecunda, sua variada e brilhante erudição, a enérgica vivacidade de sua expressão, seu mesmo busto majestosamente talha-

do, — alumiado pelo raio de um pensamento viril, tudo assegurou à sua palavra essa onipotência grandiosa, que força as convicções e arrasta os espíritos. Os talentos da eloqüência brilhavam-lhe na fronte sulcada pelo infortúnio, e cada debate era um troféu, cada discurso um louro, que ajuntava à sua coroa de orador. Sua palavra autorizada dominava as discussões, e intervinha para decidir o pleito, como o raio rebenta entre trevas para desfazer a tempestade e serenar o horizonte. Quando ocupava a tribuna, suas palavras, incendidas pelo entusiasmo, rebentavam em borbotões, e vazavam-se nos moldes de uma eloqüência animada no fogo sagrado do patriotismo. Dir-se-ia que elas levavam consigo a centelha, que lhe ardia no cérebro.

Foi vulto gigante das côrtes de Lisboa, o orador mais preeminente da constituinte; e em nossa galeria parlamentar ninguém lhe disputa a primazia. Seu nome é um monumento nos fastos da pátria: e pois reivindicá-lo do olvido é restaurar um monumento de glorias, esquecido pela ingratidão dos contemporâneos.

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva nasceu na, então, vila de Santos, no dia 1.º de novembro de 1773; foram seus pais o coronel Bonifácio José de Andrada, e sua mulher D. Maria Bárbara da Silva.

Feitos seus primeiros estudos em sua terra natal, foi sua educação literária confiada aos cuidados do virtuoso bispo D. Fr. Manuel da Ressurreição, o mesmo que abrira a José Bonifácio os tesouros da inteligência. Munido dêsses princípios, que faziam-lhe já antever os segredos da ciência, seguiu para Coimbra, o teatro dos talentos brasileiros naquele tempo, e aí obteve com assinalado aproveitamento o grau de bacharel em direito. Sua inteligência, desabrochada sob o sol dos trópicos, robusteceu-se com os variados estudos da história e da literatura, e adquiriu êsse brilhante cabedal de erudição, que era como o prelúdio do grandioso futuro que o aguardava.

Concluidos seus estudos, começou seu tirocínio na carreira pública; depois de haver servido o lugar de juiz de fora em Santos, foi promovido a ouvidor e corregedor da comarca de Olinda, sendo logo depois elevado à categoria de desembargador da relação da Bahia.

Seu destino porém estava escrito nas páginas do porvir; não o talhara a Providência para seguir plácido e sereno a vida impassível do juiz; fadara-o para ser o herói de uma nacionalidade. Sua existência devia refletir as oscilações que caracterizam as grandes épocas, e sofrer as duras provações que engrandecem os filhos da liberdade.

Em 1817 Pernambuco, cansado sob o pêso de um absolutismo sem grandeza, recordou as tradições de sua história, e levantou um grito pre-

maturo em prol da independência da terra de Santa Cruz. Antônio Carlos não trocou a toga do juiz pela opa do tribuno. Sua inteligência e seu coração negavam-se a um movimento generoso embora, mas que o lúgubre exemplo de um passado ainda recente augurava, que havia de ser esmagado sob a acha implacável do poder, e que o sangue de novas vítimas viria ajuntar-se ao cruento suplício de Tiradentes.

Sua fidelidade entretanto foi posta em dúvida por um poder suspeitoso, e das mãos do algoz só o salvou o seu destino providencial.

Atirado em lôbrego segredo no calabouço das Cinco Pontas, quando, certo de sua inocência, fôra voluntàriamente apresentar-se ao govêrno interino da capitania, Antônio Carlos estava votado à mesma sorte, que pesou sobre o padre Roma e tantas vítimas infelizes, que cairam sob o gládio do absolutismo.

O sofrimento exalta e depura as grandes almas; os caracteres superiores contam seus triunfos pelos dias de tribulação. Longe de recuar espavorido diante do cadafalso, seu espírito antolhou a palma sublime do martírio; e a resignação e a coragem cívica converteram-lhe a agonia do supliciado em um cântico de inspiração altiva:

"Sagrada emanação da liberdade,
"Aqui do cadafalso eu te saúdo!
....
....
"Livre nasci, vivi, e livre espero
"Encerrar-me na fria sepultura,
"Onde império não tem mando severo,
"Nem da morte a medonha catadura
"Incutir pode horror num peito fero,
"Que aos fracos tão sòmente a morte é dura!"

O solo do Brasil não manchou-se com êsse crime: o patriota resignado, que vira despontar-lhe o sol da glória detrás do cadafalso, teve sua cabeça salva; sua missão não estava ainda cumprida. Sua dedicação pela causa da liberdade ia sofrer a prova do sofrimento para mais acrisolar-se. Transportado aos cárceres da Bahia mais de quatro anos gemeu nas torturas da prisão.

Os seres predestinados porém imprimem o sêlo de sua grandeza em tôdas as situações de sua vida. A masmorra, o lugar do crime e do vício, converteu-se para Antônio Carlos em teatro de brilhantes virtudes. Sua inteligência, comprimida pela mão de ferro do poder, não apagou-se nas trevas que o cercavam: foi um raio luminoso levado ao canto escuro

da prisão. Seus companheiros de infortúnio, êle os enriqueceu com os tesouros da ciência, e derramou sôbre êles a resignação de sua alma impassível.

Quanta grandeza encerrada no âmbito estreito de uma masmorra! quanta elevação no sofrimento! quanta sublimidade no martírio!

O orgulho nacional deve despertar-se ao influxo benéfico dêsses grandes exemplos de nossa história, que enèrgicamente proclamam a magnanimidade do caráter brasileiro. Mais de uma epopéia de heróico sofrer tem no Brasil ilustrado as profundezas tenebrosas da prisão. Cláudio Manuel da Costa, êsse gênio desdito, cuja alma exalava-se em hinos de suave melancolia, entoou entre grilhões o canto da agonia, e resignado pôs têrmo à sua existência, por ver apagar-se a luz que a alumiava — a liberdade, Gonzaga, o cantor melodioso, que sonhara um paraíso nos braços de sua querida Marília, que enlaçava as inspirações do poeta com a causa de seu país, foi, coitado! gemer suas poesias plangentes estreitado entre quatro paredes enegrecidas, no meio de gemidos de proscritos! Antônio Carlos, privado da liberdade, vigiado por baionetas, assumiu o sacerdócio augusto da palavra, purificou o crime, e sagrou ao serviço da pátria seus dias amargurados, quando ela lhe imprimia na fronte o ferrete da ignomínia!

Sua grandeza dalma pareceu sublimar-se no infortúnio. Ao rei, que lhe acenava com a liberdade, se pedisse perdão, respondeu com a dignidade da inocência: *"que perdão só a Deus de seus pecados, e ao rei só pedia justiça."* Essas palavras notáveis selam a nobreza de seu caráter.

Suas virtudes deviam ter uma recompensa: não podia terminar seus dias em uma masmorra aquêle que estava destinado a inscrever seu nome no grandioso monumento da criação de um império. Antônio Carlos adormeceu um dia nos latíbulos do calabouço, e no dia seguinte viu saudá-lo o sol da liberdade, e apontar-lhe para as côrtes portuguêsas, como para o teatro de suas glórias. Sua estrêla, obumbrada na América, rutilara refulgente em Portugal.

Reconhecido inocente, e proclamado o sistema constitucional pela revolução do Pôrto, foi o ilustre paulista deputado por sua província às côrtes de Lisboa. Do antro escuro da prisão o destino fê-lo passar para o santuário augusto do legislador. Aí sua voz desprendeu-se majestosa como a do filho da liberdade, e fez ouvir sua palavra eloqüente em defesa de uma causa proscrita, enquanto não lhe chegava o dia de criar uma pátria para sagrar-lhe o culto de sua inteligência, as pulsações valentes de seu coração.

A. Sisson Lith. Lith. de Mello Rio de Janeiro

EVARISTO FERREIRA DA VEIGA

Evaristo Ferreira da Veiga

A grande epopéia da independência começava a desenrolar seus largos episódios. Arrastado pela cegueira do interêsse, Portugal tentava escravizar o Brasil, como outrora Xerxes lançar cadeias ao mar. O gênio da liberdade americana, encadeado três séculos pelo absolutismo, sacudiu seus pesados grilhões, e arrojou-os quebrados aos pés de seu injusto dominador. A metrópole estremeceu de cólera; o congresso português trovejou ameaças contra o Brasil. Era uma luta de morte.

Antônio Carlos ergueu-se como um gigante, e opôs o poder de sua palavra fulminadora à arrogante prepotência dos deputados portuguêses. Baldado esfôrço! Fôrça nenhuma humana pôde desvendar os olhos ao fanatismo político, e conter-lhe os desvios: a luz da razão lhe é desconhecida.

Vendo os primeiros arrebóis da liberdade doirarem as plagas de sua querida pátria, deixou um país surdo à voz da prudência, um país em que seu patriotismo esgotava-se em baldadas, pôsto que generosas, tentativas para abater o poder da fôrça e do despotismo do número. Negou sancionar com sua aprovação essa constituição das côrtes, que fazia desaparecer nossa nacionalidade, declarando a destituição do rei, se viesse para o Brasil; em outubro de 1822 a Inglaterra, o asilo clássico dos foragidos filhos da liberdade, recebia em seu seio o ilustre brasileiro, acompanhado de seis dignos deputados, cujos peitos pulsavam com igual ardência pelo engrandecimento de sua pátria.

No Brasil já o sistema constitucional começava a frutificar; estava convocada a assembléia constituinte, encarregada de organizar o novo império. Ainda em Inglaterra foi Antônio Carlos a ela deputado pelos sufrágios de sua província; e chegando à sua pátria, foi tomar assento no seio da representação nacional. Novo teatro desdobrou-se para o portentoso orador das côrtes de Lisboa.

Quando o país, longo tempo adormecido sob o jugo de um cativeiro inglório, despertou-se aos doces acentos da liberdade, o seu vulto grandioso desenhou-se com majestade no horizonte da pátria.

Antônio Carlos foi na constituinte a encarnação viva da reação nacional, que se erguia enérgica contra o passado para abater o absolutismo. Dir-se-ia o gênio altaneiro da liberdade, que quebra as cadeias em cívico denôdo, e recupera seus direitos postergados. Sua palavra traduzia as arrojadas inspirações de um patriotismo ardente: parece que o sol dos trópicos depositara em sua alma o raio vivificante de sua luz animadora.

Sua imaginação brilhante e fecunda comunicava a seus discursos uma energia e veemência do mais belo efeito. Falando do bárbaro alvará de 30 de março de 1818, a indignação do patriotismo arrancou-lhe estas enér-

gicas palavras: *"Steterunt comæ, et vox faucibus hæsit."* Pareceu-me ver nêle os ultimos arrancos do assustado despotismo, o qual, certo de largar para sempre o ensangüentado assento que para desgraça do Brasil tanto tempo ocupara, queria ao menos na sua queda rodear-se de vítimas e de sangue!

Ao lado dêsse poder da palavra, dessa eloqüência superior, que constituia sua preeminência, brilhava o talento do publicista, robustecido por um estudo profundo e severo. Encarregado pela assembléia da honrosa tarefa de elaborar com outros dignos deputados o projeto de constituição que devia reger o Império, redigiu êsse trabalho luminoso, que será sempre um padrão de glória para seu nome, e um monumento imperecedouro de suas crenças liberais.

Uma auréola de brilhantes glórias veio cingir a fronte do patriota, que sagrava o culto de seu coração, os recursos de sua inteligência ao engrandecimento de sua pátria. Feliz quadra essa, em que a crença vigorosa da primeira idade, a esperança da mocidade-virgem do descrer da velhice, alentada pelas ilusões da liberdade, operava a grande obra da regeneração política do brasileiro no meio dos aplausos jubilosos de uma nacionalidade nascente.

A primeira fase da constituinte porém, límpida e risonha, ia desaparecer, apagada nas trevas de um futuro assustador. A queda dos Andradas produzira no país êsse fatal estremecimento, que abalara profundamente o sistema constitucional vacilante ainda. O ministério de ontem tornara-se a oposição de hoje. Antônio Carlos, arrastado por seu gênio fogoso, pela ardência de seu patriotismo, fulminou na imprensa e na tribuna a marcha de um poder que desenhava em seus atos uma reação ao princípio da revolução da independência.

No meio dêsse exaltamento político, um fato acompanhado dos mais tristes episódios veio despertar-lhe o espírito, e avivar-lhe as apreeensões do patriotismo. Um brasileiro foi por motivos políticos agredido e gravemente ferido por dois oficiais portuguêses. O fato revestiu, pelas circunstâncias do tempo, o caráter de uma ofensa feita à nacionalidade. Foi uma centelha atirada ao tumultuar ardente da alma apaixonada de Antônio Carlos. Seu coração revoltou-se, e do alto da tribuna lançou ao país estas palavras de indignação, que pareciam queimar-lhe os lábios quando as proferia:

"Como, Sr. presidente, lê-se um ultraje feito ao nome brasileiro .... e nenhum sinal de marcada desaprovação aparece no seio do ajuntamento dos representantes nacionais? ....
.... Morno silêncio da morte, filho da coação, peia as linguas; ou

o sorriso, ainda mais criminoso, da indiferença salpica os semblantes. Justo céu! e somos nós representantes?... Não! não somos nada, se estúpidos vemos, sem os remediar, os ultrajes que fazem ao nobre povo do Brasil estrangeiros, que adotamos nacionais, e que assalariamos para nos cobrirem de baldões ....
.... Os cabelos se me irriçam, o sangue ferve-me em borbotões à vista do infando atentado, e quase maquinalmente grito — *Vingança!* Se não podemos salvar a honra brasileira, e se é a incapacidade e não traição do govêrno, quem acoroçoa os celerados assassinos, digamos ao iludido povo, que em nós se fia: "*Brasileiros! nós não vos podemos assegurar a honra e vida; tomai vós mesmos a defesa da vossa honra e direitos ofendidos!* Mas será isto próprio de homens que estão em a nossa situação? Não... ao menos eu trabalharei, enquanto tiver vida, por corresponder à confiança que em mim pôs o brioso povo brasileiro. Poderei ser assassinado; não é novo que os defensores do povo sejam vítimas do seu patriotismo; mas meu sangue gritará *Vingança!* e eu passarei à posteridade como o vingador da dignidade do Brasil"...

O poder estremeceu ante essa indignação onipotente do patriotismo, e jurou sufocar nos antros da masmorra essa voz poderosa, cujos ecos repetiam sua condenação. Assestou-se a fôrça armada para dispersar os representantes do povo: na hora suprema da agonia, quando a acha do poder pendia sôbre a assembléia, essa glóriosa constituinte, que proclamava como um dever do cidadão o morrer pela pátria, aceitou resignada o sacrifício, e alumiou seus últimos dias ao clarão de uma glória imorredoura! E, nós, em criminosa ingratidão, esquecemos êsses episódios grandiosos de nossa história, essa epopéia de civismo romano, e só temos para o passado um estúpido riso de desdém!

Antônio Carlos foi um daqueles a quem o poder conferiu a coroa do martírio.

Prêso ao sair da assembléia, foi arrastado aos cárceres, e daí atirado violentamente nas plagas do estrangeiro.

Uma sina misteriosa, uma sorte impiedosa parece perseguir na terra os filhos da liberdade. O sêlo do infortúnio foi-lhes impresso na fronte no dia de seu nascer. A grandeza está sempre enlaçada com o martírio; o símbolo do heroismo é sempre uma coroa de espinhos. Cormenin teve um pressentimento profundo da misteriosa afinidade que liga a virtude e o sofrimento, quando alinhando o busto monumental de Dupont de l'Eure, e descrevendo-lhe o caráter venerando, disse que *a sua virtude, para ter um quê de perfeito e de completo, faltava apenas um pouco de proscrição, que entretanto não lhe desejava.*

Mais de quatro anos gemeu o ilustre proscrito em França, lamentando nas dores do exílio os males que ameaçavam sua querida pátria.

Em 1828 foi-lhe dado voltar ao Brasil, não como homem restituido à liberdade para saudá-la em jubiloso entusiasmo, mas para entrar no escuro segrêdo de uma prisão sob o pêso de um processo, que procurava imprimir o ferrete do crime na fronte laureada com as glórias da independência. Proclamado inocente pela relação da côrte a 6 de setembro de 1828, volveu à sua terra natal, a vila de Santos, para ali repousar em quieto abrigo das vicissitudes de uma vida tempestuosa, amargurada pela ingratidão de seus concidadãos.

E sua pátria não soube acolher o filho perseguido, que correra a buscar um asilo em seu seio. A província da Bahia pagara a José Bonifácio o tributo da gratidão nacional, e o ministro do Independência aparecera, como uma glória do passado, na legislatura de 1830. Minas dera a Martim Francisco uma voz no parlamento, e o congresso dos legisladores retumbou com os ecos de sua palavra majestosa. Antônio Carlos, o herói propugnador dos direitos do Brasil, que afrontara as iras da metrópole para nos dar uma pátria, o portentoso orador da constituinte, teve em recompensa de seus serviços o esquecimento, a ingratidão. Mesmo no retiro os destinos de seu país ocupavam a mente do patriota, proscrito na obscuridade. Seu patriotismo, mais de uma vez provado em crises difíceis, não podia testemunhar com impassibilidade o fúnebre espetáculo que ante seus olhos se desenvolvia. Essa pátria, que se erguera ao som de sua palavra poderosa, que lhe custara as dores do exílio, êle a via abismada em um pélago insondável de desgraças. O 1.º imperador abdicara, e o novo Império, apenas saído do berço, antolhava com dor os males sinistros de uma longa menoridade.

O espírito nacional, abalado pela repercussão do sete de abril, abandonado a si mesmo, refletia a divisão, que produzira nos ânimos a queda do monarca. Três partidos políticos desenhavam-se no país, e tentavam partilhar a posse de um poder enfraquecido pela revolta. Os Andradas guardaram generosa fidelidade ao ex-imperador, e afrontaram as paixões do dia, os ódios implacáveis da exaltação política, em defesa da monarquia. Nomeado pela regência enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto à côrte de Londres, Antônio Carlos declinou de si essa comissão para não participar dos frutos de uma revolução que lhe despertava as apreensões do patriotismo.

Por êste tempo, quando o país oscilava no meio dos receios melancólicos da restauração, partiu para a Europa, depois de haver pela imprensa unido sua voz à de seus ilustres irmãos, em prol da causa pública, amea-

çada pela lava revolucionária. O govêrno olhou com desconfiança para êsse ato, e julgou nele enxergar uma tentativa simuladamente empreendida para trazer ao Brasil o duque de Bragança, como queriam os restauradores.

As paixões do dia aceitaram essa palavra, emanada das regiões do poder, e repetiram-na em ódio a Antônio Carlos. A verdade histórica a êste respeito ainda não apareceu em toda sua luz. Cumpre desvendá-la para dizê-la com inteireza ao país e à posteridade.

Em 1835, desvanecidas já as apreensões da restauração, voltou ao Brasil. Sua província lembrou-se então, pôsto que tarde, do filho esquecido, e pagou-lhe o tributo de sua gratidão, elegendo-o deputado à legislatura de 1838.

Pela primeira vez, após uma ausência de longos anos, sua voz saudosa ia ecoar no augusto recinto dos legisladores. Não era o novel parlamentar, que vinha balbuciar na tribuna a palavra de suas tímidas inspirações. Era o patriota, encanecido no serviço de seu país, que gemera dias amargos na terra do estrangeiro, e voltara com a fronte irradiada pelas glórias da proscrição. Sob aquela coroa de cabelos brancos agitava-se ainda o mesmo pensamento viril, ardia o mesmo fogo de inspiração, que era o segrêdo de seu poder na tribuna.

Antônio Carlos apareceu com majestade no antigo teatro de suas glórias, e parecia haver-se engrandecido com as lutas do sofrimento. Sua palavra era fecunda, e sob suas fulminações onipotentes o poder recuava terrificado. Essa brilhante oposição de 1838, que conquistou em nossa história parlamentar um lugar de honra, e procurou suster a democracia ferida pela reação monárquica, essa oposição engrandecida pelos talentos dos Álvares Machado, Martim Francisco, Montesuma, Limpo de Abreu, teve por luzeiro de seus triunfos a palavra luminosa de Antônio Carlos.

Um dia sua eloqüência devia abater sob seus golpes audaciosos esse govêrno, que vergava sob o pêso de uma tarefa superior às suas fôrças, e abrir uma época nova nos destinos do país. Os grandes oradores são os árbitros dos impérios. Os discursos de Mirabeau desmoronaram um trono secular; e suas palavras cheias de fogo, como saídas de um vulcão, converteram-se em outros tantos fatos sociais, que mudaram a sorte da espécie humana. À eloqüência de Antônio Carlos faltava êsse triunfo soberano, que devia provar, que, confiando-lhe o poder da palavra, Deus lhe dera o verbo de uma nacionalidade e o cetro da situação.

A maioridade apareceu como a estrêla que propícia rutilava no horizonte do Brasil: à sua luz radiosa surgiu a personalidade política de Antônio Carlos, e revelou-se em tôda sua grandeza.

Essa idéia fecunda, que alentava as fôrças da nação, como fadada a restituir-lhe a vida, pairava em todos os espiritos. Todos os lábios murmuravam trêmulos essa palavra de salvação para o país. A representação nacional recebeu o influxo da opinião, e em sua fisionomia desenhou-se a ansiedade que preocupava a todos para apagar de uma vez a luz tibia e agonizante do govêrno da regência. Depois de mil oscilações e azares, o deputado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva propôs na sessão de 21 de julho de 1840 a maioridade do Sr. D. Pedro II. Estava travada a luta. Trazendo para o país a salvação, a nova idéia acarretava para a regência a perda do poder; aceder a ela era, por parte desta, um suicídio. A maioridade encontrou no govêrno vigorosa oposição.

Bernardo Pereira de Vasconcelos, chamado no momento supremo para conjurar a crise, adiou a assembléia geral por decreto de 22 de julho de 1840. Foi um verbo de morte atirado no meio da indignação pública. "*E' um traidor, é um infame o atual ministério... quero que estas palavras fiquem gravadas como protesto.*" disse Antônio Carlos, e suas palavras soarão como uma fulminação terrível contra o ministério. A câmara resiste à execução de um decreto, que parecia destinado a abismar a nação em um pélago de infindas dissensões. Os deputados correm pressurosos ao Senado, dirigem uma enérgica representação ao trono; o monarca acede à ansiedade geral: o Império está salvo. A maioridade era uma realidade.

Em todo este patriótico movimento, que desenlaça em um dia os anéis do futuro, e decide dos destinos da nação, figura com honra e glória o nome de Antônio Carlos.

Proclamada a maioridade, foi o ilustre patriota chamado a dirigir uma situação criada por êle, e a insígnia do ministro cobriu o peito do tribuno popular, cingido já com o laço glorioso da Independência. O poder e a liberdade deram-se as mãos em união fraternal. A confiança pública renascia, e dias risonhos pareciam aguardar o Império.

Foi o raiar de um dia que alumiou os horizontes da Pátria, e sumiu-se vencido pelas trevas, que vieram de novo enlutar os destinos da nação.

A 23 de março de 1841 o ministério da maioridade estava caído do poder, e Antônio Carlos descia de novo à arena politica para combater pela causa da liberdade, que seu patriotismo via ameaçada pela volta da reação monárquica.

Na assembléia provincial de S. Paulo desprendeu contra o poder sua voz prestigiosa, e em uma representação ao trono significou com energia suas melancólicas apreensões pelo futuro do país: "Senhor, as convulsões políticas, como funestos cometas, trazem em sua cauda os estragos, as mi-

sérias, o derramamento de sangue mesmo inocente, e o abalo dos governos estabelecidos, e talvez sua ruína inteira; como não deprecará, pois, a assembléia provincial de S. Paulo o exercício do poder tutelar do monarca para arredar de si tão medonho porvir? Já se nos antolha lobrigar na lava revolucionária os talismãs quebrados da hierarquia e da autoridade, e só da piedade de V. M. I. esperamos o sossêgo de nossa inquietação .... assembléia provincial de S. Paulo tem cumprindo com o seu dever, sabe que a verdade nem sempre é agradável aos príncipes, e decerto nunca aos zangões que os rodeiam e abusam de sua inexperiência ...."

A recompensa dêste áto de civismo ele a teve em uma solene desfeita por parte do poder, a exautoração das honras de gentil-homem. A adversidade, que assinala a vida dos filhos da liberdade, devia persegui-lo até a última hora.

Dissolvida a Câmara dos Deputados em 1842, para a qual fôra eleito pelos sufrágios de sua província, retirou-se à sua cidade natal, para aí repousar, no tranqüilo remanso da paz doméstica, de uma vida tempestuosa e agitada, cheia de dolorosas tribulações. Ainda o voto da Pátria veio arrancá-lo do plácido retiro, e a legislatura de 1845 viu-o em seu seio como representante do povo. Sua vida fôra tôda dedicada à causa de seu país; a glória de sua Pátria o sol luminoso que lhe alumiava a existência. Seus últimos momentos ainda os empregava em pagar-lhe o tributo de seus esforços para engrandecê-la.

Tantos e tão relevantes serviços, entrelaçados com as glórias da proscrição, que é como a prova suprema da virtude cívica, deviam concitar a gratidão de seus concidadãos. A província de Pernambuco, em cujo peito bulharam sempre ardentes as crenças do patriotismo, essa província, que em cada feito de sua história enùmera um louro imarcescível, levantou-se para pagar Antônio Carlos a dívida nacional. Em 1845 o ilustre paulista estava escolhido senador por essa província. Sua palavra luminosa foi lançar seu último clarão no teatro das glorias dos Paulas Souzas, Vergueiros, e Feijós.

Mas era tarde, bem tarde, que a Pátria o revocava do esquecimento para pagar-lhe a dívida de sua gratidão. A sina dos grandes homens acompanhava-o sempre. Tasso morreu na véspera do dia em que sua pátria arrependida ia ao Capitólio cingir-lhe a fronte com a coroa de príncipe dos poetas italianos. Antônio Carlos entrou para o Congresso dos Anciãos da Pátria, quando sua vida, esgotada nas lides políticas, buscava o repouso eterno, e sua voz enfraquecida ia a sumir-se nas voragens do túmulo.

No dia 5 de dezembro de 1845 já o país lamentava seu passamento; já seus lábios, consumidos pelo fogo da palavra, estavam pregados pela mudez da morte.

Foi um astro luminoso, que se afundou nas côres do poente; um nome glorioso, que a história conquistou para suas páginas. Sua figura gigante avulta no pórtico da Independência, como um dos criadores de nossa nacionalidade. No meio da geração presente simbolizava um resto do passado, respeitado pela mão do tempo para ilustrar sua Pátria com os episódios de seu civismo romano, e no meio da descrença do século ser o modêlo vivo das venerandas virtudes de nossos maiores. O brilho de sua glória nunca se marcou com a mancha do crime. Enquanto houver um culto pelos grandes homens, e a virtude cívica inspirar a gratidão, o Brasil inteiro repetirá com religioso respeito o nome de Antônio Carlos, que irá abrindo um sulco luminoso através dos séculos futuros!

JOÃO DA SILVA CARRÃO

João da Sª Carrão

João da Silva Carrão

A prova mais eloqüente que os brasileiros têm para demonstrarem a sua liberdade política é a de contarem na galeria de seus bustos históricos homens que fizeram as suas reputações a trôco de sacrifícios próprios, independente do prestígio da família, ou da riqueza. Embora o patronato alguma vez se acenda de pretensões audaciosas para sucumbir o merecimento, que arrebenta valente do seio da mais modesta, quiçá empobrecida família; embora: o talento desmente em público a mediocridade ornada de ouropel, e vexa solenemente os patronos, quando de tal tarefa se não encarregam inocentemente os afilhados da fortuna.

E' um êrro grave do poder acercar-se da ignorância protegida, deixando em desamparo a inteligência enrobustecida pelo trabalho, e resignada pela consciência do que vale, o que é mais que uma bela esperança, pois que essa mesma consciência se torna afinal a sagração de um direito. Resistir à inteligência é multiplicar-lhe os triunfos, dando-lhe ao mesmo tempo nova têmpera e renascido vigor.

A única escola da glória é o trabalho; a única aristocracia que a sã filosofia reconhece é a do talento e da virtude, e a única fôrça que jamais abandona o homem é aquela que se conquista pela vigília, e não a que se recebe em doação.

Ter a coragem de esperar o bem do futuro, dobrando-se sem humilhação ao presente que esmaga e aflige, é talvez a mais distinta virtude para um espírito que se dedica às pelejas políticas.

Conquistar uma posição, sustentá-la enquanto passa o tufão da adversidade sem perder a postura, e engrandecê-la sem exageração nos dias da ventura, é um grande testemunho de razão pura e de serenidade dalma.

Longe de nós, que escrevemos estas linhas com a mão na consciência. a intenção de negar ao talento seus ímpetos, seus desdéns, quem sabe mesmo se suas vinganças. Muitas vêzes o esfôrço da calma quebra o vaso de argila, a paixão justa arrebenta a válvula da razão.

Pois bem: o Dr. João da Silva Carrão é um belo modêlo moral da grande virtude da moderação. Escrevo singelamente a história da sua vida, para

que fique bem certo que é êle dotado de um talento que se não excede, de uma alma que se não turba, porque lá impera sempre a razão, e de uma modéstia que só pode ter como correlativo uma grande inteligência e copioso merecimento.

Devo-lhe a verdade, por isso a escreverei inteira; falte embora a biografia, porém fique mais ou menos fiel a efígie de tão avultado caráter.

Nascido a 14 de maio de 1814, na cidade de Coritiba, hoje capital da província do Paraná, e naqueles tempos cabeça da comarca do mesmo nome, pertencente à província de S. Paulo, seu primeiro vagido perdeu-se na atmosfera pesada do regime colonial. A independência da Pátria mal se desenha em sua alma como fugitiva lembrança dos dias belos e risonhos da tenra adolescência. E' a esta geração que pertence o presente do país; que o encham de gigantescos fenômenos políticos, ou de maravilhosos artefatos industriais, a glória será sòmente sua, bem como a maldição da posteridade lhe pesará violenta sôbre sua memória, se ao patriotismo deixarem substituir a indiferença, e o que é ainda mais terrível, consentirem que o egoismo mate em flor a dedicação.

O caráter cavalheiroso e escancarado dos homens de Coritiba, se não é seu distintivo, é pelo menos um de seus principais atributos.

Filho legítimo do finado capitão Antônio José da Silva Carrão, que por largos anos exerceu o importante emprêgo de tesoureiro geral da comarca, até que foi extinto, recebeu de seu pai as primeiras lições de firmeza e dignidade.

A Coritiba era então uma povoação ainda em aurora, e portanto não é de admirar que afora os primeiros rudimentos da educação, lhe faltassem as aulas de humanidades. Mas o latim era aí ensinado com momento espantoso à mocidade pelo afamado reverendo padre Francisco de Paula Prestes. A êste distinto professor entregou Antônio José da Silva Carrão seu filho, que de pronto e com confessada admiração do professor, concluiu em meses o estudo da língua latina! Mas quantas vêzes sua diligente e extremosa mãe não o arrancou a horas altas da noite da mesa do estudo, em que a jovem e robusta inteligência com apaixonada vontade de saber se afadigava em reiteradas lutas para o descobrimento da verdade?

Os estudos preparatórios tinham caído em declínio na cidade de S. Paulo, pelo que o capitão Antônio José da Silva Carrão mandou seu filho para Sorocaba, onde os concluiu com louvor.

Matriculou-se em 1833 na Academia de S. Paulo: formou-se bacharel em ciências sociais e jurídicas em 1837, e recebeu o derradeiro grau de doutor em direito no ano de 1838.

Em cada ano de sua vida acadêmica obteve um triunfo precursores fiéis de sua glória futura. Seus companheiros o admiravam e estimavam-no, por-

quanto, a par de uma inteligência vigorosa e de um raciocínio tão robusto e compacto a que se não resiste, se via e se sentia uma modéstia tipo, e um coração dócil.

A amizade não é para o Dr. Carrão um simples sentimento; é uma religião com todos os seus deveres.

O vigor raro de sua inteligência e a candura de sua alma lhe criaram admiradores, que se tornaram logo amigos. A bela palavra do jovem Dr. Francisco Bernardino Ribeiro, tão cedo perdido para as letras e para a Pátria, se fazia ouvir nos salões da Academia de S. Paulo, e levado de simpática atração, os dois talentos se encontraram unidos pelos vínculos da ciência, da política e da amizade.

Em 1835, sendo ainda estudante do 3º ano, colaborou na redação do *Novo Farol Paulistano*, do qual era redator Francisco Bernardino Ribeiro, assumindo alguns meses a redação.

Nas mãos do estudante João da Silva Carrão, o *Novo Farol Paulistano* não era mais essa bigorna de aço para quebrar os martelos do despotismo, não era êsse facho ardente para atiçar as paixões populares, com o propósito de anular um rei, ainda comprometendo uma monarquia inteira. O *Novo Farol* era a luz doce que esclarecia os mares aos viajores desnorteados, era a tocha da razão alagando com seus belos clarões o santuário da consciência politica.

E prestou grandes serviços esta pequena fôlha em S. Paulo, pregando a única e verdadeira política conforme com a razão e os interêsses do país.

Nunca se precisou no Brasil de tanta moderação nos partidos como naquele período regencial, em que a vitória de 1831 estimulara os vencedores à exageração, e os vencidos à irritação nascida do despeito. A revolução, que estava no poder, não tinha outra fôrça que não fôsse a moral, e entretanto os interêsses dos pequenos grupos conspiravam. Era preciso afrontar todos êstes perigos, chamando os espíritos à discussão calma das cousas públicas, e dando à imprensa esta fisionomia de imparcialidade científica, que convence sem irritar.

Tanto o finado Dr. Francisco Bernardino Ribeiro, como o jovem estudante João da Silva Carrão, tinham convicções políticas, mas não ódios de partidos. As opiniões da mocidade explicam-se pelos prosadores eloqüentes e poetas, nos quais bebem a longos sorvos as idéias, mas nunca por vinganças individuais ou de grupos. A razão teve no *Novo Farol* seu altar, e daí radiou a paz e a concórdia.

Foi êste o primeiro marco que João da Silva Carrão, ainda nos estudos, assentou no estadio da vida política. Não era sua ambição de glória que

tinha pressa do alarido do renome, ou dos prazeres do poder; não: era sua inteligência admirável, amadurecida ainda no primeiro albor.

Com a abdicação em 1831 o Partido Liberal se dividiu em duas frações muito distintas: os exagerados e os moderados; os primeiros não se contentavam com as instituições adquiridas, e sonhavam reformas; os segundos desejavam a permanência do regime monárquico-constitucional. O Dr. João da Silva Carrão pertencia ao Partido Liberal Moderado, sem adeptos na Academia de S. Paulo. A mocidade folga nas lutas, e procura as grandes impressões e as novidades surpreendentes. Na cabeça do jovem a idéia não produz só a convicção, porém sim entusiasmo febril, ávido de peripécias.

O estudo sério e a educação bem dirigida tinham dado ao espírito do Dr. João da Silva Carrão a calma e a reflexão, de maneira a excluir êsses ímpetos desordenados, que o consomem de esforços estéreis, e dos quais nos dias de atenção e retrospecto ao passado quase sempre se torna motivo de arrependimento.

Acabava de receber o grau de doutor quando vagaram na Faculdade duas cadeiras. Entrou em concurso com o finado Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, e a congregação dos lentes propôs ambos ao govêrno imperial em 1838.

Os dois concorrentes liberais, decididos e de talentos superiores, não poderiam agradar ao gabinete de 19 de setembro, que, inspirado pela paixão política e egoismo de partido, não consentia que o merecimento conquistasse os postos da república, e ainda os das letras, sem comungar no mesmo evangelho político, ou pelo menos prestar nas vésperas da investidura o juramento de obediência.

E' escusado dizer que os dois concorrentes às cadeiras da Academia não perderam aquela nobre postura política de independência e profunda convicção.

O govêrno de 19 de setembro, que tinha suas vinganças a preencher, e obstáculos a pôr a tôda a prosperidade que pudesse tocar a algum liberal, usou *do direito* dos tiranos, anulando o concurso por caprichosa nulidade, e que em nada podia afetar a regularidade da prova, e muito menos pôr em dúvida o alto merecimento dos candidatos. A *verdadeira* nulidade foi a opinião política a que pertenciam os dois concorrentes.

O govêrno fez de sua vontade lei. Os amigos dos Drs. Carrão e Gabriel viram com razão na anulação do concurso uma inspiração política, e molestados entenderam pedir-lhes que não mais concorressem até que mu-

dasse o espírito do govêrno, que estava disposto a anular todos os concursos em que fôssem aprovados e propostos brasileiros liberais.

Eleito deputado suplente à assembléia geral em 1840, esteve nas sessões preparatórias da Câmara dissolvida prèviamente em 1842.

Seus princípios de ordem e de liberal moderado repugnaram com o projeto da revolução de 1842 nas províncias de S. Paulo e Minas Gerais. Quando foi ocasião de ser consultado por seus amigos, o Dr. João da Silva Carrão ainda tentou persuadi-los da temeridade, senão loucura, de semelhante tentativa de vencer pelas armas as idéias retrógradas do govêrno de então. Mas a febre do entusiasmo e a confiança de uma quase unânime adesão da província ao movimento armado os ensurdecia às vozes da razão calma e não comprometida.

Vencido em seu parecer pelo número, nem por isso o Dr. João da Silva Carrão se deixou dominar; porém não teve outro remédio senão o silêncio. Ah! quantas alusões se fizeram, quantas suspeitas cruéis e injustas, quantas murmurações! Entretanto era de mister sofrê-las sem desabafo, porque os homens de bem pertencem a um partido, como a uma família pertence o filho.

Não conhecemos alguem em política que padeça com mais resignação a proscrição, nem tampouco quem tenha esperança mais viva no futuro.

A proscrição política que padecera em virtude da revolução vencida não o acovardou. O futuro é a grande vingança dos espíritos resignados, e a esperança das idéias oprimidas, porém não batidas.

O jurisconsulto da altura do Dr. João da Silva Carrão não tem precisão da generosidade dos governos para conquistar uma vida cômoda, senão feliz. A inteireza de seu caráter, e a severidade a que sua alma se tinha habituado não podiam suportar a humilhação, e nem tampouco as transações da política.

Em 1843 fixou sua residência na cidade de S. Paulo, e abriu escritório de advocacia. O advogado se nivelou com o jurisconsulto, inspirando a maior e mais viva confiança a todos que o procuravam para dar remédio a seus sofrimentos. A pobreza encontrou um vingador de prestígio e de saber; a riqueza um amparo forte; o arbítrio um censor circunspecto, e por isso mesmo cruel.

Sua reputação correu a província, e de remotos têrmos vinham a seu escritório clientes animados de esperança no patrono que a popularidade de um grande nome lhes designava.

Tem sido um verdadeiro sacerdote da nobre profissão do advogado. Nesta gloriosa arena adquiriu os mais vigorosos títulos ao reconhecimento

do povo, que procurou sempre ansioso as urnas eleitorais para conferir-lhe o mandato legislativo.

Se a fôrça mais de uma vez pesou sôbre a consciência pública, de sorte que ficou privada de se exprimir livremente, todavia não foi menos grato ao candidato do povo os nobres esforços empregados para seu triunfo.

O sucesso não é a medida da justiça, nem o correlativo da verdade.

Em 1844, quando já tinham serenado os ódios que a revolução de 1842 atiçara, e parecia dever começar o trabalho da razão desprevenida na indagação do passado, criou o Dr. Carrão com o conselheiro Campos Melo um periódico político denominado *Americano*, com o propósito de explicar as causas da revolução, e apagar as negras sombras com que os adversários enegreciam aquêles acontecimentos, para mais fàcilmente desmoralizarem o Partido Liberal da província, e ungirem com a salvação pública os golpes que da côrte descarregaram os arautos do Partido Saquarema contra os chefes daquela crença.

Era de mister preparar o futuro de uma religião política vencida e perseguida, o que não se podia conseguir sem moralizar aqueles fatos anormais, que determinaram o triste acontecimento da revolução, de cujos efeitos e existência também eram responsáveis em mor parte seus provocadores.

O *Americano* falou a linguagem da moderação, raciocinou. E com êste espírito obteve assinalados triunfos na opinião, que afinal veio a ter um juízo verdadeiro sôbre o estado do Partido liberal antes e no tempo da revolução armada.

Os chefes do partido liberal não perdoaram ao filósofo e ao escritor imparcial a independência com que condenara a revolução da qual êles haviam tomado a direção suprema. Aguardaram o dia da eleição para se vingarem, excluindo da chapa liberal o nome do Dr. João da Silva Carrão.

Assim são os homens: aborrecem a verdade, porque com sua franqueza lhes molesta o amor-próprio, e amam a lisonja e a mentira, porque estão sempre prontas a santificar seus erros.

O povo repugnou subscrever ao ato de proscrição que os chefes do Partido Liberal haviam lavrado com tanta fraqueza; e apesar da união em que o partido vivia, a desobediência a um tal decreto se tornou inevitável.

O Dr. João da Silva Carrão foi eleito primeiro suplente à deputação geral, e tomou assento na Câmara em 1846!

Em 1845 foi nomeado lente da Faculdade de Direito em S. Paulo depois de um concurso brilhante e de proposta de seu nome ao govêrno pela congregação da Faculdade. A vara da proscrição não pesava mais sôbre o Partido Liberal. Estava no poder o ministério de 2 de fevereiro.

Sôbre a profundeza de seus conhecimentos juridicos, de sua palavra clara, sistemática e correta, de sua lógica vigorosa, são testemunhas sinceras todos êsses jovens que tiveram a fortuna de receber suas lições.

O direito à sua voz como que se aviventa e toma tôdas as proporções gigantecas da ciência da vida social.

Êle expica a lei em sua origem histórica, com sua filosofia e seu desenvolvimento no tempo. Na Academia é um grande jurisconsulto, na imprensa um distinto publicista, no escritório um exímio advogado. A seu raciocínio corresponde a convicção; os espíritos robustos se dobram submissos à poderosa pressão de sua lógica de ferro: se não fôra seu amor pela verdade, êle a poderia fazer passar pelos cadinhos de sua dialética de modo a desvirtuá-la, iludindo aos mais atilados. Não o faz, porquanto seu espírito aborrece o paradoxo; porém em algum dia de ostentação acadêmica, principalmente em provas de doutoramento, leva de vencida aos primeiros acometimentos os espíritos mais preparados.

Foi membro da Assembléia Provincial de S. Paulo nos anos de 1842 a 1843, de 1846 a 1849, de 1856 a 1857. A instrução pública, as finanças e melhoramentos materiais, receberam impulsos benéficos de sua alta razão legislativa, dos quais ainda goza a província.

Nos dias da desgraça e na hora da adversidade do Partido Liberal de S. Paulo o primeiro homem que aparecia para animar os amigos e prepará-los para a resistência era o Dr. João da Silva Carrão.

Em 1849, que a infeliz revolução de Pernambuco tinha acabado por desfechar tão rude golpe no Partido Liberal, criou o Dr. Carrão em S. Paulo o *Ipiranga*, que foi por muitos anos o mais temível campeão das idéias liberais na imprensa, e um centro de unidade, de fôrça e de desafôgo ao sofrimento. Nunca faltou a esta fôlha dignidade e moderação. Sua coleção é uma erudita obra de direito público, e uma história vivaz, sim, mas fiel das lutas políticas daqueles tempos.

O *Ipiranga* foi um belo estandarte, e todo aquêle que se bateu à sua sombra deve ter uma grande ufania. Ao Dr. Carrão ficará a glória de ter dado palavra e tribuna a um grande e patriótico partido nos anos de oposição e de padecimentos.

Em 1856 foi eleito deputado geral pelo 1º distrito eleitoral (o da capital) da província, apesar de ser o colégio eleitoral em sua maioria composto de membros do partido outrora chamado Saquarema. Sua candidatura foi aceita pelos próprios adversários, tal é a confiança que seu merecimento inspira, e tal é a prova solene e irrecusável de sua moderação.

Atendendo o govêrno imperial sôbre suas brilhantes qualidades para executar fiel e proveitosamente a política da conciliação na longínqua província do Grão Pará, o nomeou em 1857 seu presidente. Em menos de um ano o jurisconsulto, o publicista, e o advogado mostrou seu grande talento administrativo, e preencheu sua missão tão exatamente, que os próprios inimigos políticos não acharam motivo razoável de censura.

Aqui para sua carreira pública. Que Deus lhe conceda muitos anos de vida para que o nosso país possa usufruir todos os benefícios que tem direito de esperar de uma inteligência tão avultada e de um coração tão puro.

A. Sisson Lith.   Lith. de Mello Rio de Janeiro

CONDE DE SANTA CRUZ

ARCEBISPO DA BAHIA PRIMAZ DO IMPERIO DO BRAZIL

Romualdo, Arcebispo da Bahia

Conde de Sta. Cruz, Arcebispo da Bahia

O Exmo e Revmo. Sr. D. ROMUALDO ANTÔNIO DE SEIXAS, atual arcebispo da Bahia, e metropolita do Império do Brasil, seu primaz, e uma de suas maiores glórias nas letras e virtudes, nasceu em Camutá vila e hoje cidade da provincia do Grão-Pará, no dia 7 de fevereiro de 1787, de pais honrados, ainda que pouco favorecidos da fortuna, o Sr. Francisco Justiniano de Seixas e a Sra. D. Angela de Sousa Bittencourt.

Sua família pertencia às mais antigas e principais da província. Como fôsse êle o primeiro fruto do feliz consórcio de seus pais, era o ídolo e o objeto da ternura dêles a tal ponto, que desejando seu pai enviá-lo à capital para aí receber a educação literária, sentia tão viva saudade, que declarava desistir dessa resolução, se no momento da partida seu filho chorasse. Mas tão grande vontade mostrava já o jovem Romualdo de se entregar às letras, de que havia de ser tão extremado cultor, que apesar da tenra idade de 7 anos, e do afeto filial tão natural na infância, não só não derramou uma só lagrima, mas até manifestou satisfação e alegria, como pressentindo naquele primeiro passo de sua vida a glória que o esperava no mundo literário, e que compensaria a seus desvelados pais a pena daquela ausência.

Seu tio o padre Romualdo de Sousa Coelho, a quem fôra recomendado, e que era então secretário do Exmo. Bispo Diocesano D. Manuel de Almeida de Carvalho, o fez entrar no Seminário Episcopal, onde esteve por espaço de um ano, passando logo depois para a companhia do mesmo seu tio, que residia no próprio palácio do prelado. Continuou porém o jovem Romualdo a freqüentar o Seminário como aluno externo, sem que todavia lhe faltassem as condições do internato, tão necessário para inspirar nos candidatos ao sacerdócio os sentimentos de sólida piedade porque as proporcionavam em alto grau a casa de bispo tão virtuoso, e os exemplos de tão digno mentor.

Estudou gramática latina no espaço de 3 anos, e com tanta distinção, que seu professor, um dos mais hábeis que há tido aquela província, não cessava de o elogiar pùblicamente á face de seus condiscípulos. A par

do muito talento desenvolvia-se nêle um tão vivo ardor pelos estudos, que, aproveitando as treguas dadas aos trabalhos escolares, aprendeu a língua francesa, em que se aperfeiçoou, lendo todos os dias a vida dos Santos escrita nesse idioma, adquirindo ao mesmo tempo com o conhecimento dêste a importante lição das práticas virtudes dos heróis cristãos, como quem havia de ser chamado um dia para as inculcar com a palavra e com ações ao rebanho de Jesus Cristo. Passou depois a freqüentar a aula de Filosofia racional e moral no colégio, que então se abrira no Convento dos Religiosos de Sto. Antônio, por faltar essa aula no Seminário; seus progressos foram rápidos nessa sublime arte de pensamento, e lhe conciliaram particular estima, e consideração de seus mestres, que assim davam testemunhos de admiração ao precoce desenvolvimento com que seu espírito se exercitava nas dissertações sôbre as mais importantes questões de Filosofia. Êsse brilhante comêço de vida literária em um jovem que apenas contava 13 para 14 anos de idade, não podia deixar de atrair a atenção de prelado tão douto como zeloso pelos interesses da Igreja, a cujo ministério se dedicava êsse notável estudante. Sob seus auspícios pois resolveu o padre Romualdo de Sousa Coelho enviar seu sobrinho a Portugal com o fim de concluir os estudos na célebre congregação de S. Felipe Néri, que ainda então florescia em letras e virtudes pelos grandes varões que em seu grêmio possuia.

Foi ali recebido com singular agrado o jovem paraense, de modo que não sendo permitido no 1º ano, em que havia uma espécie de noviciado, freqüentar as aulas, fez-se em seu favor uma exceção de regra, dando-se lhe licença de ouvir as lições de Física do insigne padre Teodoro de Almeida.

Depois de dois anos, em que muito aproveitou com tão grandes mestres, foi indispensável regressar a seu país; mas demorando-se ainda alguns meses em Lisboa, empregou-os com tino e gôsto, em visitar as bibliotecas e outros estabelecimentos literários, e bem assim em aperfeiçoar-se no estudo da eloqüência e outros ramos de literatura na companhia do famoso Doutor José Joaquim Ferreira de Moura, que depois foi um dos principais ornamentos das côrtes de Portugal, e que muito o apreciava, convidando-o para diversos exercícios literários.

Voltando ao Pará na idade de 18 anos, desejava muito o prelado, seu benfeitor, achar uma oportunidade, em que pudesse fazer brilhar os talentos do seu protegido, e essa não se fez muito esperar à generosa benevolência do ilustre protetor, porquanto, abrindo-se então a Aula Pùblica de Filosofia com grande solenidade e assistência do capitão general Conde dos Arcos, de cujo govêrno receberam as letras entre nós a mais viva animação,

foi o jovem Romualdo encarregado de recitar, depois da Oração inaugural do respectivo professor, um discurso análogo ao objeto, comissão que desempenhou com grande e geral aplauso. Desde então o Conde dos Arcos o honrou com sua estima, e não cessou de tecer elogios ao seu talento, mesmo depois que se retirara para o Rio de Janeiro.

Sendo iniciado no Estado Eclesiástico pela recepção da prima tonsura, foi logo nomeado mestre de cerimônias do sólio; e depois, chamado ao magistério no Seminário Eclesiástico, ocupou sucessivamente desde a idade de 19 anos, as cadeiras de Gramática latina, Retórica e Poética, Filosofia Racional e Moral, língua francesa, e ùltimamente Teologia Dogmática, com notável aproveitamento de seus discípulos, alguns dos quais ainda hoje se distinguem por suas luzes e posição social, sendo essa uma das época em que mais floresceu em letras o mencionado Seminário.

Chegando à competente idade de 21 anos recebeu a ordem subdiaconal; e como uma graça especial de seu prelado e por tantos títulos merecida, teve logo a permissão de anunciar a palavra divina, sendo os seus primeiros ensaios na oratória sagrada, cujo modêlo veio a ser, a panegírico de S. Tomás de Aquino, que êle havia escolhido para protetor de sua aula, e que o improvisou por haver adoecido na véspera da festividade o Exmo. Bispo Diocesano, que o havia prometido pregar; e poucos dias depois o de Santana na então Vila de Canutá.

Exercia pela segunda vez o Magistério de Filosofía, e havia já recebido a ordem de Diácono. quando por ocasião da chegada do Príncipe Regente e sua côrte ao Rio de Janeiro o elegeu o mesmo Bispo D. Manuel de Almeida para ir em seu nome cumprimentar o soberano, e ao mesmo tempo tratar de graves e importantes negócios da diocese. Nem a pouca idade, nem a circunstância de não ter ainda as ordens tôdas, foram dificuldade para essa preferência tão justificada pela circunspeção de seu caráter, pela soma de seus conhecimentos e gravidade de costumes.

Acompanhado de outro jovem eclesiástico, vice-reitor do Seminario. partiu a cumprir essa honrosa comissão com viagem laboriosa e longa, porque em tal época mui poucas comunicações havia para o Rio de Janeiro.

Foi preciso começá-la dirigindo-se pelo interior da província até a cidade de S. Luís do Maranhão, onde perto de um mês esperou que se concluisse o fabrico da embarcação que o conduziu a Pernambuco com escala pelo Ceará em cuja capital se demorou alguns dias, e 18 naquela outra.

Nessas capitais recebeu muitas demonstrações de hospitalidade e benevolência, que suavizaram os penosos sofrimentos e até mesmo priva-

ções de viagem tão incômoda como incerta. De Pernambuco seguiu para o lugar do seu destino em uma excelente galera, onde encontrou tôda a sorte de comodidades, e excelentes companheiros.

Chegando à nova côrte do Brasil teve com o seu colega a honra de apresentar-se ao Principe Regente, que os acolheu com singular benignidade, mostrando grande prazer por êsse testemunho de vassalagem enviado de uma das mais remotas provincias de seus Estados.

Cumprida esta primeira parte de sua missão, passou a tratar dos negócios, de que ia encarregado, sendo o principal dêles o conflito do seu prelado com a junta da Coroa, que por ocasião do recurso interposto por um padre criminoso, a quem êle suspendera do exercicio de suas ordens, procedera até ocupar-lhe as temporalidades.

Nessa ocasião não só mereceram os dois jovens eclesiásticos o mais distinto acolhimento da parte de Sua Majestade, mas tambem êste os agraciou com a mercê do hábito de Cristo, e promoveu-os às cadeiras de Cônego da Sé do Pará, então vagas.

Regressando ambos à sua provincia, recebeu o cônego Romualdo a sagrada Ordem de Presbitero, e celebrou a sua primeira missa na igreja paroquial de Camutá no dia 1.º de Novembro de 1810, algum tempo depois de tomar posse de seu canonicato.

Sempre afeiçoado à terra de seu nascimento, foi nela por algum tempo prestar os serviços de vigário encomendado, até que de novo chamado à capital exerceu os cargos de provisor e vigário geral durante a ausência de seu tio o cônego Romualdo de Sousa Coelho, que fôra pelo referido prelado enviado ao Rio de Janeiro para assistir à coroação do Rei. Vagou a Sé do Pará pela morte de seu bispo, e sendo o cônego Sousa Coelho nomeado vigario capitular, e alguns meses depois sucessor no bispado, partiu novamente para a côrte a esperar as bulas de confirmação, ficando entretanto seu sobrinho o cônego Seixas eleito para o substituir no dito cargo de vigário capitular. Coube a êsse jovem e já tão distinto eclesiástico a honra de pregar nas exéquias do dito seu prelado e benfeitor. Ninguém certamente estava mais habilitado para tecer o elogio do ilustre finado do que aquêle que testemunhára tão de perto suas virtudes. Essa tocante e eloqüente oração fúnebre, em que as evangêlicas ações do morto realçam nas pompas do estilo e na linguagem sentimental do orador, profundamente comovido por tão grande perda, foi impressa em Lisboa, merecendo que um dos mais insignes pregadores dessa capital, a cuja censura fôra submetida, dissesse que o autor do discurso começava por onde os outros acabavam.

Por êste tempo chegaram ao Pará os dois sábios naturalistas alemães Drs. Spix e Martius, com o fim de fazerem explorações cientificas;

distinguindo logo o subido mérito do vigário capitular dessa diocese, contraíram com êle íntimas relações de amizade, e quando voltaram à Europa, lhe enviaram de lá o diploma de sócio da Real Academia das Ciências de Munich.

Proclamando-se em Lisboa a constituição, teve de se organizar no Pará a junta provisoria, que devia governar a província; e era tão proeminente o conceito do Sr. Romualdo Antônio de Seixas, que sôbre sua pessoa recaiu a eleição de membro e presidente da referida junta; prestando nessa qualidade relevantes serviços, ao país, como fôsse, entre outros tão conhecidos dos paraenses, a abertura de um canal da maior urgência para o comércio por facilitar a comunicação com o interior da província; o projeto da uma estatística da mesma, nomeando-se para êsse efeito comissões sob a direção do ilustrado tenente-coronel Baiena; a conclusão do fabrico da fragata *Imperatriz* individual, e as missões entre os índios do alto Amazonas.

Obrigado pela fôrça armada a aceitar pela segunda vez a presidência da nova junta provisória em 1823, quando ainda o Brasil se achava unido a Portugal, fez o relevantíssimo serviço de salvar a vida de alguns jovens das principais famílias, que havendo imprudente e prematuramente proclamado a Independência, tinham sido condenados à morte, conseguindo o sr. Seixas, a despeito de furiosa resistência dos chefes militares, e com risco de sua própria existência, que êles fôssem enviados a Lisboa com o aparente pretexto de solicitar-se a aprovação do poder moderador, mas com a oculta confiança de que só assim os poderia subtrair ao infame suplício, como de fato aconteceu, regressando êles imediatamente salvos ao seio da pátria por cuja liberdade se haviam sacrificado. Essa salvadora medida, proposta pelo humaníssimo e patriota presidente da junta, por meio de uma enérgica indicação, em que demonstrava sua conveniência política, causou geral satisfação, iluminando-se nessa noite quase tôda a cidade.

Esforçando-se a metrópole por conservar o Brasil ligado a seu jugo, e resolvendo-se nesse intuito organizar um conselho de Estado composto de portuguêses, e ultramarinos, foi o Sr. Seixas um dos nomeados membros do referido conselho por proposta das côrtes, mas não chegou a tomar posse desse cargo, por haver caído a constituição em Portugal. Por esta ocasião foi também eleito deputado suplente às côrtes.

Proclamada a Independência do Brasil, foi eleito deputado pela sua província à assembléia geral legislativa, e bem assim membro do conselho geral da mesma província, e só deixou de entrar na lista tríplice para

senador, porque, sendo eleito, apressou-se em declarar que ainda não tinha a competente idade, pois que contava 38 anos.

Partindo como deputado para o Rio de Janeiro, S. M. o Snr. D. Pedro I começou logo a distinguí-lo com sua particular estima e benevolência. Na pomposa cerimônia da apresentação do recem-nascido Príncipe Imperial (hoje Imperador o Sr. D. Pedro II) coube-lhe a honra de pregar um eloqüente discurso, que correu impresso por todo o Império. No fim da sessão legislativa, quando se preparava para regressar à sua província, foi nas vésperas da partida tão digna e providencialmente nomeado arcebispo da Bahia por decreto de 12 de outubro de 1826.

Nomeação verdadeiramente inspirada pelo céu, e cujo acêrto, confirmado por uma série de fatos gloriosos, honra sobremaneira o príncipe que a fez.

Êsse inesperado acontecimento, mudando todos os planos do distinto deputado pelo Pará, roubando-o talvez para sempre de suas vistas para o colocar na eminente dignidade de primaz de todo o Império obrigou-o a ficar na côrte, aguardando as bulas de sua confirmação.

Nesse ínterim falecendo a 1.ª Imperatriz, foi o arcebispo eleito da Bahia encarregado de pregar a oração fúnebre, que corre também impressa na coleção de seus primorosos escritos.

Sendo expedidas as bulas de confirmação em 30 de maio de 1827 pelo Smo. P. Leão XII, teve lugar a sagração do Exmo. Sr. D. Romualdo de Seixas no dia 28 de outubro de 1827 na Capela Imperial, sendo seu sagrante o Exmo. Bispo Capelão-Mór D. José Caitano da Silva Coutinho, e recebeu o pálio das mãos do mesmo prelado na sua capela episcopal no dia 4 de novembro seguinte, assistindo a esta cerimonia os exmos. bispos do Maranhão e de S. Paulo.

Em data de 18 de maio de 1828 dirigiu êle da côrte sua primeira carta pastoral, saudando os seus diocesanos na efusão daquele zêlo e caridade que caracterizaram os escolhidos de Deus.

Não lhe sendo possível logo tomar pessoalmente posse do arcebispado, nomeou para êsse fim na qualidade de governador o cônego deputado geral pela Bahia o Dr. José Cardoso Pereira de Melo, que em nome de S. Excia. Revma. a realizou no dia 31 de janeiro de 1828 com grande pompa e solenidade.

Na sessão legislativa de 1828 foi eleito Presidente da Câmara, cargo que exerceu sucessivamente até o fim da mesma sessão, e depois do encerramento desta partiu para a Bahia, em cujo pôrto chegou no dia 26 de novembro pelas 4 horas da tarde, recebendo tôdas as honras e conti-

nências devidas à dignidade episcopal, e bem assim as maiores demonstrações de público regozijo.

Órfã de pastor há tantos anos, a Diocese bahiana saudava justamente jubilosa àquele que juntando a tão eminente poder o prestígio do saber e das virtudes, trazia a bem fundada esperança de restaurá-la na disciplina e na fé.

A cerimônia da entrada solene fez-se dois dias depois (28) saindo da Igreja do Mosteiro de S. Bento o préstito brilhante e numeroso, como pedia a grandeza desse ato.

Na legislatura de 1834 a Bahia, testemunhando o elevado mérito de seu digno prelado, espontâneamente o elegeu deputado geral à assembléia, porque então o voto era ainda a expressão da vontade popular. Nessa, assim como na anterior e subseqüentes legislaturas, em que continuou a ter assento na câmara temporária, prestou os mais assinalados serviços à religião e à pátria, como fôssem entre outros, a sustentação do celibato clerical, dos impedimentos matrimoniais, dos direitos da Sta. Sé sôbre a confirmação dos bispos, e de outros pontos concernentes à disciplina da Igreja, que haviam sido atacados por alguns membros da mesma câmara.

Sua palavra, sempre eloqüente, pugnou com enérgica dedicação pela edificação ou melhoramentos dos seminários, como o meio mais eficaz da regeneração do clero; advogou com patriótico e evangélico zêlo a causa da liberdade e civilização dos indígenas, bem como a utilidade das Missões, repelindo vitoriosamente, auxiliado de outros ilustres parlamentares, o projeto anticatólico apresentado pelo govêrno, mandando vir Irmãs Moraves para catequizarem os ditos indígenas.

Vivamente empenhado em remover do clero tudo quanto o pudesse figurar odioso aos olhos do povo, e desviá-lo da brandura de seu ministério, propôs a lei que isentou os párocos do Império do cargo de juiz de paz, a que então se achavam anexas algumas atribuições criminais, isenção que ao depois conseguiu das assembléias provinciais da Bahia e de Sergipe estender a todos os eclesiásticos, não só relativamente a êsse cargo, mas tambem aos de promotor público, jurado e ao alistamento da Guarda Nacional.

Obteve mais a reforma da relação metropolitana, e o aumento de seus ordenados; finalmente não houve questão ou controvérsia alguma, que tocasse nos interêsses da Religião, e na liberdade e independência da Igreja, em que sua voz poderosa e ilustrada se não erguesse para os defender.

Igual zêlo, e incansável patriotismo demonstrou nos negócios civis ou políticos. Foi sua a indicação que, acolhida com aplauso, se conver-

teu em lei decretando o pagamento das dividas contraídas pela finada 1.ª Imperatriz, cuja dotação prescrita pela Constituição ainda se não havia votado.

Foi êle que primeiro propôs a navegação a vapor nas águas do Amazonas, e a elevação do Rio Negro à categoria de província, projetos de incalculáveis vantagens, e que, não sendo então estas devidamente compreendidas, ficaram adiados, não podendo todavia deixar de ser um dia apreciados, como foram em épocas bem recentes, reproduzidos por outros deputados, e passando em ambas as câmaras.

Na famosa sessão de 1836 pertenceu à ilustre oposição, que fez baquear o Regente Feijó, sucedendo na Regência do Império o senador Pedro de Araújo Lima, hoje Marquês de Olinda.

Na desagradável questão sobre a remoção do tutor dos príncipes filhos de S. M. Pedro I, o benemérito José Bonifácio de Andrada, declarou-se altamente o Exmo. Sr. Arcebispo contra semelhante medida, unindo-se aos defensores dêste grande homem.

Na outra ainda mais desagradável do banimento do imortal príncipe, fundador do Império, colocou-se à frente dos 17 deputados que votaram e declararam seus votos contra êsse triste projeto, que por honra do país caiu no senado.

Ocupou de novo a cadeira da presidência da Câmara temporária na 1.ª sessão da Legislatura de 1838 até o mês de agôsto, em que pediu dispensa de continuar nesse cargo em razão de moléstia, e a obteve não sem dificuldade.

Nesse mesmo ano, a 18 de julho, presidiu, como Metropólita e Primaz do Brasil, a brilhante cerimônia da sagração de S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro II.

Seu profundo saber, circunspeção, firmeza de caráter, posição social e afabilidade, lhe granjearam sempre na câmara temporária o maior respeito e simpatias da parte de seus colegas, de modo que, para não citar outros fatos, pedindo o sr. Arcebispo a palavra para opor-se a um tópico da resposta à Fala do Trono, de que era relator o ilustre Antônio Carlos de Andrada, êste apressou-se a entender-se com aquêle prelado, não hesitando em modificar os têrmos em que era concebido o referido tópico, por não estar muito de acôrdo com as crenças religiosas.

Tendo votado pelo tratado entre o Brasil e Portugal com os Srs. Calmon (hoje Marquês de Abrantes), Paim e Galvão, deputados pela Bahia, sofreu com êstes viva guerra e injúrias de alguns jornais da mesma província, de forma que procedendo-se à eleição para a dita legislatura de 1838, foi apenas eleito 1.º suplente; mas como, em conseqüencia da revo-

lução do Pará, ainda se não tinha ali feito a eleição dos seus deputados, apenas constou aquela exclusão pela Bahia, foi o digno Sr. Arcebispo eleito 1.º deputado por sua província natal, que assim vingou a gratidão do país; porquanto êsse mesmo tratado era tão vantajoso aos interêsses do Brasil, que os jornais de Lisboa por êsse motivo fizeram graves censuras contra o agente português que o negociou; e em uma excelente memória que publicou na Bahia o sábio Padre Francisco Agostinho Gomes foram estas vantagens plenamente demonstradas.

Não podendo ir ao Rio de Janeiro para a 2.ª sessão de 1838, recebeu com surpresa o decreto que o nomeava ministro do Império, com um convite sobremodo honroso do Regente Marquês de Olinda; mas não julgando o Sr. Arcebeispo na sua tão reconhecida modéstia, que pudesse prestar ao gabinete os serviços que reclamava a crítica posição do Império, escusou-se a tôdas as instâcias que se lhe fizeram para aceitar êste eminente cargo.

A sessão de 1841 foi a última em que compareceu na Câmara, porque daí em diante não se ocupou mais do que do Regime de sua Diocese.

Na assembléia provincial da Bahia, a que pertenceu por muito tempo desde sua instalação, ofereceu as mesmas provas de solicitude e zêlo pelos interêsses do país e da Igreja, existindo muitos monumentos dêsses serviços nos seus sábios escritos.

Além da 1.ª eleição para senador, malograda pela sua declaração de falta de idade, como mais acima dissemos, foi ainda votado e entrou na lista tríplice pelo Pará em duas ou três subseqüentes eleições; porém, apesar dos votos tão espontâneamente pronunciados e repetidos de seus patrícios, apesar da opinião pública, e da sua alta posição e serviços, nunca foi escolhido. A propósito dessas exclusões tôdas que nos abstemos de qualificar, dizia êle — que não tinha vocação para senador. Mais modesto que êsse célebre varão na antiguidade, cujo nome nos não lembra, que exclamou congratulando-se com sua pátria por haver esta achado outros mais dignos de ocupar o cargo por êle solicitado, o Sr. Arcebispo opôs-se aos seus amigos na Bahia quando por vêzes pretenderam propô-lo candidato à senatoria, dizendo que esta província abundava em ilustrações, a que êle não podia ser preferido.

A maior parte dos gabinetes o hão tratado sempre com muita deferência e consideração. Rebentando no Pará a revolução de 1835, recebeu por aviso do ministro do Império insinuação da Regência para dirigir uma pastoral aos habitantes dessa província, persuadindo-lhes que depusessem as armas, e voltassem à ordem e à obediência das instituições. Sempre pronto a prestar-se ao serviço da pátria, onde quer que êle fôsse

reclamado, assim o praticou, sendo portador da pastoral o ilustre general Manuel Jorge Rodrigues, que nessa expedição contra os rebeldes teve, por um grande recurso da estrategia militar o poderoso prestígio dessa palavra doce e eficaz do eloqüente prelado.

Quando em 1837 o grito revolucionário da República lançou por terra na capital da Bahia as instituições juradas, retirando-se com as mais autoridades para o Recôncavo, aí publicou duas pastorais, que produziram feliz impressão, reanimando os sentimentos de lealdade e coragem dos habitantes.

Então quase todos os membros do gabinete lhe dirigiram por êste motivo palavras de felicitação e agradecimento, exprimindo-se um, que essas pastorais tinham valido um exército. Expressão tanto mais verdadeira quanto é certo, que a fôrça pode abafar as revoluções, mas que não as destrói se a convicção não acalma a agitação das idéias que se traduzem nas comoções populares.

Já em outra época, quando por ocasião da abdicação do Sr. D. Pedro I, a capital da Bahia viu-se ameaçada de uma desastrosa guerra civil, a ponto de se reunirem os dois partidos auxiliares pela fôrça armada, um no forte de São Pedro, e outro no quartel da Palma, muito concorreu o Sr. Arcebispo para os reconciliar, indo pessoalmente falar-lhes, e assim se restituiu a tranqüilidade pública.

Nas numerosas relações que tem entretido sempre com pessoas distintas, ou em dignidade, ou em saber, há recebido constantemente os mais lisonjeiros testemunhos de aprêço e admiração. Os soberanos pontífices Gregório XVI e Pio IX o honraram com breves epistolares demonstrativos do mais alto conceito, e o mesmo mereceu sempre dos delegados da Santa Sé desde o Arcebispo de Tarso até o de Edessa, ùltimamente falecido.

Não só muitos dos nossos bispos, vigários capitulares, e párocos, se gloriam de consultar suas luzes em matéria da administração pastoral, mas também muitos seculares ilustrados se não tem dedignado de recorrer nas suas dúvidas e controvérsias a essa subida inteligência, que o distinto literato e cronista mor do Império o Sr. coronel Inácio Acioli de Cerqueira e Silva não duvidou classificar como a primeira do país na sua breve, porém luminosa História do Brasil.

Para corroborar esta verdade citaremos o distinto publicista Silvestre Pinheiro, que não só lhe enviava as suas obras, como também submeteu ao seu exame e juízo algumas antes de as dar aos prelos. O já referido naturalista alemão Dr. Martius, além da muito honrosa menção que faz de S. Excia. na sua viagem ao Brasil, há entretido com êle uma

interessante correspondência dando-lhe o epíteto de mestre. O célebre poeta o Sr. Antônio Feliciano de Castilho, cujo nome, como de Camões, basta para imortalizar uma nação, tributa em suas cartas ao ilustre prelado brasileiro o maior testemunho de respeito aos seus conhecimentos científicos. O seu irmão o Sr. Conselheiro José Feliciano de Castilho, também distinto literato, lhe dedicou a sua interessante tradução da — Mulher Católica — com as mais lisonjeiras expressões.

O benemérito falecido cônego Luís Gonçalves do Santos, em cujos escritos teve sempre a Igreja o mais estrênuo defensor, não tem para assim dizer uma página em suas obras, que não seja uma homenagem ao saber do respeitável Metropolita. O sábio lente de Direito Eclesiástico da Academia de Olinda, o Sr. Dr. Vilela Tavares, não obstante a renhida discussão que teve com o Sr. Arcebispo acêrca de alguns pontos dessa ciência, acaba de tecer-lhe os maiores elogios no belo discurso com que abriu a sua aula no corrente ano. Tanto é certo, que nas lutas da inteligências os espíritos elevados tendem a se aproximar pela fôrça irresistível da verdade, ainda quando se combatem. O famoso orador sagrado Montealverne, glória do púlpito brasileiro, e do Monarca que o estima como Luís XV a Bossuet, não menos modesto que ilustrado, folga de humilhar-se nas suas cartas ante a sabedoria do Arcebispo da Bahia. Ultrapassaríamos os curtos limites que nos temos traçado se fôramos mencionar todos os nomes daqueles literatos nacionais e estrangeiros que o honram com sua admiração.

O Instituto da Africa em Paris, que conta em seu grêmio um grande número de altos personagens de todos os países, o nomeou seu presidente honorário vitalício.

A Academia Real das Ciências de Munich, a Sociedade dos Antiquários do Norte na Dinamarca se honram de tê-lo por sócio correspondente, e da mesma sorte o Instituto Histórico e Geográfico e a Sociedade das Belas Artes do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, e outras associações a que pertence como sócio honorário.

Com um nome europeu na república das letras, nenhum título mais honroso para êle que o de sábio dado por autoridade de incontestável competência na matéria, era portanto de honra para o seu país, distingui-lo entre seus concidadãos com essas condecorações, sòmente valiosas quando concedidas ao mérito. S. M. o Sr. D. Pedro I, de saudosa memória, além de outras provas de particular aprêço, com que sabia estimar o verdadeiro merecimento dos servidores do Estado, condecorou o Exmo. Arcebispo da Bahia antes de sua elevação ao Episcopado nomeando-o pregador de sua

Imperial Capela, e depois grande dignitário da Ordem da Rosa; e o Sr. D. Pedro II concedeu-lhe a graça de Grão Cruz da Ordem de Cristo.

Alheio aos negócios políticos do país e descansando, à sombra do santuário, dessas fadigas tão gloriosas em pról da pátria, em uma vida mais conforme talvez a seus cômodos e gôsto, o Sr. D. Romualdo Antônio de Seixas entrega-se absolutamente ao cultivo das letras cujo amor nunca morre no gênio, e ao regime de sua venturosa diocese, em que não menos importantes serviços continua a prestar à religião e ao país.

O seu primeiro cuidado no govêrno da diocese há sido a educação do clero, como a fonte da regeneração do povo nos sólidos princípios da fé e dos costumes. Com êste intuito fundou o grande Seminário Eclesiástico que pouco a pouco se tem elevado ao estado lisonjeiro que hoje se observa, e onde o padre que antes dessa criação se ordenava com algumas noções apenas de Teologia Moral, hoje é obrigado a freqüentar, em um curso de 4 anos, as aulas de História Sagrada e Eclesiástica, Exegética. Direito Natural, Teologia, Dogma e Moral, Direito Canônico, Eloqüência Sagrada, Canto Gregoriano e Liturgia; e a par dos estudos profissionais recebe êsses hábitos de piedade e abnegação; que formam a parte mais essencial do sacerdócio.

Para conseguir êsse duplo elemento, que constitui o verdadeiro padre católico, S. Excia., a exemplo de veneráveis bispos, confiou aos padres da congregação da Missão, como especialmente habilitados por seu instituto, não só a direção do grande Seminário, como também a de um outro pequeno Seminário, que estabeleceu como preparatório para o outro, e que possui as cadeiras de latim, francês, grego, geografia, filosofia, e retórica, pagas pelos cofres públicos.

É inegável o benefício dêsse estabelecimento, donde tem saído eclesiástico que pouco a pouco se tem elevado ao estado lisonjeiro que hoje grande proveito público, e edificação dos fiéis, até em outras dioceses do Império.

Em diversas e luminosas pastorais, e bem assim por todos os meios a seu alcance, não tem cessado de exortar e providenciar acêrca da residência dos párocos, administração dos sacramentos, explicação do Evangelho, conferências eclesiásticas em tôdas as paróquias, e outros objetos concernentes à disciplina e à fé.

Acompanhando sempre o espírito público na sua firme adesão e amor ao sistema monárquico constitucional, tem sido sempre solícito em ordenar as preces ou ações de graças conforme as diversas ocorrências relativas aos membros da dinastia imperial, e aos fastos da nação.

Nada esquecendo de seus deveres pastorais, não obstante sua provecta idade e fadigas, em 1845 e 1846 visitou pessoalmente as freguesias do litoral do Recôncavo, onde foi recebido com tôdas as demonstrações de piedoso entusiasmo e amor filial. Nessas visitas tornou-se incansável em exortar de viva voz e por escrito ao clero e aos fiéis ao cumprimento dos respectivos deveres, em regular e reviver o culto divino, na administração do Sacramento da Crisma, e muitas vêzes distribuiu êle mesmo a Sagrada Eucaristia a numerosos fiéis. E se pelo seu mau estado de saúde não estendeu, como desejava, essas visitas até o interior da província, supriu essa falta por meio de seus delegados, e de pastorais.

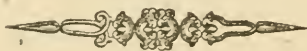
Considerando a educação religiosa da mocidade, especialmente das jovens que um dia constituirão as famílias, principal base da futura felicidade do país, que debaixo dêsse ponto de vista tem pouco merecido, forçoso é dizê-lo, do zêlo do nosso govêrno, aliás louvàvelmente solícito e empenhado em todos os demais melhoramentos materiais e científicos, o exmo. sr. Arcebispo, a despeito de mil dificuldades, que sua dedicação sabe superar, promoveu a fundação de colégios para educação das órfãs e filhas-famílias abastadas sob a direção das virtuosas irmãs de caridade. Fundação que há merecido na experiência de seus visíveis benefícios as bençãos de todos os verdadeiros amigos do país, mau grado essas paixões ruins e mesquinhas, que em tôda a parte se revoltam contra as coisas mais santas, e mais úteis.

Sempre que sua saúde o permite faz a pregação do Evangelho, especialmente no tempo quaresmal na Igreja Catedral, com grande concorrência de fiéis, entre os quais pessoas notáveis por suas luzes e posição: sendo para sentir que suas tão interessantes e eloqüentes homilias não fossem escritas em razão de suas muitas ocupações no imenso expediente de tão vasta diocese.

Possuido de constante zêlo da religião, nos mesmos discursos em que por vêzes falou de objetos profanos, nunca deixou de os cristianizar ou dar-lhes um caráter religioso, como no belo e primoroso improviso, que foi obrigado a fazer no ato solene da inauguração da estrada de ferro depois da cerimônia da bênção, demonstrando que êsses prodígios na ordem material, em que o gênio do homem como que reassume o cetro do poder, que o Criador lhe conferira sôbre tôda a natureza no momento da criação, tinham um fim providencial chamando os homens à fraternidade, ou à unidade religiosa e social, e facilitando por êsses meios a rápida comunicação de suas idéias e interêsses. Essa breve e sublime alocução ex-

citou vivo entusiasmo entre seus numerosos ouvintes, e foi muito aplaudida pelos jornais.

Cercado do maior respeito público em qualquer parte onde comparece, recebe as mais vivas demonstrações de amor e veneração, que merecem suas luzes e virtudes. O homem ilustrado encontra em sua conversação o maior interêsse, o jovem a maior animação, o pobre um socorro, o culpado um juiz benigno. Ninguém se chega para êle, que não fique encantado e satisfeito.

Suas obras impressas, além de alguns avulsos, constam de 5 volumes em 4.º, e o 6.º acha-se nos prelos.

Fr. Francisco do Monte Alverne

Tantos esforços, fadigas tão aturadas eram precisas para deixar um vestígio de minha passágem nesta terra, onde recebi aplausos, coroas e ovações, de que nenhum orador, nenhum filósofo antes de mim usou ainda gloriar-se. (Fr. F. do Monte Alverne, *Conclusão de seus sermões*, vol. 4, pag. 290.)

§ 1.º

NÃO é decerto despida de espinhos a tarefa que tomamos sôbre os nossos ombros, traçando o quadro histórico da vida de Fr. Francisco do Monte Alverne. A época recente de sua morte, os poucos dias passados do período de sua glória, a falta de inteligência daquele que tanto empreende, são dificuldades que só podem ser vencidas pela dedicação do amigo.

Ainda não é tempo para bem julgar aquêle que acaba de descer à sepultura. Ainda a luta do sentimento e da paixão pode abrasar os ânimos, e fulminar o que por nossa consciência, aliás pura e sincera, for ditado em prol do ilustre finado.

E ainda mais crescem os embaraços quando se trata da biografia de um religioso franciscano, isto é, do verdadeiro soldado da Cruz, contra quem se conspira infelizmente o século dezenove, por intermédio de cabeças vertiginosas, que em sua descomunal perseguição desabam nos abismos das contradições, desconhecem as necessidades de seu país, e inconsideradamente procuram destruir o elemento único formador da ilustração, moralidade, e virtude de um bom clero.

São êsses perseguidores contraditórios, porque quando pedem o direito amplo da liberdade dos povos, restringem um dos meios de praticar êsse direito, impedindo a vocação natural de qualquer à vida do claustro.

São desconhecedores das necessidades de seu país. Argumentando com os abusos da instituição, proclamam princípios abstratos, idéias exaltadas que nasceram com a revolução de 1789, e querem, por fôrça de imitação imprudente, que nas terras virgens do Brasil, em seus sertões e campos despidos de civilização, o monge seja uma inutilidade.

Semelhante doutrina só por uma má e desgraçada aplicação pode fecundar em nosso país. Temos ainda necessidade de conquistar e civilizar tribos numerosas de selvagens: essa conquista feita com a espada e o canhão produziria sombras e cadáveres, alcançada com a palavra e

com a Cruz, produzirá novos sêres, que serão outros tantos elementos de uma boa população para o nosso interior. A catequese pois pede novos Anchietas e Nóbregas, êstes só se podem formar no claustro.

E tanto isto é verdade, que ao passo que se parece condenar a ordem monacal, cria-se um centro de missionários estrangeiros. Novo êrro. Desprezam-se os núcleos nacionais que bem dirigidos podem prestar relevantes serviços, e são êles substituidos por estrangeiros, que não têm nem mais inteligência, nem mais vontade, e que nessas missões terão sempre o defeito de viciar a língua portuguesa.

Não é só a catequese que exige a conservação e o aperfeiçoamento da ordem monacal, a nossa educação intelectual moral e religiosa tambem a reclama. Não nos iludamos. O sistema francês pode ser uma realidade nos centros populosos, e alí se encontrará fàcilmente quem se dedique ao ensino dos meninos; no interior do país é uma infrutífera utopia. Só a resignação evangélica pode chamar os homens a êsses pontos remotos do interior, essa resignação pode ser encontrada naqueles que tiverem sido educados na austeridade do claustro.

São aniquiladores do elemento único capaz de formar um clero perfeito. Não acreditamos que o sacerdote moralizado e ilustrado, se forme no meio da sociedade, rodeado de prazeres e seduzido insensìvelmente por gozos incompatíveis com o seu estado. A mais austera disciplina de um prelado enérgico e virtuoso não pode contê-lo, e sôbre êle há de pairar sempre a imputação malévola nascida pelo menos da aparência do contato com o mundo e sociedade em que vivemos. Essas imputações ainda que vagas são como a fumaça que sobe aos ares do pequeno incêndio, e que torna em brasa o corpo combustível que encontra, e sôbre o qual passa constantemente. Entre o sacerdote regular e secular não há dúvida que o respeito é sempre mais decidido para aquêles a quem o povo vê todos os dias encerrado no retiro da oração, coberto com os hábitos da disciplina, praticando atos de penitência, sujeito a regras e costumes que o mais bem intencionado secular não pode apresentar. Não se condenem os conventos. Sejam êles reformados e melhor dirigidos a fim de que prestem os serviços que só eles podem fazer. Extirpem-se os abusos introduzidos pelo correr dos tempos, mas não se aniquile sob o pretexto do abuso prático, o que está reconhecido como bom e proveitoso princípio.

§ 2.º

A nossa história é fértil em provas dos bons serviços prestados ao país pelas ordens regulares religiosas, e entre elas não há dúvida alguma que inferior lugar não ocupa aquela que foi fundada em 1210 pelo grande patriarca S. Francisco de Assis.

Fr. FRANCISCO DE MONTE ALVERNE

Fr. Francisco de Monte Alverne

S.A. Sisson, Editor, Rua dos Ourives 81

Não é preciso para isso compreender lembrar que essa ordem tem cedido ao Estado suas melhores casas, que mais de uma vez pobres têm prestado asilo aos desvalidos, que foram sempre os escolhidos para guiar os últimos momentos daqueles que acabavam de ser fulminados pelas justiças da terra; basta termos em memória que aí floresceram as grandes inteligências, de um Rodovalho, de um S. Carlos, de um Sampaio, do último de seus finados Fr. Francisco do Monte Alverne, e tantos outros.

Quando em 1808 a espada do conquistador da Europa obrigara à ilustre e muito nobre família de Bragança a deixar o velho Portugal e a procurar um asilo na terra de Santa Cruz, a côrte portuguêsa ficou maravilhada por encontrar nos claustros de sua colônia inteligências superiores, que se haviam formado sem ir a plagas mais remotas, nem a horizontes mais distantes que os muros de um convento: inteligências que se podiam elevar à altura da oratória sagrada tal qual o Sr. D. João VI não tinha visto na velha Europa, as quais vantajosamente discutiam com aquêles que eram acompanhados pelos pergaminhos lustrosos das mais notáveis Universidades. (1)

Então floresciam no convento dos religiosos de Santo Antônio, entre outros, três brasileiros, todos três nascidos na cidade do Rio de Janeiro, todos três distintos pelo saber profundo, ilustração e preeminentes como oradores sagrados. Eram êles Fr. Francisco de S. Carlos, Fr. Francisco de Sampaio, e Fr. Francisco do Monte Alverne. O primeiro faleceu em 6 de agôsto de 1829, o segundo em setembro de 1830, e o terceiro acaba de exalar o último suspiro no dia 2 de dezembro de 1858.

Eram três vultos que faziam parte dessa plêiade em que fulguravam Caldas, Monsenhor Neto, e Cônego Januário, oradores sagrados, filósofos e teólogos profundos.

O único que restava era Fr. Francisco do Monte Alverne, testemunho vivo dêsse saber, e dessa proeminência da oratória sagrada em outros tempos. Era a última das estrêlas brilhantes dêsse firmamento, e como as outras correu a sua órbita, e lá cambou no ocaso — morreu!

§ 3.º

Para bem compreendermos a vida de Fr. Francisco do Monte Alverne, preciso é abrir o livro das Crônicas dos membros da sua ordem, e nele lêr-se-á o seguinte (2):

(1) Prólogo das Obras oratórias de Monte Alverne.

(2) Livro dos assentos dos religiosos da ordem Seráfica da Conceição do Rio de Janeiro, à fl. 34.

"Fr. Francisco do Monte Alverne, que no século se chamava Francisco José de Carvalho, nasceu aos 9 de agôsto de 1784 na cidade do Rio de Janeiro, foi batizado aos 24 dias do referido mês de agôsto na Sé Catedral daquela mesma cidade. Foram seus pais João Antônio da Silveira, natural e batizado na freguesia do Pico, bispado de Angra, e Ana Francisca da Conceição, natural e batizada na freguesia de Nossa Senhora da Guia dêste bispado do Rio de Janeiro.

"Aos 28 de junho de 1801 entrou para o convento da ordem Seráfica da Conceição, sendo aceito pelo ministro provincial Fr. Antônio de S. Bernardo Monção, e professou a 3 de outubro de 1802 nas mãos do guardião, que era Fr. José Mariano do Amor Divino."

Exulta, Francisco de Assis, que se alistou nas fileiras de teus soldados e irmãos, mais um denodado campeão, que cingindo-se de glória, há de aumentar o brilho e a reputação daqueles que seguem teus preceitos.

Então possuia a ordem um magnífico convento na cidade de S. Paulo, onde havia estabelecido um colégio, no qual receberam educação e ilustração muitos dos homens que hoje dirigem a Faculdade de Direito em S. Paulo, que ocupam respeitável posição na sociedade.

Para êsse convento, ou antes para esse colégio de S. Paulo, fonte única de instrução primária e secundária naqueles tempos, foi Monte Alverne em 1804 como colegial, e aí recebeu as lições do teólogo profundo Fr. Inácio de S. Justina, que já faleceu, e foi sepultado no convento da ordem em Itu.

E tendo adquirido a instrução precisa, recebeu as ordens, que lhe foram conferidas pelo sábio bispo de S. Paulo D. Mateus de Abreu Pereira.

Tão rápidos foram os progressos do jovem religioso em seus estudos, tão firme a sua aplicação, tão vantajosos os resultados, que êle, que já em 1810 tinha sido eleito pregador e passante, isto é, substituto de Filosofia e opositor das cadeiras de teologia, foi na congregação de 24 de Abril de 1813 eleito lente de Filosofia para aquêle colégio de S. Paulo, e depois, em 1816, lente de *prima* do mesmo colégio.

Ainda existem nessa terra ilustre dos Andradas, testemunhos vivos e valiosos do saber profundo professado por Monte Alverne nas cadeiras que lhe tinham sido confiadas. Ainda a tradição conserva intacta a memória dos bons serviços prestados à sociedade, à sua ordem e ao seu país na cadeira do magistério pelo mui digno franciscano.

Era então de costume nos conventos a defesa de conclusões magnas, verdadeiras festas literárias que se ostentavam com todo o esplendor, e às quais concorria o que de mais notável em saber e ilustração possuia o

país. Monte Alverne, o estudante que não tinha passado em suas pesquisas científicas além dos muros do seu convento, bateu-se com vantagem e vitória com aquêles que ostentavam grande ciência, e que se faziam ainda mais recomendados pelos títulos adquiridos com talento e estudo.

E tais foram os seus serviços na carreira do magistério, que no capítulo em que saiu eleito provincial Fr. Angelo de S. José Mariano, o corpo capitular reunido no dia 27 de outubro de 1821, querendo recompensar os serviços prestados na sua brilhante carreira, como consta da ata capitular às fls. 127 e 178, tendo em consideração oito atos de conclusões públicas em Filosofia, e não havendo título explícito legal que obrigue os lentes de *prima* a defenderem atos publicos de teologia, lhe declararam todos os seus privilégios, e mais os de outra guardiania.

Já então Monte Alverne era teólogo de nunciatura apostólica, título que lhe foi dado em 18 de novembro de 1818. — Examinador da mesa de consciência e ordens, cargo de que foi incumbido desde 20 de setembro do mesmo ano. — Foi guardião do Convento de Nossa Senhora da Penha. — Foi secretário da província em 1824, e em 1825 eleito custódio de mesa.

§ 4.º

Não foi só nesse célebre colégio dos franciscanos em S. Paulo, que Monte Alverne exerceu com honra e glória o magistério; também no lugar em que havia nascido, no Rio de Janeiro, seguiu a mesma profissão com reputação superior, lecionando, no Seminário de S. José, Retórica, Filosofia racional e moral, e Teologia dogmática.

Se em S. Paulo há testemunhos vigorosos do saber do ilustrado professor, não menos são os que existem na capital do Império. Domingos José Gonçalves Magalhães, Manuel de Araújo Pôrto Alegre, Antônio Felix Martins, e tantos outros, aí figuram proeminentemente na república das letras, e tornam ainda mais grandioso o nome daquele que êles melhor do que ninguém conheceram, e de quem receberam a ciência, a palavra e a inspiração.

Bem o disse o sr. Pôrto Alegre, "aquêles que como êle passaram das lições de Fr. José Policarpo de Santa Gertrudes, o mestre bondoso, para aquelas de quem se diz — rei da palavra: êstes mais do que ninguém podem aquilatar quão grande, majestoso e solene era o saber do filósofo brasileiro! (3)"

------

(3) Discurso recitado por Pôrto Alegre junto ao cadáver por ocasião de se dar êste à sepultura.

O finado bispo D. José Caitano foi quem o nomeou professor para o seminário de S. José, funções que preencheu até 1836. E também neste intervalo de tempo recebeu o ilustrado fluminense as nomeações de examinador sinodal e membro correspondente do Instituto Histórico da França.

Seus serviços foram aqui como ali importantes para a ciência, êle próprio o diz com orgulho e franqueza nos seguintes têrmos: "Empreguei, é verdade, os anos da minha mocidade em dirigir as inteligências que me tinham sido confiadas, revelei verdades que meus antecessores não me tinham comunicado, alarguei a esfera da inteligência: marchei intrépido; pisei o egoismo: fui sobranceiro à inteligência: não voltei o rosto à injúria, à calunia: fui conspurcado por a inveja...; mas longe de sucumbir levei de vencida meus adversários.

"Uma nova arena se abriu diante de mim no seminário de S. José. Meus serviços são conhecidos: a mocidade não foi enganada, o que não era conhecido foi apresentado às claras... (4)"

E no entanto o grande homem de quem se podia esperar a continuação de serviços senão maiores, ficou quase morto para o mundo! Fatal amaurósis acometeu seus belos olhos, sepultou-o em profundas trevas, e privou-o da contemplação do mundo externo, sempre brilhante, magnífico e encantador, como criação sábia de um Deus.

Apenas acometido dessa horrível enfermidade retirou-se ao claustro, lá ficou esquecido doze anos!

Quão ingrato é o mundo?! Monte Alverne que guiara a mocidade pelas veredas escabrosas da vida. Que com a palavra inspirada pela chama celeste, convertera talvez tantos corações estranhos aos influxos benéficos da religião! Que havia descido da cadeira sagrada, seu carro triunfal, e estendido o braço de gigante sempre vencedor nos combates da cruz, a seus patrícios que lutavam com o gênio da desordem e da anarquia. Que com a sua palavra sagrada, e o fogo do patriotismo que abrasava seu peito, havia tanto concorrido para que a pedra preciosa do continente sul-americano, a monarquia brasileira, não fôsse mareada pela mão impura do audaz e déspota aventureiro. Monte Alverne ficara esquecido! Por doze anos teve por companhia o silêncio de sua cela, a presença muda de seus livros, o braço de um fiel escravo que o guiasse através das massas aglomeradas em nossas ruas, que às vezes por curiosidade apenas perguntavam — quem é este cego que passa — e que com indiferença de gêlo ouviam a resposta — chama-se Fr. Francisco do Monte Alverne.

---

(4) Improviso feito por Monte Alverne na inauguração do *Ensaio Filosófico*.

É sem dúvida horrivel o sentimento de ingratidão! com êle não é possível o desejo da glória, nem o amor ao trabalho. E onde está a glória, onde a virtude, onde enfim a nobreza da alma? quando o século só tem por divisa — *Sê rico e serás feliz!*

§ 5.º

Estamos nos últimos dias do ano de 1836. Estamos na época em que a noite se declarou eterna para Fr. Francisco do Monte Alverne. Desde então inauditos são os sofrimentos que cercam a alma do triste e desconsolado velho. Cego não podia prestar os serviços impostos ao seu ministério. Cego viu-se abandonado por aquêles que ainda há pouco pequenos junto de seu vulto de gigante, haviam parasitas crescido à sombra de uma grande árvore, e tratavam de fazer cair a seiva daquela de quem receberam a vida.

No meio de seus sofrimentos, nem um queixume, nem uma acusação. Resignado, consolava-se implorando o auxílio da religião, de quem sempre fôra o mais denodado defensor.

Êle o diz nos seguintes têrmos:

"O resultado de tantas fadigas foi a extenuação de meu cérebro, e a perda irreparável de minha vista. No fim de 1836 terminava todos os meus exercícios literários, e eu me achava impossibilitado para empreender o mais insignificante trabalho. Não é dado a alguns homens, avaliar as agonias de meu coração nesta horrível peripécia de minha vida. Deus chegou aos meus lábios a taça da minha tribulação, suas fezes não estejam talvez ainda esgotadas... a vontade do Senhor seja feita... (5)."

Tanta resignação só se podia esperar do filósofo para quem a primeira lei era o Evangelho.

À vista dêste deplorável e inesperado estado havia sido jubilado lente em 24 de abril de 1841, e também em 1847 foi nomeado membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e em 1848 membro honorário da Imperial Sociedade Amante da Instrução.

....

Seria tão grande abandono devido a essa sorte geral que infelizmente acompanha todos os homens de letras em qualquer parte do mundo?! Seria o ostracismo da Grécia que fazia beber a Sócrates a cicuta?! Seria a decadência dos romanos que condenava a destêrro o poeta Ovídio?! Seria a indiferença imperdoável quase contemporânea que se lembra de co-

(5) Prólogo das suas obras oratórias.

roar Tasso quase moribundo, e que abandonava Camões esmolando o pão sôbre desprezíveis palhas em um hospital?! Teria Monte Alverne provocado o ciúme das mediocridades, que carregados depois com ouropéis, nem sequer se dignavam olhar para o homem que temiam pelo seu merecimento real?!

Se assim foi, maior ainda a ingratidão! Condenar-se ao esquecimento e abandono ao inteligente e ilustrado Monte Alverne, que teve a ousadia de combater por aquelas mesmas idéias que cobriram de glória, de brasões, e levaram ao poder, outros que apenas fizeram numero material no grupo, que jamais entraram em combate, porque êste podia ser sustentado só pelo saber e pela virtude.

Oh! não sejamos tão fáceis em condenar o homem que tão nobre, virtuoso e desinteressadamente serviu nas fileiras do cristianismo, que desceu até o mundo para com a luz brilhante do Evangelho sustentar o berço daquele que era o penhor da grandeza e estabilidade da nação brasileira, o defensor da religião do Estado — a Religião Católica Apostólica Romana.

Ainda é muito cedo para bem julgar essa época memorável, mas hoje todos já concordam que o grande partido que combateu a restauração, e perseguiu o republicanismo, foi o grande partido que mais serviços prestou ao país porque foi aquêle que salvou a monarquia brasileira.

Que vinha porém fazer o frade nessa luta de paixões, quase de sangue? Que vinha buscar êle no meio do século quando sua missão era tôda divina, sendo apenas soldado no reino de Jesus-Cristo?

Só a má vontade pôde denegrir os passos do grande Alverne nesta sua conduta. É dirigido pelo sacrossanto amor da pátria que o inspira, pela dedicação ao seu monarca a quem considera como anjo tutelar da nação, e portanto corre em socorro dêsse país, dêsse monarca, não brandindo uma espada mortífera e desoladora, e sim usando da palavra que subjuga convencendo, que cria novos mundos, que faz vigorar boas idéias. O grande meio e argumento de que se serve é o Evangelho — o grande fim que almeja a religião.

O mais áspero borel, o mais mortificante cilício, pode enfraquecer as paixões satânicas do mundo, embotar a sensibilidade física, pôr em contacto o homem com a divindade, não poderá porém enervar o patriotismo e o amor da nacionalidade nos vôos de suas inspirações nobres — para isso era preciso destruir o Eu e apagar o sentimento da virtude.

Pelo amor da verdade, não se exija do religioso o sacrifício do amor filial, e ainda mais do amor da pátria.

Como quer que seja, Fr. Francisco do Monte Alverne depois de cego ficou esquecido no retiro da sua cela por espaço de doze anos!...

§ 6.º

Corria o ano de 1848. O Dr. Joaquim Pinto Brasil, que com tanto entusiasmo e distinção dirigia as cadeiras de Filosofia, na aula pública, e no Imperial Colégio de D. Pedro II, como substituto ali do conselheiro Sales Tôrres Homem (hoje Ministro da Fazenda), e aqui em lugar do proprietário Dr. Domingos José Gonçalves Magalhães, agrupou em redor de si os moços inteligentes que cursavam o primeiro ramo da ciência e criou uma associação literária que foi denominada — Ensaio Filosófico —, à qual mais tarde o Exmo. Bispo Diocesano concedeu o título honroso de — Episcopal.

Essa associação foi solenemente inaugurada no dia 10 de dezembro de 1848 em uma casa do largo de S. Francisco de Paula, canto da rua do Fogo.

Para assistir a essa solenidade foi convidado o padre-mestre Fr. Francisco do Monte Alverne, que pressuroso veio assistir à primeira festa literária de moços que reuniam suas fôrças no estudo da Filosofia do Espírito Humano, por meio da associação, a primeira nesse gênero, que então se criava.

Não contava o venerando ancião com o que lá o esperava. Acostumado ao retiro e ao esquecimento, surpreendido ficou quando se apercebeu que o primeiro passo que davam êsses moços fracos, cheios apenas de amor de glória, era vingar a sua memória indignamente esquecida, e fazer justiça ao seu mérito transcendente e incontestável. E por isso o proclamaram — o genuino representante da Filosofia do Espírito Humano no Brasil, e como sinal de seus triunfos pediram ao prelado fluminense que lhe oferecesse uma coroa de louros.

Era a primeira vez que Monte Alverne, depois de doze anos de duro esquecimento, via-se restituido à posteridade honrosa a que tinha jus por sua inteligência e por seus serviços. Lágrimas abundantes correram de seus olhos, o prazer inefável reanimou suas feições abatidas e maceradas pelo desgôsto, sua voz sonora e grave desprendeu-se de seus lábios quase frios pela indiferença. Ouviu-se um ligeiro queixume da vítima da ingratidão, logo depois um agradecimento a quem lhe sabia fazer justiça. Por meio de uma exortação veemente convidou os moços que o vitoriavam a trilharem o caminho da glória, a prosseguirem com frente altiva, não obstante a má vontade, o desprêzo, e a própria inveja que porventura se opusesse aos seus cursos, porque êle havia também encontrado êstes óbices, mas com pertinácia continuou, não voltou o rosto — caiu alfim extenuado, sem luz e sem fôrças, mas nunca vencido.

Era na verdade solene o momento em que orava o venerando Alverne, sua alma era o embate de violentas comoções, e mais de uma lágrima verteram seus ouvintes quando êle exclamou:

. . . .

"Estou fraco e abatido... a posição em que estou é tão extraordinária para mim, que talvez não a compreendais!... Se eu soubesse que era arrancado das bordas do meu sepulcro, do seio do meu retiro, para receber das mãos da mocidade uma coroa de louros, honra cívica que premeia meus serviços pisados pela ignorância, esquecidos pela estupidez, e mal pagos pela mais fria indiferença, ainda assim talvez não tivesse coragem de apresentar-me para recebê-la.

"Eu sei que ela tem um grande pêso, que tem um brilho muito acima de meu merecimento, e que meus trabalhos não correspondem a esta auréola que recebo no fim da minha vida!... Parece-me que sou uma vítima enfeitada para a hora do sacrifício! Tanta honra, tanta consideração para um homem oculto no silêncio de uma cela, passando da obscuridade à glória, a velhice coroada por a mocidade, a morte reanimada pela vida... são fenômenos tão grandes, geram sensações tão poderosas que não as posso ocultar.

"Doze anos tenho estado em silêncio!... Sabeis que fôrça é preciso para que escapem estas palavras toscas no meio de tanto entusiasmo, a despeito desta glória que a mocidade acaba de revelar, dêste futuro que se apresenta tão radioso!"

. . . .

Ainda nesse improviso enérgico e cheio de vida que parece feito nos primeiros anos de Monte Alverne, respiram as suas idéias dominantes, o amor de sua pátria, e a sua dedicação pela religião do Cordeiro Imaculado.

. . . .

"Sempre vi (continua êle) no caráter dos brasileiros essa superioridade de talentos que ninguém lhes contesta, êsse futuro grandioso, essa glória que deveria ilustrar o nosso país tão espezinhado pelo estrangeiro que não conhece e aprecia, porque talvez não nos possa bem avaliar.

. . . .

"O cristianismo que revelou os verdadeiros destinos do gênero humano, enobreceu o coração do homem, elevou sua razão, ilustra o seu espírito, e marcha sempre a despeito de todos os reveses à frente da civilização, porque êle é o seu mais forte elemento, porque êle é o tipo nobre e sublime da grandeza, da glória e da liberdade do homem (6)".

São sempre as idéias dominantes do grande homem — a pátria e o Evangelho. — E não é Monte Alverne o próprio que nos arroubos de seu entusiasmo de fogo pela pátria invoca a proteção de S. Sebastião em favor da terra brasileira, e apoio decidido em prol da cidade a rainha da América do Sul, que imediatamente se colocou debaixo de seu protetorado (7)? Não é êle o mesmo que explanando as idéias de seus trabalhos oratórios, nos diz que o seu pensamento é a religião do Crucificado — e quem invoca o salmo do rei Davi para explicar a sua idéia (8)?

Desde êsse seu primeiro triunfo não ficou mais Monte Alverne abandonado e esquecido — no silêncio da cela, quase um túmulo, em 1851 iguais demonstrações se reproduzem com a criação da sociedade Emulação Filosófica, da qual foi proclamado presidente perpétuo e grande conservador.

E tais foram os seus serviços à sua ordem e à religião que o SS. Padre, por intermedio de seu internúncio nesta côrte monsenhor Bedini, e com beneplácito imperial, em 1850 dispensando a irregularidade contraída pela cegueira, concedeu que êle pudesse ser definidor, representar no capítulo da ordem e assinar de chancela.

Não foram estas as únicas ovações que recebeu Fr. Francisco do Monte Alverne, uma maior lhe estava reservada, verdadeira apoteose digna de seus talentos, capaz só ela de transmitir o nome do ilustre franciscano às gerações posteriores.

§ 7.º

Os contemporâneos de três reinados, e que floresceram com Fr. Francisco do Monte Alverne, o consideram como um grande filósofo, como o genuino representante da pura filosofia do Espirito Humano no Império do Brasil. Infelizmente ainda não é dado ler a prova cabal de seus conhecimentos nesta árvore gigantesca, da qual nascem tôdas as ciências — o seu compêndio de Filosofia — que começava a ser impresso, quando foi surpreendido pelo sono eterno dos justos.

---

(6) Improviso feito por Monte Alverne na sessão de inauguração do Ensaio Filosófico.
(7) Panegírico de S. Sebastião. Obras oratórias.
(8) Prólogo das mesmas obras.

Impossível pois é darmos um juízo sôbre êsse trabalho, que, segundo ouvimos a mais de um entendido em tais matérias, e que tiveram o prazer já de o ver, se julga perfeito.

O que é verdade também é que o método de ensino por êle proposto, não está em harmonia com o que ùltimamente se costuma seguir nas aulas, pois que se nos informa que êle pretende que o estudo se comece pela lógica — e sendo assim devemos lastimar que não lhe sobrasse tempo de fazer o prólogo dessa obra, no qual havia de necessàriamente defender o seu sistema, que se acha em oposição com o que segue a escola moderna dos psicologistas franceses.

Essa obra estava escrita originàriamente em latim tendo o ilustre finado deliberado imprimí-la, propôs-se reduzí-la à linguagem vernácula, visto que o estudo da língua latina, hoje muito desprezado, fazia com que o seu compêndio não tivesse aplicação fértil para a mocidade para quem era destinado.

Não obstante a privação em que estamos do livro complexo de suas idéias sôbre a matéria, acreditamos poder afirmar pelos fragmentos de seus discursos, pela doutrina de seus discípulos, que êle repelia com energia as premissas falsas de Condillac — e que filósofo espiritualista tendo por base — o *nosce te ipsum*, acompannava a razão até os limites do finito, e abraçava a crença do mistério — que consola a alma, e que não a martiriza com o racionalismo cético e estúpido — que vai esbarrar no abismo do ateismo com todos os seus horrores.

Procurava conhecer-se a si — conhecendo-se a si via que a razão tem limites até onde chega — daí preciso é chamar em socorro a revelação, ciência profunda e inabalável, porque é a ciência de um Deus.

Reconhecendo os foros da razão — e admitindo a intervenção da divindade nos casos em que sem ela nada tem explicação, Monte Alverne não naufragava no sistema do êxtase improdutivo, que tira ao homem a sua qualidade mais proeminente — o ser capaz de se conhecer.

Era um verdadeiro filósofo do Cristianismo.

§ 8.º

Se a reputação do teólogo e filósofo não lhe pode ser contestada, muito menos a de pregador notável entre os primeiros pela eloqüência, linguagem e dicção.

Ainda bem em princípio de sua vida monacal deu êle logo mostras de sua proeminência nessa carreira, porquanto já em 17 de outubro de

1816 tinha sido êle nomeado pregador régio, nomeação que, segundo se exprime a crônica de sua ordem, era digna de seus talentos.

Não se pense que era pequena coisa a reputação de pregador naqueles tempos, em que a cadeira sagrada era a única em que se manifestava gloriosamente o saber, a ilustração, e as flores da eloqüência.

Os conventos eram núcleos fertilíssimos das reputações científicas, e na oratória sagrada se manifestava apenas Monte Alverne, quando já neles faziam as delícias da côrte portuguêsa, e arrebatavam admiração, os provectos e abalizados oradores como S. Carlos, Sampaio, monsenhor Neto, padre Caldas e outros.

Ainda as tribunas parlamentar e judiciária não existiam, e que mais tarde chamando a si recentes talentos eclipsaram a tribuna sagrada.

Grande devera ser o esfôrço, o trabalho, e o estudo de Fr. Francisco do Monte Alverne para poder competir com os contemporâneos, que, segundo êle mesmo diz, na grande arena, a capela imperial, monumento imortal de piedade do Sr. D. João VI, ostentavam tôda a pompa do gênio brasileiro (9).

Não é nossa intenção fazer um exame dêsses sermões, verdadeiros modelos de eloqüência, monumento inimitável da literatura sagrada brasileira. Êles aí correm impressos, graças aos seus últimos esforços, coadjuvado pelo seu dedicado amigo o Rev. padre João Diniz da Silva. Todo aquêle que amar a literatura pátria deve sem dúvida alguma lançar seus olhos para êsses livros de ouro. Apenas falaremos do seu sermão monumental, o panegírico por êle feito a S. Pedro de Alcântara, que bem se poderá dizer o último cântico do servo de Deus, no grande ofício e desempenho do sacerdócio.

Quem depois de estar dezoito anos cego, escreve um panegírico como o de S. Pedro de Alcântara, quem subindo à tribuna sagrada abatido de fôrças e de sofrimentos, acabrunhado pelo pêso de setenta anos, repete essa sua produção com energia e fôrça de vinte anos, quem faz acompanhar essa recitação de um acionado majestoso e grave do qual nem memória havia, êsse será com tôda a justiça reconhecido pelos contemporâneos como o *príncipe dos oradores sagrados*.

§ 9.º

Coube a S. M. I. o Sr. D. Pedro II a glória de fazer triunfar em seu reinado augusto a memória daqueles varões do Evangelho e da ordem

(9) Prólogo das *obras oratórias de Monte Alverne*.

Franciscana que haviam precedido, e sido coevos de Monte Alverne. Coube a S. M. I. o Sr. D. Pedro II o grande fato imortal de evitar que Monte Alverne descesse ao túmulo sem uma lágrima ardente de saudade de seus compatriotas reconhecidos a seu nome e aos seus serviços.

Havia quase dezoito anos que o Alverne não subia à cadeira sagrada, e nem pela lembrança de ninguém passava a possibilidade de um tal fato, e no entanto anunciou-se aos habitantes descuidosos da côrte do Brasil, que no dia 19 de outubro de 1854 o padre-mestre Fr. Francisco do Monte Alverne faria o panegírico de S. Pedro de Alcântara.

Pressurosa corre a população ao templo da capela imperial. Os velhos iam recordar-se de seus tempos triunfantes da oratória sagrada, os moços verificar se a tradição não faltava à verdade, e se com efeito o Alverne era o primeiro entre aquêles que tanto se diziam gloriosos nesses misteres.

O resultado foi além da expectativa: os velhos sonharam com os belos dias de seu passado e mal acreditavam que no homem de setenta anos estivesse aquêle mesmo Monte Alverne, que outrora com tanto saber fazia compreender os mistérios divinos da religião; que com tanta energia atacava o vício, e os vaidosos dominadores da terra; que com tanta melancolia e saudade pranteara a morte da primeira imperatriz do Brasil; e que finalmente com tanto fulgor descrevia os feitos daqueles que bem haviam merecido de Deus, e que a Igreja reverenciava como seus heróis: os moços mal compreendiam o que diante dêles se passava, e com dôr confessavam que à vista do sermão de Monte Alverne, o intérprete fiel do passado, a tribuna sagrada era hoje triste sombra, pálido reflexo do que fôra em tempo de S. Carlos e Sampaio.

Novas sensações, novos combates para a alma do velho franciscano. Com o corpo alquebrado pelos anos, pelos desgostos e pelos trabalhos, sem vista, sem ciência do compacto auditório que o cercava, bem se pode dizer que Monte Alverne falava para o céu, e qual o imortal fundador de sua ordem, apresentava nos gestos, nas feições e na voz aquela divina inspiração que guiara o grande servo de Deus, que mereceu em recompensa gravar em seu corpo os mistérios vivos da paixão do Redentor.

Abre a bôca, desprende a voz, e bem depressa êsse auditório compacto e imenso, arrebatado pela eloqüência, pela dicção correta, pelas imagens, e pelo acionado animador da palavra, foi levado espontâneamente ao aplauso. Fato virgem e sem exemplo nos anais dos povos.

Mal pensava Monte Alverne que lhe estava reservada uma significação mais grata, mais notável e mais sensivel ao seu nome, do que uma mi-

tra sôbre a fronte, refulgentes condecorações sôbre o peito e títulos pomposos, porque as mitras, as condecorações e os títulos são muitas vêzes partilhas da mediocridade, e no entanto o aplauso espontâneo na própria casa de oração, a ovação inesperada pela massa do povo, só pode ser conquistada pelo gênio na circunstância em que estava Fr. Francisco do Monte Alverne.

Na verdade grande peça de eloqüência é êsse sermão do qual infelizmente não podemos dar completa notícia, porque não se acha publicado.

Os pequenos trechos que passamos a citar dão uma idéia da grandeza do todo.

Assim é que depois de fazer um brilhante exórdio, êle o continua fazendo transpirar ligeiro queixume que solta sua alma, queixume repassado de unção, porque êle não blasfema contra o autor de seus dias, mostra-se resignado, e só diz — *E' tarde... E' muito tarde!...*

. . . .

"Não, não poderei terminar o quadro que acabo de bosquejar: compelido por uma fôrça irresistível a encetar de novo a carreira que percorri por 26 anos, quando a imaginação está extinta, quando a robustez da inteligência está enfraquecida por tantos esforços, quando não vejo as galas do santuário, e eu mesmo pareço extranho àqueles que me escutam, como desempenhar êsse passado tão fértil de reminiscências? como reproduzir êsse transporte, êsse enlêvo com que realcei as festas da religião e da pátria?... *E' tarde!... E' muito tarde!...*

Ao terminar estas palavras, levanta-se o sinal de aprovação das massas que aí se agrupavam, parecia que todos sentiam profundamente a dôr que nutria o seu peito, traduzida nestas tocantes e eloqüentes frases.

. . . .

"Seria impossível (continua êle) reconhecer um carro de triunfo neste púlpito que há dezoito anos é para mim um pensamento sinistro, uma recordação aflitiva, um fantasma infenso e importuno, a pira em que arderam meus olhos, e cujos degraus desci só e silencioso para esconder-me no retiro do claustro. Os bardos do Tabor, os cantores de Hermon e de Sinai, batidos da tribulação, devorados de pesares, não ouvindo mais os ecos repetirem as estrofes de seus cânticos, nas quebradas de suas montanhas pitorescas; não escutando a voz do deserto que levava ao longe a melodia de seus hinos; penduraram seus alaúdes nos salgueiros que bordavam o rio da escravidão; e quando os homens que apreciavam suas com-

posições, quando aquêles que se deleitavam com os perfumes do seu estilo, e a beleza de suas imagens, vinham pedir-lhes a repetição dessas epopéias em que perpetuavam a memória de seus antepassados e as maravilhas do Todo-Poderoso, êles cobriam suas faces umidecidas de pranto, e abandonavam as cordas frouxas e desafinadas de seus instrumentos musicos ao vento das tempestades."

. . . .

Bela e sublime comparação ampliativa com que o orador descreve o seu estado, e a impossibilidade em que está de repetir aquelas epopéias, que faziam as delícias das gerações que outrora o ouviam.

Termina o seu exórdio com a seguinte apóstrofe, cheia de belezas inumeráveis, e que também faz ver cada vez mais a crença existente de seu espírito, que a religião é a fonte inesgotável e a única de todos os seus bens e de suas inspirações.

. . . .

"Religião divina, misteriosa e encantadora. Tu que dirigiste meus passos na verêda escabrosa da eloqüência, tu a quem devo tôdas as minhas aspirações, tu, minha estrêla, minha consolação, meu único refúgio, toma esta coroa... Se dos espinhos que a cercam rebentar alguma flôr, se das silvas que a enlaçam reverdecerem algumas flôres, se um enfeite, se um adôrno renascer dessas vergônteas já sêcas; deposita-a nas mãos do Imperador para que a suspenda como um troféu sôbre o altar do grande homem a quem êle deve o seu nome e o Brasil a proteção mais decidida."

Depois de traçar com mão de mestre a vida do herói denodado do Evangelho, depois de fazer a defesa dos serviços prestados pelo claustro, depois de descrever com côres inimitáveis a abdicação de Carlos V, termina a sua narração pintando a morte de Pedro de Alcântara de um modo tão patético, que novos murmúrios de aprovação partem do meio do povo que silencioso e absorto o escutava.

. . . .

"O lidador (diz êle) tinha já dobrado a meta do estádio que levara de vencida. Exausto de fôrças caiu sôbre montões de palmas e grinaldas, que merecera por sua perseverança. Pedro de Alcântara está rodeado por seus irmãos que o observam, choram e admiram. O pobre de Jesus-Cristo despe o hábito e pede outro mais velho em que se envolva depois de

morto. O superior olha em torno de si, e não encontrando quem ostente igual desprêzo, veste a reliquia inestimavel, e lhe dá em trôco a sua túnica. O corpo do penitente assemelha-se às raizes ressecadas, sua pele está denegrida e queimada com o fogo da mortificação. O frio da morte agita seus membros luzidos e descarnados. Um moço religioso aproxima-se, e intenta estender sôbre êle um lençol: retira-te, grita o lidador: ainda há perigo, o inimigo está em presença, ainda não cessou o combate! O Justo imprime os seus lábios no sinal adorável da redenção... Pedro de Alcântara subiu ao trono de Deus."

Era na verdade aquêle mesmo orador sagrado que nos tempos de sua fôrça e mocidade, fazendo o panegírico de S. Sebastião, exclamava:

"Eis-aqui, senhores, o protetor que o céu nos concedeu, o anjo tutelar que defende os muros desta cidade heróica, desta pátria amada, país clássico da liberdade brasileira, escolho terrivel do despotismo; que debaixo de mil côres, que debaixo de mil formas tem procurado enxovalhar a terra de Camarão, de Bueno e de Negreiros. Salve, ó pátria minha, ó terra de minha mãe, ó país em que descansam as cinzas veneráveis de meu pai! São passados duzentos e sessenta e quatro anos que teus bravos filhos proclamaram no meio dos mais ardentes aplausos a intervenção do homem extraordinário, que reanimando o valor de nossos batalhões afugentou de nossas praias esses ferozes opressores que pretendiam lançar sôbre nossos pulsos o cadeado infame da escravidão e do opróbrio. Cingida de glória, cercada de ilustração, tu justificas da maneira a mais completa que a sorte dos povos está confiada a uma providência que zomba das paixões e ilude a política dos homens. Tu serás grande, tu serás venturosa, assim está escrito, assim está decretado."

....

E' ainda o mesmo Monte Alverne que pregando por ocasião do aniversário do juramento da Constituição, proclama idéias de puro direito público, e dá conselhos salutares àqueles que tiveram a ventura de nascer em um país regido por código tão sábio e tão perfeito; assim se exprime:

"Quando tôdas as nações da terra se deixassem envilecer pelo cativeiro, quando todo o mundo se desonrasse abraçando uma direção que degrada e embrutece o homem; cada um de nós cerrando o coração às suas mais caras afeições, deve defender a todo o transe esta arvore misteriosa que encerra a semente da prosperidade nacional. Não permita

Deus que tenhamos outro procedimento. Os verdadeiros filhos de uma pátria degenerada não podem encontrar algum pretexto para violar uma convenção regulada pelos princípios da justiça. Repeli com horror tôdas as insinuações que tendem a destruir o edifício social. Um anátema de execração fulmine aquêle que pregando a doutrina do absolutismo apagam os brasões de vossa glória; e lisonjeando-vos com as idéias de uma liberdade sem limites procuram submergir-vos em horrores da anarquia, depois de mostrar-vos à face do universo, como infratores desta constituição, que só pode afiançar o vosso engrandecimento."

Eis-aí a doutrina de um verdadeiro sectário da monarquia constitucional, que odeia o despotismo, e que despreza e fulmina a liberdade licenciosa.

E' êsse trecho eloqüente paráfrase de versículos do livro dos Macabêus.

E' sempre o grande Monte Alverne, o defensor da religião, o amigo dedicado de seu país, propugnador pela conservação das instituições e do trono.

Eis como de repente passou o gênio do silêncio, a vida brilhante! Maiores serviços lhe foram ainda exigidos. Monte Alverne não se negou a êles, e obediente ao convite do excelso monarca brasileiro, fez o panegírico da Virgem Mãe do Salvador, hino pomposo tecido à sua Assunção, e recitado na igreja da Glória do Outeiro, no dia 15 de agôsto de 1855.

Êste novo sermão complexo de beleza, é ainda digno do saber e da ilustração de Fr. Francisco do Monte Alverne. Depois de um magnífico exórdio, entra o orador no assunto de seu discurso, pinta com côres celestes, extraídas dos livros dos profetas e dos evangelistas. Aquela a quem Deus criou para ser a Mãe sempre Virgem do Salvador do homem; a estrêla salvadora em nossas tribulações, e a rainha dos anjos, que em contínuos coros evangélicos rodeiam o seu trono de luz; e depois de descrever assim êsse quadro do mistério sublime de nossa Santa Religião, êle nos faz ver que essa mulher Santa *ab initio,* que veio como segunda mãe dos homens reparar os males que causara a primeira, e que dando à luz o Homem-Deus, regenerou a humanidade, era a protetora sempre constante, sempre vigorosa da Cristandade. E como sempre depois do tributo à Religião, êle não se esquecia de sua outra mãe querida — a Pátria, demonstra numa rápida descrição dos acontecimentos históricos, quanto essa proteção fôra decidida, e muito principalmente quando as trombetas dos exércitos tocavam festivas a última vitória. A êsse som amado desperta-se eloqüente o setuagenário franciscano e exclama:

"Não nos pesamos de asseverar: o Brasil não tem que pretender de sua preclara interventora outros documentos da afeição mais apurada. A concórdia restabelecida; a tolerância extirpando ou moderando ódios inveterados e animosidades mal extintas; melhoramentos materiais considerados outrora qual a representação de um sonho; a façanha de Monte Caseros, restaurando a vergonha de nossas armas nas margens do Ituzaingó, e afugentando êsse déspota popular que nos atirava a todo o instante o cartel de desafio, e cuja presença no poder era uma ameaça para o Brasil, e uma afronta ao Império; a passagem do Tonelero ganhando para a marinha militar uma auréola que deslumbrou as proezas do Obligado e São João de Ullôa, são o mais belo relêvo a êste reinado que levará ao términos do orbe o renome brasileiro, e com êle a alta fama de seu abalizado monarca."

E se alguém houver ainda que pense que a causa que deu lugar ao esquecimento do infeliz cego, por dôze anos, foi quiçá alguma idéia vertiginosa que sustentasse na época do perigo para a monarquia, risque de sua lembrança semelhante pensamento, e para capacitar-se que o Alverne falando ao século foi sempre sustentador da monarquia constitucional, leia o seguinte trecho do panegírico de Nossa Senhora da Glória:

. . . .

"Não está ainda tão viva a lembrança dêsses dias de luto, de terror e incerteza em que o Brasil achou-se a braços com essa fatal minoridade, o escolho em que tem vacilado as monarquias mais bem organizadas? Quem acreditaria que um príncipe de cinco anos pudesse comprimir a anarquia, e assegurar um paradeiro à guerra civil, que assolava nossas sociedades e tôdas as nossas províncias? Quem se jactaria de predizer as conseqüências dessas idéias exageradas, dêsses projetos sinistros, dessas aspirações criminosas, que punham em risco o padrão indelével do bom senso dos brasileiros? oh! nunca foi mais justamente apreciado o influxo benéfico da realeza; nunca foi mais valioso êste prestígio que torna tão venerável a majestade dos reis!... Ao fragor do incêndio que reduzia a cinzas nossas povoações, ao tinido lúgubre dos punhais fratricídas que votavam a uma vingança estúpida centenares de vítimas, à inauguração dêsses festins selvagens, em que o canibalismo dava os mais frenéticos emboras ao roubo, à devastação, à barbaridade e à ignorância, Deus nos deparou no Príncipe com que nos mimoseara, o têrmo de tantos danos, e a aurora de uma felicidade que não nos era dado lobrigar (10)."

(10) Panegírico de Nossa Senhora da Glória, em 15 de agosto de 1855.

A peroração dêsse panegírico é igualmente de um magnífico efeito, e só respirando os perfumes das flores delicadamente colhidas pelo exímio Alverne na fonte fecunda de suas inspirações — a Religião e o Evangelho.

Êste belo sermão já não pôde ser recitado como fôra o de S. Pedro de Alcântara. A enfermidade tinha caminhado a passos de gigante, e Monte Alverne havia-se levantado do leito da dor, para ir prestar essa homenagem à Glória de Maria, em nome do magnânimo chefe dos brasileiros.

Apesar dos sofrimentos do corpo, continuava sempre ativo o seu espírito, e assim ainda depois disso fez o exame e crítica do poema — Tamoios — composição do distinto poeta Domingos José Gonçalves Magalhães; preparava-se para dar o seu parecer sôbre a obra do mesmo — Fatos do Espírito Humano — sôbre a grande questão mais importante da atualidade — o casamento misto — e ainda em sinal de respeito ao SS. Padre Pio IX propunha-se a fazer o penegírico da Conceição, no dia 26 de dezembro do corrente ano na Igreja da Ordem Terceira da Conceição, quando foi surpreendido pela morte.

Eram vãos desejos de seu espírito que não recuava logo que se tratasse de glorificar a religião de Jesus Cristo, mas que se quebraram de encontro à fria laje da sepultura.

§ 11º

Não foi só do grande mundo do século que Monte Alverne sofreu desprezos e perseguições; no mesmo claustro houve quem, desconhecendo seu mérito, e sua reputação, o tratasse desapiedadamente, e o que é mais para admirar que êsse pouco caso tenha partido de quem com êle havia sido contemporâneo.

A providência divina fez com que o século acabasse respeitando-o e reconhecendo seus serviços, fez com que também no claustro fôsse êle reverenciado: e esta consideração e êsse respeito deram-se logo que saiu ministro provincial o mui distinto e esperançoso fluminense Fr. Antônio do Coração de Maria e Almeida, que era seu extremoso amigo, e havia sido seu discípulo, coadjuvado pelo guardião Fr. João do Amor Divino Costa.

E assim devera ser, porque Monte Alverne acreditava firmemente no futuro, acreditava que só os moços lhe haviam de fazer justiça: sua crença era bem fundada, porque a mocidade não é egoísta, e com entusiasmo tributa veneração e respeito àqueles que fazem a glória do passado, e que lhe podem servir de modelos para o presente e futuro.

§ 12.º

No dia 29 de novembro de 1858, estando Monte Alverne em Niterói, em casa de um amigo, para onde se havia retirado, não só para distrair seu espírito, como para completar o seu trabalho sobre os *casamentos mistos*, foi acometido de uma congestão cerebral, que pela terceira vez o atacava, e apesar dos esforços da arte, rodeado de seus amigos, e de seus irmãos, que haviam corrido em seu socorro, e que lhe ministraram os últimos serviços da religião, às 11 horas da noite do dia 2 de dezembro do mesmo ano passou ao sono eterno e à mansão dos justos.

Morreu justamente no dia em que o excelso monarca, o amigo a quem sempre dedicara grata afeição, completava 33 anos, como se quisesse que o monarca brasileiro quando pensasse no dia faustoso de seu nascimento, tivesse uma lembrança do pobre franciscano, a quem tanta consideração dera em sua vida, a ponto de o ir ver em sua própria cela depois de seu grande sermão de S. Pedro de Alcântara.

Apenas S. M. I. teve notícia do passamento de Fr. Francisco do Monte Alverne, ordenou que o seu corpo fôsse conduzido ao cais da cidade, em uma de suas galeotas, e daí aos jazigos de sua ordem em um coche de sua imperial casa; e por outro lado o mui digno provincial Fr. Antônio do Coração de Maria, mandou que o corpo fôsse antes embalsamado, em sinal de respeito e piedade ao preclaro varão que acabava de desaparecer da face da terra; os desejos do provincial encontraram no Dr. Peixoto a melhor execução, o qual generosa e gratuitamente tudo fez para êsse fim.

Na tarde de 4 de dezembro, pelas 5 horas da tarde, abordou ao cais a galeota imperial, que vinha impelida por branda viração trazendo os restos mortais de Monte Alverne; numerosos e dedicados amigos aí o esperavam, e pegando no caixão o levaram até o carro que o conduziu junto à ladeira do convento. A comunidade trazendo à sua frente os irmãos da Ordem Terceira da Penitência, de cruz alçada e dirigida pelo provincial, recebeu o caixão que levado à igreja, foi daí conduzido, depois das orações do estilo, à capela onde foi depositado. Grande foi o concurso de povo que assistiu às últimas honras prestadas ao talento, aos serviços e às virtudes do digno fluminense.

S. M. I. querendo ainda por sua alta vontade dar um sinal do aprêço e consideração que lhe merecia o finado, mandou assistir ao funeral o seu mordomo-mor, conselheiro Paulo Barbosa da Silva, general Cabral, e o camarista Nogueira da Gama. Encerrado o caixão e fechado, foram as chaves entregues ao mordomo de S. M. I.

Descansa em paz, ó Monte Alverne! lidador forte e invencível das glória do cristianismo, e de tua pátria. Foste ainda assim mais feliz que os companheiros de tuas lutas.

Como êles, morreste simples frade da Ordem Seráfica da Imaculada Conceição, e assim devera ser para maior glória, porque teu saber, teus serviços, se traduziam num nome que não devera desaparecer, e com êsse nome desceste ao túmulo. Então como hoje, és sempre Fr. Francisco do Monte Alverne.

Mas, enquanto dos outros só existe a memória, porque nem de seus jazigos, nem de seus restos há notícias, o teu corpo aí está como relíquia das glórias dessa casa, para ser mostrado aos vindouros, resumindo-se em teu cadáver tudo quanto de grande ostentou o passado dêsse claustro.

Descança em paz, ó Monte Alverne! teus desejos estão cumpridos: querias sair dêste mundo com a doce consolação de que de ti se tivesse uma lembrança honrosa, e que sôbre a tua sepultura se derramasse uma lágrima ardente (11). A memória não se destruirá jamais, as lágrimas de teus amigos foram abundantes e espontâneas.

Está vingada a memória do grande S. Carlos, do imortal Sampaio; gratidão ao atual prelado da Ordem Franciscana Fr. Antônio do Coração de Maria!

------

(11) Conclusão de suas Obras oratórias.

A.Sisson Lith.

Lith. de Mello Rio de Janeiro

JERONIMO FRANCISCO COELHO

Jeronimo Francisco Coelho

S.A. Sisson, Editor, Rua dos Ourives 81

Jerônimo Francisco Coelho

ERÔNIMO FRANCISCO COELHO, do conselho de S. M. o Imperador, guarda-roupa da casa imperial, comendador da ordem militar de S. Bento de Aviz, e da imperial ordem da Rosa, brigadeiro do exército, vogal do conselho supremo militar, e deputado à assembléia geral legislativa; nasceu na vila (hoje cidade) da Laguna; província de Santa Catarina, a 30 de setembro de 1806; seus avós foram, por parte paterna, o falecido capitão-mor daquela vila Jerônimo Francisco Coelho, e por parte materna o alferes de milícias Lino dos Santos, natural êste da vila da Laguna, e aquêle da cidade do Pôrto.

E' o filho segundo do já falecido major Antônio Francisco Coelho, que era primogênito daquele capitão-mor. Tanto seu pai como sua mãe D. Francisca Lina do Espírito Santo Coelho, que ainda hoje vive, são naturais também da vila da Laguna, de onde veio para a côrte com seus pais em 1809, tendo três anos de idade.

No ano de 1813 seu pai levou-o em sua companhia para a província do Ceará, para onde havia sido nomeado comandante de um corpo de Infantaria, e ao mesmo tempo inspetor das tropas da mesma província, de que era então governador Manuel Inácio de Sampaio. Ali, sendo ainda menor, assentou praça de 1º cadete na companhia de artilharia, em 17 de dezembro de 1813.

Tendo seu pai àdoecido gravemente, com êle regressou para a côrte no ano de 1815, tendo sido então excuso da praça; infelizmente seu pai, três mêses depois de sua chegada à côrte, sucumbiu à moléstia de que fôra acometido; um seu tio, o Dr. João Francisco Coelho, o tomou a si com vistas de encarregar-se de sua educação, entregando-o por isso aos cuidados do padre-mestre Florêncio Alves de Macedo Pereira, um dos mais acreditados professores de latim daquêle tempo.

Falecendo seu protetor e tio Dr. Coelho poucos mêses depois da morte de seu pai, teve de continuar a sua educação a cargo de sua mãe, D. Francisca Lina Coelho, que, conquanto, se achasse na côrte, fora de sua terra natal, sem parentes, e em circunstâncias pouco favoráveis, não esmoreceu, e sobranceira às dificuldades próprias de quem se acha em terra estranha, dotada porém de energia e resolução superior à de seu sexo, empenhou-se com a maior dedicação e desvêlo em completar a educação de seus filhos, inclusive a do mais velho o hoje falecido Dr. Antônio Francisco Coelho, que foi major do corpo de engenheiros e lente da escola militar. Continuou os seus estudos de latinidade com o mesmo padre-mestre Florêncio, de Filosofia Racional e Moral com o padre-mestre Frei José Policarpo, estudando outros diferentes preparatórios, como francês, inglês, etc..

Novamente assentando praça no regimento de artilharia da côrte a 16 de fevereiro de 1816, matriculou-se na extinta Academia Militar a 8 de março de 1820, onde sempre primou como estudante, obtendo as cartas dos cursos matemático e de engenharia, tendo alcançado os primeiros prêmios no 3. e 4. anos.

Foi promovido a 2º tenente em 23 de fevereiro de 1823, e a 12 de outubro de 1824, contando apenas 18 anos de idade, já se achava no pôsto de capitão, tendo em 20 mêses obtido três postos, mediante concurso e exames públicos, conforme a lei de promoções, que então regia.

A proibição de promoções no exercito, que posteriormente foi decretada por lei da assembléia geral, o fez retardar 13 anos na carreira dos acessos, vindo a ser despachado major para o corpo de engenheiros a 13 de setembro de 1837, tendo feito passagem para êsse corpo a 2 de janeiro de 1834, tenente-coronel a 7 de setembro de 1842, coronel a 14 de março de 1847, e finalmente brigadeiro a 14 de março de 1855.

Serviu portanto efetivamente por espaço de 14 anos em diversos corpos arregimentados da arma de artilharia, tendo tido muitos anos por comandante o venerando marechal do exército Francisco de Paula Vasconcelos, o primeiro e mais distinto artilheiro do Império.

No mês de dezembro de 1827 casou com D. Emília Carolina da Costa Barros, filha do tenente-coronel Francisco da Costa Barros. Existem dêste consórcio dois filhos e uma filha, sendo aquêles o capitão de engenheiros bacharel em matemáticas Jerônimo Francisco Coelho Júnior, e o tenente do estado-maior de 1ª classe José Francisco Coelho. Viuvou em 30 de agôsto de 1854.

Tôda a sua vida, depois de adolescente, tem sido sem interrupção consagrada ao serviço do Estado, quer no serviço militar dos corpos, quer em

comissões profissionais de engenharia, ora nos altos cargos da suprema administração, ora, finalmente, no corpo legislativo, tendo principiado o seu tirocínio parlamentar na assemléia provincial de sua província, de que foi membro desde 1835 até 1847.

No ano de 1838, aos 32 anos de idade, tomou pela primeira vez assento na assembléia geral legislativa, como deputado pela província de Santa Catarina, sua terra natal, tendo sido eleito e reeleito seguidamente por espaço de dez anos, até o de 1847 inclusive.

Como político, honesto e probo sem ostentação, de inabalável firmeza de caráter, granjeando por isso a estima e respeito, não só dos seus correligionários, como dos seus antagonistas políticos, professou sempre até hoje opiniões liberais, sempre porém refletido, tolerante e moderado, nunca acompanhando seu partido nas suas exagerações. Seus princípios têm sido constantemente a aliança da liberdade com a ordem, e o do triunfo das idéias liberais conquistado pela convicção no campo da legalidade e dentro dos limites e órbita das leis.

Assim, apesar de ìntimamente unido à oposição de 1838 e 1842, de que faziam parte distintas notabilidades, tais como os irmãos Andradas. Marinhos, Otônis, Álvares Machados e outros, Dêles freqüentes vêzes se separava em diversas votações, não adotando o princípio severo de negar pão e água ao govêrno, prestando-lhe, pelo contrário, o seu voto nas medidas puramente governamentais, e negando-o às que eram de confiança, ou simplesmente de ocasião, ou às que eram exigidas pelo espírito de partido.

Negou, por exemplo, ao gabinete de 19 de setembro o seu voto à lei interpretativa do ato adicional, e da reforma judiciária; concedeu-o porém a tôdas as leis de fôrça e à de orçamento, e bem assim à do 1º de dezembro de 1841, de que foi o autor de acôrdo com o ministro da guerra de então, José Clemente Pereira, organizando o quadro dos oficiais do exército, e aumentando-lhes a tarifa dos soldos.

Tomou parte nas questões mais graves de seu tempo, e em geral em tôdas que diziam respeito a assuntos militares; seus discursos eram sempre ouvidos com atenção pela câmara; sua elocução era fácil e clara, e algumas vêzes até graciosa. Lógico nos raciocínios, e rigoroso nas suas demonstrações, o seu voto e opiniões emitidas nas discussões quando se tratava de materiais profissionais, decidiam ordinàriamente a votação da câmara, sem distinção de partido.

Tôdas essas provas exibidas no parlamento mereceram-lhe a honra de ser chamado aos conselhos da coroa, fazendo parte do gabinete de 2

de fevereiro de 1844 como Ministro da Marinha, e interino da Guerra, passando depois a efetivo para esta última repartição a 23 de maio dêsse mesmo ano.

Ao historiador imparcial pertence para o futuro apreciar devidamente os atos do gabinete de 2 de fevereiro, tendo em vista a situação política daquela época. Êsse gabinete, proclamando a política da concórdia e da clemência, aconselhara à coroa o perdão para os vencidos na rebelião de Minas e S. Paulo em 1842, e em conseqüência teve lugar a 14 de março de 1844 o ato magnânimo da anistia. Êsse fato conspirou contra o gabinete, e tornou profundamente hostil o então denominado partido da ordem, e dividiu em dois campos adversos os partidos atualmente conhecidos com os nomes de liberal ou luzia, e conservador ou saquarema.

Nesta situação dos espíritos abriu-se a sessão legislativa de 1848, e achou-se o gabinete na Câmara dos Deputados em frente de uma oposição violenta, forte por sua grande maioria, que abrangia três quartos do número de deputados; respeitável pela importância e pelo talento de seus chefes, entre os quais se contavam os Srs. Viscondes de Uruguai e de Itaboraí, Eusébio, Pereira da Silva, Souza Ramos, Visconde da Boa Vista, Rêgo Barros, e outros, todos fervorosos em suas crenças políticas, e decididos a todo o transe a golpear e derrubar o novo gabinete.

Coube ao Sr. Coelho, como Ministro da Guerra e deputado, sustentar na câmara temporária a luta renhida, que então se travou na discussão do voto de graças.

A oposição em grande maioria, por meio de seus mais eloqüentes órgãos, estigmatizando o gabinete, declarou-se com êle inconciliável, e ameaçou-o enèrgicamente com a recusa clara e decidida de sua confiança, e intimado-o, quase em tom imperativo, a que se retirasse pela falta de apoio dos representantes da nação.

Foi então que o Sr. Coelho, na sessão de 23 de maio, respondendo à oposição em um enérgico discurso, declarou que o gabinete não se retirava, apesar da oposição em maioria se declarar inconciliável, e de ameaçar com a recusa decidida de confiança por parte da câmara, terminando com as seguintes memoráveis palavras: "Temos recursos na constituição; apelaremos para a coroa e para o país, e o seu juízo supremo decidirá quem deva governar o Estado: ou nós, ou vós."

A revelação, que se continha nestas palavras, impressionou vivamente a oposição. No dia seguinte (24) lia-se em ambas as câmaras o decreto de dissolução entre os vivas e aclamações do povo, que ocupava as galerias e as imediações do paço da Câmara dos Deputados.

A nova Câmara dos Deputados, reunida em 1845, prestava o seu apoio unânime ao gabinete de 2 de fevereiro, excetuando três deputados, que se declararam em oposição, talentosos e hábeis oradores, a quem nesse tempo se denominou — Patrulha.

O partido liberal, reabilitado e chamado às posições oficiais, movido principalmente pelo sentimento de gratidão, dava pleno apoio ao gabinete, mas nele se pressentia uma certa sofreguidão e impaciência pela adoção de medidas no sentido da política do progresso, e em antagonismo com as medidas fortes, que tinham sido convertidas em lei pela política anterior.

Era como uma reação natural, que o govêrno prudentemente procurava moderar, abstendo-se de promover medidas precipitadamente no sentido, que seus amigos desejavam, pelo que era por êles acusado de inércia. Foi por isso que o Sr. Coelho, à vista dêsses indícios de sofreguidão da parte dos amigos do gabinete, em uma das sessões de maio de 1845 proferiu êsse notável discurso, no qual proclamou a inércia como sistema político em certos casos e em dadas circunstâncias, considerando-a, tanto no sentido físico como moral, uma força capaz de resistência, e muitas vêzes a única própria, salutar e benéfica para impedir movimentos desordenados.

Êste discurso lhe alienou as simpatias de alguns de seus amigos políticos; posteriormente, tendo-se oposto e fazendo cair com o seu voto, e o do seu colega dos estrangeiros, Ernesto Ferreira França, a medida proposta sôbre a incompatibilidade dos magistrados com as funções de deputado, estando além disto nesta parte divergente da opinião dos outros seus quatro colegas, teve de retirar-se do ministério a 26 de maio de 1855.

Entre os serviços mais notáveis prestados ao país neste seu primeiro ministério deve contar-se a parte direta e ativa com que planejou e concorreu para a pacificação da província do Rio Grande do Sul.

Em perfeita inteligência e acôrdo com o então presidente e comandante em chefe do exército naquela província, o general Marquês de Caxias, seu amigo de juventude e seu contemporâneo na Academia, tudo entre êles se predispôs e combinou com tanto acêrto, que a paz veio a efetuar-se pelos meios da convicção espontânea e sincera, fazendo com que os rebeldes confiassem na clemência imperial e na fé do govêrno.

Para êsse fim veio particularmente à côrte em comissão por parte dos rebeldes o (entre êles) tenente-coronel Antônio Vicente da Fontoura, acompanhado pelo coronel Manuel Marques de Sousa (hoje Barão de Pôrto Alegre). Foi o Sr. Coelho quem fez com o comissário Fontoura e coronel Marques todos os ajustes e combinações precisas para se reali-

zar a tão desejada pacificação, que até então milhares de contos despendidos e milhares de vidas preciosas sacrificadas não tinham podido conseguir.

No seu gabinete e com seu punho foi êle quem redigiu as instruções de 18 de dezembro de 1844, que foram levar a pacificação material e moral à infeliz e magnânima província do Rio Grande do Sul, há nove anos trucidada pelos horrores da guerra civil.

Quando algum dia esssas instruções chegarem a ser publicadas, se reconhecerá, que a paz desta província foi obtida pelos meios os mais honrosos, com brilho e magnânimidade da coroa, e sem ao mesmo tempo humilhar os brios daqueles nossos valentes irmãos iludidos, que depunham as armas, e voltando à comunhão nacional, vinham abrigar-se sob o manto da clemência imperial.

Quando na Câmara dos Deputados a oposição pouco generosa, e certa de que o melindre das circunstâncias não permitia ao govêrno fazer revelações, argüia o gabinete de ter mareado o brilho da Corôa, o Sr. Coelho respondia com sua voz expressiva: "Senhores, está unida tôda a grande família brasileira, o Império está em paz; rendamos graças a Deus".

Em objetos de serviço distinguiu-se sempre por sua grande atividade: entre outros fatos há o seguinte de notoriedade pública. O partido da ordem na provincia das Alagoas incorrera na mesma falta, que argüia a seus adversários políticos, pois quando em oposição, descrendo dos meios legais, revoltou-se e recorreu também aos meios materiais, empunhando as armas e atacando em seu palácio o delegado do govêrno o Sr. Bernardo de Souza Franco; e os revoltosos nessa ocasião não desdenharam chamar em seu auxílio o famoso bandido e salteador das matas de Jacuípe Vicente de Paula.

O presidente da província, sem fôrça para resistir à revolta, que com tanta fúria rebentara de improviso, havia solicitado auxílio aos presidentes de Pernambuco e da Bahia. Tôdas estas notícias chegaram à côrte trazidas pelo vapor Imperador, que entrou neste pôrto a 17 de outubro de 1844; o incansável ministro da Guerra de 2 de fevereiro deu logo tôdas as providências, e com tal rapidez que no dia seguinte, 18, havendo apenas decorrido 24 horas, o mesmo vapor saía pela barra fora com uma fôrça de linha de 400 praças completamente armada e municiada, sob o comando do valente general Seara, e a 24 do mesmo mês saltava a fôrça nas Alagoas, e no dia seguinte era reinstalado em seu palácio o presidente, que desde o dia 21 se achava com as principais autoridades a bordo do iate *Caçador;* a 31 de outubro dava-se o sanguinolento combate da

Atalaia, e logo em seguida outros, em que as fôrças legais levaram sempre de vencida os revoltosos. À presteza dos auxílios enviados da côrte pelo ministro, e à concorrência dos socorros das províncias da Bahia e Pernambuco deve-se o ter sido suplantada em comêço uma revolta, que, com o auxílio e intervenção dos bandidos das matas, ameaçava tomar grandes proporções, e produzir males incalculáveis.

Enquanto ministro, não se descuidava da parte puramente administrativa. Deu à Escola Militar os estatutos do 1.º de março de 1845, fazendo cessar a confusão de doutrinas, que resultava de uma interminável sucessão de reformas sôbre reformas; restaurou o Hospital Militar da Côrte, em benefício da vida dos soldados, que mal tratados nos insalubres e mal providos hospitais regimentais, sucumbiam à mingua em número extraordinário; fundou o observatório astronômico do Castelo, cuja criação, decretada por lei há muitos anos, tinha ficado em letra morta, e nunca se cuidara na sua execução.

Deixando de ter assento na Câmara dos Deputados no ano de 1848, foi nomeado presidente e comandante das armas da província do Pará, tomando posse dêstes cargos a 8 de maio do mesmo ano.

Nesta presidência ainda mais firmou o seu crédito de administrador inteligente, reto, justo e imparcial; desenvolveu sua habitual atividade dando impulso a diferentes obras públicas da província, apesar dos minguados recursos das rendas provinciais, tendo encontrado os cofres exaustos e a província com uma dívida superior a 70:000$.

Durante a sua administração no Pará, em princípios de 1850, tentaram os franceses uma segunda ocupação do Amapá, sendo governador de Caiena Mr. Pariset, que mandara estacionar algumas goletas e brigues de guerra em frente á embocadura do mesmo Amapá. O Sr. Coelho, por seu turno, mandou preparar todos os navios de guerra da estação do Pará, e expediu para Caiena o brigue de guerra Niterói com ofícios àquele governador, fazendo enérgicas reclamações contra a tentativa de nova ocupação; travou-se então de parte a parte, por meio de notas diplomáticas, uma renhida e luminosa discussão, que foi tôda publicada no relatório de estrangeiros de 1852, sôbre a questão de limites do Oiapoque, e sôbre a verdadeira inteligência dos tratados, cujo resultado foi fazer calar no ânimo do governador de Caiena a convicção da injustiça de sua pretensão; retiraram-se os navios franceses, não indo portanto avante a projetada ocupação.

Para caracterizar devidamente esta sua administração na província do Pará, e conhecer-se a norma de princípios que o dirigiram, basta copiar

textualmente um trecho do seu relatório de entrega aó vice-presidente o Dr. Ângelo Custódio Correia, em que, entre outras regras que o guiaram no seu govêrno, pôde dizer-lhe o seguinte:

"Não partilhei com ninguém o exercício de minha autoridade: governei só, acertei e errei só. Nunca admiti confidências auriculares sôbre objeto de negócios públicos, e nenhum ato de minha administração foi por alguém anunciado da véspera na praça pública.

"Esforçando-me por imprimir em todos os meus atos um certo cunho de imparcialidade e justiça, conseguí nulificar a aparição de partidos, e ter uma presidência tranqüila, etc.."

Entregando as rédeas da administração do Pará no 1.º de agôsto de 1850, tendo conquistado as simpatias dos paraenses, recolheu-se à côrte em novembro dêsse mesmo ano, e então se retirou completamente da vida política e administrativa, empregando-se por seis anos em diferentes cargos puramente militares, tais como o de diretor da fábrica da pólvora, que exerceu até o mês de junho de 1854; de diretor do arsenal de guerra da côrte, até setembro de 1855; diretor da Escola de Aplicação do Exército, até março de 1856, em que foi nomeado presidente e comandante das armas da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

À exceção dos cargos de presidente e comandante das armas das províncias do Pará e Rio Grande do Sul, nunca quis acumular mais de um vencimento ou gratificação por empregos diversos.

Quando foi nomeado diretor do Arsenal de Guerra da Côrte, a que estava anexa a direção das obras militares, fez separar êste último cargo, que desde então até hoje tem diretor especial, dizendo que no serviço do arsenal tinha de sobra com que ocupar-se, e que não queria ser diretor honorário ou nominal daquelas obras sòmente para receber as gratificações, que importavam em 1:600$ por ano; nisto deu ao mesmo tempo prova de desinterêsse e zêlo pelo bem do serviço.

De maneiras afáveis no seu trato ordinário, e ao mesmo tempo enérgico nas ocasiões precisas, nos empregos superiores, que há exercido, tem sabido fazer-se respeitar e obedecer, captando ao mesmo tempo a cordial estima de seus subordinados; é assim que, quando embarcou para o Rio Grande do Sul, despedindo-se dele os alunos da escola de aplicação reunidos em corpo, com seu novo diretor e mais oficiais e empregados daquela escola, um dos alunos, em nome de todos os seus colegas, leu um discurso por êle assinado, em que, além de muitas outras expressões lisonjeiras, tratando de retratar o seu caráter, exprimiam-se nas seguintes palavras:

"O que nos penhora individualmente, e o que nos constitui gratos sobretudo, são essas qualidades pessoais, que vos distinguem, são essa can-

dura e inteligência, que unia e separava incontinenti o diretor e o aluno, que distinguia o mestre dentre os que trabalhavam juntos, e que obsequiava ordenando, etc.."

Dois anos depois de ter deixado a direção do arsenal de guerra da côrte, quando os operários e mestrança dêsse arsenal dêle há muito já não dependiam, achando-se já na presidência do Rio Grande do Sul, êsses seus ex-subordinados se recordavam agradecidos de sua paternal administração, e espontâneamente cotizando entre si uma parte do produto de seus salários, mandaram preparar uma rica espada de ouro, e lha enviaram para aquela província, como um sinal de lembrança e reconhecimento ao seu ex-diretor.

Chegando à província do Rio Grande do Sul, foi acolhido com a mais cordial benevolência e simpatia; todos ali, tanto ex-rebeldes como legais, consideravam o ministro pacificador de 2 de fevereiro como um antigo conhecido e amigo.

Nesta segunda administração seguiu invariàvelmente os mesmos princípios, que na província do Pará, de retidão, igualdade, justiça e imparcialidade para todos: assim também do mesmo modo conservou a estima, simpatia e consideração dos rio-grandenses até o último dia de sua presidência.

Coube-lhe alí dissolver a divisão auxiliar brasileira, que havia regressado de Montevidéu, organizando as brigadas que deviam guarnecer, policiar, e defender nossas fronteiras, e dando-lhes instruções convenientes para remover ou resolver os diferentes conflitos, que com diversos Estados vizinhos ali ordinàriamente surgem.

Assim como no Pará, nessa província deu êle o máximo impulso às obras públicas, criando a respectiva repartição; planejou e deu princípio a essa importante estrada de 60 léguas pelo litoral, que tem de dar cômoda e segura comunicação entre as cidades de Pôrto-Alegre e Laguna, da qual devem provir imensas vantagens às duas províncias de S. Pedro e Santa Catarina, e que tem por fim proporcionar em época talvez bem próxima a construção de uma estrada de ferro, que será a verdadeira e única possível barra do Rio Grande.

Tendo-o a sua província, depois de decorridos dez anos, reeleito deputado à assembléia geral legislativa, passou a administração da província ao segundo vice-presidente em 13 de março de 1857, e veio para a côrte tomar assento.

Aqui chegou nos últimos dias do mês de abril do mesmo ano; e tendo logo ocorrido a retirada do gabinete de 6 de setembro, presidido pelo Sr.

general Marquês de Caxias, entrou segunda vez para o ministério, como ministro da Guerra do gabinete de 4 de maio daquele mesmo ano de 1857.

Na forma da constituição, teve de passar novamente pela prova das urnas eleitorais, e seus patrícios o reconduziram por uma excessiva maioria de votos.

Pôsto que há dez anos retirado do parlamento, nele se apresentou com o desembaraço do antigo parlamentar, sem desmentir um só momento o conceito que outrora houvera adquirido.

Nas discussões da sessão legislativa do corrente ano, agredido o gabinete de 4 de maio por uma oposição compacta, sistemática, enérgica e talentosa, conservou-se smpre a par de seus colegas, na altura de sua posição.

Conquanto alquebrado de fôrças e já investido pela enfermidade que depois o veio a prostrar, ainda era o mesmo administrador inteligente e incansável. Na previsão de uma guerra iminente, que estava a rebentar a cada momento com a república do Paraguai, e que a todos parecia inevitável, coube-lhe, como ministro da Guerra, a árdua tarefa de providenciar, não só sôbre os preparativos e armamentos de guerra, provimentos dos arsenais, mandando fazer avultadas compras na Europa, como também sôbre o movimento e marcha das tropas, parte das quais tinham de atravessar centenares de léguas por caminhos inóspitos e em grande parte desertos; teve de fazer organizar um corpo de exército no Rio Grande do Sul, e de fazer remessa para a fronteira do Baixo-Paraguai, na província de Mato-Grosso, à custa de grandes sacrifícios, de um imenso e pesado material de guerra, remetendo para alí engenheiros hábeis, e oficiais experimentados das diferentes armas, grande número de artistas, operários dos principais ofícios, fazendo seguir repetidos contingentes de tropas, e tendo fôrças já preparadas e prontas a marchar à primeira voz nas províncias de Goiás, Minas, S. Paulo e Paraná.

Não se limitava sòmente à expedição de ordens gerais, pois tratava logo de promover os meios de facilitar a sua execução, e de prevenir os embaraços e dificuldades prováveis, que pudessem ocorrer, organizando explícitas e minuciosas instruções sôbre os detalhes relativos à especialidade de cada serviço.

Todo êste insano trabalho era feito sem ostentação nem aparato, e ainda assim teve de curtir amarguras, vendo a imprudencia com que a imprensa oposicionista, para atacar o gabinete, esmerilhava, esquadrinhava, espreitava, e por êste modo irrefletidamente revelava ao inimigo tôdas as medidas, tôdas as providências tomadas pelo ministro, discutindo-as e censurando-as uma por uma.

Cônscio de seus deveres em assuntos tão melindrosos, cerrava os ouvidos a êstes clamores indiscretos, e prosseguia sem a menor hesitação em fazer executar as suas ordens; e ainda mesmo que a questão pendente com o Paraguai não tivesse tido, como teve, tão feliz e pacífica solução, quando soasse a hora do combate, o Império havia de se achar preparado para sustentar com honra e glória a sua dignidade e os seus direitos.

Infelizmente em meio da sessão legislativa do ano de 1858 não pôde resistir à enfermidade que há tempos o afligia, e caiu gravemente enfêrmo, como ainda até hoje se acha, tendo passado há seis mêses por acerbos e cruéis sofrimentos, de que ainda não está livre.

Êste motivo o tinha feito passar interinamente a pasta da guerra ao seu colega da marinha o Conselheiro Dr. José Antônio Saraiva em 10 de julho dêste ano, até que, ainda pelo mesmo motivo, deixou o ministério, e com isso deu lugar à retirada de todo o gabinete a 11 de dezembro do corrente ano.

Neste segundo ministério coube-lhe a tarefa de ser ainda o reformador das escolas militares, como houvera sido em 1845, e ao 1.º de março do corrente ano de 1858 fez publicar o novo regulamento respectivo.

Entre os serviços profissionais, que prestou em diferentes épocas, deve ser mencionado um, em que deu prova de seu desinterêsse, e também de sua dedicação à Imperial Família.

Logo depois do primeiro ministério, em outubro de 1844, foi escolhido por S. M. o Imperador para chefe da comissão de engenheiros incumbida de medir e demarcar as 25 léguas de terra que deviam formar o complemento do dote da Sereníssima Princesa de Joinville, sendo essas terras nos sertões de S. Francisco, da província de Santa Catarina. Nessa importante e espinhosa comissão empregou cinco aturados meses, internado em ermos sertões, sofrendo tôda a sorte de privações, quase sempre sem abrigo contra as intempéries, em maus ranchos de palha, feitos à pressa em cada dia no lugar do pouso, muitas vêzes sem mantimentos, e algumas vêzes chegando a sua comitiva ao ponto de desespêro e desânimo. Mas o exemplo do sofrimento e paciência do chefe, que, calmo, sereno e resignado, compartilhava com igualdade as mesmas privações, a sua perseverança e atividade fez superar tôdas as dificuldades, e chegar ao têrmo dos trabalhos da completa medição, demarcação e mapeação de tão extensa e agra porção de território. Salvou também grandes embaraços compondo-se amigàvelmente com todos os heróis e posseiros confinantes nas terras próximas ao litoral, evitando conflitos e contestações, devido principalmente à influência e estima de que gozava como deputado

em sua terra natal, e muito difícil teria sido a qualquer outro terminar em paz tão melindrosa comissão, na qual, e no dizer dos naturais do país, se lhes tiravam as terras para dar aos estrangeiros.

Por esta comissão, atendendo a que o assunto se referia a serviço da Casa Imperial, renunciou aos seus vencimentos ordinários, bem como às avultadas gratificações extraordinárias, que a todos os outros membros da comissão foram concedidas.

Tendo servido em altos e importantes empregos, como chefe de três repartições militares, dois ministérios, duas presidências, tendo estado muitos anos no parlamento, e incumbido de difíceis comissões da sua profissão, acha-se no fim da sua carreira tão pobre como no princípio. Quando se lhe faz alguma observação nesse sentido, responde: "A minha pobreza é a minha riqueza."

De costumes simples, de uma vida sem fausto e sem luxo, acomodando-se às suas circunstâncias e aos recursos de cada época de sua vida, é seu dito habitual: "Vivo com todo o dinheiro, gasto tudo o que ganho, e sòmente o que ganho; nada tenho, e nada devo."

Em tôda a sua vida nunca importunou os ministros com pedidos para si, nunca solicitou empregos ou comissões; ao contrário, sendo consultado, rejeitou muitos de elevada importância; é máxima sua *nunca pedir*. Sendo ministro, escreveu-lhe um general, em véspera de um dia de despachos, pedindo-lhe conselho se devia falar a outro de seus colegas, fazendo-se lembrado para um despacho que dêle dependia. O Sr. Coelho, como membro do gabinete, sabia que êsse general estava já inscrito na relação dos agraciados; e sem querer revelar-lhe o que havia, e mesmo para poupar-lhe o vexame de um pedido supérfluo, respondeu-lhe escrevendo por baixo da carta estas lacônicas palavras: "Os generais *não pedem;* eu acostumei-me a não pedir (para mim) desde *subalterno.*"

O Monarca o tem honrado com diferentes provas de estima, nomeando-o seu guarda-roupa, conselheiro e condecorando-o com as comendas de Aviz e da Rosa, e ùltimamente acaba de ser agraciado com a nomeação de vogal do Conselho Supremo Militar.

Tais são os traços biográficos e os fatos principais da vida do Sr. Brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho.

Francisco de Lima e Silva

RANCISCO DE LIMA E SILVA, Regente do Império, marechal de campo, comendador das ordens de Aviz e da Rosa, grão-cruz da do Cruzeiro, gentil-homem da câmara imperial, e do conselho de Sua Majestade, foi um dos mais notáveis caracteres que atravessaram as fases do Reinado, da Independência, da Abdicação, da Minoridade e da Maioridade.

O resumo das principais épocas da sua vida militar e civil, quer como general, quer como regente, comprova as raras qualidades de sua alma, e o quanto deve ser grata a memória dêste benemérito da pátria; respeitável pela sua intrepidez como soldado, admirável pela sua humanidade como chefe e vencedor, estimável pela sua prudência e justiça como juiz, unia a todos êstes dotes o da urbanidade e modéstia, os da caridade e de um pai extremoso.

Deus, nas eventualidades da sua vida, deu-lhe grandes consolações e grandes dôres; porque, se viu seu filho Luiz, o ilustre Marquês de Caxias, subir honrosamente os mais altos graus da escala social, e seu filho José, pela eminência de suas qualidades, gozar da estima do país e do soberano, viu também descerem prematuramente à sepultura seus filhos Francisco e Carlos, militares completos e merecedores de um grande futuro.

Descendente da ilustre família dos alcaides-mores de Faro e de S. Ivo, nasceu no Rio de Janeiro a 8 de julho de 1785, filho legitimo do marechal José Joaquim de Lima e Silva e de D. Joana da Fonseca Costa. Segundo os seus usos e privilégios das famílias militares, assentou praça da idade de cinco anos como cadete no regimento de Bragança, onde seguiu todos os postos até o de substituir seu pai no comando do mesmo batalhão.

Na época da Independência prestou os maiores serviços; à sua coragem, firmeza, atividade e confiança pública, deveu a cidade do Rio de Janeiro muitos bens naquela perigosa conjuntura, e êle o adquirir a fama de um soldado completo.

Para acalmar a revolta pernambucana de 1824 era necessário um homem que pelo seu passado inspirasse a maior confiança, tanto ao govêrno como aos que não compartilhavam os sentimentos dos revoltosos; e para esta perigosa e difícil missão foi escolhido o brigadeiro Lima e Silva, não só para comandar a brigada expedicionária, como também para presidente interino da província, e da comissão militar, criada por carta imperial de 27 de julho de 1824.

Combateu a revolta com tôdas as armas de um coração bem formado. Aos que não vencia pelo ferro, venceu pela magnanimidade, pela piedade, e por todos os meios de que uma heróica generosidade pode dispor em posição tão difícil e tão ampla como o exigiam as circunstâncias.

Mas não eram os rebeldes à integridade do Império os seus maiores contrários; eram sim os homens armados de um zelo excessivo, e os que disfarçavam seus ódios com tôdas as côres do falso patriotismo quando invoca a lei. O general Lima tinha horror ao sangue. Para melhor descrever esta situação e o estado dos espíritos, ouçamos o que dizia de Pernambuco ao Sr. D. Pedro I o general M., e o que ao govêrno do mesmo Imperador escrevia o general Lima; o contraste das expressões revela salientemente o que acabamos de dizer, e o quanto era nobre e sumamente humano o coração de Lima, e o alcance de suas vistas políticas naquele tempo.

Ao Sr. D. Pedro I escrevia o general M.:

"Senhor. — Chegou finalmente a época em que a minha consciência principia a acusar-me ou argüir-me de não haver eu participado a V. M. a repreensivel conduta do brigadeiro Francisco de Lima, que, insensível às honras com que V.M.I. o tem sobejamente distinguido (julgando em seu orgulho que talvez mais se lhe deva), tendo antes em vista seus fins particulares, do que a cega obediência às imperiais ordens, quando todas tendem ùnicamente ao bem geral do Brasil; que, esquecido do solene juramento de fidelidade que, quer antes, quer depois de ser nomeado para comandar a expedição de Pernambuco, deve ter prestado nas mãos de V.M.I., ousa insensato novamente cabalar e iludir o govêrno, deixando de cumprir ordens tão claras como positivas, pretextando dúvidas e tropeços que a cada passo o estorvam e embaraçam. Sim, Senhor, chegou o momento em que é preciso arrancar a máscara à impostura, e fazer aparecer o homem tal qual é. O Brigadeiro Lima em nada tem cumprido as ordens de V.M.I.; êle não estabeleceu a comissão militar, parece que muito de propósito, para apresentar dúvidas que tivessem em resultado o demorar a posse do presidente nomeado por V. M.I., e a mim; e enquanto esperava decisões, engolfado na desmesurada

ambição de mando, urdia novos tramas, escogitava novas dúvidas para de novo iludir o ministério, entretanto que as rédeas do govêrno da província eram sustentadas de uma maneira tal, que os rebeldes que a todo o momento deviam ter esperado a justa punição do seu horrendo crime, principiavam a encarar o Brigadeiro Lima, senão como seu consócio, ao menos seu patrono, seu protetor e amigo: resolvendo entretanto o Brigadeiro Lima, em seus para mim ocultos planos, e em seus clubes, intrigar e enredar o presidente Mayrink..."

O vago e a linguagem dêste documento confidencial, cujo original temos à vista, justifica o caráter de quem o escreveu, e o do general Lima e Silva. Não seria esta a linguagem dos Sejanos e Tigelinos quando aguçavam as iras de Tibério e Nero para se fartarem de sangue? O Sr. D. Pedro I foi surdo a tôdas estas misérias.

Vejamos agora o que ao mesmo tempo escrevia o general Lima, e conjuntamente o contraste que apresenta êste documento pela elevação dos sentimentos, pela humanidade e alcance de vistas políticas! Escreve uma circular ao Conselho de Estado:

"Pelos papéis oficiais estará V. Excia. bem ao fato do que se tem passado de quanto tenho feito, tanto nesta malfadada província, como nas outras do Norte, e até mesmo na da Bahia.

"A comissão militar, tendo sido aberta *imediatamente* que me chegaram com o total destrôço dos rebeldes; os presos que estavam no caso de ser considerados chefes da rebelião, foram já executados; e outros suspensa a execução de suas sentenças, até a decisão de Sua Majestade Imperial, por haver a mesma comissão julgado melhor demorar a execução e esperar as imperiais ordens, do que fazer repetir a cena de 1817, que se julgaram depois não serem cabeças indivíduos que já tinham sido precipitadamente fuzilados na Bahia e nesta cidade, cujos acontecimentos são aquí mui recordados por êstes povos o que, junto às mais violências e despotismos inauditos que então se praticaram, criaram a obstinação que hei encontrado e causaram esta reação e ódio ao govêrno, supondo talvez que êles se repetissem; era-me portanto mister desmentí-los por fatos de moderação, e germinar nestes corações endurecidos por uma educação pervertida pela lição de infernais periódicos, o amor que deviam ter à sagrada pessoa do Imperador, e a confiança no govêrno; e é por isso que tenho sido mais humano que severo, sem deixar de ser justiceiro, e me persuado ter alcançado algum fruto.

"V. Excia., como sábio e experimentado nos grandes negócios, estará bem certo quão dificultoso é classificar e punir crimes de opinião, e

em negócios tão melindrosos, mediante as circunstâncias em que se tem achado o Brasil, e as vicissitudes das coisas, os diferentes caracteres com que se têm apresentado; a propugnação pela independência, os desejos da liberdade dos povos; a aluvião de escritos incendiários e subversivos da ordem, que têm pôsto todos os povos em desconfiança e em atitude de resistirem ao que êles chamam roubo de seus direitos individuais e de sua decantada liberdade."

Diz franca e lealmente que a comissão militar não deve continuar por ser um tribunal de horror; e que, a executar-se à letra a última carta imperial, ainda seria preciso condenar à morte mais de cem pessoas, o que não seria praticável e nem consentâneo com as pias intenções do Imperador. Pede para que os comprometidos sejam julgados pelos tribunais ordinários, que não são odiosos; e lastíma a casualidade de ser composta a comissão de quatro portuguêses imprudentes que davam a entender o contrário, espalhando que vieram de propósito! Mostra o ponto culminante onde êste odioso poderá chegar, assim como a execração em que êle é tido, pois o chamam pùblicamente de verdugo dos seus patrícios e o sustentáculo das vinganças dos europeus.

Requer a eleição dos deputados: aconselha uma política mais branda, medidas prudentes e enérgicas, e o maior zêlo na observação da constituição; bons e honestos empregados, escritores que dirijam a opinião pública, e uma correspondência ativa e regular por meio de correios de vapor para mais estreitar os laços de amizade e comércio, e sobretudo pede inteira confiança nos altos funcionários que se mandarem para a província.

Aquêle que venceu à fôrça de armas Pernambuco, que fez parar a revolução, é o que fala desta maneira ao govêrno e aos seus conselheiros. Digam os homens de hoje se o regente Lima não era um homem das mais altas qualidades, um espírito vidente e digno de ocupar o lugar que posteriormente ocupou!

Acalmadas as paixões, e antes que alguns dos revoltosos escapados tomassem assento em ambas as câmaras, o nome do general Lima foi de dia em dia convertendo-se em um hino de concórdia e gratidão, porque o tempo foi pouco a pouco revelando atos de sua magnânimidade que fazem honra à espécie humana, e que serão admirados por todas as idades.

A Providência havia ligado os destinos da monarquia brasileira àquele brioso soldado por mais de um fato, e colocado nêle e em seus ilustres filhos a continuação da mesma missão.

Arauto da ordem no primeiro movimento contra a integridade do Império, depois da Independência, coube-lhe a glória de amparar a mo-

S.A. Sisson del. e Lith.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA

S.A. Sisson, Editor, Rua dos Ourives 53

narquia mais tarde, e de ver em seu filho Luiz o pacificador de quatro províncias revoltas e o general em chefe que mandou um contingente a Buenos-Aires para destronar o governador Rosas, que em nossos dias fez reviver as loucuras de todos os tiranos da antigüidade.

De volta de Pernambuco, e estando de semana no paço de S. Cristóvão como veador da santa Imperatriz Leopoldina, coube-lhe a honra de apresentar em seus braços à côrte o Sr. D. Pedro II, que acabava de nascer em 2 de dezembro de 1825! Quem diria então que seis anos mais tarde êle o havia de proclamar Imperador no Campo de Santana, no meio do povo e tropa, e que lhe salvaria a coroa através das tempestades que passaram durante a sua regência?!

Mandado para S. Paulo em 1828 como governador das armas, alí correu perigo de vida no dia 12 de outubro, quando passava revista às tropas, por se haver espalhado que fôra ali mandado a fim de proclamar o absolutismo. Homens armados de bacamarte o seguiam a cada movimento de um lado e de outro, com o fim de o acabarem alí se acaso desse a menor mostra de um tal intento. Tudo se desvaneceu ao primeiro. — Viva à Constituição do Império.

O que escreve êste resumo biográfico do regente Lima ouviu isto da bôca do muito respeitável bispo eleito Moura. no momento em que reprovava o ato e o narrava ao bispo do Rio D. José Caitano.

De fins de 1829 até 9 de dezembro de 1830 foi comandante das armas interino na côrte, e novamente nomeado para S. Paulo, onde não voltou por ter sido nomeado efetivo em 13 de março de 1831 para a capital e província do Rio de Janeiro, lugar que deixou no dia 7 de abril, por ter sido eleito membro da regência provisória.

Na noite de 6 de abril dirigiu-se o general Lima a S. Cristóvão para solicitar do Sr. D. Pedro I algumas providências, à vista do estado em que se achava o povo e a tropa; e ouvindo a êste o firme propósito em que estava de abdicar, disse-lhe: "Pois bem, Senhor, eu parto para o Campo a unir-me com o povo e tropa, e a colocar-me à frente da revolução que se prepara, mas juro a Vossa Majestade que ela será sempre no sentido monárquico." E o Imperador, dando-lhe um abraço, respondeu: "Sr. Lima, sempre o considerei como meu amigo sincero; vá, e lhe entrego o destino de meus filhos."

Voltou-se, e o general veio para o Campo até chegar o momento em que o Sr. D. Pedro mandou depositar em suas mãos o decreto de sua abdicação.

O general Lima reuniu em torno de si de todos os amigos da constituição, leu o decreto, e proclamou Imperador do Brasil ao Sr. D. Pedro II.

Na eleição da regência permanente ninguém pretendeu o seu lugar, tôdas as divergências foram na nomeação dos dois outros, o que se fez sem agitação no palácio dos senadores.

Desenganado o partido republicano, descontente os que se julgavam com direito ao govêrno, começaram a prorromper anarquias de tôdas as espécies. O regente Bráulio Muniz morreu de hipertrofia de coração; e o regente Costa Carvalho, hoje Marquês de Monte Alegre, não podendo suportar a pressão de seus amigos políticos, as inconseqüências da época e as exigências de novos ambiciosos, retirou-se para S. Paulo, e deixou o velho general com o pêso e responsabilidade do govêrno do Império.

As câmaras, pela fatura do ato adicional, decretaram a unidade da regência, e no dia 12 de outubro de 1836 entregou o general Lima a Diogo Antônio Feijó a regência do Império sem deixar nenhuma queixa, e sem ser acusado de um ato imprudente.

Escolhido senador pelo regente Feijó, obteve ainda mais esta prova do povo fluminense e do govêrno do quanto era respeitado e das lembranças de grata memória que deixara após uma regência tempestuosa, e de amargas provações. Amigos e inimigos lhe fizeram justiça, porque todos reconheceram os eminentes serviços e a constância do general Lima e Silva.

As câmaras unânimente lhe concederam uma pensão vitalícia, igual à metade do subsídio que percebia como regente. Essa pensão valeu a muitos desgraçados, consolou muitos infelizes, mormente militares velhos, porque o regente Lima era de uma generosidade a tôda prova; e que o digam as vítimas de Pernambuco, as viúvas desvalidas e desgraçadas, e os próprios complicados, que acharam sempre na tênue bolsa do soldado um pão para si, seus filhos e sua família. O senador Manuel de Carvalho o confessava pùblicamente, dizendo que Lima tinha sido o anjo consolador de todos os seus desgraçados companheiros, e o seu também.

Retirado à vida doméstica, e testemunhando os acontecimentos posteriores, as mudanças de idéias, as acusações feitas ao passado por alguns proteus políticos, resolveu-se a escrever umas memórias a fim de que a posteridade não ficasse enganada; e dizia êle, que fôra o tempo mais agradável da sua vida aquêle em que se ocupou com êste escrito.

Uma vez passeando êle pelas salas do paço da cidade com o que escreve estas linhas, e olhando para o retrato da Senhora D. Maria I, que estava no gabinete do despacho da regência; exclamou: "Ah! Sr....

se êste retrato falasse, se êle contasse o que ouvira neste gabinete quando se quis vender a coroa imperial e mandar o Imperador estudar a arte de governar nos Estados-Unidos, muita gente fugiria desta casa e nunca mais aqui apareceria. Eu e os outros que salvamos a monarquia, aqui andâmos a admirar êstes senhores, que passeiam como se nunca nada houvera; a influência política é como a moda, que muda com os tempos."

O homem que ocupou os mais altos empregos do Estado, que teve em suas mãos os destinos do Império, que, senhor de uma revolução, tinha por si a tropa e o povo, morreu pobre e foi enterrado pela irmandade da Cruz dos Militares. Seus ilustres filhos viram nesta fórma de entêrro mais um brasão de família e um documento indeclinável da probidade daquele que deixou a regência muito mais pobre do que quando para ela entrara, porque uma parte dessa pensão do Estado também foi distribuida para a amortização de suas dívidas.

No dia 2 de dezembro de 1853, no momento em que descia para o paço o Sr. D. Pedro II, deu a alma a Deus, aquêle que o havia... anos antes sustentado em seus braços, e no dia 7 de abril de 1831 segurado em sua fronte infantil êsse diadema americano que começa lançar seu briho por todo o mundo.

O regente Lima tinha um amor particular ao Senhor D. Pedro II, tinha-lhe uma afeição paternal. Contar-se-lhe os progressos intelectuais do Imperador, suas boas ações, era uma delícia indizível para êle; e logo acudia cheio de ufania: "Aqui, aqui nestes braços o apresentei à côrte no dia do seu nascimento; com esta bôca o aclamei no campo de Santana, e com êste coração leal fiz tudo quanto devia para conservar-lhe a coroa."

Nos despachos que houveram pela sagração, foi nomeado Barão da Barra Grande, sem grandeza. Julgou de sua dignidade não aceitar, e morrer com o titulo de regente do Império. Os indivíduos que aconselharam êste proceder ao govêrno devem hoje gemer, pensando que sobre êle recai sòmente tão grande ingratidão, e a responsabilidade de quererem rebaixar o velho general, o pio herói de Pernambuco, o primeiro regente do Império, com um título que o colocava abaixo de seus sucessores no govêrno, e de quem trazia ao peito a grã-cruz do Cruzeiro, e a medalha de ouro dos que pugnaram pela integridade do Império.

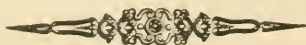
Era o regente Lima um homem de mediana estatura, de proporções fortes, de uma fisionomia austera e de um olhar firme, mas bondoso. No seu trato familiar era de uma urbanidade tal e de uma modéstia que cativava a todos.

A sua conversação era variada, cheia de fatos, de anedotas interessantes e de formas muitas vêzes originais; mas em tudo isto descobria-se

sempre o soldado, mas o soldado ilustrado por um longo e meditado estudo das cousas humanas. Às vêzes encarando os acontecimentos pátrios, resumia-os por admiráveis sentenças que tinham o cunho da simplicidade na forma, da intensidade na materia, e da modéstia que lhe era natural.

O que escreve êste bosquejo passageiro da vida de um benemérito da pátria, contrai por amor da mesma pátria o dever de escrever mais de espaço a bíografia de um varão, cujo nome deve ser caríssimo a todos os que vêem na monarquia o princípio de nossa estabilidade e grandeza, e o elemento mais seguro para a ordem e prosperidade do Império do Brasil.

Os que passaram pelos dias tempestuosos da menoridade reconheceram a verdade do grande princípio, e os serviços prestados ao Brasil pelo general Francisco de Lima e Silva.

S.A. Sisson del.e lith.

VISCONDE DO RIO BONITO

Visconde do Rio Bonito

S.A. Sisson Editor, Rua dos Ourives 53

Visconde do Rio Bonito

Nos países livres, onde o sistema representativo não é formalidade exterior ou rebuço do despotismo, e sim a manifestação verdadeira da inteligência e vontade popular, exerce o comércio grande e natural influência, já pelo trato quotidiano em que vive com tôdas as outras classes, já pelas repetidas ocasiões que tem de prestar-lhes serviços, já porque adquire uma posição de abastança e de independência, a *aurea mediocritas,* que é considerada pelos filósofos como a situação mais feliz sôbre a terra.

Habituado ao trabalho e à economia, com o espírito de ordem e de regularidade, procurando no seio da família o descanso e a compensação das fadigas diurnas, apreciando os homens e as cousas sem o prisma das paixões políticas, o negociante tem sido, nesta côrte, um tipo de moralidade e dedicação à ordem pública, e de abnegação e modéstia.

Praticando as mais raras virtudes cívicas, pensa que cumpre deveres ordinarios e comuns: a única ambição a que aspira, é a de ser tido na conta de homem de bem e de cidadão prestimoso e desinteressado.

Esta foi a classe em que nasceu João Pereira Darrigue Faro; esta foi a escola em que se doutrinou desde a infância; esta foi a tradição que recebeu, continuou e legou a seus filhos.

Seu pai, o negociante Joaquim José Pereira de Faro, tinha conquistado no comércio franco e na lavoura uma bela fortuna, e o que é melhor, o título de honrado e cavalheiro. Aliado aos homens de verdadeiro patriotismo, que cuidavam dos negócios públicos por bem do país e não por interêsse de posição ou de família, aquêle negociante concorreu com a sua influência e cabedais para os melhores atos da existência do Brasil. Na época em que o espírito público reagiu os planos imprudentes de uma política que ofendia não só a liberdade constitucional, mas ainda os instintos nacionais, o velho negociante Faro foi respeitado pelos partidos atenta a franqueza e retidão com que, apesar de nascido em Portugal, aconselhou a seus filhos que acompanhassem a oposição e ser-

vissem a causa do Brasil, sua pátria, causa que êle também adotava de coração. Mais tarde o partido moderado, reconhecendo essa nobreza de sentimentos, aceitou o concurso da família Faro, teve nela um apoio constante e sempre desinteressado, e distinguiu-a, dando a seu chefe na eleição a que se procedeu em 1833 para senadores pelo Rio um lugar na lista tríplice, ao lado de Diogo Antônio Feijó e de Antônio José do Amaral.

A estas qualidades de cidadão, herdadas de seu pai, João Faro reunia um caráter simpático, de grande amabilidade, que lhe granjeou amigos verdadeiros em tôdas as classes da sociedade. Tinha também uma virtude, que lhe inspirara sua digna mãe, a Sra. D. Ana Rita de Faro, e era o amor dos pobres e desgraçados. Homem lhano, que vivia sem ostentação apesar de sua riqueza, se êle distinguia o poderoso e o rico do infeliz e do pobre era para estender a sua mão com mais cordialidade a êstes.

João Faro nasceu a 9 de Julho de 1803. Nessa época a educação literária no Rio de Janeiro era minguada de recursos. Destinado para a mesma profissão de seu pai, recebeu a instrução comum e depois seguiu o curso completo da Aula do Comércio. Como se lhe percebesse logo a aptidão que depois mostrou em várias comissões administrativas, foi aproveitado para o antigo Banco do Brasil, onde prestou serviços até a liquidação dêsse estabelecimento e adquiriu uma prática que lhe foi sumamente proveitosa.

Na época da Independência, o Sr. D. Pedro I querendo ter em tôrno de si os filhos das principais famílias, criou a guarda de honra. Fazendo parte dela João Faro, foi promovido desde o pôsto de alferes até de o major, e mereceu ser escolhido para comandar o piquete que em 1826 acompanhou o Imperador na sua viagem à Bahia. O seu zêlo no serviço, a delicadeza de suas maneiras, os sacrifícios de fortuna que fazia para corresponder à confiança imperial, lhe granjearam a estima de D. Pedro, que o condecorou com o hábito do Cruzeiro, com o hábito e depois comenda de Cristo, e com o da Rosa à chegada da imperatriz a Senhora D. Amélia.

Não era porém o desejo de obter distinções desta ordem que o movia a prestar-se ao serviço público. Quando, no tempo da regência, se criou a guarda nacional, que era destinada a uma vida de lutas contínuas para manter a ordem contra a anarquia da exaltação e contra os conspiradores ambiciosos, João Faro ofereceu-se a prestar o serviço de simples guarda; mas o govêrno, que o apreciava devidamente, confiou-

lhe logo o comando do batalhão da Candelária e o de Santa Rita, de onde passou depois a chefe de legião e preencheu muitas vêzes as funções de comandante superior.

O sangue frio e dedicação, a energia e ao mesmo tempo moderação, com que o jovem comandante se houve na repressão dos tumultos e cenas desordenadas que diàriamente abalavam a tranqüilidade desta côrte, foram recompensados pela estima de seus concidadãos, e pelo reconhecimento do govêrno. Daí datam muitas das relações, que João Faro conservou até a sua morte, com os homens importantes daquela quadra, com os Srs. Costa Carvalho, Honório, Vergueiro, Tôrres e outros. Quando um dos mais ilustres cidadãos que teve o Brasil e de que se ufanaria qualquer país do mundo, quando Feijó veio preso de S. Paulo para esta côrte depois da revolução de 1842, a primeira pessoa que o procurou foi João Faro, e ofereceu-lhe tudo o de que precisasse.

Não era então o regente, não era então o ministro que no mais intenso da anarquia soubera fazer predominar a paz e o respeito às instituições: era o cidadão perseguido, era o homem de sentimentos que se diziam perigosos, era o chefe que tomara, por nobreza dalma, a responsabilidade de uma revolução a quem só aderíra quando a viu perdida. Também quando o velho Feijó deu com os olhos em João Faro, subindo ao navio que lhe servia de cárcere, voltou-se para um oficial que estava a bordo e lhe disse estas palavras: "Pai e filho, sempre os mesmos! O pai comprometeu-se por Vergueiro, o filho se compromete por mim."

O govêrno, também pelo seu lado, o considerava sempre. Assim, o chamou para a comissão mista brasileira e portuguêsa, para a direção dos teatros, para a comissão espinhosa da distribuição de ações da estrada de ferro, para 1.º vice-presidente do Banco do Brasil, 1.º vice-presidente do tribunal do Comércio, etc.

Considerado sempre por seus concidadãos, João Faro foi eleitor constantemente, membro da câmara municipal da côrte e deputado provincial em várias legislaturas. Se não teve um assento na Câmara dos Deputados, sabe-se que foi isso devido à sua abnegação e modéstia, porque gozando de uma grande influência, preferia servir-se dela para elevar os seus amigos e os homens que lhe pareciam aptos para os cargos públicos.

A posição política em que mais francamente se revelou o mérito de João Faro foi a vice-presidência da província do Rio de Janeiro. Quatro vêzes sucessivas desde 1850 exerceu ele êsse cargo, e com tanta probidade, aptidão e bom senso que, sem distinção de opiniões políticas, tô-

da a província o aplaudiu, as assembléias provinciais o felicitaram, o govêrno imperial o distinguiu e o corpo eleitoral deu-lhe a mais significativa demonstração de reconhecimento. Procedendo-se a uma eleição de senador, quando João Faro se achava fora da administração, foi êle o mais votado pela província para uma lista onde figurava o nome do Sr. Eusébio de Queiroz, o homem então de mais prestígio no partido conservador.

Como negociante, era proverbial a sua probidade e cavalheirismo. Nunca perseguiu, nunca vexou. Preferia perder nos seus interêsses para não publicar as vilanias de que fôsse vítima. Também a estima de que gozava na praça se patenteou na primeira eleição para diretores do Banco do Brasil, tendo obtido no primeiro escrutínio maioria absoluta dos sufrágios. Igual demonstração teve quando se fizeram as primeiras eleições para deputados ao Tribunal do Comércio. Era além disso consultado e ouvido por todos os negociantes, como um homem de sã razão e de escrupulosa retidão.

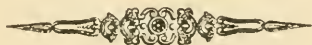
O chefe da nação deu-lhe também grandes provas de seu aprêço; nomeou-o veador de S. M. a Imperatriz e conferiu-lhe o título de Barão do Rio Bonito, título com que falecera seu pai o Sr. Joaquim Faro. Pouco depois o Barão do Rio Bonito foi elevado a Visconde do mesmo nome.

Possuindo, por herança de seu pai, fazendas de café no município de Valença, mostrava-se lavrador inteligente, introduzindo ali notáveis melhoramentos e amenizando a sorte de seus escravos, que o amavam como a um pai. A primeira estrada importante da província do Rio, de traço regular, pela qual puderam transpor a serra grandes carros para condução de gêneros e passageiros, foi empreendida de acôrdo e com o concurso de João Faro, que lhe deu o maior impulso. Falo da estrada do Presidente Pedreira, que honra ao presidente que a aprovou, e aos fazendeiros (entre os quais, José Clemente, João de Faro, Ezequiel Padilha, Camilo Faro e outros), que a dirigiram e levaram a efeito.

Há ainda uma face do caráter do Visconde do Rio Bonito que merece atenção: a sua dedicação aos estabelecimentos pios. Quanto não lhe deve a Santa Casa de Misericórdia! Como escrivão do Hospício de Pedro II, quanto não concorreu para se levar ao cabo essa obra de verdadeira piedade! Como provedor do asilo de Santa Leopoldina em Niterói, a êle se pode atribuir em grande parte a criação e estabilidade dessa instituição!

Quando contava 53 anos e 4 mêses de vida, faleceu aos 11 de novembro de 1856.

Terminaremos êste ligeiro artigo, recordando as virtudes domésticas de João Faro. Filho, marido, irmão e pai extremoso, tributava um respeito religioso à sua velha mãi, rodeando-a da consideração de todos os seus amigos; amou à sua mulher e amava a seus filhos com uma ternura admirável; votava amizade profunda a seus irmãos e merecia dêles confiança ilimitada, servindo de pai a todos os seus sobrinhos e mostrando o maior desinterêsse, sempre que tinha de entrar com êles em qualquer partilha de bens.

F. O.

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro

VIDA dêste varão ilustre é uma das mais importantes entre tôdas que têm avultado no Império do Brasil. Êste nome já era conhecido na revolução constitucional de 1820, que tinha abalado todo o Império português, e se foi engrandecendo todos os anos à proporção que as idéias liberais iam triunfando da rotina, e dos princípios velhos de opressão.

Desde que tomou assento nas côrtes portuguêsas, como deputado pelo Brasil, até hoje, o senador Vergueiro tem sido fiel e firme às convicções liberais moderadas. A inconstância dos interêsses, a modificação que o tempo imprime sôbre quase todos os homens e até sôbre as próprias coisas, não arrefeceram seu ânimo robusto na defesa das máximas constitucionais.

Nunca foi surpreendido em contradição política, nem tampouco em divergência com o passado. Firmou-se no partido liberal por espontânea tendência, progrediu com êle, e sofreu resignado nos dias infelizes.

Sempre que subiu as escadas do poder, foi por provocações de seus correligionários e exigências da situação, e não por solicitações suas. Pode-se dizer com tôda a franqueza que o senador Vergueiro não possui o vaidoso amor do poder. Por mais salientes que tenham sido os postos de honra e governança que ocupou, não serviram para a prosperidade de seus parentes. O nepotismo não anuviou seu govêrno, de justiça e abnegação.

Dotado de um espírito ilustrado e tenaz, de uma vontade robusta, e lógico no govêrno, jamais voltou o rosto à verdade e à desgraça, não desanimou aos amigos, não ofendeu aos adversários, não provocou excessos, ainda nos períodos mais críticos. Nos grandes conflitos consultava sua consciência como a um juiz infalível; a decisão dela equivalia à ação.

Na vida pública tem sido um exemplo de fidelidade, na vida privada um belo modêlo de cidadão e pai de família.

Eis os contornos gerais de sua bela fisionomia moral; entremos nos fatos históricos, não para traçar sua biografia, que só mais remota pos-

teridade escreverá como cumpre, porem simplesmente uma breve notícia, que sirva para atestar que tão avultado é o seu mérito, que, sendo ainda vivo, nem por isso é esquecido.

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro nasceu em 20 de dezembro de 1778, na freguesia de S. Vicente Ferrer, do lugar de Valporto, têrmo naquela data da cidade de Bragança, no reino de Portugal.

Em 1801 formou-se na Universidade de Coimbra bacharel em direito civil. Passou no ano seguinte a residir na província de S. Paulo, onde exerceu a advocacia, e ali casou com D. Maria Angélica de Vasconcelos, filha do capitão José Andrade de Vasconcelos.

Menos afeiçoado às chicanas do fôro do que dedicado ao serviço da sua pátria adotiva, e obedecendo tanto aos próprios desejos, como ao exemplo de seus maiores, consagrou o seu tempo aos melhoramentos agrícolas; e para executá-los, deixou a banca e foi residir no sertão Piracicaba, onde a sua influência inteligente produziu em pouco tempo notável desenvolvimento na pequena indústria que ali então se mantinha.

Em 1821, rebentando a revolução em S. Paulo, foi inopinadamente nomeado membro do govêrno provisório; e apesar da pouca afeição que votava aos cargos públicos, aceitou aquêle, dizendo: "Não sei como sairei: mas embora fique mal com todos, hei de ficar bem com a minha consciência."

Seguindo-se logo depois as eleições para as côrtes constituintes de Lisboa, foi nomeado espontâneamente deputado, contra o voto do Dr. José Bonifácio de Andrada, vice-presidente do govêrno provisório, que na mesa eleitoral disse-lhe mostrando a sua cédula: "Sou franco, não voto no senhor, porque faz muita falta ao govêrno."

Partiu no entanto o novo deputado para Lisboa, onde chegou em fevereiro de 1822, encontrando a notícia dos decretos que mandavam regressar o principe regente, e aboliam os tribunais do Rio de Janeiro.

Constando então a impressão desagradável que êsses atos do poder haviam causado no Brasil, nomearam as côrtes para sindicar do seu alcance a uma comissão mista de doze membros, em cujo número entrou o Sr. Vergueiro.

Como membro dessa — comissão política dos negócios do Brasil, — provou o Sr. Vergueiro quanto lhe fervia na alma o afeto generoso que consagrava ao Brasil.

S.A. Sisson del. e Lith. — Barandier pinxt

NICOLAU PER.A DE CAMPOS VERGUEIRO

Nicolau Perª de Campos Vergueiro

S.A. Sisson, Editor, Rua dos Ourives 21

Apreciador e juiz imparcial dos fatos, escreveu sôbre êles um voto em separado, que se denominou justamente — a proclamação mais enérgica da independência do Brasil.

Achando-se fora de Lisboa foi convidado pelo secretário das côrtes para assinar a constituição, e respondeu por escrito que "quando estivesse presente, a não assinaria, por não serem nela atendidos os interêsses da nação constituida."

Voltando ao Rio de Janeiro, tomou assento na assembléia constituinte que funcionava, e alí defendeu, como o fizera nas côrtes lisbonenses, a causa do país novo, que devia medrar sob o auspício da liberdade constitucional, que a opinião menos provecta do povo começava a preferir ao jugo rotineiro das praxes e das doutrinas do absolutismo.

Em 12 de novembro de 1823, dissolvida a assembléia constituinte, e invadida a casa dos trabalhos legislativos, foi o Sr Vergueiro prêso com outros representantes e conduzido à fortaleza de Santa Cruz, onde se achavam os Srs José Bonifácio de Andrada, e vigário Belchior, ilustres sócios de seu martiriológio, que uma semana depois viu arrastar ao degrêdo entre outros encarcerados.

Sôlto, o Sr. Vergueiro regressou talvez com mais ardor ao pacífico remanso onde a sorte ainda não permitiu que corressem calmos os seus dias.

Eleito deputado nas subseqüentes eleições, e proposto senador pelas províncias de S. Paulo e Minas Gerais, tomou assento no ano de 1826 na câmara eletiva e nela continuou no seguinte, distinguindo-se com assiduidade nos importantes debates que alí foram encetados.

Em 1828, tendo apenas assistido à primeira sessão preparatória, foi atacado de uma violenta febre cerebral que pondo em risco a sua existência como que tornou mais evidente o seu mérito sendo, enfêrmo como estava, escolhido senador sob nova proposta da província de Minas Gerais.

Em 1830, sofrendo ainda os efeitos da moléstia que o prostrara, foi o Sr Vergueiro chamado a formar o novo gabinete, encargo que aceitou convidando para as diferentes pastas aquêles de seus amigos de cujo devotamento e patriotismo mais esperava, na época turva em que assumiam o poder.

Na revolução de 1831, tendo o Sr. Vergueiro ficado no Rio de Janeiro durante as férias parlamentares, foi um dos signatários de uma representação enviada ao govêrno por 24 deputados, sôbre as necessidades urgentes da situação.

Progredindo porém a onda revolucionária apareceu no dia 6 de abril a demissão do ministério seguida da relação dos novos ministros, da suspensão de garantias, e de ordens de prisão em que figurava o seu nome.

No dia seguinte em face do novo gabinete, que nada empreendia a bem da tranqüilidade pública, reuniram-se os revoltosos no Campo da Aclamação, e alí pediram em massa a reintegração do ministério demitido.

Apesar de aceita a substituição dos ministros, e declarando-se que o Sr. Vergueiro seria incumbido dessa tarefa, não diminuiu a efervecencia do povo ao qual começavam a reunir-se alguns corpos de linha.

Seguiu-se a abdicação do Imperador, tendo sido demitido o novo gabinete com exceção do Sr. Marquês de Inhambupe.

Houve então uma reunião em assembléia geral dos deputados e senadores existentes na côrte, que concordaram na nomeação de uma regência provisória para a qual foi eleito o Sr. Vergueiro com mais dois membros.

Nessa posição suprema o já encanecido servidor do Estado não desmentiu os precedentes honrosos de seu belo caráter, mantendo a ordem e semeando a paz em uma quadra tão melindrosa.

Em 1833, apesar do mau estado de sua saúde, entrou no ministério do império, e serviu interinamente no da Fazenda.

Em 1835, sofreu uma gravíssima moléstia do coração cujos estragos nunca mais pode sanar.

Em 1837, foi nomeado diretor do curso jurídico de S. Paulo, cargo
ção do Sr. D. Pedro II, foi agraciado com a grã-cruz do Cruzeiro.
ser dêle dispensado.

Em 1840, discutindo-se a grave questão da maioridade votou a favor dela como necessidade irrecusável, e em 1841 por ocasião da coroação do Sr. D. Pedro II, foi agraciado com a grã-cruz do Cruzeiro.

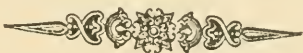
Em 1842, um desgosto profundo veio ferir inesperadamente o honesto e leal representante do partido liberal do país.

Abafada a revolução de S. Paulo, era mister responsabilizar por ela a alguém, e contra tôda a expetactiva recaiu a escolha no cidadão pacífico, que jamais pretendera firmar com o sangue e o fogo os princípios políticos que abraçava e sustentara na tribuna.

O senado porém julgou improcedente êsse processo, em que em vão se procurava lançar um labéu desairoso sôbre um benemérito do país.

Em 1847, ocupando provisòriamente a pasta da justiça, fê-lo por mais tempo do que esperava, do que resultou-lhe novo acesso de febre cerebral que quase o deixou sem vida.

Aquí se pode considerar terminada a áurea política do Sr. Vergueiro, pois, se ainda hoje, como senador, eleva a voz trêmula no mesmo recinto em que colheu as palmas de orador, é para pugnar pelos interesses da colonização do país, a cujo estudo e desenvolvimento há longos anos se dedica, colhendo lisonjeiros frutos dessa pertinácia na prosperidade da colônia que tem estabelecida em suas terras, na província de S. Paulo.

Contando atualmente oitenta anos de idade, o Sr. Vergueiro aparece aos olhos da geração presente como um vulto grandioso do cidadão probo e honesto, do estadista íntegro, e do representante fiel de um partido que se ufana de o ter por décano.

Bernardo Pereira de Vasconcelos

BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS, um dos maiores vultos da história contemporânea brasileira, nasceu na antiga Vila Rica, hoje cidade de Ouro Preto, em 27 de agosto de 1795. Foram seus pais o Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, e D. Maria do Carmo Barradas; seus avós maternos o Dr. João de Souza Barradas e D. Jacinta Maria da Fonseca Tavoreda e Silva; seus avós paternos o coronel Jerônimo Pereira de Vascelos e D. Ana Jacinta da Natividade.

Dotado de viva compreensão, foi por seus pais destinado desde logo à carreira dos estudos, e mandado para Portugal aos 12 anos de idade, para, sob direção de pessoas de alta posição da sua família portuguêsa, aproveitar as lições mais apuradas decerto nas aulas da metrópole do que o podiam ser nas da colónia.

Corria infelizmente o ano de 1807: os acontecimentos políticos embaraçaram a realização ds intenções paternas. O navio que levava o menino brasileiro foi aprisionado e dirigido para Inglaterra: Portugal estava então ocupado pelas armas da França, e a França estava nas suas grandes guerras com a pátria de Pitt, ou antes com a Europa inteira.

Da Inglaterra teve de regressar para o Brasil, e de aqui concluir os estudos preparatórios. Seguindo outra vez para Portugal em 1813, matriculou-se nas aulas de direito da Universidade de Coimbra, freqüentando-as com a maior distinção, e saindo enfim em 1818 com o grau de bacharel formado.

Na companhia de seus tios, o conselheiro do Estado Fernando Luís de Souza Cardoso e Silva e Dr. Bernardo de Souza Barradas, conservou-se um ano em Lisboa, para completar os seus estudos jurídicos; só em 1820 regressou à pátria.

Consagrou-se à profissão de advogado; mas tão abundantes naquela época não eram os homens de estudo, que fôsse possível ao jovem legista seguir a sua vocação para essa profissão; foi logo despachado juiz de

fora de Guaratinguetá, na província de S. Paulo. Daí, de volta para Ouro Preto, obteve a nomeação de desembargador da relação do Maranhão.

A êste tempo agitava-se o país: a revolução da independência, a convocação da constituinte, seus debates, suas lutas, sua dissolução, tinham-se sucedido, sem que ao distinto jovem coubesse nesses primeiros ensaios da vida política do país grande papel. Proclamada porém a constituição, convocada a primeira assembléia legislativa, Bernardo Pereira de Vasconcelos, eleito entre os representantes da província de Minas, veio sentar-se nesse recinto de que não devia mais arredar-se, sem embargo de tôdas as vicissitudes dos tempos, até que fôsse ocupar a cadeira vitalícia de senador.

Então começou a vida política dêsse homem, cuja falta ainda hoje todos lamentam.

Bom senso nesse grau tão apurado que é quase gênio, amor ao estudo, facilidade de concentrar-se na mais profunda atenção, fôrça de iniciativa para descobrir a solução das complicações, vastidão de conhecimentos, sempre aumentada por indefesso estudo de tôdas as horas, tornaram êsse homem o que os contemporâneos presenciaram, o que a posteridade, consultando os monumentos das nossas leis, os anais do nosso parlamento, os registros do nosso conselho de Estado, há de por certo admirar.

Para isso tudo concorreu: até a sua saúde deteriorando-se, pregando-o à cadeira e ao leito por fatal paralisía, como que o obrigava a concentrar a vida nas faculdades intelectuais, e lhe não deixava por única distração as dores constantes, por única ocupação, senão o estudo, a leitura refletida dos melhores livros, a conversa familiar e instrutiva. Sempre afável, Vasconcelos abria tôdas as noites a sua sala a quem quer que o procurasse; com a mais prazenteira amabilidade, sem que nunca esmagasse os outros com a sua superioridade intelectual, punha a conversação na altura da inteligência dos que com êle estavam, e sabia destarte aproveitar todos os conhecimentos que cada qual podia ter, em qualquer especialidade.

Com êsse dotes entrando na vida pública, Vasconcelos alistou-se necessàriamente entre êsses deputados brasileiros e liberais que, em oposição ao govêrno, procuravam dar ao país a verdade do regime constitucional, e as instituições prometidas pela constituição. No meio das patrióticas aspirações que então se multiplicavam, poucos eram os homens práticos, poucos os que aos princípios e às teorias podiam acrescentar conhecimentos positivos de administração e de govêrno. Entre êsses poucos Vasconcelos era um dos mais notáveis e nos trabalhos dessas câmaras que nos deram a organização superior do tesouro, da caixa da amortiza-

ção, do supremo tribunal de justiça, das câmaras municipais, que enfim organizaram o país tão recentemente constituido em nação, ampla participação teve êle.

D. Pedro o chamou logo em 1828 para o ministério; mas então o regime parlamentar não era compreendido no país; entendia-se que o deputado liberal devia condenar-se eternamente à posição de adversário do govêrno, nunca aceitar o poder. Por deferência aos seus amigos políticos, Vasconcelos teve de curvar-se a essa doutrina, e de repelir o convite da coroa. A luta assim travada, a questão política assim entendida, não podia ter desfêcho senão em uma revolução; ela apareceu.

Nem se julgue que se aceitasse o poder, quando a êle chamado, Vasconcelos teria salvado o país; primeiro, era mais do que certo que a côrte o não receberia nas condições legítimas de ministro parlamentar; em segundo lugar, com todo o seu prestígio e todo o seu talento, é mais do que provável que Vasconcelos, ministro nessa época, sem dominar a torrente, teria sido abandonado pelos amigos, considerado trânsfuga da causa popular. Cumpria pois deixar que o tempo trouxesse as suas grandes lições, e provasse aos liberais que a oposição não é senão o combate para triunfo de uma idéia, triunfo que se efetua no dia em que é ela chamada ao poder.

Pela revolução de 7 de abril de 1831, os liberais vencedores aceitaram enfim a posição que desde 1828 D. Pedro lhes havia oferecido. Mas então estavam sôltas as paixões revolucionárias, a agitação armada, o motim da soldadesca, as pretensões exageradas do entusiasmo punham o país em quotidiano perigo.

Vasconcelos foi Ministro da Fazenda do primeiro ministerio liberal. As finanças então achavam-se no grau maior de descrédito e de ruína, agravado ainda pelo efeito natural da revolução, pela intimidação permanente do motim. Mal compreendemos hoje os serviços prestados por êsse ministério de 1831, que teve de lutar, no meio da dissolução de todos os elementos do govêrno, com todos os germes de dissolução social. Reprimir o motim nas ruas, dissolver a soldadesca, manter a ordem pública, restaurar a fôrça moral do govêrno, até então universalmente considerado como o inimigo da sociedade, conservar unidas as províncias que os sonhos federalistas arrastavam, fazer frente às despesas do serviço público, manter ileso o credito nacional, lutar contra a invasão da moeda falsa de cobre, a par da moeda depreciada de um banco mais do que roubado e falido... Honra e glória aos homens de então! honra e glória ao patriotismo e à devoção dos brasileiros! tudo isso se conseguiu, e a posteri-

dade reservará belo quinhão nos seus agradecimentos a êsses que lhe salvaram a pátria.

Em 1832 foi dissolvido êsse ministério.

Em 1833 estava Vasconcelos em Ouro Preto, quando aí rebentou uma revolta contra a autoridade do presidente da província que era então o desembargador Manuel Inácio de Melo e Souza, hoje barão do Pontal. No meio dos gravíssimos indícios que a haviam anunciado, achando-se o presidente ausente da capital, assumiu Vasconcelos, na qualidade de 1.º vice-presidente, as rédeas da governança; era uma posição de perigo e de sacrifício; Vasconcelos não tinha a prudência egoistica que nessas horas abandona o país, e tergiversa com o dever: cumpria sufocar o motim. Infelizmente a dedicação do homem não bastava, eram necessários recursos e não houve tempo de reuni-los: os insurgentes haviam combinado o seu plano com tanta sagacidade, que a autoridade só no último momento prevenida, não pôde contê-los. Vasconcelos foi por êles prêso.

Conseguindo porém evadir-se aos sediciosos, apresentou-se na cidade de S. João del-Rei, aí organizou o govêrno e a tarefa, chamou às armas os mineiros, e dentro de poucos dias fôrças consideráveis marchavam contra o dominadores da capital. A revolta não se pôde manter, e o presidente chamado, instado por Vasconcelos, para vir tomar conta do seu lugar, pôde fazê-lo livre de todo o perigo, sendo aliás coadjuvado, nas medidas que posteriormente teve de tomar, pela influência e conselho do grande estadista.

Em 1834 tinha a câmara sido reunida com os poderes necessários para reformar a constituição, e realizar essa promessa, que fôra como o ponto de transação entre tôdas as frações liberais, senhoras do país depois de 1831. A dificuldade porém dessa obra constituia uma das maiores complicações do momento: Vasconcelos foi dela encarregado: infelizmente ao seu trabalho fizeram-se emendas, contra as quais muitas vêzes reclamou perante os seus amigos e aliados políticos, emendas que tornaram defeituosa essa reforma, hoje ato adicional, e que exigiram alguns anos depois a sua interpretação.

Em 1835 membro da primeira assembléia provincial mineira, compreendeu êle que cumpria mostrar pràticamente a bondade dessa instituição, e o muito que com ela podia ganhar a administração das províncias; meditando pois sôbre as necessidades de melhoramentos apresentou acêrca das estradas e do ensino público projetos cuja adoção marcou uma verdadeira época de progresso, e a que se prende tudo quanto de melhor tem-se posteriormente feito nesse sentido.

S.A. Sisson del. e Lith.   Krumholz pinxᵗ

BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELLOS

B. P. de Vasconcellos

S.A. Sisson, Editor, Rua dos Ourives 53

As circunstâncias políticas entretanto se modificavam; o falecimento do Sr. D. Pedro I, que fazia perder tôdas as esperanças, e portanto todos os receios de uma restauração, a votação do ato adicional tinham trazido a distensão dos espíritos, tanto tempo empenhados nas lutas políticas, e com ela novas necessidades para a governança: cumpria organizar, todos o sentiam, e proclamavam; mas como, em que sentido? e quem poria peito a essa reorganização?

Separado dos seus antigos aliados políticos, Vasconcelos tomou a frente da oposição que então se apresentava ao govêrno do Regente Feijó. As sessões de 1836 e de 1837 o viram constantemente na tribuna, instando com êsse govêrno para que apresentasse os remédios que julgava necessários aos males, que êle próprio denunciava, e que todavia êle próprio agravava. Por fim, ao invés de modificar o seu govêrno, o regente preferiu renunciar ao alto cargo que ocupava entregando-o ao senador Pedro de Araújo Lima, hoje marquês de Olinda. Vasconcelos tomou então a pasta da Justiça e interinamente a do Império. Foi o ministério de 19 de setembro.

Não é aqui lugar oportuno para apreciar a ação e influência dêsse tão falado ministério; o que ninguém contestará, é que se lhe deve o triunfo do regime parlamentar, o reconhecimento da condição de solidariedade no gabinete, do apoio das maiorias, da disciplina das discussões. Não é menos certo que as idéias monárquicas, tanto tempo obliteradas, começaram a ressurgir nos espíritos, e em públicas e oficiais demonstrações.

Foi nesse tempo, e no meio dêsses cuidados que Vasconcelos, que queria dar impulso aos estudos no Brasil, fundou o colégio Pedro II e decretou a existência de outros estabelecimentos de instrução, que não chegaram infelizmente a realizar-se, talvez por falta de cooperadores.

Dissolvido o ministério de 19 de setembro, outros lhe sucederam, durante os quais o prestígio do poder regencial foi-se aluindo.

Em 1840, quando já a revolução da maioridade estava senhora do triunfo, Vasconcelos, que estava retirado dos conselhos e da influência no govêrno, foi chamado para junto do regente. O movimento já ia muito adiantado; Vasconcelos não o pôde conter. Algumas horas depois da sua entrada para o gabinete, havia êle triunfado. Aí corre impresso um manifesto em que o distinto estadista expõe cirunstanciadamnte o que então ocorreu, quais as vistas e intenções do govêrno, qual o sentido de seus atos, e porque foram malogrados.

No seu ministério. Vasconcelos havia preparado o imenso trabalho da reforma do código do processo. Interrompida a discussão dêsse

projeto, que êle como senador havia oferecido em 1839, continuou depois em 1841 sob os auspícios do ministro da Justiça Paulino José Soares de Souza, hoje Visconde de Uruguai. Êsse foi de todos quantos debates tem ocupado o nosso parlamento o mais aturado, e o mais completo; para a glória de Vasconcelos bastaria a parte que nele tomou. Adotado enfim pelas câmaras é a lei de 3 de dezembro de 1841.

Coube-lhe igualmente a glória de sustentar, e de fazer passar o projeto, também por êle elaborado, da criação do conselho de Estado.

Não menos se lhe devem os estudos que prepararam o projeto da lei das terras; embora por outrem oferecido à atenção das câmaras, ninguém há que ignore a parte que na sua elaboração, como na sua sustentação, coube ao distinto estadista.

Depois da criação do conselho de Estado, Vasconcelos, nomeado conselheiro ordinário, prestou sempre o mais acurado apoio à administração do país, ainda com ministérios que lhe eram infensos; o conselheiro de Estado punha de lado a política, para esclarecer com a sua vasta inteligência as questões administrativas, e conseguir o bem do país, ainda quando feito por mãos de adversários seus. Pode-se quase que sem hipérbole afirmar que enquanto foi vivo, Vasconcelos foi o conselho do Estado.

Se não faltaram calúnias à sua vida, não lhe faltaram também aplausos e galardões.

Ministro duas vêzes, deputado em tôdas as legislaturas até que em 1838 entrasse para o Senado, conselheiro de Estado desde a fundação, condecorado em 1849 com a grã-cruz do Cruzeiro, havia anteriormente recebido de S. M. o rei dos franceses a grã-cruz da Legião de Honra, por ter sido o plenipotenciário brasileiro no tratado matrimonial da Sra. Princesa D. Francisca com o Sr. Príncipe de Joinville.

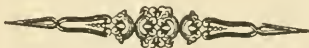
Nos últimos anos da sua existência, a paralisia que o atormentava, foi tomando um caráter mais grave, sem todavia conseguir quebrar a serenidade de seu espírito, a atividade do seu amor ao estudo, e do seu zêlo pelo país.

Ouvindo-o, iludido pelo vigor dêsse espírito, ninguém podia fazer idéia da fraqueza, do sofrimento dêsse corpo. Só os seus intimos conheciam, vendo o progresso dos estragos da horrível enfermidade, que essa imensa luz do gênio estava para apagar-se com a ruina dêsse corpo.

Entretanto não foi a paralisia. Em 1850 a febre amarela que dizimava o Brasil, e que parecia escolher as suas vitimas nas eminências sociais, acometeu-o... e em 1.º de maio a cidade do Rio de Janeiro, cober-

ta de luto, as câmaras que já tinham sofrido tantos golpes dolorosos, ouviram a notícia fatal: "Bernardo Pereira de Vasconcelos já não existe."

Seu corpo jaz no cemitério de S. Francisco de Paula: seu nome na história, e na recordação dos brasileiros. Homem político, Vasconcelos ainda não tem herdeiros.

Às vezes nós que o conhecemos, e fomos honrados com a sua intimidade, nos perguntamos, o que teria sido dos acontecimentos do país, se ao invés de morrer aos 55 anos, Vasconcelos tivesse vivido mais algum tempo, se a sua existência tivesse sido prolongada até os nossos dias, e... tomamo-nos de reiterados pesares!

FRANCISCO DIOGO PERA. DE VASCONCELLOS

S.A. Sisson, Editor, Rua dos Ourives 53

Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos

FRANCISCO DIOGO PEREIRA DE VASCONCELOS, irmão legítimo de Bernardo Pereira de Vasconcelos, foi, como ele, filho do Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos e de D. Maria do Carmo Barradas, neto pela parte materna do Dr. João de Souza Barradas, e de D. Jacinta Maria da Fonseca Tavoreda e Silva, e pela paterna do coronel Jerônimo Pereira de Vasconcelos e de D. Ana Jacinta da Natividade. Nasceu a 28 de dezembro de 1812 na antiga Vila Rica, hoje cidade do Ouro Preto, capital da província de Minas-Gerais.

Apenas concluidos com distinção nas aulas daquela província os estudos preparatórios, seguiu para S. Paulo, e no ano de 1831 matriculou-se na Academia Jurídica, recebendo o grau de bacharel formado em ciências sociais e jurídicas no ano de 1835.

De volta à província de seu nascimento, foi no ano seguinte, o de 1836, nomeado juiz municipal e de órfãos do têrmo do Ouro Preto, lugar que serviu até ser nomeado juiz de direito substituto da comarca do Paraíbuna. Nesse cargo pouco tempo se demorou, pois logo em 1839 foi despachado juiz de direito da comarca do Rio das Mortes, na mesma província de Minas-Gerais.

Em 27 de agôsto de 1839 casou com D. Bernarda Malvina de Vasconcelos, que faleceu em Petrópolis no dia 19 de abril de 1857, ficando-lhe dêste consórcio uma filha.

No ano de 1840 tomou assento na assembléia provincial e serviu em diferentes outras legislativas, honrado por vêzes com a eleição de presidente da mesma assembléia.

Em 1842 foi nomeado chefe de polícia de Minas-Gerais, lugar que exerceu até princípios de 1844.

Foi eleito deputado à assembléia geral legislativa no ano de 1842 e reeleito nas seguintes legislaturas, menos em 1844 e 1848, em que aliás lhe coube a suplência próxima, tendo por isso assento na câmara temporária apenas com a interrupção de um ano, o de 1845.

No ano de 1843 foi nomeado 2.º, e posteriormente 1.º vice-presidente da província de Minas-Gerais.

Foi removido em 1844 para juiz de direito da 2.ª vara crime do Pará (capital).

Em 1849 serviu pela segunda vez o cargo de chefe de polícia da província de Minas.

Em 1850 foi chamado para servir na polícia da côrte e demorou-se no emprêgo de chefe de polícia até o ano de 1853, em que foi mandado presidir à província de Minas-Gerais.

Neste exercício se conservou até fevereiro de 1856, sendo transferido no mesmo caráter para presidente da província de S. Paulo.

Tendo tomado posse da presidência dessa província em abril do mesmo ano de 1856, retirou-se em janeiro de 1857 da capital de S. Paulo para a do Império, em conseqüência dos graves sofrimentos de sua mulher, que, como fica dito, morreu pouco tempo depois.

Eleito deputado pelo 1.º distrito eleitoral de Minas, tomou assento na Câmara dos Deputados no dia 3 de maio de 1857, e no dia 4 do mesmo mês e ano foi chamado ao ministério da justiça pelo Marquês de Olinda, encarregado por S. M. o Imperador de organizar um gabinete pela retirada do que fôra presidido pelo finado Marquês de Paraná.

Procedendo-se em julho dêste ano à eleição de dois senadores nas vagas deixadas pelo dito Marquês de Paraná e pelo de Valença, foi seu nome incluido na lista sêxtupla, e por carta imperial datada de 4 de novembro de 1857 foi escolhido senador do Império, tomando assento na respectiva câmara em maio do ano de 1853.

Retirou-se do ministério com seus colegas no dia 12 de dezembro do mesmo ano de 1858.

É comendador da Ordem de Cristo, e oficial da da Rosa.

Sérgio Teixeira de Macedo

SÉRGIO TEIXEIRA DE MACEDO nasceu no Rio de Janeiro em setembro de 1809. Seu pai, o major Diogo Teixeira de Macedo, re tirando-se do serviço militar nesse posto, tinha vindo estabelecer-se em Pernambuco, e depois nesta cidade.

Sérgio, o quinto de seus filhos, foi o primeiro dos dois que aqui nasceram.

Nas diversas aulas então aqui existentes, e que de melhor conceito gozavam, estudou êle os rudimentos das letras, e as doutrinas preparatórias, sempre benquisto dos seus professores, e especialmente dos seus condiscípulos.

Sua compleição delicada, seu tardio desenvolvimento físico davam-lhe uma aparência de idade inferior à que tinha, e assim concorriam para que sobressaísse entre os seus companheiros, que devidamente apreciavam o seu gênio jovial, e o seu comércio fácil e ameno.

Resolvido a estudar as ciências jurídicas, partiu em 1827 para Coimbra e tendo-se matriculado em outubro, estava em junho de 1828, à espera de sua vez de fazer exame, quando, em conseqüência dos sucessos políticos que então agitavam o reino de Portugal, foi fechada a Universidade.

A êsse tempo porém já estavam fundados os cursos jurídicos no Brasil. Pai desvelado, querendo melhor e mais econômicamente promover a educação dos seus três últimos filhos, o major Diogo Teixeira de Macedo foi residir em Pernambuco, e o curso jurídico de Olinda viu em seus bancos o jovem Sérgio com os seus irmãos Álvaro e Diogo.

Os filhos correspondiam ao desvêlo do pai: tendo por companheiros de aula moços distintos, cujo talento posteriormente primou em maior teatro, como fôssem seu primo Eusébio, Souza Martins, Franco de Sá e outros, Sérgio sempre com êles foi proposto para prêmio.

No seu viver de estudante aplicado, sentiu que não bastavam as aulas para ocupar a atividade do seu espírito: era tempo de efervescência

política, e um jornal, do formato e dimensões dos melhores de então, *O Olindense*, apareceu em 1831, e Sérgio achou-se em breve redator exclusivo dêle.

Eram difíceis os tempos. A abdicação de D. Pedro I havia trazido a crise, que, como lição, ficou na memória de todos.

O *Olindense* viu-se a braços com os propaladores de idéias destruidoras de tôda a ordem social. Em Pernambuco os ressentimentos e as pretensões da luta de 1824 davam talvez às paixões de 1831 caráter mais acerbo e violento do que no resto do Brasil.

O *Olindense* porém não se desmentiu; firme na sua linha de sustentador das sãs doutrinas, nunca esqueceu a decência, moderação e energia que lhes dão realce; e seus artigos, reproduzidos na *Aurora*, na *Astréa*, no *Diário Fluminense*, no *Independente* davam testemunho do merecimento prematuro do jovem escritor.

Formado em outubro de 1832, o Dr. Sérgio de Macedo, quando se apresentou no Rio de Janeiro, achou já sancionado o código do processo. Exigia êste um ano de prática de advocacia para poder ser juiz: alguns de seus colegas que, favorecidos pela letra inicial dos seus nomes, se haviam formado alguns dias antes, tinham sido imediatamente despachados juizes de fora, e como tais haviam entrado na organização da nova magistratura. Não podendo empregá-lo o Ministro da Justiça Honório Hermeto Carneiro Leão, o fez eleger promotor público, incumbiu-lhe diversos trabalhos, e o tratou com aquela amizade que sempre lhe conservou, distinguindo-o com alguma comissão importante em tôdas as ocasiões em que entrava para o ministério. Enquanto praticava no escritório do Dr. Saturnino de Souza e Oliveira, e exercia o emprêgo de promotor, escrevia alguns artigos para a *Verdade* e para a *Aurora*, de cujo redator, Evaristo Ferreira da Veiga, foi sempre amigo.

Ao cabo porém de alguns mêses, o Dr. Sérgio de Macedo resolveu solicitar e obteve o lugar de secretário de legação em Paris, que por mêses esteve vago.

Pouco tempo esteve na posição subalterna de secretário; a mudança do chefe da legação deu-lhe a oportunidade de servir como encarregado de negócios desde junho até novembro de 1834. Poucas questões havia então que tratar, todavia uma pequena dificuldade, que ocorrera no serviço, foi vencida com bom êxito.

Apenas um mês continuou secretário; em princípio de dezembro lhe chegou a nomeação de encarregado de negócios em Lisbôa.

S.A. Sisson dese Lith.

SERGIO TEIXEIRA DE MACEDO.

Sergio Teixeira de Macedo

S.A. Sisson, Editor, Rua dos Ourives 53

As circunstâncias eram melindrosas. O Sr. D. Pedro I governava Portugal como regente. As relações dos dois países se azedavam com os movimentos anárquicos aqui ocorridos, em que a perseguição aos portuguêses era o grito de guerra. O partido restaurador havia comprometido o nome do Imperador, regente de Portugal; uma lei de banimento contra êle fôra infelizmente votada na Câmara dos Deputados. O diplomata brasileiro tinha pois de ir achar em Lisboa uma posição delicadíssima.

O govêrno brasileiro, limitado na sua escolha a homens que não tivessem sido favorecidos pelo govêrno do Sr. D. Pedro I, nem lhe houvessem sido infensos, depois de se haver dirigido a vários caracteres conspícuos, que todos recusaram, determinou-se a ordenar àquele que devia obedecer.

Era uma verdadeira loteria incumbir a um moço de menos de 25 anos a legação mais trabalhosa, pelas muitas relações dos dois países, e mais melindrosa, por amor daquelas circunstâncias.

Antes de partir para êsse destino, o jovem diplomata casou-se com uma senhora de família muito distinta e abastada do pariato irlandês, família a que pertencera o celebre deão Swift, tão famoso nas letras e nas política inglesa.

Na opinião de muitos, a morte do Sr. D. Pedro I tirava à legação brasileira em Lisboa grande parte das suas dificuldades. Era um egano. Não era no ressentimento de um príncipe daquela têmpera que o negociador brasileiro havia de achar embaraços. O poder estava em Portugal nas mãos dos últimos e entusiásticos amigos do falecido Imperador-regente. Havia paixões; até mesmo palavras desagradáveis tinham sido trocadas entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o nosso cônsul.

O Sr. Sérgio de Macedo porém teve a fortuna de entender-se com o duque de Palmela, então encarregado da pasta dos Negócios Estrantrangeiros. Homem superior, e amigo do Brasil, o duque desde logo estabeleceu as relações com o diplomata brasileiro no tom de agradável cortesía, que ao depois, com a estima progressiva que lhe inspiravam o trato e o caráter do Sr. Macedo, foi perfeita cordialidade.

O digno brasileiro estudava, entretanto, as relações comerciais dos dois países, segurava a posição dos brasileiros alí residentes, dava instruções aos cônsules, e transmitia ao seu govêrno informações cuja exatidão, denotando estudo e critério, foram apreciadas pelo ministro Alves Branco, sucessor do Sr. Aureliano de Souza e Oliveira que o havia nomeado.

Entretanto no Brasil realizava-se, pela morte do Sr. D. Pedro I, importante mudança política. Acabavam as esperanças do partido que de-

sejava aquêle príncipe no trono, ou na regência; inutilizava-se o sistema cuja importância estava na luta com êsse partido; surgiam novos sistemas, novas pretensões, novos partidos.

A nomeação de uma criança (como diziam os influentes da nova situação) para a espinhosa legação de Lisboa, não era explicada como uma necessidade, mas como um ato de nepotismo. Alves Branco, porém, que não conhecia pessoalmente a criança, estava tão satisfeito com as suas comunicações, que o sustentou com tôda a sua influência, resistindo às pretensões dos muitos candidatos, que julgavam cômoda uma missão diplomática em terra da nossa língua.

E' difícil escrever a biografia de um diplomata ainda vivo, e em tempo tão próximo às negociações em que teve parte. Tudo quanto se começou não foi ultimado, muitas questões devem estar ainda pendentes, até mesmo das concluidas nem tôdas se podem revelar; só a posteridade talvez possa inteirar-se de todos os segredos. Cumpre-nos ùnicamente falar daquilo que de algum modo tem chegado ao conhecimento do público, ou daquilo que nunca foi secreto.

O tráfego de escravos se fazia lìcitamente nas colônias portuguêsas. Entendiam as autoridades dessas colônias, entendia o govêrno que só uma lei nova podia tornar ilícito êsse tráfego.

Ao Sr. Macedo era recomendado representar contra essa tolerância, contra essa animação a um comércio que era no Brasil contrabando.

O govêrno brasileiro desde então queria sinceramente a abolição do tráfego, e fiel às suas instruções, o Sr. Macedo insistia perante o gabinete português, alegando, que por virtude do tratado com a Inglaterra, o tráfego era ilegal nos domínios portuguêses, pois desde que, pela Independência do Brasil, deixara Portugal de ter colônias na América, caducara a exceção feita no tratado de 1817 a bem da continuação do tráfego ao sul do Equador, em consideração às necessidades da grande colônia portuguêsa. Êsse proceder do Sr. Macedo em Lisboa granjeou-lhe da parte do govêrno britânico a reputação de adverso ao tràfego, que ao depois tão útil veio a ser nas suas negociações em Londres.

Bem depressa dissipou-se a serenidade em que Portugal parecia entrar depois de tão devastadora luta e tão destruidor despotismo.

A guerra civil, a desordem vieram dificultar a posição do nosso diplomata. No meio dos perigos e angústias que cercavam a Rainha, o corpo diplomático estrangeiro havia tomado uma atitude, que os partidos pareciam aceitar.

O representante do Brasil manteve até o fim a posição que lhe competia, com tanta prudência e dignidade, que nunca deixou comprometido o

seu govêrno na luta dos partidos portuguêses, e que, longe de perder a amizade e consideração dos chefes de todos êsses partidos, foi, pelo contrário, cada vez mais benquisto e considerado, e seu procedimento tanto agradou à Rainha, que, sentindo-se próxima a ser mãe, convidou seu augusto Irmão a ser padrinho do futuro príncipe, e lhe rogou mandasse a procuração ao Sr. Macedo, apesar da sua inferior categoria diplomatica.

Na ocasião do batizado ordenou que fôsse tratado como embaixador, e o condecorou com a grã-cruz da sua ordem de Cristo, dignidade que, pela primeira e até hoje ultima vez, foi conferida a simples encarregado de negócios.

Foi êste o ultimo ato da sua missão em Lisboa. As discussões com a Santa Sé, suscitadas pela questão do bispo eleito do Rio de Janeiro, aconselharam a remoção do ministro brasileiro daquela côrte; foi êle mandado para Lisboa, e o Sr. Macedo teve de ir para Roma e Turim.

Retirou-se deixando saudades em todos os brasileiros residentes em Portugal, deixando a paz e a boa inteligência entre os dois governos, deixando apontados em sua correspondência com a secretaría de Estado os negócios que careciam de ser atendidos.

Estava em viagem quando lhe foi ordenado que, ao invés de seguir para a Itália, ficasse em Paris, e alí substituisse o ministro, que obtivera uma licença.

Entretanto ocorreu a mudança de Regente. Feijó foi substituido pelo Sr. Araújo Lima. Outras deliberações foram tomadas quanto à ligação de Paris, e em abril de 1838 seguiu o Sr. Macedo para Roma.

Na Cúria Romana eram conhecidas algumas opiniões que êle emitira oficialmente sôbre as relações com a Santa Sé, e por isso foi recebido com distinção pelo Papa Gregório XVI.

Sua missão em Roma, além do reconhecimento da independência do Chile, por êle obtido da Santa Sé, nada mais apresenta do que a expedição dos negócios ordinários, que sempre foram concluidos com felicidade, até mesmo êsse da confirmação do bispo eleito do Rio de Janeiro, que foi enfim levado a têrmo decoroso.

Em fevereiro de 1842 partiu êle de Roma para Turim, aparentemente para levar ao rei Carlos Alberto as insignias da Ordem do Cruzeiro, mas realmente para entrar em negociações que oficialmente ficaram secretas, mas cuja existência se divulgou logo pela imprensa. Respeitamos o segrêdo oficial, bastando asseverar que o nosso negociador foi louvado e galardoado.

Foi então elevado à categoria de ministro residente na côrte de Turim, e dispensado da missão de Roma, continuando todavia acreditado em Parma.

O Santo Padre, por ocasião da sua despedida, enviou ao Sr. Macedo as insignias de comendador da sua ordem de S. Gregório Magno, acompanhadas de um breve pontifício concebido nos têrmos os mais lisonjeiros.

Apenas estabelecido em Turim, teve o Sr. Macedo, em meados de 1843, ordem de ir a Paris substituir interinamente o ministro naquela côrte, incumbido de uma missão especial em Londres. Essa interinidade terminou com o ano de 1843.

Nela o Sr. Sérgio de Macedo parece ter sido incumbido de transações diretas com o rei Luís Filipe, e êste, bem como tôda a família real, em cujo grêmio acabava de entrar a nossa princesa, a Sra. D. Francisca, sempre o tratou com especial benevolência.

Voltou o nosso ministro ao seu pôsto de Turim. Pouco tempo porém lhe foi dado continuar nessa sua quieta residência; porquanto foi logo removido para a côrte de Viena no mesmo caráter de ministro residente.

O rei Carlos Alberto, que já havia dado ao Sr. Macedo a comenda da sua ordem de S. Maurício e S. Lázaro, presenteou-o na sua despedida com uma magnífica boceta de rapé, de ouro, ornada com o seu retrato guarnecido de brilhantes.

Em Viena o nosso ministro teve de ocupar-se das relações comerciais, que iam avultando com aquela potência pelo pôrto de Trieste.

Obteve do príncipe de Metternich o reconhecimento das repúblicas do Chile e do Paraguai; êsse reconhecimento que tanto amargurou a existência de Rosas, e sôbre o qual tanto escreveu e representou; êsse reconhecimento que tôdas as outras grandes potências nos recusaram.

Em 1847 foi o Sr. Sérgio elevado à categoria de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, chegando assim, depois de 14 anos de serviço, ao grau mais elevado da nossa diplomacia.

Seguiram-se em 1848 as cenas da estrondosa revolução européia, que produziu a queda do rei Luís Filipe.

Viu o Sr. Sérgio a desorganização completa da monarquia austríaca, e manteve sempre a sua posição, com o corpo diplomático, ao lado do Imperador.

No meio dêstes acontecimentos o nosso ministro foi removido para os Estados-Unidos, onde ocorriam sérias dificuldades.

Quando lá chegou o ministro brasileiro, caia a administração democrática pela eleição do general Taylor, representante do partido whig ou con-

servador. A pendência com aquêle govêrno teve a solução mais satisfatória e decorosa que podia ter.

As relações de ambos os governos continuaram nos têrmos da mais perfeita cordialidade, e todos os negócios que foram aparecendo, ficaram decididos sem quebra dessa boa inteligência.

O que de mais importante ocorreu foi a proposta feita pelo secretário de Estado americano ao nosso ministro para a abertura da navegação do Amazonas a tôdas as bandeiras.

A resposta do Sr. Macedo colocou logo a questão no ponto em que continuou sempre a ser considerada. O direito do Brasil, de franquear, ou limitar, ou de todo fechar aquêle rio, foi estabelecido, e a conveniência de tomar qualquer daquelas decisões deixada ao seu juízo e discrição.

Ausente do Brasil desde 1833, alcançou enfim em 1851 o Sr. Macedo uma licença para vir a esta côrte. Ao chegar achou-se designado para a legação de Paris, que acabava de vagar. Dispunha-se a ir para o seu novo pôsto, quando pelo Sr. Visconde de Itaboraí, então Ministro da Fazenda, lhe foi pedido um trabalho acêrca do que conviria fizesse o govêrno para solver os empenhos em que se achava, tendo de pagar em 1853 o empréstimo português de 1823, que, pelo tratado do reconhecimento da independência, ficara a nosso cargo, em 1854 os empréstimos de 1824. O primeiro importava em um milhão de esterlinos, ou nove mil contos, e os outros em três milhões de esterlinos, ou vinte e sete mil contos.

À vista da exposição apresentada pelo conselheiro Sérgio, o visconde resolveu incumbi-lo das operações de créditos para isso necessárias: foi pois removido de Paris para Londres.

Depois de 18 anos de ausência da pátria, dos parentes, dos amigos, apenas quatro mêses foram dados ao distinto brasileiro para saciar as saudades, que o deviam pungir. Logo em outubro partiu para seu novo destino.

Ia cheio de cuidados, pois a sua missão era mais árduas; as questões políticas sobrepujavam a dificuldade das questões financeiras: salvar os comprometimentos do Tesouro, por maiores que fôssem, era muito menos do que vindicar o decôro nacional. Era, pois, êsse o momento em que os cruzeiros ingleses queimavam nossos navios nos nossos portos e ancoradouros.

Se porém era árdua a missão, o acêrto da escolha ou a fortuna do nomeado para logo a modificou: os mais prósperos resultados foram obtidos. Em conseqüência de suas laboriosas e hábeis negociações, e da boa aceitação que ao govêrno britânico merecia o antigo inimigo do tráfego de africanos, em fins de abril ordem era dada aos cruzadores ingleses de se absterem de violências, expressões de sincero pesar pelo passado eram dirigidas ao negociador brasileiro, com atenciosa franqueza se lhe explicavam as razões que

obstavam a que o govêrno desde logo propusesse a revogação do bill que autorizara tais violências, passando êste a ser letra morta.

Ao tempo que salvava a honra do país, sèriamente se ocupava o ministro brasileiro com os interesses materiais. Então apresentava-se em Londres uma pessoa munida de títulos, que supunha válidos, para organizar uma companhia que construisse a estrada de ferro de D. Pedro 2º. Eram princípios de 1852; no mercado abundava dinheiro; nenhuma emprêsa considerável aparecia; ferro, mão de obra, fretes, engenheiros hábeis, empreiteiros os mais sagazes e poderosos, tudo havia em abundância e por preços baixos. O nosso ministro devia impedir que a primeira emprêsa do Brasil se transformasse em uma especulação de agiotas. Semelhante risco foi desde logo desviado; a mesa de diretores que mais poderosa se podia desejar, achou-se prontamente formada.

Questões que se levantaram nesta côrte adiaram, primeiro, a adoção da lei que dava a garantia do juro de 5 por cento, e depois, a escolha da pessoa a quem devia ser outorgada a concessão do privilégio. A ocasião fugiu com o ano de 1852. Organizaram-se diversas emprêsas na Índia, na Itália, no Canadá; tôdas iam a Londres buscar capitais, elevaram portanto todos os preços, empregaram muitos engenheiros e empresários. Com o ano de 1853 deviam começar dificuldades onde até então tudo havia sido facilidade.

Naquilo porém que só dependia da vontade do nosso negociador, as vantagens do ano de 1852 não foram perdidas. Ao chegar a Londres em fins de 1851, achara no mercado os fundos brasileiros de 5 por cento ao preço de 86. E o govêrno tinha obrigação de pagá-los ao par em abril de 1854. Esses fundos porém foram ganhando rápida marcha ascendente; chegaram ao par.

Certa cláusula do contrato do govêrno com os agentes financeiros atava as mãos do ministro. O contrato foi inovado com economia nas comissões, e com eliminação daquela cláusula. Livre em suas deliberações, o negociador anunciava, paquete por paquete, ao govêrno imperial o que esperava para o mês seguinte; os resultados confirmavam suas previsões.

Segundo as cláusulas do contrato para o empréstimo português, era permitido resgatá-lo, quando o govêrno quisesse, pagando as apólices ao par. Em julho de 1852 concluiu o nosso negociador um empréstimo ao juro de 4.½ por cento e ao preço de 95, com o qual remiu aquêle outro, que era de 5 por cento. Assim o ônus tornou-se uma fonte de economia:

Era essa a base da grande operação meditada. Só em abril de 1854 podiam ser pagos os empréstimos de 1824. Como as apólices de 4.½ por cento rastejavam pelo par, estava certo o Sr. Sérgio de resgatar êsses empréstimos por meio de outro a juro de 4 por cento negociado a 94 ou 95.

A guerra européia porém veio transtornar estas combinações. O ano de 1854 veio achar as apólices brasileiras em um preço elevado relativamente às das outras nações; mas, como as de tôdas, tinham descido. As de 5 por cento estavam a 96 e 97. O 1º de abril, têrmo fatal do empréstimo, batia à porta, o plenipotenciário brasileiro em Londres, obrigado a proceder antes de ter recebido a última decisão do govêrno às ponderações que fizera, desenvolveu, para a operação que ùnica podia fazer, um sistema tão completo de cautelas e de facilidades, que o resultado veio surpreender a êle próprio, e mais ainda ao govêrno.

Os empréstimos de 1824 foram pura e simplesmente renovados por mais dez anos. Não pesou sôbre o tesouro do Brasil ônus algum.

Tôda a imprensa inglesa sustentou a medida, e a justiça dela. Todos os possuidores de apólices a aceitaram. Uma insignificante comissão de ½ por cento aos contratadores dos empréstimos pelo trabalho da emissão das novas apolices de dez anos, postas em tôdas as praças da Europa, por onde se tinham espalhado as apólices brasileiras, foi a única despesa do tesouro.

A satisfação do Marquês de Paraná, Ministro da Fazenda, manifestou-se no aviso endereçado ao Conselheiro Sérgio, aviso o mais honroso que um funcionário pode receber. O Sr. Macedo foi então agraciado com a grã-cruz da ordem da Rosa, em que era simplesmente oficial.

Temos agora de voltar às estradas de ferro, e ao ano de 1853.

O govêrno imperial para desembaraçar-se das incertezas de uma concessão de emprêsa de estrada de ferro feita aqui, tão longe do mercado em que devia ser levantado o dinheiro, e querendo livrar-se de outras dificuldades autorizou o ministro em Londres a outorgar essa concessão a quem lhe parecesse oferecer melhores garantias.

Reunida esta autorização, que equivalia a 38 mil contos, aos empréstimos, às encomendas de vasos de guerra, e muitas outras, e às despesas regulares que fazemos anualmente pela Legação de Londres, vê-se logo que à discrição do Sr. Sérgio de Macedo colocado a duas mil léguas do govêrno, estiveram entregues mais de oitenta mil contos. A poucos homens talvez se tenha confiado a gestão de capitais tão avultados.

O ano de 1853 devia porém ser para o feliz negociador um ano de provação. No meio dêle perdeu o Sr. Macedo sua espôsa, modêlo de virtudes, mãe extremosa, notável pelo espírito de ordem e economia com que dirigia sua casa. Compreende-se quão sensível lhe seria essa perda que o deixara com cinco filhos menores; compreende-se que ela fortemente o impelisse na resolução, em que de há muito estava, de recolher-se à pátria, de deixar enfim uma carreira em que êle e seu filhos se tornavam como que desligados

dessas afeições íntimas de família, dessas amizades e simpatias da infância, tão poderosas para a felicidade humana, e até como que ficava êle pôsto em olvido dessa pátria que com tanta fidelidade estava servindo.

Seguiram-se os receios da guerra européia, a conseqüente falta de confiança e o retraímento dos capitais. Desapareceram tôdas as facilidades de formar uma companhia para construir e custear a estrada de ferro de D. Pedro II. Essa concessão, até alí por tantos disputada, agora nem um homem sisudo a queria sem reservas que tirassem tôda a obrigação de levantar logo os capitais.

Sendo porém necessário decidir êste negócio, assim mesmo com essas reservas indeclináveis foi em novembro de 1853 feita a concessão a uma poderosa reunião de capitalistas. Seguiu-se a guerra, e a inação, cláusula expressa do contrato da concessão de que naturalmente se prevaleceram os concessionários.

Entretanto no mercado de Londres a emprêsa de Pernambuco procurava seu caminho sem a menor intervenção do ministro brasileiro. Aparece porém a emprêsa da Bahia com a cláusula fatal de uma garantia de juros adicionais de 2 por cento, votada pela sofreguidão e pelo irrefletido patriotismo da Assembléia Provincial.

Antes de ser concedida essa garantia, logo que apareceu a idéia dela, o Sr. Macedo a tinha combatido. Cassandra inútil, não foi ouvido, ou não foi acreditado. Hoje todos conhecem o mal dessa concessão tão elevada: mas naquele tempo a impaciência e o entusiasmo não quiseram atender à voz que aconselhava prudência.

Forçoso foi às Assembléias Provinciais de Pernambuco e Rio de Janeiro imitarem o exemplo da Bahía. O govêrno provincial de Pernambuco autorizou o ministro em Londres a dispor dos 2 por cento adicionais da província para obter logo a sua estrada de ferro. Êle os outorgou aos concessionários, limitando a duração a 20 anos, e procurou obter que para a Bahía também a 20 anos se limitasse a concessão: mas já estava feita por 90; baldados foram pois os seus esforços.

Para a estrada de ferro de D. Pedro 2º outro sistema, que exigia maior coragem, foi adotado. Os concessionários desta emprêsa renunciaram à concessão. Se porém com a simples garantia de 5 por cento ninguém queria obrigar-se a levá-la a efeito, com a garantia de 7 por cento todos a queriam, e o nosso ministro era importunado por homens que já não pediam, mas ofereciam comprar por grossas somas uma tão vantajosa concessão.

O Sr. Sérgio de Macedo entendeu que, a fazer o Brasil o sacrifício de tão grande garantia de juros, devia livrar-se dos inconvenientes de uma companhia estrangeira.

Aproveitando os menos incompletos dos planos levantados pelos pretendentes que aqui haviam aparecido, fez êle em fevereiro de 1855 um contrato para a execução das obras da primeira secção da estrada de ferro de D. Pedro II. Obtida essa base essencial para a formação de uma companhia, deixou ao govêrno a opção entre a formação de uma companhia nacional, ou de uma companhia estrangeira, pedindo sòmente que apressasse a sua decisão. Aconselhava êle fortemente a formação da companhia nacional, e respondia à objeção da falta de capitais com recurso ao crédito, com o qual se podia obter o empréstimo dêsses capitais com o juro de 4.½ por cento em lugar de conceder a garantia de 7 por cento unida a tantas probabilidades de questões, de lutas, de encontros de interêsses, que nunca se dariam nos empréstimos.

Na adoção dêste sistema o Sr. Macedo afastava-se da lei. A responsabilidade dêste passo entendeu o govêrno que devia deixar-lha: decidiu pois transferí-lo para os Estados-Unidos: se fôsse argüido por essa falta de pontual execução da lei, poderia declarar que a não tinha aprovado, e com aquela remoção o mostraria.

Vencidas as dificuldades que pensou encontrar na formação da compapanhia e no levantamento dos capitais, passada a sessão legislativa sem que a menor censura lhe houvesse sido feita no parlamento, o govêrno reconheceu o serviço que o Sr. Macedo havia feito ao país.

Por uma carta em que tudo isto lhe era comunicado lhe foi ordenado que não partisse para os Estados-Unidos, mas se recolhesse a esta côrte, pois aqui seria útil ao govêrno.

Ao chegar aqui o Sr. Macedo, consultado sôbre o emprêgo de presidente da Diretoria da estrada de ferro, respondeu que o seu decôro não lhe permitia aceitar semelhante posição. Outros empregos foram-lhe oferecidos nesta côrte; recusou-os, assim como a missão para os Estados-Unidos, e duas outras diplomáticas, dizendo que lhe era preciso estar no país algum tempo, e requerendo simplesmente ser pôsto em disponibilidade ativa. Isto lhe foi concedido.

Entenderam seus amigos que convinha responder às censuras que alguns jornais haviam feito ao contrato relativo à execução da 1ª secção da estrada de ferro. Êle o fez numa série de artigos publicados no Jornal do Comércio, e depois coligidos em um folheto. A clareza da exposição, a fôrça da verdade, e o tom de convicção que distinguem êste escrito calaram em todos os ânimos desapaixonados. Nem uma resposta lhe foi dada. O espírito de partido tem por vêzes renovado asserções refutadas, e insinuações absurdas; o Sr. Macedo nunca mais respondeu. A sua vida aí está para responder.

Ao Marquês de Paraná, que sempre fôra seu amigo, que sempre confiara em suas luzes e probidade, parecia incomodar a falta de aproveitamento de pessoa capaz de prestar tão bons serviços; ofereceu-lhe diversas presidências de províncias de 1.ª ordem, que foram recusadas. Por fim a dificuldade de achar um presidente para Pernambuco o fez insistir de modo que o Sr. Macedo não pôde recusar.

A 21 de maio partiu para Pernambuco no vapor de guerra *Viamão*.

Chegou à província a 27, e tomou posse no dia seguinte.

Demoramo-nos na exposição dos serviços prestados no exterior pelo Conselheiro Macedo, porquanto, pela sua natureza mesma, são dos que mais fáceis se esquecem, e menos são sabidos.

Presidente de Pernambuco, aí temos o antigo fundador do *Olindense* de volta à política interna, à frente da alta administração do país.

Para a época em que foi empregado, para a importantíssima província que lhe fôra confiada, o Sr. Conselheiro Sérgio tinha uma grande vantagem; havia conservado tôdas as suas relações da mocidade, e de aula, sem que nas nossas lutas internas se houvesse comprometido; suas idéias o faziam conservador; mas ninguém dos adversários dêsse partido tinha contra êle represálias que exercer.

Compreende-se pois como haviam de ser acolhidos na província a que era mandado o nome e a pessoa do novo presidente.

Entretanto acercava-se o período fatal das eleições, período sempre incandescente, e que em Pernambuco, onde os velhos partidos não tinham deposto as suas inimizades, envolvia sérios perigos.

A presença da cólera morbo na ocasião em que se haviam feito as qualificações, a abstenção do partido liberal nas precedentes eleições, impunham ao presidente a obrigação de providenciar contra os vícios da qualificação. Êle o faz com tanto acêrto, que de todos é louvado; as medidas que então adota, as soluções que então, e posteriormente, dá a inúmeras dúvidas sôbre a inteligência da legislação, não têm sido até hoje combatidas, nem censuradas.

Em uma das freguesias da capital aparece na eleição municipal alguma desordem; medidas de prudente vigor, por todos os contendores a princípio aceitas e aplaudidas, mantêm a ordem e restauram a regularidade do processo eleitoral.

Segue-se a essa eleição a dos eleitores; corre pacìficamente. Então porém cessa para uma fração do partido liberal o período de louvores e de justiça ao presidente; a sorte das urnas havia sido contrária a suas pretensões.

Impassivel às agressões, o presidente continua no seu zêlo pela prosperidade da província, e em 1º de março de 1857 instaura a sua assembléia com

um relatório em que até os adversários admiraram tantos estudos feitos em tão pouco tempo e no meio de tantos cuidados.

Entretanto o fim da presidência do Sr. Sérgio estava chegado: os seus amigos e patrícios do Rio de Janeiro haviam-se lembrado dêle; e os votos do 1º círculo eleitoral da côrte o mandavam à câmara.

Para vir tomar assento, deixou êle a presidência no meio das maiores demonstrações de estima e de consideração dos Pernambucanos, e no intervalo da primeira e segunda sessão legislativa, embora não se houvesse até então pronunciado em oposição, não pôde anuir às reiteradas instâncias do Marquês de Olinda que lhe pedia reassumisse aquêle encargo.

Tomou assento na câmara em 7 de maio. Se tem sido curta a vida parlamentar do Conselheiro Macedo, pois apenas consta de duas sessões, se ainda é tão recente que está na memória de todos, ninguém nos contestará quando dissermos que com o seu proceder, com a sua palavra, justificou ele o conceito de que goza, conquistou simpatias que justamente o colocam na mais elevada posição.

Todavia, se não pôde anuir ao convite do Marquês de Olinda para voltar a Pernambuco, não podia negar-lhe o auxílio de suas luzes e experiência para o serviço do país nas suas relações exteriores.

Nomeado plenipotenciário para aqui tratar com o ministro inglês, concluiu a convenção que sujeita a uma comissão mista a decisão e julgamento de tôdas as reclamações pendentes entre os governos brasileiro e britânico. Um só tribunal tinha até aqui decidido tôdas as questões: a vontade do governo inglês. Só êle declarava admissíveis as suas reclamações, só êle repelia as dos brasileiros. Pela convenção, o govêrno poderoso e o govêrno fraco se sujeitam ao mesmo tribunal, composto de súditos de cada um dêles com voto igual.

Chamado em 12 de dezembro a tomar a pasta do Império, no gabinete atual, o Sr. Conselheiro Sérgio saberá desempenhar essa nova missão, como tem desempenhado tôdas as que lhe tem sido confiadas.

Membro de diversas sociedades sábias, nacionais e estrangeiras, condecorado com a mais alta mercê da ordem da Rosa, apresenta em diversas condecorações estrangeiras, o autêntico testemunho dos seus serviços diplomáticos, e da consideração em que é tido pelos soberanos das nações perante as quais teve de representar o govêrno brasileiro.

S.A. Sisson dezᵉ e Lith.

MANOEL FELIZARDO DE SOUZA E MELLO

Manoel Felisardo de Sousa e Mello

S.A. Sisson, Editor, Rua dos Ourives 53

Manuel Felizardo de Souza e Mello

Conselheiro Manuel Felizardo de Souza e Melo, nasceu a 8 de dezembro de 1805 na freguesia de Campo Grande, município da côrte.

Em casa de seus pais, o major Manuel Joaquim de Souza, natural da província de Minas Gerais, e de D. Luzia Maria de Souza, nascida em Iguassú, estudou as primeiras letras e o latim.

Em março de 1819 entrou no Seminário de S. José, onde freqüentou as aulas de filosofia, retórica, grego e de francês.

Em junho de 1822 seguiu para Portugal, e nesse mesmo ano matriculou-se nos primeiros anos matemático e filosófico, e na cidade da Bahia em 14 de agôsto de 1813.
tomou o grau de bacharel formado em matemáticas em junho de 1826, sendo reputado um dos mais distintos estudantes entre seus condiscípulos, e tendo obtido prêmios em todos os anos em que esta distinção era permitida aos alunos mais aplicados.

Em fevereiro de 1827 foi despachado lente substituto da academia militar da côrte, e, pouco depois tenente graduado capitão do corpo de engenheiros.

Até 1832 foi incumbido pelo govêrno de algumas comissões importantes, como a de membro da comissão liqüidadora do primeiro Banco do Brasil, e do exame do pessoal do Tesouro e de tôdas as outras repartições fiscais da côrte, exame preciso para a reforma dêsses estabelecimentos, pois que antes se devia verificar quais dos empregados então existentes deviam continuar no serviço.

Em fins de 1832 teve a comissão de organizar, na qualidade de inspetor, a tesouraria provincial de S. Pedro do Sul, e conseguiu em dois anos e meio fazer duplicar a renda.

Retirado poucos dias antes da infeliz revolta que por dez anos assolou aquela província, voltou ao magistério, e nele se conservou até fins de 1837, época em que foi nomeado presidente da provincia do Ceará.

Grande então era o exaltamento dos partidos politicos em todo o império; o novo presidente sofreu pois da parte de um dêles encarniçada guerra;

e, se foi forçado a reagir para manter a ordem, conduziu-se sempre com tanta justiça, que pouco tempo depois, os próprios adversários o confessaram. Foi obrigado a refazer a polícia, a fazer algumas alterações na guarda nacional, mas não demitiu um só empregado cujas funções não influíssem na tranqüilidade pública: a um só empregado sequer não tirou o pão com que se alimentava e à sua família.

Removido em fevereiro de 1839 para a presidência da província do Maranhão, encontrou alí em campo a sedição que em dezembro anterior se havia feito contra o seu antecessor.

Os recursos da província se achavam exaustos. A única fôrça de que o presidente Camargo poderia dispor, e havia mandado contra os sediciosos tinha sido feita prisioneira, e o comandante esfolado vivo. Tudo foi então preciso criar para repressão da revolta. Da côrte e das províncias, e com longa demora, apenas se enviaram: da Bahia, um chamado batalhão, recrutado na véspera do embarque, levando o fardamento e armas encaixotados, e por oficiais muito pouco efetivos, e o resto novos cadetes arvorados em oficiais de comissão; de Pernambuco um outro batalhão de soldados novos, ou antes de recrutas que se achavam apenas com as primeiras lições: e do Ceará, uns 30 a 40 soldados. A côrte, tendo sua atenção prêsa com a rebelião do Rio Grande do Sul, apenas pôde enviar para o Maranhão duas ou três escunas de guerra; e o Pará os destroços de um batalhão que foram encher os hospitais militares. Com êstes recursos, e criando na província corpos provisórios, conseguiu o presidente Souza e Melo ter em campo cêrca de 5.000 praças, bater os revoltosos em diversas ações, e entregar a província a seu sucessor, depois de restaurada pela segunda e ultima vez a cidade de Caxias, de repelidos os desordeiros de todas as povoações, cursos de água e estradas, e de fazê-los recolher às matas. Apenas em fôrça se animavam então os revoltosos a mostrar-se na remota comarca de Pastos-Bons.

A província não foi entregue mansa e pacífica ao Sr. Marquês de Caxias, sucessor do conselheiro Souza e Melo. mas a revolta que contou um exército de mais de 15.000 homens estava vencida, e com os meios criados por êste administrador. O ofício em que o Conselheiro Souza e Melo dá conta ao govêrno de haver entregue a presidência expõe o estado em que deixava a província.

O emprêgo de fôrça material muito produziu, e ações mortíferas tiveram lugar, tendo o presidente dirigido uma delas, a da tomada da vila de Icatú; mas o que maiores e mais beneficos resultados produziu foi o constante uso dos meios brandos para com aquêles que se não achavam efetivamente em armas, e o bom tratamento aos que as depunham.

Os partidos políticos estavam no último grau de exaltação; um atribuia ao outro a origem da revolta e sua continuação: queriam portanto aproveitar-se da ocasião para saldar contas antigas. A imprensa de um dêsses partidos, os deputados da província à assembléia geral, o presidente da província de Piauí, e seus numerosos amigos, mais ou menos abertamente acusavam o conselheiro Souza e Melo por não desenvolver energia contra os autores e fomentadores da revolta. A tudo resistiu o presidente: conhecia perfeitamente que o concurso de todos os maranhenses era necessário para debelar a revolta, e fazendo dela desaparecer tôda a côr política e de partidos, conseguiu extremá-la da parte sã da província, deixando-a sòmente com a mais vil plebe, que se entregava a tôdas as orgias de sangue e devassidão e por isso mais fácil foi vencê-la.

Não se limitou o presidente à província do Maranhão; grande parte da de Piauí, interceptada da capital, e não podendo receber ordens e auxílios de Oeiras, teve o conselheiro Souza e Melo de encarregar-se de sua administração, e de libertá-la dos desordeiros.

Fôrça numerosa ali concentrou, e por medidas prontas e enérgicas salvou a vila da Paraíba que estava prestes a ser saqueada.

Dispensado da presidência do Maranhão, foi promovido ao pôsto de major pelos serviços relevantes feitos na província; e três meses depois seguiu como presidente para a província de Alagoas, que agitada se achava ainda pela última sedição contra o presidente Agostinho da Silva Neves, e subseqüente mudança da Capital para a cidade de Maceió.

Sem a menor oposição administrou a província por dois anos e meio, e a deixou tranquila. Neste intervalo por duas vêzes foi eleito deputado em primeiro lugar, e com grande diferença de votos em relação aos que seus colegas obtiveram.

Em fins de 1843, foi nomeado presidente da província de S. Paulo, donde voltando a assistir à sessão legislativa de 1844, e tendo sido dissolvida a câmara dos deputados, regressou para a escola Militar a exercer o Magistério, exercício em que se conservou até março de 1848, época em que, na qualidade de ministro da marinha e interino da guerra, ao princípio, e depois na de ministro da guerra, fêz parte do ministério de que foi presidente o Exmo. visconde de Macaé.

Dissolvido o ministério ocupou-se no magistério e na assembléia provincial do Rio de Janeiro, da qual foi eleito presidente, e de novo subiu em 29 de setembro do mesmo ano ao ministério, ocupando efetivamente a pasta da marinha e interinamente a da guerra. Em fins de 1849, passou-

se efetivamente para o ministério da guerra em que permaneceu até setembro de 1853.

No seu longo ministério a pacificação de Pernambuco se fez com rapidez e se obteve a glória de duas grandes vitórias: a primeira incruenta, a da dissolução do exército de Oribe, que há dez anos sitiava a cidade de Montevidéu, e dominava tôda a república Cisplatina; a segunda, conseguida com pequena perda de sangue brasileiro, mas com dispêndio de muita coragem e habilidade dos nossos bravos.

A rapidez do movimento das tropas e ao completo fornecimento de tudo quanto era necessário para um exército em campanha, se deveram em não pequeno número os bons resultados acima apontados.

O recrutamento do exército, a promoção dos oficiais, e melhoramentos razoáveis de vencimentos a êstes e aos inferiores, a disciplina do exército e sua administração, foram atendidos por diversos atos administrativos, ou legislativos, indicados ou promovidos pelo conselheiro Souza e Mello.

Em 1.º de outubro de 1848, foi eleito senador pela província do Rio de Janeiro, e escolhido em dezembro do mesmo ano.

Nomeado presidente da província de Pernambuco, em outubro de 1858, tomou posse da presidência a 6 de dezembro, e a entregou ao Sr. Conselheiro J. A. Saraiva em fins de janeiro do corrente, por ser chamado ao ministério da guerra, no qual entrou em exercício a 12 do mês seguinte.

Em dois meses incompletos de administração em Pernambuco pouco poderia ter feito em benefício da província; entretanto, conseguiu durante êsse período inspirar tal confiança a todos que foi seguido pelos chefes até o embarque, deixando gratas recordações.

Entre diversas comissões que tem desempenhado, sobressai a de comandante geral da freguesia de S. José, nos lutuosos dias de 1831 e princípios de 1832, em que a cidade do Rio de Janeiro era constantemente insultada por desordenados movimentos revolucionários. Com a guarda municipal de sua freguesia cooperou ativamente para a manutenção da ordem, achando tempo ainda de comparecer muitas vêzes à frente da 2.ª companhia do batalhão de oficiais-soldados, da qual foi eleito 1.º comandante.

Desde o início de sua carreira política, sustentou sempre os princípios da ordem, e nas câmaras legislativas jamais se afastou de tais princípios, conciliando-os sempre com a bem entendida liberdade.

Nomeado em janeiro de 1854 diretor-geral das terras públicas, contribuiu para a organização dos diversos regulamentos para a execução da lei de 18 de setembro de 1850.

Por decreto de 2 de dezembro de 1857, foi promovido a brigadeiro graduado; por ocasião da coroação teve a comenda da ordem de Cristo e, de Portugal, a grã-cruz da mesma ordem pelos serviços prestados à marinha portuguêsa no desarvoramento da nau *Vasco da Gama*, etc.

José Thomaz Nabuco de Araújo

ILHO legítimo do Senador José Thomaz Nabuco de Araújo, que, no primeiro reinado e durante a minoridade, foi presidente de diversas províncias, e de sua mulher D. Maria Bárbara Ferreira Nabuco, o conselheiro José Thomaz Nabuco de Araújo nasceu na cidade da Bahia em 14 de agôsto de 1813.

Logo nas aulas menores mostrou que seria digno da ilustração da família a que pertencia, e a quem o país já devia cidadãos ilustres na magistratura e na jurisprudência.

Dotado de atilamento e de perseverante aplicação, ainda menino já se ocupava com assuntos sérios, especialmente com as questões políticas, que aliás nesse tempo de patriotismo e de dedicação constituiam como a atmosfera em que vivia o brasileiro.

Quando no ano de 1831 foi matricular-se no curso jurídico de Olinda, o jovem Nabuco era um dos mais distintos dêsses jovens em quem descansavam as esperanças da pátria.

Político, discutidor, infatigável no trabalho, como estudante sustentava nas aulas lugar de honra entre os seus companheiros. Não podia contentar-se com os estudos como alimento à atividade do seu espírito, nem faltar à sua vocação que o chamava a ocupar-se dos negócios públicos. Portanto, tomou parte em tôdas as associações patrióticas dessa época de agitação, e para vulgarizar as suas convicções empregou logo a pena de jornalista.

Sem embargo da sua mocidade, solicitavam a sua coadjuvação, aceitavam os seus conselhos, atendiam a sua palavra os homens mais notáveis que nessa época dirigiam a opinião pública, e refreavam os desmandos revolucionários.

O Eco de Olinda, montado em 1831 em colaboração com os Srs. Ferraz e Cansansão, então igualmente estudantes, o *Velho* de 1817, fundado em 1833, o *Aristarco*, que existiu de 1834 a 1836 foram os ensaios do estudante que, ao depois, no período tão importante de 1844 a 1849 devia, no Lidador e na União, apresentar-se um dos mais prestimosos

atletas da grande causa da unidade brasileira, e das instituições que nos garantem a liberdade e a ordem.

Formado em 1.º de dezembro de 1835, foi alguns meses depois despachado promotor público da cidade do Recife, e nesse emprêgo se conservou até janeiro de 1841. Foi então nomeado juiz de direito da comarca de Pau do Alho, na mesma província de Pernambuco.

Enquanto promotor público, aplicou-se com a devida atenção e seriedade aos graves estudos de assunto tão árido como a jurisprudência, e a par dos conhecimentos especiais, que desde então alcançou, e que tão raros são na época da leviandade e do improviso em que vivemos; adquiriu os hábitos da reflexão, madureza e estudo que ainda hoje o recomendam.

Podemos considerar essa época como a de seu tirocínio: tirocínio de eloqüência, nas sociedades populares em que sua palavra incansável sustentou os sãos princípios constitucionais, e no juri em defesa da sociedade contra o crime: tirocínio de publicista e de político, quer naquelas associações, quer na constante redação de jornais, em épocas tão diversas das de hoje, em épocas em que a luta animada como que punha em questão cada dia, cada hora, a existência das instituições nacionais; tirocínio de meditação e de estudo na árida ciência do direito positivo.

Assim, preparado antes de chegar aos 30 anos de idade, os votos da província em que residia chamaram-no ao parlamento: nêle teve assento nessa deputação pernambucana que então era tão rica de talentos e de notabilidades, na sessão de 1843, e nunca mais cessou de fazer parte dela, senão quando o partido que lhe era infenso comprimia o voto popular de modo a excluir todos os que não pertenciam às suas chapas.

Na assembléia provincial pernambucana de que por vêzes tinha feito parte havia-se adextrado para aparecer em maior teatro.

Antes de o vermos nesse novo teatro, acompanhemo-lo um pouco na sua carreira de Magistrado.

Da comarca do Pau do Alho foi, em 1842, removido para a do Recife: no exercício das funções judiciárias em comarca tão importante pôde mostrar o que a natureza e o estudo o haviam feito. Granjeou logo com a consideração e a estima pública os foros de abalizado magistrado, a ponto tal que quando em 1847, a reação política então desencadeada por um partido que senhor do poder, não admitia em posições oficiais a quem quer que o não servisse, o removeu para a comarca do Assu, houve um clamor geral de indignação, ecoado por tôda a imprensa do país, e os cidadãos mais grados do Recife, sem distinção de opiniões ou de parcialidades políticas, deram solenes testemunhos da mágoa que lhes causava a prepotência que os privava de juiz tão reto e tão ilustrado.

OS CONTEMPORANEOS

S.A. Sisson del e Lith.

JOSÉ THOMAZ NABUCO D'. ARAUJO

José Thomaz Nabuco d'Araujo

S.A. Sisson Editor, Rua dos Ourives 53

Assim, o golpe com que o ódio implacável dos seus adversários o queria castigar, achou-se frustado; foi ocasião para o juiz removido dessa solene compensação, e ainda mais o serviu abrindo-lhe a carreira da advocacia. Ao invés de ficar resignado com o degrêdo a que era condenado, o jurisconsulto abriu banca de advogado; aí o acompanharam o conceito, as simpatias que tinha sabido adquirir, e quando um poder mais regular o restituiu em 1849 à sua comarca do Recife, foi para o ilustre advogado um verdadeiro sacrifício aceitar a nomeação. Êsse sacrifício, porém, êle o fêz porque as circunstâncias eram graves: Pernambuco tinha visto uma nova revolta, felizmente a última que tem ensangüentado o país; processos iam ser instaurados aos comprometidos nessa revolta, o juri do Recife ia julgá-los; era pois indispensável que o magistrado que lhe tivesse de presidir, não deixasse que as paixões políticas, os ressentimentos e ódios se substituissem à justiça. Nabuco de Araújo compreendeu que havia uma missão importante para o juiz de direito do Recife. Aceitou-a, cumpriu-a. Os processos políticos foram então levados a bom êxito sem quebra da lei e da justiça.

A vida política o distraiu então completamente da carreira de magistrado; restituído à tribuna em 1850, nunca mais pôde voltar à sua comarca, e em 1857 conseguiu a sua aposentadoria de juiz de direito com as honras de desembargador.

As convicções que o conselheiro Nabuco tem por diversas vêzes manifestado na tribuna, e que cada vez se enraizam mais no seu espírito com os fatos que tem presenciado, acêrca da incompatibilidade das funções de magistrado com as funções políticas, especialmente as de natureza eletiva, determinaram-no naquela solicitação, quando as nobres inspirações do seu talento à sua patriótica ambição de servir ao país, oferecia a carreira de político melhor e mais vasto campo do que a do magistrado.

Membro distinto das maiorias ordeiras, o conselheiro Nabuco fêz-se logo reconhecer como um homem de futuro pelo seu talento de tribuna, pelos seus trabalhos de comissões e de gabinete.

Por amor dêles viu-se, no ministério do Sr. Queiroz Coutinho, nomeado membro da comissão que teve de organizar os regulamentos necessários à execução do código do comércio; e foi autor do importante regulamento das correições.

Entrando enfim na alta administração, foi em 1851 presidir à província de São Paulo. Essa província, uma das que mais agitadas temos tido pelas paixões políticas, importantes pelas notabilidades que aí capitaneiam os partidos, era incontestàvelmente uma das em que se exigem talentos de mais subida plana. O hábil administrador manobrou de modo a neutralizar as paixões, a fazer arrefecer as lutas, a acalmar o antagonismo

dos interêsses, e teve a fortuna de conciliar amizades distintas de ambas as parcialidades, que ainda se lhe conservam devotadas.

Os tempos, porém, iam fazendo sua obra: longe estavam os dias de lutas; os partidos antigos começavam a deixar as suas bandeiras. Nessas circunstâncias, o Sr. Carneiro Leão é encarregado de organizar um gabinete: a palavra em que se encerrava o programa dêsse gabinete tinha de ser: *conciliação*. Um notável discurso do deputado de Pernambuco, no começo dessa sessão legislativa, o seu procedimento na câmara, a sua presidência de S. Paulo, tudo o apresentava ao organizador do gabinete como o melhor para coadjuvá-lo na pasta da justiça.

Nesse longo ministério, que durou de 1853 até 1857, e que é um dos que mais fortes vestígios têm de deixar na nossa história, coube ao conselheiro Nabuco de Araújo papel importante. Os serviços que então prestou, querendo dar regularidade à administração da justiça, os seus grandes trabalhos sôbre a reforma da nossa organização policial e criminal, e seu projeto para introduzir a luz no caos de nossa legislação hipotecária, e assim tornar possível o crédito territorial, estão na lembrança de todos, e embora não sejam leis do país, constituem o mais belo florão de glória do ministro que compreende os deveres do seu cargo.

A morte do presidente do conselho determinou a dissolução dêsse ministério; se as circunstâncias políticas da proximidade de uma eleição sob o regime de uma nova lei, impunham aos companheiros do Marquês de Paraná o dever de continuar no poder, considerações políticas de igual pêso determinavam-lhes que se retirassem na presença da nova câmara — o conselheiro Nabuco o compreendeu e solicitou a sua demissão.

Nesse ministério, o conselheiro Nabuco mostrou-se um dos mais sinceros e devotados propugnadores da conciliação; na tribuna a defendeu por vêzes e a explicou com o seu talento de hábil doutrinário, com as suas grandes exposições de idéias gerais; na prática, não fazendo seleção de pessoas pelas simples recomendações do passado, mas sòmente atendendo ao merecimento de cada um, mostrou-se o que havia anunciado que seria já na presidência de Pernambuco, já nos seus discursos na sessão de 1853, especialmente quando procurou sustentar a validade do diploma com que então se apresentava como deputado pelo Pará o Sr. Souza Franco.

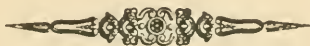
Depois dêsse ministério, tão preeminente se tornou o conselheiro Nabuco que na nova organização ministerial de que foi encarregado o Sr. Visconde de Abaeté, em 12 de dezembro do ano passado, não podia deixar de ser contemplado. Tendo recebido recentemente da coroa a graça da escolha para senador em uma lista que só lhe cabia o terceiro lugar, o conselheiro Nabuco entendeu que não podia recusar-se ao convite. Em-

bora nisso sacrificasse grandes interêsses, aceitou o pôsto... Não o pôde porém sustentar; reconheceu, dizem-nos pessoas bem informadas, que não se poderia dar entre êle e alguns dos seus colegas a necessária solidariedade; retirou-se pois em 19 de março dêste ano.

Ao sair do ministério, em 1857, o conselheiro Nabuco alistou-se entre os advogados do fôro fluminense, onde foi acolhido como devia sê-lo um jurisconsulto tão abalizado; agora, que de novo se acha fora do poder, voltará à sua banca de advogado: ainda aí prestará bons serviços à administração da justiça.

Do caráter nobre e desinteressado do hábil jurisconsulto há uma prova raríssima nos nossos dias.

É de prática que as vagas senatorias que aparecem, quando no poder estão ministros com a idade de 40 anos, pertençam a êsses ministros. Ainda livre da influência indébita, a eleição sempre se acomoda em prol do cidadão cujo merecimento está sobressaindo em uma pasta. Nabuco de Araújo tinha ambição mais nobre: desprezando essa prática, no seu longo ministério da justiça viu sucederem-se sete vagas de senador por províncias onde tinha êle algum título pessoal com que apadrinhasse a sua candidatura; foram essas vagas duas por S. Paulo, duas pela Bahia, uma pelo Pará, uma por Pernambuco e uma por Alagôas: o ministro Nabuco não foi candidato. Reservava-se para pleitear a sua candidatura no dia em que não fôsse mais ministro, no dia pois em que não lhe pudesse ser exprobada a interferência oficial. Êsse dia chegou enfim: a província do seu nascimento apresentou-o à coroa, em 1858, e a coroa o escolheu.

Eis em breve resumo a vida pública do conselheiro Nabuco. Da sua vida particular apenas nos cabe aqui mencionar o seu consórcio, logo no comêço da sua carreira, em março de 1840, com a Sra. D. Ana Benigna Barreto Nabuco, filha legítima do tenente-coronel Antônio de Sá Barreto e D. Ana Felicidade Barreto, irmã germana do Marquês do Recife, descendente em linha reta e legítima dos morgados do Cabo de Santo Agostinho.

S.A. Sisson del e Lith. Barandier pinx.

CONEGO JANUARIO DA CUNHA BARBOSA

C. Barbosa.

Januário da Cunha Barbosa

JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA nasceu na cidade do Rio de Janeiro, a 10 de julho de 1780. Foram seus pais Leonardo José da Cunha Barbosa e Bernarda Maria de Jesus, aquêle natural de Lisboa, esta do Rio de Janeiro. Perdendo sua mãe, quando apenas contava nove anos, e pouco tempo depois seu pai, ficou a sua educação, assim como a de seus irmãos ainda mais moços do que êle, a cargo de um tio paterno, que o sustentou nos estudos preparatórios ao estado eclesiástico, que êle abraçara no ano de 1801 pela ordem de subdiácono, entrando no sacerdócio em 1803 logo que completou a idade para isso requerida. Em 1804 fêz duas viagens a Lisboa, e voltando em junho de 1805 entregou-se ao ministério do púlpito, em que adquiriu crédito.

Estabelecendo-se a capela real no Rio de Janeiro, no ano de 1808, teve Januário da Cunha Barbosa carta de pregador régio. Desvelou-se no desempenho dêste encargo, do qual colheu o hábito de Cristo, os aplausos dos cortesãos e a estima de seus patrícios. Em setembro dêsse mesmo ano foi Januário admitido a substituir a cadeira de filosofia racional e moral, habilitando-se para isso na mesa do desembargo do Paço, e começou também em janeiro seguinte a servir o lugar de pro-comissário da ordem terceira dos *Mínimos*. Em dezembro de 1814 teve a propriedade da cadeira, vaga por jubilação de seu proprietário.

Em 1821, o grito de liberdade soltado em Portugal achou éco no coração de Januário da Cunha Barbosa, que, como visse desenvolverem-se os destinos do Brasil a êsse brado, que retumbou prontamente em tôdas as suas províncias, quis logo, associado a um amigo e colega em seus estudos, Joaquim Gonçalves Ledo, concorrer com um contingente necessário em tal ensejo. O *Revérbero Constitucional Fluminense*, periódico semanal que apareceu pela primeira vez em 15 de setembro dêsse ano, encaminhou os brasileiros à independência, fortificou-lhes a opinião contra os disfarçados acometimentos das côrtes em Lisboa, acendeu-lhes o entusiasmo daquela época, dispondo os ânimos para a emancipação do Brasil, proclamada em setembro de 1822, mas começada verdadeiramen-

te em maio pela representação redigida pelos redatores do *Revérbero*, lembrada pelo então presidente da câmara municipal José Clemente Pereira e discutida por êstes e mais dois patrícios, José Mariano d'Azevedo e José Joaquim da Rocha, que assim lançaram a pedra angular no alicerce da independência do Brasil.

Quando em setembro dêsse ano os negócios do país chegavam ao ponto de seu maior desenvolvimento, Januário da Cunha Barbosa marchou à província de Minas Gerais para coadjuvar os mineiros na aclamação do Príncipe então escolhido para reger os destinos da nação. Apesar de que os sentimentos de quase todos os mineiros estivessem acordes para êste ato, contudo a presença de um fidalgo português, que ali governava com algum partido, fêz necessária a sua ida à capital de Minas. D. Manuel da Câmara nem se pôde opor ao ato da aclamação que poucos dias antes havia desaprovado, nem se demorou ali depois dêsse ato, que fôra celebrado na melhor ordem e com entusiasmo impossível de descrever-se. Januário da Cunha Barbosa tratou então em Vila Rica, Mariana, Caeté e Sabará, de temperar algumas paixões irritadas pelos acontecimentos anteriores; trabalhou por si e por seus amigos em ordem a fazer chegar ao centro da opinião nacional os que erradamente divergiam, ou que achavam graves embaraços na indignação dos escandalizados por seus primeiros atos; e conseguiu gloriosamente fazer muitas reconciliações. Mas quando Januário da Cunha Barbosa acabava a inteira conversão dos dissidentes, um mês depois da aclamação do Imperador constitucional na capital de Minas, em que tivera não pequena parte, êle foi prêso em seu regresso ao Rio de Janeiro, recolhido à fortaleza de Santa Cruz em 7 de dezembro, no mesmo instante da sua chegada à côrte, e no dia 19 pôsto a bordo de um bergantim francês, e deportado para o Havre, sem processo, sem se atender a um só de seus requerimentos, e sem subsídio para manter-se em terra estrangeira!

Januário da Cunha Barbosa teve muitos outros companheiros de desgraça, e de tão inqualificável deportação. Julgado improcedente o processo contra todos êles, e na ausência de todos instaurado, teve êle bem depressa em Paris as provas de que sua inocência havia plenamente triunfado, sendo-lhe restituída a liberdade de voltar ao seu país.

Em 1823, deixando a capital da França, dirigiu-se ao Havre, donde regressou ao Império, chegando ao Rio de Janeiro em dezembro do mesmo ano. O exilio só serviu para fazer avultar a consideração de que por todos os seus atos e serviços feitos à pátria se tornara tão credor. Todo o tempo de sua imerecida deportação foi pelo ilustre brasileiro aprovei-

tado em ilustrar a sua inteligência, habilitando-a com os frutos da experiência e a lição dos homens para melhor servir ao seu país, cuja prosperidade constituia o constante objeto de sua solicitude e anelo.

Não era possível que os acrisolados serviços, tão desinteressadamente prestados à pátria e ao Império por Januário da Cunha Barbosa, ficassem eternamente deslembrados na consciência pública e nos arquivos da administração suprema.

Restituído à pátria, foi o digno fluminense recebido pelo Sr. D. Pedro I com todos os sinais de benevolência, sendo logo em seguida honrado com o oficialato do Cruzeiro, em abril de 1824, e com a lugar de cônego da capela imperial, em setembro do mesmo ano.

Tão significativos atos de distinção da parte do Monarca foram por parte dos povos correspondidos por demonstrações não menos nobres e honrosas. Os mineiros, recordando os preciosos serviços que lhes prestara o cônego Januário, e os fluminenses disputando-lhes a glória de os retribuir, conjuntamente elevaram o cônego Januário ao alto cargo de representante da nação na primeira legislatura, que teve lugar em maio de 1826, na qual, em respeito à lei, tomou parte pela província do Rio, por ser a do seu nascimento.

Concluidos os trabalhos do quatriênio, o govêrno, querendo aproveitar as luzes e reconhecida a aptidão do conêgo Januário, o encarregou, não só da direção da tipografia nacional, como também da redação do Diário do Govêrno.

Como era natural, não poderia deixar o cônego Januário, nessa sua nova posição, de incorrer no desagrado daqueles que, por qualquer modo, hostilizassem os atos da administração a cuja defesa se prestava. Não há ministério que não tenha adeptos e detratores. Desta origem procedeu o resfriamento das afeições de alguns de seus amigos e admiradores, sem que jamais lhe pudessem fazer carga de ser menos extremoso defensor dos verdadeiros sentimentos liberais que professava, ou de olhar com menos horror para quanto podia alimentar a anarquia ou a revolução.

Por essas vicissitudes, tão naturais no regime da política adotada, fàcilmente se explica a dispensa do cônego Januário da redação da fôlha oficial, em abril de 1831, bem como também a sua reintegração, logo em junho do mesmo ano, sob a administração da regência permanente, que soube fazer justiça aos sentimentos e à ilustração de um cidadão tão distinto. Novas provas de consideração do govêrno ainda se observam em suas nomeações de examinador sinodal, de cronista do Império e de diretor da biblioteca nacional.

Nos últimos anos de sua existência, não se descuidava um só momento o cônego Januário de dedicar-se com o mais desvelado zêlo ao serviço do seu país. As letras receberam de sua cultura e constantes estudos os mais benéficos impulsos.

O periódico *Auxiliador da Indústria Nacional*, o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, a *Revista Trimensal* do mesmo Instituto, o poema *Niterói*, a coleção das poesias mais estimadas dos poetas brasileiros, com a vida de alguns dêles, lhes devem a sua existência. Se se juntarem a êsses títulos de glória os serviços prestados ao ensino da filosofia por espaço de vinte e sete anos, que lhe valeram por fim a sua jubilação, e os aturados trabalhos de uma ativa correspondência entretida com as principais sociedades literárias da Europa e da América do Norte, atinar-se-á com a razão por que em seus últimos anos tantas provas de distinção pública, nacional e estrangeira, procuravam como que à porfia honrar o benemérito literato. A tão distintos incentivos deveu o cônego Januário o ser secretário perpétuo das duas mais úteis sociedades da capital do Império, como sejam a Sociedade Auxiliadora e o Instituto Histórico, o ser membro do Conservatório Dramático, correspondente de catorze associações literárias estrangeiras. As comendas do Cruzeiro e Cristo foram unidas às da Rosa, da Conceição de Vila Viçosa, em Portugal, e de Francisco I, em Nápoles.

Ainda no último quartel de sua vida, e quando os fluminenes o haviam novamente elevado ao lugar de deputado à assembléia geral legislativa, seus amigos o viram dedicar-se com a solicitude que tanto o distinguia ao estudo da reforma da instrução pública.

Orador sagrado, seus inúmeros sermões e orações de graças atestam a sua profunda erudição, colhida nas melhores obras da literatura religiosa, publicadas nas línguas latina, portuguêsa, espanhola e francesa. Seus próprios desafetos nunca deixaram de admirar o talento e a superioridade com que nessa qualidade honrava as letras e a pátria.

Escritor público, era dotado de rara fecundidade, de recursos variadíssimos e de um estilo lúcido, algumas vêzes caloroso, sempre insinuante, agradável e interessante. Era um dos principais de sua época, digno companheiro dos Cairus e Ferreiras da Veiga.

Professor de filosofia, por mais de um quarto de século, instruia a mocidade nos sãos princípios da ciência, extremando-os dos abusos e inconvenientes excessos. Inúmeros cidadãos, que por mais de um título hoje realçam nas cadeiras dos legisladores da pátria, entre a ilustrada classe médica, na honrosa profissão das armas, e em outras não menos dignas posições, atestam os serviços importantes e verdadeiramente reais

com que procurava o cônego Januário desenvolver e ilustrar a inteligência pública.

Poeta, diferentes escritos seus o colocam na ordem dos primeiros épicos, satíricos e epigramáticos da sua época.

Jornalista, foi um dos mais conspícuos colaboradores do tempo, e devendo-se, como acima fica dito, à fôrça de seus escritos, cheios de energia, cabedal e independência, as causas produtoras dos principais sucessos do país.

O cônego Januário arrebatava no púlpito pela sua presença nobre, por sua larga fronte, seu olhar vivo e brilhante, seus gestos regulares e sua voz acentuada e sonora.

Em sua organização sanguínea, móvel e suscetível, achava-se como que incarnado o espírito do jornalismo.

Era constante e aturado no trabalho, incansável em produzir, inexaurível no improvisar. Seus trabalhos apenas se afrouxaram quando, na idade de sessenta e dois anos, uma paralisia lhe veio suspender a ação da mão direita.

A morte o arrebatou na idade de sessenta e seis anos e meio, aos 22 de fevereiro de 1846, assistindo-lhe aos seus derradeiros instantes os seus melhores amigos.

O país deplorou a perda do homem distinto, que por mais de um título se havia ilustrado e o havia honrado.

O cônego Januário da Cunha Barbosa teria colhido melhores louros em sua afanosa vida, e veria melhor recompensados os seus eminentes serviços, se a ingratidão dos homens e as tormentas políticas tanto o não houvessem contrariado.

Marquês de Paranaguá

FRANCISCO VILELA BARBOSA, natural da província do Rio de Janeiro, filho de Francisco Vilela Barbosa, tendo terminado os estudos preparatórios, seguiu para Portugal, a fim de estudar matemáticas na universidade de Coimbra. Depois de formado nessa faculdade, assentou praça na armada nacional, no pôsto de 2.º tenente, em 1797, na idade de 25 anos, onde prestou bons serviços, principalmente no cêrco da praça de Tunis, e na tomada dos piratas Argelinos, no Mediterrâneo.

De volta a Lisboa foi nomeado lente da Real Academia de Marinha, por proposta da congregação dos lentes da universidade de Coimbra, segundo a lei; passando para o real corpo de engenheiros, em agôsto de 1802, no pôsto de 1.º tenente, sendo em dezembro do mesmo ano promovido a capitão e a major em julho de 1810.

Sendo já membro da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica de Lisboa, foi eleito sócio da Academia Real das Ciências na classe das ciências exatas, em dezembro de 1814, sendo em 1818 eleito vice-secretário, com exercício de secretário, que serviu até demitir-se, em 1823.

Além dos trabalhos acadêmicos, F. V. Barbosa procurou dotar as ciências com alguns de seus escritos.

Escreveu para a Real Academia, "Elementos de Geometria" com um tratado de geometria esférica, 1 vol. em 8.º, do qual a academia tem feito quatro edições, já extintas. O 6.º tomo, part. 1.ª das Memórias, e história da Academia Real das Ciências de Lisboa, traz a *Primavera*, sublime cantata, feita por V. Barbosa. Assim como o tomo 8.º das mesmas Memórias contém os discursos recitados pelo vice-secretário V. Barbosa na sessão pública da academia, a 24 de junho de 1821, e no paço de Queluz a el-rei o Sr. D. João VI, em 9 de julho do mesmo ano, por ocasião da sua chegada a Lisboa.

A mudança de sistema de govêrno facilitou aos fluminenses a ocasião de distinguirem ao seu comprovinciano, que em Portugal tantas provas dava de seu talento; F. V. Barbosa foi eleito deputado às côrtes constituintes, pela sua província natal.

Porém, apenas os deputados portuguêses justificaram a Independência do Brasil, com a sua conduta imprudente e provocadora, V. Bar-

bosa provou que tinha um coração brasileiro; que o amor da pátria que nêle palpitava, não tolerava a menor idéia de opressão para o Brasil; e unido à falange dos Andradas, dos Linos Coutinhos e de todos os outros brasileiros, reconheceram que as vistas do congresso eram hostis ao Brasil; que o Brasil, que principiara a ser livre em 1808, não podia mais voltar às cadeias coloniais; e com êles assinou, a 18 de setembro de 1822, a declaração proposta pelo digno Paulista Fernandes Pinheiro, depois Visconde de S. Leopoldo, de que não jurariam a Constituição, porque na sua discussão haviam votado contra ela; e também porque entendiam ter cessado os seus poderes; pedindo V. Barbosa em sessão do congresso, a urgência para a discussão dessa declaração.

Porém, apresentando a comissão de Constituição do Congresso o famoso projeto de decreto, que não só cassava os poderes delegados ao príncipe real no Brasil, como anulava seus atos, e lhe marcava o prazo de quatro meses para voltar a Portugal, prazo que na discussão foi reduzido a um mês, depois da intimação; ordenando a el-rei, que no caso de recusa do príncipe, fôsse êle desautorado! e constando em Portugal, o decreto do príncipe real o Sr. D. Pedro, para a convocação das côrtes constituintes no Brasil, F. V. Barbosa, depois de declarar ao Congresso Português, que voava ao Brasil, para tomar parte na sua Independência, atravessando, se possível fôsse, o oceano com a sua espada na bôca, requereu ao govêrno português a demissão de todos os seus empregos e postos; o que só lhe foi concedido por decreto de 17 de maio de 1823, quando regressou para o Brasil.

Sem nos fazermos cargo de historiar os dias da nossa Constituinte, diremos, como coevo imparcial, como brasileiro desinteressado, que tem acompanhado todos os partidos políticos desde 1822, sem nunca haver a êles pertencido, que não tardou em mostrar a Constituinte que não havia compreendido a sua alta missão; a Constituinte, cujos membros haviam sido feitos pela única eleição vestal, que o Brasil tem tido, desde a sua emancipação!

No seio da Constituinte manifestou-se um grupo, que eivado da demagogia, parecia querer lutar com o poder. Essa luta era, sem dúvida, funesta ao país; a existência da Constituinte era pois um mal!

Ao chefe do Estado foi indicado o corretivo; porém, generoso como era, a ponto de ser tolerante, entendeu que o remedio era violento; e então procurou em ocasião oportuna, com palavras sinceras, como amigo fanático do Brasil, que êle emancipara! neutralizar as idéias que pareciam exageradas de um dos membros mais preeminentes dêsse grupo; mas a decepção foi completa! A resposta dessa capacidade foi audaz, che-

Marquez de Paranaguá

gou a parecer insultuosa! E foi então, que o Imperador o Sr. D. Pedro I, ciente dessa opinião, e recebendo aviso de um dos caracteres mais distintos da Assembléia Constituinte, em saber e moderação, de que, se o remédio fôsse demorado, produziria o efeito inverso, resolveu dissolvê-la, com o decreto de 12 novembro de 1823. F. Vilela Barbosa, recem-chegado de Portugal, defensor corajoso da monarquia, e da liberdade legal, não desejava ver reproduzidas no seu país as cenas da constituinte francesa de 1789 e 90: aceitando a responsabilidade moral do ato da dissolução, com ela aceitou no dia 10 dêsse mesmo mês a nomeação de ministro e secretário de Estado dos negócios do império; passando para ministro da guerra a 14, e a 17 para ministro da marinha, cujo ministério serviu até 16 de janeiro de 1827, data em que talvez a firmeza de seu caráter o fez solicitar e obter a sua demissão; tendo sido durante êsse espaço novamente ministro da guerra, de 26 de julho de 1824 a 3 de agôsto do mesmo ano e dos negócios estrangeiros, de 4 de agôsto de 1825 a 21 de novembro dêsse ano.

Novamente ministro da marinha, a 4 de dezembro de 1829, deixou essa pasta a 19 de março de 1831, tendo estado também com a pasta de estrangeiros desde 29 de setembro a 9 de outubro de 1830.

Deixou, dissemos nós, a pasta da marinha a 19 de março de 1831, porque tendo-se violentamente manifestado o partido revolucionário, pretextava, para as suas iras, a existência do ministério Paranaguá (F. Vilela Barbosa havia sido nomeado por seus bons serviços, Visconde de Paranaguá, e depois Marquês).

Sem dúvida, o Marquês de Paranaguá não transigia com revolucionários, e portanto êle era um obstáculo para seus fins!... O Marquês de Paranaguá deixou pois o poder a 19 de março de 1831, aconselhando porém à coroa, a nomeação de um ministério liberal; e êsse ministério composto em parte de capacidades, e no todo, de pessoas que o seu partido indicava como as mais aptas para satisfazer as suas exigências, ou não tinha fôrça moral para obstar o progresso do mal, que ostentava o seu poder! ou traía a coroa! e nada fazia. A exoneração dêsse ministério foi decretada a 5 de abril seguinte, e chamado o Marquês de Paranaguá.

Mas, o dano estava feito. Só medidas enérgicas podiam salvar o país. Porém, o Imperador o Sr. D. Pedro I temia o derramamento do sangue brasileiro, no emprêgo dessas medidas; e generoso e magnânimo, como era, preferiu sacrificar-se, abdicando a coroa em seu excelso filho. Manifestada a vontade do Imperador, o Marquês de Paranaguá retirou-se no dia seguinte ao da sua entrada, a 6 de abril de 1831.

Dada a abdicação no dia 7 seguinte, ficou o nobre Marquês exposto à sanha do partido revolucionário, que a não ser a lealdade de um amigo, que a tempo o preveniu, para abrigar-se na legação francesa, e depois a bordo do almirante Grivel, êle teria sido vítima dos faciosos, que duas vêzes, depois de quebrarem as janelas da sua casa, a invadiram; aquêles que acusavam ao Imperador e seu ministério, por inconstitucional; tendo em uma dessas invasões penetrado, em alta noite, até ao aposento da desolada consorte, que como heroína lhes bradava pela Constituição, lançando-lhes em rosto a sua ferocidade contra uma senhora! No dia seguinte a nobre Marquêsa teve também de exilar-se, para fugir à sanha dos revolucionários do 7 de abril!

O Marquês de Paranaguá era criminoso, por ser amigo do Sr. D. D. Pedro I, como tantos outros!

Amigo da sua pátria, que tantas vêzes cantou na Lira sublime, que com encanto tangia! só queria para ela o verdadeiro sistema constitucional representativo; e era por isso que os demagogos o tinham como o seu maior antagonista!... E a tal ponto chegou a sua sanha, que além de outras afrontosas calúnias, lhe assacaram haver êle mandado buscar ao estrangeiro, e conservar ocultas no arsenal da marinha, *forcas de ferro,* para com elas punir aos liberais! Não é um romance que escrevemos; essas acusações foram tantas vêzes repetidas pela imprensa revolucionária, que brasileiros respeitáveis as acreditaram! Não há muitas semanas, que ouvimos a uma alta personagem a confissão a mais sincera dessa fraqueza!

"Eu cheguei a crer, disse ela, que de fato existiam no arsenal da marinha as tais fôrcas de ferro, mandadas vir pelo Marquês de Paranaguá."

O Marquês de Paranaguá exilado meses, até cessar o vulcão revolucionário, pois que ainda depois exigiram a sua deportação, entregou-se à vida privada, limitando-se a comparecer às sessões do senado, do qual era membro desde a sua criação.

Conselheiro de Estado, pela lei de 20 de outubro de 1823, foi êle um dos dignos brasileiros a quem o Sr. D. Pedro I incumbiu a revisão do projeto da Constituição, por êle redigido, e que por isso teve a glória de ser um dos seus referendatários, por cujo motivo foi condecorado com a dignitária da Imperial ordem do Cruzeiro.

Em janeiro de 1826 foi o plenipotenciário do tratado de amizade e comércio que o Brasil fêz com a França.

Habituados a julgarmos dos fatos pelos resultados, entendem hoje alguns dos nossos políticos, que os artigos permanentes dêsse tratado,

foram um êrro, pois que ligaram o Brasil a condições onerosas! Não entraremos no exame da conveniência ou desconveniência dêsses artigos, mas é nossa convicção que se na sua estipulação houve sacrifício, era êle necessário naquela época. Emancipado o Brasil em 1822, ainda em agôsto de 1825 não havia sido a sua independência reconhecida pela mãe pátria, nem por nenhuma nação estrangeira; mesmo a Inglaterra, que maior comércio tinha com Brasil. O Brasil solicitava êsse direito da França, o reconhecimento da sua Independência. A França, conquanto não receasse comprometer-se com Portugal dando êsse passo, todavia queria tirar vantagem dessa primazia; com o ato pois do reconhecimento da Independência exigia um tratado de comércio, com tais artigos permanentes: convinha ao Brasil, naquelas circunstâncias, recusar o pedido? Que nos responda o bom senso dos nossos políticos imparciais.

É porém verdade, que às boas relações entre os plenipotenciários brasileiros e o da França, deve o Brasil as condições favoráveis que lhe vieram do tratado, as quais custaram a destituição do da França, e com ela a sua desgraça!

Uma outra circunstância colocou a França em posição vantajosa para com o Brasil; a sua aquiescência à exigência do Brasil, demoveu a mãe pátria a reconhecer a Independência do Brasil, antes que aquela o fizesse; e tendo chegado a esta côrte, como medianeiro para aquêle fim, Sir Carlos Stuart, em princípios de agôsto de 1825, a 29 do mesmo mês e ano estava assinado o tratado do reconhecimento da sua Independência; cabendo ainda a Francisco Vilela Barbosa a glória de ser êle um dos seus plenipotenciários.

No ministério da marinha prestou o nobre Marquês relevantes serviços, com os recursos que lhe dava um orçamento sempre mesquinho, como permitiam então as finanças do país. Aos seus esforços, secundados pelo digno Fluminense Francisco Bibiano de Castro, e o honrado José Maria de Almeida, apesar do limitado orçamento de 1.200 e 1.600 contos de réis, nos anos de 1825 e 1826, conseguiu mandar para o Rio da Prata uma esquadra respeitável de mais de quarenta vasos, entre os quais três fragatas de linha, que a não ser a proteção oculta da grande potência marítima às Repúblicas contendoras, o Brasil teria evitado a vergonha de fazer um tratado preliminar de paz, quando as fôrças imperiais triunfavam dos revoltosos! Os bons serviços prestados pelo nobre Marquês de Paranaguá à marinha de guerra foram galardoados pelo Imperador, o Sr. D. Pedro I, com a grã-cruz da Imperial Ordem do Cruzeiro.

O homem que tantos serviços havia prestado no reinado do primeiro Imperador, não podia ser indiferente ao do Sr. D. Pedro II. Convencido

que nada podia fazer durante o govêrno fraco da minoridade, tão semelhante dos govêrnos interinos, o Marquês de Paranaguá aguardava a maioridade do Sr. D. Pedro II para oferecer-lhe seus serviços, que eram recomendados por um autógrafo do Sr. D. Pedro I, que o nobre Marquês só devia entregar depois que o Sr. D. Pedro II, tomasse as rédeas do poder.

O Marquês de Paranaguá, assim como tantos outros distintos brasileiros, tinham visto a insuficiência dos governos regenciais para proverem ao bem do país, talvez pela razão já dada, da fraqueza que traz a interinidade; nem a regência provisória, nem a trina, reduzida a um membro que menos fez, só com o seu prestígio militar; e finalmente a de um único regente, que apesar do prestígio ganho pelos seus bons serviços prestados nas grandes crises por que passou a capital do Império, e com todo o sufrágio do país, teve de abandonar o pôsto, reconhecendo essa impotência, e então aspiravam o momento feliz em que o jovem Monarca assumisse o poder; êsse momento apresentou-se a 23 de julho de 1840.

Os partidos políticos reconhecendo a deficiência de suas fôrças, que o golpe de Estado de 22 de julho dêsse ano acabou de aniquilar, viram na maioridade a sua redenção; e sendo ela aclamada pela assembléia geral, foi o nobre Marquês chamado pela coroa para organizar o seu primeiro ministério. O Marquês de Paranaguá. panegirista dessa aclamação, não quis marear a sua glória com uma idéia de interêsse pessoal; êle pediu e obteve a declinação dessa honra. Porém, a 23 de março do ano seguinte, 1841, teve de obedecer ao Imperador, entrando para o poder, na pasta da marinha, que por fôrça de circunstâncias deixou a 26 de agôsto de 1842, tornando porém a entrar para o mesmo ministério a 13 de setembro dêsse ano, que deixou a 20 de janeiro de 1843.

Além de outras provas de distinção que aprouve a S. M. I. o Sr. D. Pedro II, conceder ao nobre Marquês como justiça a seu mérito, dignou-se S. M. determinar que o Marquês de Paranaguá exercesse as funções de condestável, no glorioso ato de sua coroação. No quadro histórico que existe no Imperial paço da cidade, representando êsse ato solene, figura o nobre Marquês no exercício de tão altas funções.

O nobre Marquês renunciou o poder em 1843, para não mais voltar a êle. Reconhecia que suas fôrças físicas eram apenas sustidas pelo espírito de seus caráter; que 75 anos de idade, dos quais 50 haviam sido passados no bulício de uma vida tôda intelectual, que muitas vêzes era exacerbada pela sublimidade de suas idéias poéticas, não lhe permitiam outro trabalho, que o da revisão de seus escritos. Entregue a ela não era todavia indiferente às discussões do senado; em tôdas tomava o interêsse a

que o levava o zêlo da causa pública, principalmente naquelas questões que lhe eram peculiares.

Depois de tenaz enfermidade, de mais de ano, e quando parecia completamente restabelecido, findou-se o nobre Marquês de Paranaguá, quase repentinamente, a 11 de setembro de 1846, deixando desolada a nobre Marquesa, espôsa em segundas núpcias, da ilustre casa de Brancamps de Portugal, e sem sucessão; sendo suas cinzas depositadas em modesto mausoléu, que a piedade de sua consorte lhe dedicou, na ordem 3ª dos mínimos.

Se algum dia a história do Brasil fôr imparcialmente escrita, serão nela devidamente avaliados os serviços do Marquês de Paranaguá, de caráter firme, independente e probo a tôda a prova!

A não ser a fatal resolução do nobre Marquês, de entregar às chamas todos os seus escritos, meses antes do seu falecimento, teriamos para admirar, não só a sua coleção de poemas épicos, como as interessantes notas para a história do Brasil, que com todo o esmêro as havia escrito, para quatro volumes, e que algumas vêzes nos honrou com a sua leitura.

Mandou porém imprimir o seu Tratado de Geometria, que também havia escrito, e que hoje faz parte dos compêndios das nossas escolas militares.

O Marquês de Paranaguá havia sido reintegrado nos postos militares de engenharia, de que fôra demitido em Portugal, tendo depois acesso até ao de brigadeiro, em que se reformou. O Marquês de Paranaguá honrou a pátria e o nome de brasileiro.

Rio de Janeiro, 24 de Setembro de 1858.

Bispo de Anemoria

Bispo de Anemuria

FREI ANTÔNIO DE ARRABIDA nasceu na cidade de Lisboa, em Portugal, a 9 de setembro de 1771, de pais honrados e virtuosos, que lhe deram esmerada educação, baseada nos princípios religiosos, os quais com rápido desenvolvimento o prepararam para o estado regular, e por tal maneira, que Antônio de Arrabida não esperou a idade canônica para o abraçar, e apenas acabados seus primeiros estudos entrou para o claustro, no convento de S. Pedro de Alcântara, quando tinha então 15 anos; tomou logo as primeiras ordens, e aí esperava a época da sua profissão. Porém, conhecida sua aplicação aos estudos superiores, e seu aproveitamento, foi êle escolhido para lente e bibliotecário do convento de Mafra, onde com grande proveito para si e para a corporação, esperou a idade necessária, e professou. Continuando ali tão honrosa ocupação, foram seus talentos e conduta devidamente apreciados pelo virtuoso príncipe, depois rei, o Sr. D. João VI, de saudosa memória, na sua estada naquele convento, chamando-o para junto de si, quando Fr. Antônio tinha apenas 28 anos de idade!

Colocado assim em tão alta posição desde 1800, Fr. Antônio, o amigo confidente do Príncipe, nunca dela abusou: era na habitação régia o mesmo religioso do claustro; e cultivando sempre as letras, Fr. Antônio não perdia ocasião de fazer bem: quem o conheceu sabia que era êle o medianeiro entre o príncipe clemento e caridoso e o necessitado.

Em política já então era Fr. Antônio de escrupulosa reserva, quando em consultas o ouvia o príncipe, muito mais depois que sua Alteza foi a regente; e o acêrto em que nelas se houve era uma garantia que lhe dava o seu confidente.

Assim passaram os anos até 1807, em que o príncipe regente reconhecendo a importância do Estado do Brasil, e querendo dar-lhe um govêrno mais forte, mais prestigioso, resolveu nomear ao Sr. D. Pedro de Alcântara, príncipe da Beira, seu condestável no Brasil, para onde devia logo partir.

Tomada esta resolução, e quem sabe com que alcance, aconselhada talvez pelo distinto brasileiro, então incumbido do gabinete do príncipe

regente, foi por êle comunicada a Fr. Antônio, da parte de sua Alteza, com a declaração, de que o príncipe o havia nomeado secretário particular do augusto condestável, e que dentro em poucos dias seguiriam para o novo destino; dando-lhe um exemplar da proclamação impressa, que naquela ocasião seria publicada. Ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil foi há dois anos oferecido o documento autêntico, que comprovava o fato da nomeação do augusto condestável, até então ignorado. Porém, quando Fr. Antonio preparava-se para a longa viagem, com tanto segrêdo, que sua própria família apenas sabia que em serviço do regente saía de Lisboa, é novamente chamado pelo regente, por intermédio do mesmo nosso distinto patrício, e então lhe comunica, que o número de passageiros havia-se aumentado, isto é, que êle e tôda a família real partiam para o Brasil; que Fr. Antônio o devia acompanhar, e na mesma nau, dando-lhe mais, além da nomeação do seu diretor espiritual, e de mestre do príncipe da Beira. A notícia da invasão dos Franceses em Portugal havia obrigado o príncipe regente a tomar uma tal resolução.

Obedecendo Fr. Antônio às ordens do príncipe, não pôde ocultar-lhe o desejo que tinha de contribuir para o engrandecimento de um país, cuja prosperidade êle tanto profetizava; declarando mais, que vindo para o Brasil, seria brasileiro!...

Realizada a viagem, e chegada a família real a êste pôrto, não tendo sido para isso indiferente ao príncipe regente o parecer do seu confessor, sôbre a escolha da província, ou cidade do Brasil, para sua residência, foi sempre Fr. Antônio o confessor inseparável do príncipe regente, não porque assim quisesse ostentar privança, mas porque o ordenava o príncipe. Nós fomos testemunha da modéstia de Fr. Antônio em todo êsse tempo, apesar do reflexo que lhe cabia, do astro que acompanhava.

Chegada a época da aclamação do príncipe, por falecimento da raínha a Sra. D. Maria I, foi ela julgada oportuna pelo novo Monarca para elevar o seu confessor em dignidades no seu Estado; porém Fr. Antônio tudo recusou com respeito; aceitando apenas a pensão do 400$000 do bolsinho de el-rei, para suas irmãs, que haviam ficado em Portugal.

No ano de 1821 vieram os sucessos, que proclamaram a Constituição, a 26 de fevereiro; e conquanto o Fr. Antônio não fôsse liberal, todavia desejava que o país, que adotara por pátria, tão voluntàriamente, acompanhasse as idéias do século, e melhorasse, com a adoção de novas instituições; neste caso pois não hesitou Fr. Antônio, nas respostas que tinha de dar ao príncipe e ao rei, sendo consultado; elas foram favoráveis à manifestação popular, e por maneira, que podemos certificar, que a modesta cela de Fr. Antônio (Fr. Antônio nunca deixou a morada do con-

vento de Santo Antônio desta côrte) era o ponto de reunião dos Rochas, dos Azevedos Coutinhos, dos Nobregas, dos Andradas e outros colaboradores da Constituição e da Independência, onde se resolvia o que devia ser e foi proposto ao príncipe, e a el-rei, e depois ao Imperador.

Dado aquêle passo importante, já não era possível duvidar da sorte do Brasil; porém outro tanto não acontecia a Portugal, donde tudo era para recear; e então pareceu a el-rei, que indo, tudo remediava; e resolvendo-o fazer, em menos de um mês, não pedia mais a Fr. Antônio o auxilio dos seus conselhos, que lhe recordavam reflexões feitas em 1807, todas favoráveis ao Monarca e ao Brasil, mas que não cessasse de dirigir a seu filho, o príncipe D. Pedro; o qual colocando logo a Fr. Antônio no mesmo pôsto que ocupara para com seu augusto pai, e já mais o consultando, e ouvindo, que não conhecesse o acêrto de suas idéias, e o estudo que fazia dos homens e das coisas do Brasil, o nomeou, a 23 de outubro de 1822, bibliotecário da Biblioteca Pública e Nacional, onde Fr. Antônio prestou importantes serviços, que ainda hoje o recordam. Entre os bons serviços prestados pelo novo bibliotecário, um há, sem dúvida, que revela bem o aprêço em que Fr. Antônio tinha as coisas do Brasil. Fazendo organizar o index da livraria, encontrou êle o importante Manuscrito Botânico, do padre-mestre Fr. José Mariano da Conceição Veloso, franciscano da província do Rio de Janeiro, e natural de Minas, que em 1790 o havia dedicado a Luís de Vasconcelos, depois conde de Figueiró, com o título de Flora Fluminense, formado com saber e precisão, e muito trabalho de coligir, descrever, e fazer desenhar 1.639 espécies de plantas.

Por tão feliz achado exultou de prazer Fr. Antônio, amigo que era do Brasil, e para logo o denunciou na augusta presença do Fundador do Império, o Sr. D. Pedro I, com o plano e proposta para sua publicação; o qual desejando, e tudo fazendo para realçar a glória do Brasil, dignou-se mandar aprovar a proposta por aviso da secretaria de Estado dos Negócios do Império, de 25 de abril de 1825, e louvar o reconhecido zêlo do bibliotecário, por tudo quanto podia acreditar o gênio brasileiro; determinando, que o texto da obra fôsse aqui impresso, na tipografia nacional, sob as vistas do mesmo bibliotecário, e o Dr. João da Silva Caldeira; e autorizando-o a remeter os desenhos para Paris, a fim de serem litografados na oficina de Lasteyrie, "ficando a direção de todos êstes trabalhos, diz o referido aviso, a cargo do bibliotecário, por lhe serem louváveis, e muito análogos ao seu patriotismo."

Antes de janeiro de 1831 estavam tôdas as litografias recebidas no Rio de Janeiro, para a publicação de 3.000 exemplares.

Fr. Antônio era tão brasileiro, que acusado logo depois da nossa independência, por uma alta personagem do velho mundo, por não ter cooperado para a conciliação dos dois paises irmãos, o que, dizia ela, teria sido fácil, mas antes concorrido talvez, para a sua emancipação, respondeu-lhe êle nestes têrmos:

"Se a boa fé presidia às suas deliberações, às das côrtes, se os seus intentos não eram escravizar, por que razão lhe tem custado tanto a ajustar os projetos emitidos pelas comissões? Por que razão nada do que parece favorecer o Brasil diretamente lhe agrada? Por que razão os mais francos princípios de reciprocidade, e os artigos, talvez os mais onerosos, mas que provam os ardentes desejos que os brasileiros tinham da união, tem sido constantemente reprovados ao som de impropérios e de afrontas, de gritos, e pachouchadas, indignas do mais ordinário? E' assim que irmãos se ajustam? E' êste o método de tratar as mais interessantes questões de Estado?" Êstes sentimentos de brasileirismo em Fr. Antônio eram tão conhecidos e apreciados pelo Imperador o Sr. D. Pedro I, de sempre saudosa memória, que lhe determinou, depois da queda da Constituinte, apresentasse um projeto de Constituição; o qual foi tomado em consideração pelos distintos brasileiros colaboradores da que no rege, e Fr. Antônio convidado e ouvido para as respectivas conferências.

Ao brasileirismo de Fr. Antônio deve o país o significativo título da primeira de suas ordens honoríficas.

Querendo o Sr. D. Pedro I dar a Fr. Antônio maior prova de sua estima, solicitou e obteve da Santa Sé, com surprêsa dêle, a dignidade de bispo titular de Anemuria; adicionando-lhe a nomeação de coadjutor do capelão-mor. Agradecendo ao seu augusto amo tanta distinção, não lhe estava bem uma renúncia, êle se resignou; mas escrevendo a um amigo, a 23 de outubro de 1826, lhe disse: "A Providência queira não tomar contas ao Imperador, por êste excesso de liberalidade."

O Imperador ainda deu ao bispo de Anemuria outra prova da valia em que tinha seus talentos; dignou-se nomeá-lo diretor dos estudos do augusto príncipe e princesas imperiais; e no seu segundo consórcio, condecorá-lo com a Grã-Cruz da Imperial Ordem da Rosa.

O homem que tantos serviços havia já prestado ao Brasil não podia deixar de participar de um dos seus maiores triunfos, do reconhecimento da sua independência; e tendo Portugal ouvido enfim o reclamo da justiça, nomeando o embaixador que devia fazer o tratado do reconhecimento da Independência do Brasil, apenas chegado ao Rio de Janeiro Sir Chales Stuart, a 16 de julho de 1825, foi procurar na modesta cela do convento de Santo Antônio a Fr. Antônio de Arrabida, e entregar-lhe uma carta autó-

grafa de el-rei o Sr. D. João VI. Não diremos até que ponto pôde influir a mediação do amigo confidente de ambas as Altas Partes Contratantes; mas é fato, que três dias depois da chegada teve o embaixador a sua apresentação, e a 29 de agôsto do mesmo ano, pouco mais de um mês da sua chegada, estava assinado o tratado!

Foi o bispo de Anemuria incansável em promover o engrandecimento do nosso museu; entre outras, muito importante foi a oferta que para êle fêz a Sua Majestade o Sr. D. Pedro I, de uma coleção de mil preciosas medalhas, que êle possuia, Egipcias, Gregas e Romanas.

Os anos decorridos depois, até a abdicação não foram de ócio para o bispo de Anemuria. Evitaremos os comentários dos seus sofrimentos nessa época de dor, que nos trouxe o devolvimento da coroa a S. M. I. o Sr. D. Pedro II, príncipe virtuoso, ilustrado, e magnânimo, a glória dos monarcas do nosso século.

Êsses sofrimentos foram agravados, quando o punhal do assassino o foi procurar na sua cela no convento de Santo Antônio, na tarde do dia 15 de julho de 1831! O bispo de Anemuria foi obrigado na tarde seguinte a tomar o disfarce para procurar um asilo seguro. Êle o achou na casa hospitaleira de um respeitável ancião, onde estêve três anos. O bispo de Anemuria havia sido contemplado em uma lista de proscritos; o seu crime era ser amigo do Sr. D. Pedro I!

Logo depois, isto é, a 16 de agôsto do mesmo ano, o bispo de Anemuria exonerado do lugar de bibliotecário da Biblioteca Pública Nacional, perdendo assim o único vencimento que tinha dos cofres públicos, porque tôda a sua subsistência cessou com a partida do magnânimo Sr. D. Pedro I.

Reduzido portanto à miséria, e a mendigar dos amigos o pão necessário, êle recorreu a uma subscrição entre amigos e caritativos, para formar um fundo, cujo rendimento minorasse a sua mendicidade; êle a obteve em parte, o que muito deveu, entre outros, ao Exmo. Marquês de Abrantes, que afincadamente a promoveu. O generoso coração de S. M. o Imperador apareceu a concorrer com uma mensalidade, segundo sua ordem de 23 de agôsto de 1834, que lhe foi paga até sua morte.

Estava o bispo de Anemuria nestes apuros de meios de subsistência, quando um amigo de além-mar lhe lançava em rosto o nenhum fruto que havia tirado dos seus bons serviços, e êle lhe respondia, em carta de 8 de fevereiro de 1835: "De que tenho eu de me pejar, da minha mendicidade? A minha profissão religiosa; 40 anos de serviços públicos, e aos imperantes; sacrifícios não equívocos, prestados não só à submissão e ao respeito, mas ao amor e à gratidão para com os soberanos, são títulos que fazem muita honra à miséria a que fui reduzido."

A Providência quis ainda uma vez ser-lhe propícia, para o punir talvez depois com maior severidade. Em 1836 foi-lhe concedida pelo corpo legislativo uma côngrua de um conto e duzentos mil-réis anuais; e tendo sido criado o colégio D. Pedro II, nesta côrte, por grandes instâncias de seus amigos aceitou a sua reitoria, por decreto de 5 de fevereiro de 1838; dando tanto aprêço a êsse assentimento o Exmo Ministro Vasconcelos, que, apesar de seu estado de paralisia, foi ao convento de Santo Antônio, à cela do bispo de Anemuria, agradecer-lhe o seu *sim*, e dar-lhe por esta forma um desmentido às frívolas acusações.

Os sofrimentos morais haviam fortemente contribuído para deteriorar a saúde do reitor do colégio de Pedro II. Depois de o ter montado e conseguido a sua marcha regular, instou êle, e obteve a sua exoneração, por decreto de 15 de junho de 1839.

Nesse mesmo ano teve o bispo de Anemuria a distinta honra de administrar a S. M. I. o Sr. D. Pedro II o Sacramento da Confirmação, com a agradável coincidência de haver tido a subida honra de ser padrinho do Imperador o Sr. D. Pedro I, no mesmo Sacramento.

Retirado o bispo de Anemuria para fora da cidade, pelo seu mau estado de saúde, não lhe foi ali indiferente o brado da maioridade: voltou à côrte; e unindo seus votos aos dos defensores dêsse princípio, procurou chamar para êle os que por acaso ainda não tinham avaliado a sua importância. De tão feliz sucesso, da aclamação da maioridade de S. M. o Sr. D. Pedro II, participou diretamente o bispo de Anemuria; êle teve a honra de ser um dos prelados assistentes à coroação e sagração do mesmo augusto senhor; sendo por êsse motivo condecorado com a comenda da ordem de Cristo; e criando-se depois o conselho de Estado, foi êle contemplado no número dos conselheiros, na sua criação, sendo nomeado, por decreto de 5 de fevereiro de 1842, conselheiro de Estado extraordinário. Porém, pouco mais de três anos exerceu essas funções; o aviso da Secretaria de Estado dos Negocios do Império, de maio de 1845, o exonerou delas, e novamente reduziu a privações, que tanto mais sensíveis lhe foram, quanto suas fôrças o abandonavam e aparecia o desânimo para mais nada empreender.

Então teve de ser novamente pesado ao pequeno círculo de seus amigos, tão pequeno como é o de um velho sem valimento.

A mesma côngrua de 1:200$000, que o corpo legislativo lhe havia concedido em 1836, foi mal interpretada, e dela deduzida a pensão de 400$000, que recebia do bolsinho de el-rei, o Sr. D. João VI, e que não lhe havia sido mais paga desde 7 de abril de 1831.

Com tão poucos meios impossível era sustentar-se; e no seu mau estado de saúde, sem novamente recorrer aos amigos, êle viveu pois os últimos tempos de sua existência na companhia de alguns, falecendo na de um dêles.

Vendo aproximar-se seus últimos dias, combatido por oito meses de enfermidade, e tendo já satisfeito todos os deveres de católico, o bispo de Anemuria reconheceu que lhe faltava ainda cumprir um rigoroso dever para si, e para aquêles que possuem iguais sentimentos; êsse dever era o de beijar pela última vez a mão de S. M. o Imperador, e pedir-lhe que lhe perdoasse, se alguma vez o ofendeu. Não o podendo fazer, nem autorizar ao amigo, em cuja casa estava, a que o fizesse pessoalmente, pela estada fora da côrte do mesmo augusto senhor, o autorizou a que por escrito, e para aquêle fim, procurasse o intermédio do gentil-homem de serviço ao Monarca, manifestando-lhe ao mesmo tempo, que havendo êle servido com tôda a dedicação aos augustos antepassados de S. M. o Imperador, desde o Sr. D. João VI, até então, cinqüenta anos decorridos, não se recordava que um só momento houvesse deixado de servir com muita adesão, fidelidade, amor, respeito e dedicação a sua augusta família nessas três gerações; que jamais houvesse abusado da confiança que nêle tinham depositado, traindo-a por qualquer maneira; e que finalmente, nos quarenta e dois anos que serviu ao Brasil, nunca fêz, nem aconselhou senão o bem, para seus augustos amos, e para a pátria que tão voluntàriamente adotou; que cônscio desta verdade êle beijava pela última vez a augusta mão de S. M. o Imperador e imperial família; e suplicava ao Senhor dos Impérios, que com a sua bênção os protegesse, e ao Império do Brasil, como êle sempre rogou no Santo Sacrifício da Missa; esperando que um dia, pela Misericórdia Divina, e ainda que demorado pela longevidade de S. M. o Imperador, para bem do Brasil, ambos pudessem dizer à face do Deus vivo — *Venite, exultemos domino.* A resposta de S. M. I., em carta do Exmo. conde de Iguassu, foi a mais lisonjeira possível para o bispo de Anemuria; as expressões imperiais serviram de consolação ao bispo moribundo, que faleceu pouco depois, a 10 de abril de 1850, nos braços do amigo, filho daquele que o havia recebido em sua casa a 16 de julho de 1831.

Muito mais poderiamos dizer do bispo de Anemuria, se uma resolução, filha sem dúvida da sua modéstia, não nos privasse de importantes documentos, entregando-os às chamas, pouco tempo antes da sua última enfermidade, entre os quais havia importantíssimas cartas autógrafas de diversos Monarcas, principalmente de SS. MM. II. e RR. os Srs. D. João VI e Francisco I.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1859.

A Sisson Lith da photo de Frond

D. THEREZA CHRISTINA MARIA

IMPERATRIZ DO BRAZIL

Thereza Christina Maria de Bourbon

S.A. Sisson, Editor, Rua dos Ourives 53

D. Teresa Cristina Maria

Imperatriz do Brasil

SUA Majestade a Senhora D. Teresa Cristina Maria, terceira Imperatriz do Brasil, nasceu a 14 de março de 1822. E' irmã de S. M. o Snr. D. Fernando, atual Rei das Duas Sicílias, por sucessão a seu pai, o Rei Francisco I.

Ornada pela mão pródiga da Providência de tôdas as virtudes que podem realçar o alto valimento do trôno, a Imperatriz do Brasil, nascida sob um outro horizonte, é na opinião unânime dos brasileiros uma protetora desvelada e amante, em cujo seio augusto se entesoura uma afeição sincera ao seu povo.

Se em algumas resoluções da monarquia pode-se crer que as inspirou de mais perto êsse espírito divino que outrora, diz-se, iluminava os apóstolos e os auruspices, na escolha da augusta soberana do Brasil, mais que nunca se poderá adotar como um mistério celeste o acêrto e o seu resultado feliz.

Há quinze anos que o Brasil goza a ventura de elevar-se sob os auspícios da Imperatriz atual; e desde o solar faustoso até a choça modesta do operário é lembrado com júbilo o dia 3 de setembro, em que S. M. I. acolheu pela vez primeira as saudações festivas do seu novo povo; já nessa hora prometendo-lhe no seu aspecto doce a soberania branda e carinhosa que êle até hoje aplaude e abençoa.

Foi com efeito um belo dia o dessa data, em 1843, apesar do aspecto melancólico do céu e das torrentes de chuvas que dêle se despenhavam.

Eram talvez nuvens arredadas ao impulso de suspiros tristes do límpido horizonte de Nápoles, que vinham derramar na verde alcatifa de nossos campos as lágrimas vertidas no derradeiro adeus do povo napolitano à sua princesa adorada.

Palpitava no entanto demais forte e ansioso o regozijo dos brasileiros para que essa expressão dos elementos o pudesse tolher ou abafar.

Na tarde do dia 3, às 5 horas e 35 minutos, entrou em nosso pôrto a fragata *Constituição*, conduzindo a seu bordo a Imperatriz, entregue no

dia 1º de julho do mesmo ano, no palácio de Chiatomoni, em Nápoles, ao embaixador de S. M. o Imperador do Brasil, o Sr. José Alexandre Carneiro Leão, pelo príncipe de Scylla, ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, na qualidade de delegado de S. M. o Rei das Duas Sicílias.

A fragata *Constituição* fôra precedida pela corveta *Euterpe*, que anunciou aos brasileiros a propícia vinda da Imperatriz; entraram depois a corveta *Dois de Julho*, e uma nau e três fragatas napolitanas.

Chegada a fragata defronte da fortaleza de S. João, foi saudada por tôdas as fortalezas do mar, e vasos de guerra nacionais e estrangeiros surtos no pôrto.

Ao anoitecer, apenas fundeara a fragata, dirigiu-se a seu bordo o Imperador acompanhado pelos ministros de Estado, e ali demorou-se algumas horas.

No dia 4 desembarcou a Imperatriz no cais cujo nome comemora êsse fato.

Êsse ato a que seguiram-se as bênçãos do imperial consórcio teve lugar da maneira mais solene.

A S. M. o Imperador acompanhava S. A. R. o Príncipe Luís, Conde d'Aquilla, irmão da Imperatriz, e o cortejo seguindo pelas ruas da Imperatriz, larga de S. Joaquim, Campo da Aclamação, S. Pedro, e Direita, parou às portas da Capela Imperial, onde receberam a SS. MM. o Exmo. bispo conde de Irajá, capelão-mor e o cabido.

Procedeu-se então às sagradas bênçãos; e terminada esta cerimônia, dirigiram-se os augustos noivos para a imperial quinta da Boa-Vista entre filas de povo que anelava conhecer a graciosa soberana cujo sorriso afável respondia a cada ovação que surgia das turbas. Eram as primícias da influência benéfica que a Imperatriz devia exercer sôbre o coração de seus súditos.

No oitavo dia, depois do consórcio de SS. MM. II., a multidão enchia o recinto da Capela Imperial onde celebrava a missa de ação de graças por tão jocundo sucesso.

A cidade iluminou-se; e os atavios de maior gala enfeitaram êsses dias de festa.

Assim subiu os degraus do trono brasileiro a Imperatriz atual; e jamais o diadema monárquico brilhou sôbre uma fronte mais reveladora de raros dotes de coração, e dessa inteligência materna, que parece a depuração do espírito até o seu maior grau de sensibilidade e delicadeza.

Ao esplendor do trono nada mais falta; o futuro da nação porém carecia de um novo penhor, de um novo laço que a ligasse em vínculos estreitos à imperial estirpe.

Deus ouviu as preces da nação, e no dia 23 de fevereiro de 1845 ela soube que a Imperatriz era mãe; que mais uma raiz profunda segurava a monarquia ao solo brasileiro.

Nascera o principe D. Afonso.

Grande foi a ventura da nação; mas também grande tinha de ser a dor que cedo a acompanhou.

No dia 11 de junho de 1847 o anjo da morte estendeu sôbre o berço imperial o crepe dos finados; e a esperança dos brasileiros, o príncipe D. Afonso, foi velar de mais alto pela paz e felicidade de seus súditos.

Nesse transe supremo, nessa provança difícil, a Imperatriz mostrou quanto a resignação e a fé nos decretos do céu suavizam as angústias que a humanidade partilha.

As lágrimas da mulher umedeceram por algum tempo a tela suntuosa do trono; a saudade sombreou por alguns meses essa fronte serena onde a bondade da alma se reflete, até que debruçada de novo sôbre o berço imperial respondeu novamente aos vagidos do segundo príncipe que, como tênue meteoro, perpassou tambem à face do seu povo, e, serafim celeste, foi, como o primeiro, sorrir à luz dos planêtas, implorar às plantas do Criador pelo bem, pela sorte dos brasileiros.

Era o príncipe D. Pedro.

Por duas vêzes à alegria da nação sucedeu em curto espaço de tempo a aflição mais sincera; por duas vêzes do trono brasileiro trasladaram-se para o trono celeste duas jóias de imensurável valia, dois príncipes herdeiros da coroa.

Submissa ao novo golpe como sofrera o primeiro, a Imperatriz chorando essa perda irreparável mereceu do seu povo êsse tributo de admiração e respeito a que tem sempre jus as íntimas e verdadeiras dores.

Atualmente dedicada à educação das princesas Isabel e Leopoldina, S. M. ensina às mães como entre as galas do poder, desvela-se o coração no cultivo dos grandes sentimentos.

Mãe inteligente e amorosa, como é espôsa terna e amante, a Imperatriz é hoje o modêlo augusto onde os brasileiros estudam o desenvolvimento e a beleza dos maiores afetos.

Protetora de muitas associações filantrópicas, S. M. as ampara a um mesmo tempo com o auspício de soberana e com o desvêlo feminil; os po-

bres a invocam como assídua esmoler; os órfãos como mãe, e o seu povo como a mais eficaz das protetoras.

Tais são em traços indeléveis as qualidades eminentes que ornam a atual Imperatriz do Brasil, soberana por escolha feliz de seu augusto espôso, duplamente soberano pelo culto reconhecido que em geral consagram-lhe os brasileiros.

ÍNDICE

★

Este trabalho foi composto e impresso
na
EMPRÊSA GRÁFICA DA "REVISTA DOS TRIBUNAIS" LTDA.,
à
rua Conde de Sarzedas, 38 — São Paulo
para a
LIVRARIA MARTINS EDITORA
em
dezembro de 1948